

MARIA DE FÁTIMA DA COSTA GONÇALVES

A INVENÇÃO DE UMA RAINHA DE ESPADA:
reatualizações e embaraços na dinâmica política do *Maranhão Dinástico*

São Luís
2006

MARIA DE FÁTIMA DA COSTA GONÇALVES

A INVENÇÃO DE UMA RAINHA DE ESPADA:
reatualizações e embaraços na dinâmica política do *Maranhão Dinástico*

Tese de Doutorado em Políticas Públicas apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da
Universidade Federal do Maranhão para defesa pública.

Orientadora: Prof^a Dr^a Elizabeth Maria Beserra Coelho

São Luís
2006

MARIA DE FÁTIMA DA COSTA GONÇALVES

A INVENÇÃO DE UMA RAINHA DE ESPADA:
reatualizações e embaraços na dinâmica política do *Maranhão Dinástico*

Tese de Doutorado em Políticas Públicas apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da
Universidade Federal do Maranhão para defesa pública.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Elizabeth Maria Beserra Coelho (Orientadora)
Doutora em Sociologia
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Irllys Firmo Alencar Barreira
Doutora em Sociologia
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Horácio Antunes Sant'Anna Júnior
Doutor em Sociologia
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Igor Gastal Grill
Doutor em Ciência Política
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Ednalva Maciel Neves
Doutora em Antropologia
Universidade Federal do Maranhão

Aos meus pais, *Hildebrando Gonçalves* e *Conceição da Costa Gonçalves*, ambos *in memoriam*, que me deram vida, me ensinaram amar, mas, sobretudo, me ofertaram seus exemplos de luta e dignidade. Guardo em meu coração a lembrança dos seus braços e colos carinhosos que me embalaram tantas vezes, das suas bênçãos que me guardaram, dos seus sorrisos que me fizeram tão feliz! Minha gratidão, saudades e meu amor para sempre. Estejam em paz!

A *Dinda-Mãe*, Célia Maria da Costa Barroqueiro, minha mamãe do coração, meu *anjo de guarda*. Eu que nasci *gauche*, ela representa meu aconchego, meu prumo e meu rumo. Ela que no decurso da minha vida tem me ensinado o amor e a dignidade humana. Ela que ri e chora comigo. Ela que comigo somos uma. Amo-te sempre, *dindinha!*

A Beta, para além de minha orientadora de tese, uma amiga, minha *xamã*.

Aos homens, mulheres, crianças e velhos deste Maranhão que não conhecem dias melhores porque há homens e mulheres que tomaram conta das terras, do dinheiro, dos direitos e reinventaram o *Maranhão Dinástico*, impedindo-os de viver dignamente. Há esperança!

AGRADECIMENTOS

A *Deus*, Princípio e Luz. Absoluta Bondade.

A *Jesus*, meu Mestre, Pastor da minh'alma. Meu caminho sempre!

Aos meus familiares, pelo carinho, apoio e acolhida fraterna sempre marcante na minha vida.

À minha *Tia Camélia* pelo exemplo de coragem e dignidade diante dos obstáculos da vida, pelos seus cuidados para comigo, pelo abrigo na sua casa, tantas vezes que ali estive em sua companhia agradável para o trabalho solitário da escritura desta tese. Um carinho perene!

À minha prima *Maria de Lourdes da Costa Barroqueiro* que soube transformar-se em minha amiga e irmã. Obrigada pela tua presença.

À minha *irmã* pelas brincadeiras e sonhos que nos proporcionaram uma infância tão feliz! Hoje, pela oportunidade da experiência de vida.

Ao meu primo *Zequinha*, companheiro das brincadeiras de infância, amigo para sempre. No mesmo compasso, meu carinho a *Elizabeth, Rodrigo, Fernanda e Gustavo*.

Às memórias das Professoras *Maria Inês Leite da Silva e Anna Maria Patello Saldanha* pelas contribuições na minha vida acadêmica da graduação.

À *Prof^a. Dr^a. Maria Regina Nina Rodrigues* pelo carinho e acolhida sempre constantes em minha vida pessoal e profissional.

À *Prof^a. Dr^a. Maria Ozanira Silva e Silva*, ex-Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela competência e amabilidade comigo sempre.

À Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, *Prof^a Dr^a Josefa Batista Lopes* pela contribuição ofertada.

Aos professores do Curso de Doutorado em Políticas Públicas pela valiosa contribuição para minha vida acadêmica. Meu agradecimento e carinho especial a *Prof^a. Dr^a. Irllys Firmo Alencar Barreira* que incentiva sempre, com sua competência e ternura, ainda mais minha paixão por Pierre Bourdieu e pela pesquisa acadêmica. E, ao *Prof. Dr. Sérgio Ferretti*, responsável pelo meu *ritual de iniciação* na área de antropologia.

Ao *Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida* e à *Prof^a. Dr^a. Maristela de Paula Andrade* que no meu curso de Mestrado em Políticas Públicas foram artífices de meu ofício de pesquisadora. Eterna gratidão!

À *Profª. Drª. Alba Pinho de Carvalho*, do Departamento de Sociologia da UFCE pelas suas aulas sempre instigantes e pela sua colaboração valiosa dada na etapa de qualificação do meu projeto de pesquisa.

Aos *Prof. Dr. Horácio Antunes Sant'Anna Júnior* e *Prof. Dr. Igor Gastal Grill*, ambos do Curso de Ciências Sociais da UFMA, pelas preciosas contribuições que me ofereceram no processo de qualificação da tese e pelas suas participações generosas em minha banca examinadora de defesa da tese de Doutorado.

Aos meus amigos que conquistei ao longo da vida e entenderam minha “reclusão involuntária” durante quatro anos do Curso de Doutorado.

Aos meus irmãos da *Igreja Renovação Cristã* de São José do Rio Preto, do Recanto do Vinhais e do Ipase, especialmente meus irmãos *Vanda* e *Ribamar Simões*, *Andréa* e *Gustavo Weber*.

À minha amiga *Vânia Lourdes Martins Ferreira*: nas palavras que faltam, o meu registro dos seus gestos que denotam sempre generosidade para comigo.

À minha amiga *Teca Belfort* pelos anos de convívio e à querida *Roberta Belfort* pelas alegrias de sua infância.

À minha amiga, *Santoca*, que desde minha tenra infância está comigo em momentos de alegria e nas fases mais frágeis da minha luta pela sobrevivência física.

Ao meu ex-orientando do Curso de Direito da UFMA e amigo, *José Barros Filho* que generosamente me ajudou, nos meus momentos de impossibilidade total, na coleta de dados na Biblioteca Pública Benedito Leite. Meus agradecimentos pela sua extrema sensibilidade e disponibilidade.

À minha ex-orientanda do Curso de Pedagogia da UFMA, *Helianane Oliveira Rocha*, pela presença amiga e companheirismo ao longo da minha jornada.

À *Profª. Drª. Ilzenir Dias*, minha colega de Departamento pela sua generosa atenção e preocupação comigo.

Aos meus médicos e amigos que estão ao meu lado nas longas batalhas pela vida, nestes últimos anos, *Dr. Edson Garrido*, *Dr. Dario Nicolau* e *Dr. Jorge Vitorino Oliveira Bastos*.

A *Keyla Raquel* e *Elis* pelos cafezinhos e gentilezas que adoçaram minhas tardes no *Studio de Arte & Editoração*.

À bibliotecária *Maria de Fátima Matos* e a funcionária *Ivanildes dos Santos Silva da Silva*, ambas da Biblioteca Pública Benedito Leite, pela atenção e disponibilidade com que me atenderam.

Aos meus colegas do Curso de Doutorado, especialmente *Ivan de Abreu Figueiredo* e *Cleonice Correa Araújo* pelo constante contato comigo principalmente transmitindo-me força e coragem. Obrigada, amigos!

À *Sr.^a Maria Izabel Silva Sardinha*, *Cassandra Silva Sardinha*, *Rycardo Bruno Ferreira Soares* e demais funcionários do Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela ajuda, competência e disponibilidade às minhas inquietudes de estudante.

Aos colegas do Departamento de Educação II pela disponibilidade e entendimento da minha situação de ausência da sala de aula e das atividades departamentais.

Ao *Prof. Dr. Sofiani Labidi*, Presidente da FAPEMA, pela gentileza e disponibilidade nos contatos que mantivemos ao longo do Curso.

Ao *Dr. Albino Rodrigues de Paiva Neto*, Diretor Financeiro da FAPEMA, pelo carinho com que me ouviu às vezes que o procurei solucionar problemas relativos ao Curso.

A UFMA pela cessão legal do tempo necessário ao meu doutoramento em Políticas Públicas.

A FAPEMA pela concessão da Bolsa de Doutorado para a realização do Curso.

Ao jornalista *Walter Rodrigues* pela disponibilidade de conceder-me uma entrevista valiosa.

“LEAR - Estes limites, incluindo o espaço desta linha a esta, florestas ensombradas e planícies cultivadas, os rios abundantes e as vastas pradarias, te faço aqui dona e senhora. Um direito perpétuo extensivo aos descendentes teus e da Albânia.”

(SHAKESPEARE, O Rei Lear, 1999, p. 9)

*“CORO – Viemos apressadas lá da Ásia
E do sagrado Tmolo – doce esforço
Gostoso sofrer, pois é por Brômio.
Cantamos Báquio com os nossos gritos
De Evoé.”*

(EURÍPEDES, As Bacantes, 1993, p. 212)

RESUMO

O presente trabalho trata da construção pública e política de Roseana Sarney Murad, com base nas campanhas eleitorais para deputada federal em 1990, para governadora do Estado do Maranhão em 1994 e, em 1998, para a sua reeleição ao cargo. Estes são os momentos de maior visibilidade e intensificação das relações políticas que em *tempo cotidiano* ficam mais subliminares. Tomo como espaço empírico o que denomino de *Maranhão Dinástico* e as práticas dinásticas de poder político exercido por Roseana Sarney Murad. Estudo a construção simbólica de sua autoridade e esquadrinho, na medida do possível, as permanências e reatualizações de uma prática política de poder regional que tendeu a se expandir para o *centro do poder*, mas ainda permanece regional e regionalizado, quando se trata do percurso de Roseana Sarney Murad entre a região e a esfera nacional. Reflito sobre poder político no Maranhão, buscando romper com a noção de um acontecimento homogêneo. Considero-o como ato prático que cria fatos em relações complexas, através das relações de sociabilidade política, bem como das dimensões políticas *do tempo de política*, pela apreensão das estratégias de produção e de reprodução da dominação política e das formas de sujeição. Busco analisar as oscilações na dinâmica das relações e correlações de força no trabalho específico de reprodução da dominação política, as quais permitem apreender a igual dinâmica no processo de construção e de reconstrução da figura política e pública de Roseana Sarney Murad, assim como no processo de manutenção da *dominação/sujeição* das práticas políticas do *Maranhão Dinástico*. Tomo dois eixos que podem ser indicativos de “*abalos na casa do rei*”: em 1994, quando Roseana Sarney Murad (PFL/MA) quase perde as eleições para o cargo de Governadora de Estado, enfrentando no 2º turno, Eptácio Cafeteira (PPR); em 2002, quando Roseana Sarney Murad é a candidata do PFL às eleições presidenciais e vê-se obrigada a desistir da candidatura face ao chamado “escândalo Lunus”, em março de 2002, envolvendo-a e a seu marido, Jorge Murad. Construo o meu objeto epistêmico atravessado por várias conjecturas até chegar propriamente a questão fundamental: os aspectos semióticos das campanhas eleitorais de Roseana Sarney Murad, em 1994 e 1998, passando antes pelo seu *rito inaugural* na política regional ao ser eleita deputada federal em 1990.

Palavra-chaves: Dinâmica do poder político. Construção semiótica do poder político regional. *Maranhão Dinástico*. Campanhas eleitorais.

ABSTRACT

This thesis is on Roseana Sarney Murad's public and political construction, based on electoral campaigns to become federal deputy in 1990, to become governoress of the State of Maranhão in 1994 and, in 1998, to her re-election to this post. These are the moments of major visibility and intensification of public relations which in the *meantime* stay more subliminal. I take as empirical space what I denominate *Dynastic Maranhão* and the dynastic practices of the political power exerted by Roseana Sarney Murad. I study the symbolic construction of her authority and I investigate, to the extent possible, the permanence and re-updates of a political practice of regional power which tended to spread towards the center of power, but it still remains regional and regionalized, when it comes to talking about Roseana Sarney Murad's course of action between local region and national sphere. I reflect about political power in Maranhão, aiming to break up with the notion of a homogenous event. I consider it a practical act which creates facts in complex relations, by means of the relations of political sociability, as well as the political dimensions of the *time of politics*, by the apprehension of the strategies of production and of reproduction of the political domination and the forms of subjection. I strive to analyze the oscillations in the dynamics of the relations and co-relations of strengths in the specific work of reproduction of political domination, which allow to apprehend the equal dynamics in the process of construction and of reconstruction of Roseana Sarney Murad's political image, as well as in the process of maintenance of *domination/subjection* of the political practices of the *Dynastic Maranhão*. I take two axes which may be indicative of "*a shock in the king's castle*": in 1994, when Roseana Sarney Murad (PFL/MA) almost lost the elections to the post of State Governoress, confronting in the second turn the candidate Eptácio Cafeteira (PPR); in 2002, when Roseana Sarney Murad was a member of the PFL running for the presidential elections and finds herself forced to give up her candidanship when faced with the so called "*Lunus scandal*", in march of 2002, involving herself and her husband Jorge Murad. I construct my epistemic object crossed by various conjectures until I got to the fundamental question: the semiotic aspects of Roseana Sarney Murad's electoral campaigns, in 1994 and 1998, first going through her *inaugural rite* in the regional politics when she was elected federal deputy in 1990.

Keywords: Dynamics of political power. Semiotic construction of regional political power. *Dynastic Maranhão*. Electoral campaigns.

LISTA DE SIGLAS

ABL	– Academia Brasileira de Letras
AML	– Academia Maranhense de Letras
AP	– Amapá
ARENA	– Aliança Renovadora Nacional
BASA	– Banco da Amazônia S/A
Caics	– Centro de Atenção Integrado para Crianças
CEMAR	– Central Elétrica do Maranhão
COHAB	– Companhia Habitacional do Brasil
COHAMA	– Companhia Habitacional do Maranhão
CPI	– Comissão Parlamentar de Inquérito
DER	– Departamento de Estradas de Rodagens
FHC	– Fernando Henrique Cardoso
GTDN	– Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste
I PGEM	– I Programa de Governo do Estado do Maranhão
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	– Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa Estatística
ICMS	– Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
ITERMA	– Instituto de Terras do Maranhão
LBA	– Legião Brasileira de Assistência
MA	– Maranhão
N/S	– Ferrovia Norte – Sul
PAN	– Partido Aposentados da nação
PC do B	– Partido Comunista do Brasil
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
PDS	– Partido Democrata social
PDT	– Partido Democrático Trabalhista
PFL	– Partido da Frente Liberal
PL	– Partido Liberal
PMDB	– Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	– Partido da Mobilização Nacional
PP	– Partido Progressista

PPB	– Partido Progressista Brasileiro
PPR	– Partido Progressista Republicano
PPS	– Partido Popular Socialista
PR	– Partido Republicano
PROCAD	– Programa de Capacitação de Docentes
PRP	– Partido Republicano Progressista
PRTB	– Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	– Partido Socialista Brasileiro
PSC	– Partido Social Cristão
PSC	– Partido Socialista Cristão
PSD	– Partido Social Democrata
PSDB	– Partido Social da Democracia Brasileira
PSDC	– Partido Social Democrata Cristã
PSL	– Partido Social Liberal
PST	– Partido Social Trabalhista
PSTU	– Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	– Partido dos Trabalhadores
PTB	– Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	– Partido Trabalhista Nacional
PV	– Partido Verde
SBT	– Sistema Brasileiro de Telecomunicações
STF	– Superior Tribunal Federal
SUDAM	– Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDEMA	– Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão
SUDENE	– Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCE	– Tribunal de Contas do Estado
TJ	– Tribunal de Justiça
TRE	– Tribunal Regional Eleitoral
UDN	– União Democrática Nacional
UFCE	– Universidade Federal do Ceará
UFMA	– Universidade Federal do Maranhão
USIMAR	– Usina Siderúrgica do Maranhão
USP	– Universidade de São Paulo
ZPE	– Zona de Processamento de Exportação

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Mandatários do Maranhão de 1970 a 2002.....	54
Quadro 2	– Nomes e lugares simbólicos do projeto do Maranhão Dinástico.....	62
Quadro 3	– Cargos exercidos por Roseana Sarney Murad de 1974 a 1989.....	79
Quadro 4	– Coligações para a disputa de eleições majoritárias em 1990.....	81
Quadro 5	– Atributos instituídos pelo Jornal O Estado do Maranhão.....	96
Quadro 6	– Posições ocupadas por Roseana Sarney Murad nas Comissões da Câmara Federal (1991-1994).....	100
Quadro 7	– Disposição dos candidatos ao Governo do Estado em 1994 através das coligações políticas.....	145
Quadro 8	– Disposição dos candidatos ao Governo do Estado em 1998 através das coligações políticas.....	146
Quadro 9	– Resultado do 1º turno das eleições de 1994 para o Governo do Estado do Maranhão.....	155
Quadro 10	– Resultado do 2º turno das eleições de 1994 para o Governo do Estado do Maranhão.....	156
Quadro 11	– Resultado Final das eleições de 1998 para o Governo do Estado.....	156
Quadro 12	– Representações jornalísticas das revistas do <i>cenro de poder</i>	190
Quadro 13	– Temas e problemas abordados pela candidata Roseana Sarney Murad nas eleições de 1994.....	200
Quadro 14	– E José criou Roseana à sua imagem e semelhança.....	223
Quadro 15	– Algumas participações bacântico-política de Roseana Sarney Murad na campanha eleitoral de 1994.....	248

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Tripé de paternidade política: José Sarney definido como <i>Pai Político</i>	57
Figura 2	– Peso/volume do capital construído pela candidata Roseana Sarney Murad conforme entrevista reproduzida pelo Jornal O Estado do Maranhão (1990).....	97
Figura 3	– Embarços na “casa do rei”: tensões ao nível da produção/reprodução da <i>taxa de mais valia</i> no mercado político em <i>tempo de política</i>	140
Figura 4	– Charge 1	160
Figura 5	– Charge 2	161
Figura 6	– Charge 3	162
Figura 7	– Charge 4	163
Figura 8	– Charge 5	164
Figura 9	– Charge 6	164
Figura 10	– Charge 7	165
Figura 11	– Charge 8	166
Figura 12	– A interrupção do cortejo como restrição do circuito do trabalho de dominação política	181

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: POR UM INVENTÁRIO DE PERCURSOS, DILEMAS, RECUSAS E BURLAS NO EXERCÍCIO DO OFÍCIO DE PESQUISADORA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO EPISTÊMICO	17
1.1 A Escritura de um Diário de Campo: a letra significativa como tentativa de perscrutar sentido e significados de um problema de estudo	26
1.2 A Constituição de um Problema de Investigação Científica: os aspectos semióticos do Estado como estratégia de dominação política no <i>Maranhão Dinástico</i>	29
2 A CONSTRUÇÃO PÚBLICA E POLÍTICA DE ROSEANA SARNEY MURAD: ESTRATÉGIAS DE FABRICAÇÃO DE UMA GOVERNANTE E O RITO DE INICIAÇÃO NO CAMPO POLÍTICO	44
2.1 Na Ante-Sala no Palácio do Duque de Albânia: desenhando um cenário, sinalizando sentidos	45
2.2 A Pseudoclivagem Política na Gestão Estadual de José Sarney: fazer política à maneira de governar uma “casa”	50
2.3 O Lugar da <i>Filha</i> no Cenário Político: posições no campo político regional e nacional – a marca da liminaridade	57
2.4 Postos e Entrepostos: o significado da construção do <i>parentesco social ampliado</i> e a ocupação de cargos e funções nos diversos campos de poder da política regional do Maranhão	60
2.5 Biografias, Biógrafos e Construção de Trajetórias: ilusão biográfica, alusão autobiográfica	63
2.5.1 Anatomia de um Livro: para compreender a fabricação de uma genealogia.....	66
2.5.2 Tensões e Ambigüidades no Discurso sobre a <i>Origem</i> : Maranhão, poder político, nobreza e relações patrimoniais como referências sancionadas nas estratégias de legitimação da dominação política	70
2.6 Anatomia de um Equilíbrio de Forças: Pai, Irmãos e Amigos da Rainha de Espada: por uma genealogia construída	74
2.6.1 Cartografia de um <i>Parentesco Social Ampliado</i> : dispositivos de controle e a distribuição de cargos estratégicos - a pretensa racionalidade como princípio da divisão do trabalho político - cada filho, um espaço, cada parente, um lugar	75

2.7 Estratégias de Fabricação da Figura Pública e Política de Roseana Sarney Murad e a Construção de sua Posição Política	78
2.7.1 O Rito Inaugural no Campo Político: a eleição de Roseana Sarney Murad para o cargo de Deputada Federal (PFL/MA) em 1990	80
2.7.2 <i>A Bela e a Fera</i> : o papel político de José Sarney Filho para a eleição de Roseana Sarney Murad em 1990	82
2.7.3 Prováveis Capitais Simbólicos para a Fabricação Pública e Política de Roseana Sarney Murad	87
2.7.4 Atributos, Audefnições e Denegações como Critérios de Validação do Capital Simbólico referido à Campanha Eleitoral de 1990	94
2.8 A Performance de Roseana Sarney Murad na posição de Deputada Federal: o Rito de Iniciação no Centro de Poder	99
3 ORDEM DE SUCESSÃO E RITUAIS DE CONSAGRAÇÃO: PERFORMANCE POLÍTICA E POSSIBILIDADES DE PERMANÊNCIA DO MARANHÃO DINÁSTICO – BOM PARA BRIGAR, BOM PARA GOVERNAR	106
3.1 Ordem de Sucessão e Herança Política no Maranhão Dinástico: ponderações e sinalizações iniciais	110
3.2 Estratégias e Dispositivos em Jogo nas Campanhas Eleitorais de Roseana Sarney Murad para Governadora de Estado: dom, drama e honra como “questão de política”	141
3.2.1 Esboço dos Quadros Políticos no Maranhão em <i>Tempo de Política</i> : posições e disposições à vista	144
3.3 A Construção do Escândalo em Tempo de Política: a desqualificação do adversário mais próximo	152
3.3.1 O Maranhão não é aqui: representações midiáticas sobre exercício de “poder político” no Maranhão, sobre “Maranhão” e sobre “Roseana Sarney” no <i>tempo de política</i> nas eleições presidenciais de 2002	182
3.4 Potlatch de Estado: um jogo privado na dimensão pública	195
3.5 Em-Nome-Do-Pai: o discurso-dinástico de José Sarney sobre Roseana Sarney Murad	211
3.6 Pesquisas de Opinião, Onipotência de Pensamento: dispositivo de construção da crença política	224

3.7 Evoé! Performances Bacânticas e Rituais nas Campanhas Eleitorais de Roseana Sarney Murad de 1994 e 1998: a busca da consagração e da legitimidade política.....	229
4 BURLANDO UMA CONCLUSÃO OU QUAL A COR DO CAMALEÃO?	261
REFERÊNCIAS	265
APÊNDICES	277

1 INTRODUÇÃO: POR UM INVENTÁRIO DE PERCURSOS, DILEMAS, RECUSAS E BURLAS NO EXERCÍCIO DO OFÍCIO DE PESQUISADORA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO EPISTÊMICO

Fricção de um indivíduo (algum Sr. Teste às avessas) que abolisse nele as barreiras, as classes, as exclusões, não por sincretismo, mas por simples remoção desse velho espectro: a contradição lógica; que misturasse todas as linguagens, ainda que fossem consideradas incompatíveis; que suportasse, mudo, todas as acusações de ilogismo, de infidelidade; que permanecesse impassível diante da ironia socrática (levar o outro ao supremo opróbrio: *contradizer-se*) e o terror legal (quantas provas penais baseadas numa psicologia da unidade!). Este homem seria a objeção da nossa sociedade: os tribunais, a escola, o asilo, a conversação, convertê-lo-iam em um estrangeiro: quem suporta sem nenhuma vergonha a contradição? Ora este contra-herói existe: é o leitor de texto; no momento em que se entrega a seu prazer. Então o velho mito bíblico se inverte, a confusão das línguas não é mais uma punição, o sujeito chega a fruição pela coabitação das linguagens, *que trabalham lado a lado*: o texto de prazer é Babel feliz (BARTHES, 2002, p. 8, grifos do autor).

Convidei Roland Barthes para dar a fruição ao meu texto. Quando fui escrever a tese de doutoramento resvalei, muitas vezes, para o desencanto de um conjunto canônico, às vezes exacerbado de autores e conceitos que a permeiam, oferecendo um peso que cansa braços e mente.

Busco fazer ciência como uma pulsão (*Trieb*) que demanda essa fruição que nos fala Barthes (2002) e que sinto na pele. E eu devo ser aquela bathesiana *contra-heroína* que tenta se desligar do esperado, do contínuo, do acabado.

Tento fazer ciência para mostrar um trabalho em andamento, um texto não-linear, cheio de senões e de incertezas, incluindo as dificuldades, o estado nascente, embrionário, confuso da pesquisa (BOURDIEU, 1998a) principalmente o *caminho de pedras* pelo qual eu andei para realizar este trabalho. Trata-se de um trabalho artesanal à moda de fazer um ofício.

Afirma Bourdieu (1998a, p. 50, grifos do autor) a esse respeito:

[...] fazer uma idéia do que se passa na intimidade do ‘laboratório’ ou, mais modestamente, da oficina – no sentido do artífice ou do pintor do *Quattrocento*: com todas as hesitações, todos os embaraços, todas as renúncias, etc. Investigadores com trabalhos mais ou menos avançados apresentarão os objectos que tentaram construir e submeter-se-ão a perguntas – e à maneira de um velho ‘oficial’, como se diz na linguagem das corporações de ofícios [...].

Este capítulo é um mapa das minhas caminhadas, angústias, dilemas e burlas, ou seja, das minhas inconfidências diante das formas ortodoxas e dóxicas de fazer um trabalho de pesquisa.

A pesquisa é um ofício, como já o disse, um *modus operandi* de construir o objeto epistêmico, e nele fiz o possível para abjurar os automatismos de pensamento, porque é um trabalho de rupturas com o senso comum. Automatismos presentes nos pensamentos usuais como aqueles usados nas representações sociais (DURKHEIM, 1994; BOURDIEU, 1998a).

Estabeleci um tratado de relações e de repertórios sociais com meu próprio objeto de estudo, um tratado que, por assim dizer, é posto pelo fato de eu estar imersa numa rede de relações sociais em que as práticas políticas que investigo fazem parte da minha vida, da minha identidade social.

Também não estou excluída das linhas demarcatórias e classificadoras do *habitus*¹ político dominante: sou uma “maranhense” que pesquisa sobre as “práticas de poder político no Maranhão”.

A pesquisa me dá a consciência de que estou inserida numa complexa rede de sociabilidade que me faz sujeito e objeto da própria pesquisa. Torna meu cotidiano angustiante, porque me consome em dúvidas e em devenir.

A tendência de incorporar esquemas de pensamentos habituais fala muito alto em mim e como dói deles se despojar uma vez que se encontram nos subterrâneos do meu pensamento. São *formas tranqüilizadoras do idêntico* (FOUCAULT, 1997) que na mínima dúvida, incomodam, porque as minhas verdades foram defenestradas por perguntas e não por certezas.

E assim é imperioso para mim, evitar a tendência que eu possa ter de *fetichizar* os conceitos (BOURDIEU, 1990). Pelo contrário, um bom conceito ajuda a destruir falsos problemas e faz emergir outros tantos mais. Por isso, a *vigilância epistemológica* (BACHELARD, 1996) é algo bem-vindo no desenrolar da minha pesquisa.

Utilizo com certo vigor e insistência, as chamadas “notas de rodapé”, uma espécie de “castigo chinês” para o leitor. Mas as vejo como um conjunto de referências norteadoras do que está em pauta, formando uma *topografia* do meu percurso na construção da análise que fiz. São as minhas pegadas registradas em busca de um tesouro.

¹ *Habitus* é uma noção operacional angular na *sociologia das práticas* de Bourdieu (1998a). Pode funcionar como um instrumento conceitual na análise das práticas sociais dos agentes, práticas essas que não estão separadas das disposições herdadas através da internalização das regras. O pesquisador como um agente inserido num campo específico de lutas, deve suas “evidências tomadas como evidentes” ao seu *habitus*. Este é um conjunto de esquemas classificatórios internalizados mediante constrangimentos operados pelas regras. Com isso, “o trabalho de ruptura com os instrumentos de ruptura”, como diz Bourdieu (1998a), é o trabalho contra as evidências fornecidas pelo *habitus* enquanto *estrutura estruturante*. No entanto, o *habitus* não está referido apenas como ações dirigidas pelas regras internalizadas, mas também pela possibilidade de operar clivagens nas disposições regulares e reguladoras.

O trabalho científico que tentei fazer é, antes de tudo, um exaustivo exercício de construir dúvidas, buscar sentidos e escandir significados na *emergência* (FOUCAULT, 1997) dos acontecimentos.

Essa atividade por vezes claudicante, por outras dotadas de um desejo lacaniano (LACAN, 1988), de uma repulsa, porém muito mais uma paixão, me põe a nu, requisita a postura de me colocar em questão.

Exaure meu consciente porque ele briga com um inconsciente que nem mesmo conheço, só sei que se exprime por chistes, atos falhos, denegações, e uma “economia de palavras”, como diz minha orientadora de tese, que parece ser a porta do meu *Outro* (LACAN, 1999).

As angústias, os dilemas, os limites e as incertezas são, às vezes, suplantadas por um sentimento de paixão que sinto pela pesquisa.

No ofício da pesquisa, o meu *habitus* de pesquisadora pesa, fala e o projeto inicial de pesquisa parece se contrapor ao que fora proposto no começo por mim e se debate a cada instante com a pesquisa de fontes e a pesquisa documental, porque ela tem uma espécie de *mana* que me coloca em xeque.

Num debate e num embate constantes, a pesquisa e eu estabelecemos um diálogo vivo. E esse diálogo passional, inconstante, cheio de altos e baixos, que é dotado de superfícies irregulares e prenhe de *dúvidas radicais* (BOURDIEU, 1998a).

É o resultado de contínuas rupturas com fatos que julguei serem verdades absolutas, serem categorias imutáveis, serem verdades universais. É o constante dilema: “Como marcar a distância daquele que escreve em relação àquilo que escreve? Esse é um dos grandes problemas da escrita sociológica” (BOURDIEU, 1990, p. 69, grifos meus). Sim, um dos grandes problemas, mas na minha trajetória da pesquisa foi também uma forma de saber que eu tenho limites assim como a própria pesquisa.

Todo esboço, todo rascunho, todos os diletantismos, senões e borrões são parte fundamentais deste trabalho de construção de um objeto epistêmico. E esse trabalho é demorado, composto de idas e vindas ou como alerta Bourdieu (1998a, p. 26-27, grifos meus):

Mas, antes de mais, a construção do objecto – pelo menos na minha experiência de investigador – não é uma coisa que se produza de uma só assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural, e o programa de observações e análises por meio do qual a operação se efetua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o

que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas.

Foi assim meu percurso: pensei em uma dada situação – as relações de poder no Maranhão – mas para chegar até a tese, à escritura final, passei pelas fases² que Da Mata (1978), uma espécie de conhecedor das almas dos investigadores, indica no seu antológico artigo “O Ofício de Etnólogo ou como Ter ‘Anthropological Blues’”.

Passei pela fase que ele denomina *teórico-intelectual* – “[...] caracterizada pelo uso e abuso da cabeça, quando ainda não temos nenhum contato com os seres humanos [...]”. (DA MATA, 1978, p. 24) ou a fase que:

Nunca ou muito raramente se pensa em coisas específicas, que dizem respeito à minha experiência, quando o conhecimento é permeabilizado por cheiros, cores, dores e amores. Perdas, ansiedades e medos, todos esses intrusos que os livros, sobretudo os famigerados ‘manuais’ das Ciências Sociais teimam por ignorar. (DA MATA, 1978, p. 24, grifos meus).

Essa fase, para mim, foi uma espécie do que chamo de *potlatch teórico* (GONÇALVES, 2003), uma profusão de autores, cânones, mesa repleta de livros, quanto mais complexos melhor (numa tentativa de reconhecimento e consagração no campo intelectual!).

Li muito, o que tinha a acrescentar teoricamente à minha tese, mas li também outras produções que de longe lhe diziam respeito.

Grafei, grifei, fichei livros, artigos, comecei a buscar raridades teóricas, acompanhada de uma compulsão em jogar teoria e mais teoria na minha consciência.

Foi uma espécie de fase de compulsão, uma manifestação da primeira infância do meu ato de pesquisa!

Passei pela segunda fase ou um segundo momento nesse *rito de passagem* a que Da Mata (1978, p. 24) chama de *período prático* ou “a antevéspera da pesquisa” (quando se desce das preocupações mais universais para problemas mais concretos).

A meu ver foi o momento de grande tensão: e se as categorias trabalhadas não pudessem responder a minha questão?

Como transformar conceitos universais, abstratos, categorias amplas em *conceitos-utensílios* (GONÇALVES, 2003), capazes de serem instrumentos para a investigação? Como a banca que me examinará responderá ao meu trabalho? Com quem eles estarão dialogando? Comigo ou entre eles?

² Como ali indica *ritos de passagem* (DA MATA, 1978, p. 23).

Foi um momento crucial: o *habitus* da incorporação literal, integral de cânones da ciência foi posto em questão.

Tentei criar categorias para dar sentido a problemas colocados pela empiria e cabíveis para minhas análises. Se aproveitasse as noções canônicas de qualquer forma, estaria forçando noções a problemas que não podiam ser respondidas por elas.

Reneguei alguns autores, com outros dialoguei, alguns autores escreveram o que eu gostaria de ter escrito. Também não os entendi, por vezes, lacunas se apresentaram; em outras ocasiões os convidei a fazer parte desta tese, desta minha *aventura sociológica*.

Tentei conjugar autores diversos e, sobretudo, trazer para inspirar minha pesquisa, poetas, dramaturgos e romancistas, como William Shakespeare, Edgar Allan Poe, Eurípidés, Sófocles e assim vai, porque a ciência e a arte têm limites tênues ou, talvez nem os tenham.

Esse segundo momento da pesquisa é o cadinho onde se encontraram todos os dilemas e todas as ferramentas para me arriscar e quebrar as amarras das auto-evidências, dos lugares-comuns, do *habitus* mesmo.

A terceira fase da pesquisa é a mais rica, mais pulsional, afinal resulta de uma intensa luta entre as duas primeiras: a fase que Da Mata (1978) chama de *pessoal ou existencial*, a qual vivi de forma pungente:

Aqui, não temos mais divisões nítidas entre as etapas da nossa formação científica ou acadêmica, mas por uma espécie de prolongamento de tudo isso, uma certa visão de conjunto que certamente deve coroar o nosso esforço e trabalho. Deste modo, enquanto o plano teórico-intelectual é medido pela competência acadêmica e o plano prático pela perturbação de uma realidade que vai se tornando cada vez mais imediata, o plano existencial da pesquisa em Etnologia fala mais das lições que devo extrair do meu próprio caso. É por causa disso que a considero como essencialmente globalizadora e integradora: ela deve sintetizar a biografia com a teoria, e a prática do mundo com a do ofício. (DA MATA, 1978, p. 25, grifos meus).

É a fase do trabalho de campo que distingue o trabalho/ofício do pesquisador: houve enfim a construção de sentidos e significados, de uma rede de significados (*web of meanings*) como diz Geertz (1989).

É a fase que maior tensão e pulsão trazem ao pesquisador pela riqueza dos detalhes da empiria. A partir daí tinha o passo inicial para análise e para o início da escritura da tese. Nesta fase estiveram em jogo e no jogo da investigação minhas posições, incertezas, dilemas e limites pessoais.

Como pesquisadora sou também uma pessoa que respira, vive, come, dorme, acorda e tem problemas comuns, cotidianos. Esse é ponto de encontro entre a teoria e a

emoção, entre os cânones e o *mundo savant*, entre o que preciso fazer e o que de fato faço dados limites e, incongruências que se apresentam na minha vida.

Meu exercício em busca das fontes primárias e secundárias é resultado de uma experiência única: fazer pesquisa e ter limites pela contramão de acontecimentos tanto da ordem da ciência quanto pessoais. Por isso, está representando aqui eu mesma em relação constante com meu objeto epistêmico e meu mundo pessoal, existencial, como bem fala Da Mata (1978).

Venho de uma tradição acadêmica que concentra nas teorias mais generalizantes a fonte de uma pesquisa, a palavra final. Tenho ainda o ranço *positivista* dos dados falarem por si e as teorias *per si* darem conta do trabalho de investigação. Luto contra essa postura, ainda assim, aqui e acolá, ela estará presente a dizer que as estruturas incorporadas são profundas, a tal ponto que a ruptura necessária leva muito tempo.

Meu passo inicial na pesquisa no *Mestrado em Políticas Públicas* na Universidade Federal do Maranhão (1995-1998) concentrada em documentos, planos, programas e projetos da gestão estadual de José Sarney no Maranhão, proporcionou o quase instantâneo interesse com o trabalho de construção dos dados. E nisso passei a investir, ainda que claudicante e cheia de incertezas.

No curso de *Doutorado em Políticas Públicas* na Universidade Federal do Maranhão (2002-2006) dei continuidade ao processo de desconstrução da noção de que os dados falam por si, percorrendo as fontes que pudessem ser a base da minha investigação. E esse percurso teve ganhos e limites.

Havia proposto um trabalho com as fontes primárias e secundárias, contatos com agentes sociais que poderiam dizer alguma coisa referida a minha investigação, de maneira bem mais ampla – percorrendo não só a construção pública e política de Roseana Sarney Murad a partir das campanhas eleitorais de 1990, para deputada federal, 1994 para governadora de Estado do Maranhão e 1998, momento em que se candidata à reeleição como governadora de Estado, mas também sua campanha para o Senado da República em 2002 e a *performance* em relação às festas e celebrações que assinalam sua figura pública.

Programei entrevistar políticos considerados “aliados”, “adversários”, “ex-concorrentes” ao Governo do Estado em 1994 e 1998 e, principalmente, Roseana Sarney Murad. Pensei expandir minha pesquisa documental para outros jornais, revistas, vídeos de campanha, realizando uma espécie de *etnografia de campanhas eleitorais* e das *festas* consideradas como “manifestações populares”, incluindo o momento em que houve a eleição para prefeitos e a posição de Roseana Sarney Murad como agente política em 2004.

No entanto, fiquei limitada por força de problemas de ordem pessoal: nesses quatro anos do Curso de Doutorado tive que continuar convivendo com as complicações e implicações que me trazem o fato de ser portadora de uma doença auto-imune: a *doença de Crohn*, um processo inflamatório e degenerativo intestinal que tende a um ciclo de recidivas e de estagnação. Uma doença sem cura, com qual minha relação se estreitou muito nestes últimos anos.

Por força dela, num período de dois anos sofri cinco processos cirúrgicos, diversas entradas dolorosas e prolongadas em Unidade de Terapia Intensiva, de 20 a 30 dias de internação hospitalar cada vez que a crise se aprofundava, considerando ainda os momentos que, reclusa em casa, não podia trabalhar com a pesquisa.

Podia apenas lutar e conviver com momentos de extremas incertezas de como essa síndrome viria a ser a “pedra de tropeço” a um projeto que rascunhei com as mãos e com a emoção de pesquisar sobre as relações de poder no Maranhão.

Posso dizer que, também faz parte do meu exercício com as fontes, os dados que fui coletando e observando para se fazerem objeto das minhas análises. Algumas vezes, avançava muito em relação à coleta de dados, a observação dos fatos, todavia, em outras, tudo ficava à espera da melhoria das minhas condições físicas e emocionais. Sim, emocionais, porque são elas que demandam a minha pulsão pela pesquisa, asseguram em parte minha posição na pesquisa. Assim, posso dizer que o trabalho de coleta de fontes primárias e secundárias conjuga a uma só vez o que deveria ser feito, o que poderia ser feito e o que de fato foi realizado.

Naquele momento era preciso optar em relação aos procedimentos da pesquisa, levando em consideração o meu estado de saúde. Precisei optar e o fiz cerceando a maior parte das entrevistas (realizei apenas uma delas com um jornalista e tentei uma entrevista com Roseana Sarney Murad) e a consulta a acervos documentais e jornalísticos.

Por isto, esta tese tem seus limites em relação à conformação do *trabalho de campo*. Dadas as contingências que marcaram meu corpo e as minhas emoções nesses últimos anos, acabei por restringir a coleta dos dados ao jornal O Estado do Maranhão, aos vídeos da campanha de 1998, gravados na época por mim, a algumas revistas e jornais de circulação nacional e a documentos oficiais que acessei junto aos órgãos institucionais na internet.

Escrevi uma tese que julgo ter os contornos muito similares ao meu cadinho de razões e emoções. No entanto, até onde pude ir, fui e fluiu de maneira intensa nas análises, a minha vontade em continuar o processo de investigação sobre as dinâmicas e embaraços do que chamo *Maranhão Dinástico*.

Nesta parte, lembrando Bourdieu (1990), tentei expor a cozinha da ciência, a empiria, a minha relação com pesquisa e minha vida pessoal, meus limites e minhas amplitudes. Expôr aqui aquele trabalho que fica no obscurantismo que geralmente depois de esboçado, refeito vai para arquivos ou quiçá, é jogado numa lata de lixo ou deletado do computador.

Por tudo isso, a pesquisa científica é um ato prático, um ato conformado no campo intelectual, das nuances da vida pessoal e das relações de sociabilidade do pesquisador e que faz uma exigência absoluta a mim, a qual me exaure, porém não posso fugir.

E fazer pesquisa ensinou-me a fazer emergir as pulsões, apostar nos investimentos (*Besetzung*) demarcando uma mobilização da energia pulsional, do interesse, que move a pesquisa e demove algumas das minhas resistências particulares e mais, deneguei sentimentos, assumi o enraizamento profundo entre as dimensões teóricas e emocionais: “Assim, fazer pesquisa é fazer um pouco de catarse.” (GONÇALVES, 2003, p. 19, grifos meus).

Sempre afirmei ao longo destes quatro anos de curso que, em verdade, estava fazendo uma *psicanálise* não só do conhecimento como acentua Bachelard (1996), mas do próprio ato de pesquisar, da minha relação com as incertezas, da minha relação com o meu objeto epistêmico, com a empiria, com a minha vida.

E aqui novamente me coloco como objeto da minha própria pesquisa, objeto do meu próprio objeto epistêmico. Venho de uma graduação em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional. Mesmo à época daquela graduação, sentia um enorme fascínio e dúvidas profundas pelas questões ligadas às relações políticas que sustentam as práticas pedagógicas. Tomei gosto em privilegiar tais relações quando entrei para o quadro do Magistério Superior da UFMA (1992), lecionando algumas disciplinas, dentre elas, *Sociologia da Educação*.

Também falou alto meu interesse em tomar as práticas pedagógicas como um *fato social total* (MAUSS, 1980) nos artigos que elaborava e estavam presentes constantemente, nas questões ligadas à política e às relações simbólicas que encerram.

Principalmente é meu interesse epistemológico buscar subsídios que possam sustentar minha ligação quase “carmática”, diria, às questões referidas à política regional do Maranhão. Foi uma paixão à primeira vista, investir na pesquisa que fala da presença de José Sarney na política regional do Maranhão, principalmente porque ele se constitui no imaginário comum numa espécie de divisor de águas entre um “velho e atrasado Maranhão” e um “novo e moderno Maranhão”. Ficava a pergunta: o que permite se falar em

“modernidade” no Maranhão? Essa pergunta fluía do meu inconsciente para o nível da pulsão da pesquisa.

Por isso, meu interesse em discutir práticas e relações políticas nasceu do desejo de relacioná-las aos fatos que a olhos nus parecem nada ter a ver com essas questões. Costuma-se deixar de lado aspectos das práticas de poder que são dispositivos graves para a sujeição do agente social e as demais práticas da vida social, como as práticas educativas.

Daí minha vontade em investir no *Curso de Mestrado em Políticas Públicas* em 1995, sabendo que ali seria possível encontrar elementos para levar o interesse pela compreensão das relações fundadas na sociabilidade política, principalmente em se tratando da história política regional do Maranhão, ainda frágil em termos de pesquisa e investimentos de questões a ela relacionadas.

Busquei o estudo de um período que parecia em todas as instâncias sociais marcar presença pela “novidade”: o governo estadual de José Sarney no Maranhão (1966-1970). Aí investi minha pesquisa.

No *Curso de Doutorado em Políticas Públicas* senti uma aproximação e uma paixão maior pelas *ciências sociais* que me ajudaram a investir na busca de reatualizações e de possíveis embaraços nesse projeto iniciado por José Sarney.

Quis investir nas formas pelas quais se *fabrica* um governante (BURKE, 1994), ou seja, como a filha de José Sarney, Roseana Sarney Murad chegou ao cargo de Governadora de Estado em 1994 e 1998, da mesma forma que o pai, passando pelo cargo de deputada federal em 1990.

A paixão e a pulsão pelas questões simbólicas que envolvem tudo isto me provocaram uma espécie de adesão à *antropologia da política*, área que responde por minha vontade de ter levado às questões relacionadas ao que chamei *Maranhão Dinástico* adiante e aqui presentes.

Esta *Introdução*, por fim, inaugura um caminho, porque a investigação científica é composta por emoções e razão e, sobretudo, porque a pesquisa é uma consistente relação social, um conjunto de sociabilidades, da qual faço parte e tento me apartar para *estranhar o familiar* e *familiarizar o exótico*, como ensina Da Matta (1978).

Por fim, no meio do caminho dessa pesquisa tinham muitas pedras: primeiro, a ciência como um “profeta”: ela falava como se soubesse que a verdade residisse na absoluta crença da verdade imutável da sua própria existência; segundo, eu como uma “iluminada”, portadora de uma autoridade que faz ver antes de realizar o ato prático, os resultados da pesquisa; e, terceiro, no meio do caminho havia hiências: a minha possibilidade de perder o

prumo, o rumo, quando encontrei desordens, dilemas que eu tentava a todo custo decapitar a teoria ou a empiria a fim de que coubessem na minha caixa de conceitos *fast-foods*.

Foi, porém no meio do caminho que descobri que a pesquisa é *Eros*, uma paixão que tem começo, mas não fim.

1.1 A Escrita de um Diário de Campo: a letra significativa como tentativa de perscrutar sentido e significados de um problema de estudo

Se é possível e permitida uma interpretação, não há dúvida de que todo o anedotário referente às pesquisas de campo é um modo muito pouco imaginativo de depositar num lado obscuro do ofício os seus pontos talvez mais importantes e significativos. É uma maneira e - quem sabe? – um modo muito envergonhado de não assumir o lado humano e fenomenológico da disciplina, com um temor infantil de revelar o quanto vai de subjetivo na pesquisa de campo, temor esse que é tanto quanto maior quanto mais está voltado para o etnólogo para a idealização do rigor nas disciplinas sociais. Numa palavra, é o modo de não assumir o ofício de etnólogo integralmente, é o medo de sentir o que a Dra. Jean Carter Lave denominou, com rara felicidade, numa carta de campo, o *anthropological blues*. Por *anthropological blues* se quer cobrir e descobrir, de um modo mais sistemático, os aspectos interpretativos do ofício de etnólogo. (DA MATA, 1978, p. 27, grifos meus).

Sim, a minha atitude etnográfica primeira foi uma espécie de *anthropological blues* de que fala Da Mata (1978). Foi um rito o qual já conhecia. No entanto, causou-me medo o confronto com os dados a serem construídos face ao exercício de coletas de fontes primárias e secundárias.

Se as familiaridades são obstáculos ao espírito científico ao modo de Bachelard (1996) e as perguntas são verdadeiramente o grande móvel da pesquisa, a mim, pesquisadora, munida das atitudes de Dupin, o homem que consegue saber onde está a “Carta Roubada” (POE, 2003), impulsionou minha ida em busca das fontes como fosse fazer uma viagem ao desconhecido. Mas como, se o desconhecido no meu caso era algo afeto a minha própria sociabilidade?

Um dos modos de exorcizar as familiaridades foi escrever um *diário de campo* contendo emoções, dúvidas, especulações, anotações de jornais televisivos, indicações de material de pesquisa, dúvidas, dia após dia que estive imersa no meu objeto de estudo e suas fontes. Anotações próprias das minhas possibilidades e impossibilidades pessoais.

Esse diário foi inaugurado em 5 de abril de 2004, “solenemente” com uma frase: “Estas anotações não chegam a ser inspiradas em um diário no *sentido estrito do termo malinowskiniano*, mas também é aqui que adjetivos, interjeições, atos falhos, redundâncias,

leonasmos, dúvidas e perguntas vão abundar”. Principalmente porque o *diário de campo* é uma espécie de transferência do monólogo para uma escritura solitária, própria, complexa porque incompleta.

Já havia experimentado essa atividade em 1996-1998 quando fazia o *Mestrado em Políticas Públicas* e, naquela época, já sentia o vago desejo de exorcizar as auto-evidências e tornar meu *caderno de campo* um referencial para proceder a descrição e a análise das relações a partir de dados que fluem no contato com a empiria.

Aqui trabalhei do modo que havia aprendido fazer pesquisa: o momento mais importante seja talvez a coleta de dados, de impressões, de entrevistas, pois a partir disto posso significar socialmente meu objeto de estudo, explicá-lo, interpretá-lo inserido numa rede empírica específica.

Ocupei dois cadernos nessa escritura. Muitos dados, mas também muitas perguntas, anotações em pé de página para gerir um texto³, um palimpsesto (GONÇALVES, 2003). Um texto que:

[...] quer dizer Tecido; mas enquanto até aqui esse tecido sempre foi tomado por um produto, por um véu todo acabado, por trás do qual se mantém, mais ou menos oculto, o sentido (a verdade), nós acentuamos agora no tecido, a idéia gerativa de que o texto se faz, se trabalha através de um entrelaçamento perpétuo; perdido nesse tecido – nessa textura – o sujeito se desfaz nele, qual uma aranha que se dissolvesse ela mesma nas secreções construtivas de sua teia. (BARTHES, 2002, p. 74-75, grifos meus).

Eu, no percurso dos arquivos e dos acervos, na busca de dados, na catalogação deles, na formulação de possibilidades interpretativas, esperava construir esse *Tecido* ao meu modo, em meio às minhas verdades; não obstante, a construção dos dados é problemática, provocante, por assim dizer, a ponto de eu mesma me entrelaçar tantas vezes com esse tecido, com esse texto de forma tensa e densa. Porque escrever uma tese não depende do que eu quero, mas depende dos sentidos e significados que dou à realidade especulada por mim. Daí a incompletude do ato de escritura.

Em função dos meus limites físicos e pessoais, elegi as matérias jornalísticas como fontes fundamentais de pesquisa, principalmente o jornal local pertencente a José Sarney – Jornal O Estado do Maranhão – por conter a forma mais aprimorada da construção “positiva” de um governante, através da *espetacularização*, na forma sugerida por Augé (1997, p. 107): “A espetacularização do mundo é, primeiramente, o fato da proliferação de

³ Aqui estou chamando de *texto* o conjunto das formulações que dão corpo à tese de Doutorado, para relativizar o conceito sagrado de “análise teórica”.

imagens que se impõe cada vez mais aos cidadãos-espectadores”. E repleto, não só de imagens, mas de palavras. Isso restringe de certa forma minhas interpretações por ser um discurso apenas, que fala de um determinado lugar, limitando a análise do campo.

Depois, porque estou inserida numa rede social em que as relações entre política e mídia falam profundamente porque fundam e fundem a crença que legitima os atos políticos.

No exercício de coleta das fontes tentei desenhar os lugares e as pessoas que poderiam falar – as empresas jornalísticas, alguns jornalistas, acervos documentais, livros sobre o assunto, mas, principalmente uma entrevista com Roseana Sarney Murad.

As empresas jornalísticas – Jornal O Estado do Maranhão e Jornal O Imparcial – não permitiram acesso a seu acervo de jornais dos anos que requisitava: 1990 a 2002. A pessoa que atendeu minha ligação no primeiro jornal apenas disse não ser possível; o segundo jornal alegou que seus arquivos passavam por reformulações. O Jornal Pequeno facultou-me a entrada na empresa para consulta a seus acervos.

Assim, pela interdição aos dois acervos, resolvi pesquisar os dados de fontes jornalísticas na Biblioteca Pública Benedito Leite, local em que estão disponíveis todos esses jornais locais. Porém, o tempo que me restava capacitada fisicamente ao deslocamento até a Biblioteca Pública Benedito Leite o fiz no propósito de privilegiar as inserções e as representações contidas no jornal O Estado do Maranhão, porquanto mostravam com maior visibilidade a construção pública e política de Roseana Sarney Murad nos chamados “fatos de campanha”, nos anos de 1990, 1994 e 1998.

Também me serviram de fontes o banco de dados do Jornal Folha de São Paulo em CD-ROM, fitas de campanhas eleitorais no Maranhão, gravadas por mim, e artigos das revistas Veja, Isto É, Isto É gente, Época e Carta Capital.

Entrevistei, no dia 06 de dezembro de 2004, em sua residência, o jornalista Walter Rodrigues, editor de um semanário intitulado “Colunão” que foi encartado no Jornal Pequeno até o começo do mês de novembro de 2005.

Ele me forneceu uma espécie de pista de investigação de dados, deixando comigo uma preciosa interpretação da política atual no Maranhão. Disse-me ele: “Fátima, o que está em jogo agora é o espólio político de José Sarney no Maranhão” (RODRIGUES, 2004, p. 23, grifos meus). Incluo como trabalho coleta, como trabalho de pesquisa também, a pesquisa teórica que me ajudou com ferramentas metodológicas para a elaboração da tese e ilumina o trabalho de investigação científica. Ressalto que a pesquisa em si não é o campo, mas ela é o campo na medida em que o constrói.

Considerava o mais fundamental a entrevista com Roseana Sarney Murad para não repetir o erro da dissertação, quando *não* entrevistei José Sarney, seu pai. Uma espécie de reconhecimento de *mea culpa*.

Efetuei, em meados de setembro de 2005, uma ligação para o escritório político de Roseana Sarney Murad em São Luís, sendo atendida pela sua assessora Maria das Graças Tajra. Disse-me que a “senadora estava muito ocupada com as coisas da política e seria melhor que eu encaminhasse as perguntas por e-mail”, o que foi feito, no mesmo dia.

Jamais obtive qualquer resposta.

Esse silêncio fala: a *não-entrevista* de Roseana Sarney Murad é censura política à abordagem da questão das relações políticas no Maranhão, por mim iniciadas em 1996, no curso de mestrado. Mas é, também, sua impossibilidade pessoal de falar de improviso – raras são suas entrevistas sobre política, mas grassam aquelas sobre ela mesma e sua vida privada⁴ - de formular respostas que talvez não dependam de prévio crivo e análise por agentes que são peritos na formulação do discurso político. Assim, como diz Bourdieu (1998a, p. 55): “A censura mais radical é a ausência”.

Reforçando isto, como coloca Balandier (1999), o silêncio é uma linguagem própria do poder e uma das condições *sine qua non* da arte dramática.

1.2 A Constituição de um Problema de Investigação Científica: os aspectos semióticos do Estado como estratégia de dominação política no *Maranhão Dinástico*

Na sua prosa fluida e interessante, Geertz (1989, p. 39) afirmou com extrema sutileza:

Há uma história indiana – pelo menos eu a ouvi como indiana – sobre um inglês a quem contaram que o mundo repousava sobre uma plataforma apoiada nas costas de um elefante, o qual, por sua vez, apoiava-se nas costas de uma tartaruga, e que indagou (talvez ele fosse um etnógrafo: é a forma como eles se comportam), e onde se apóia a tartaruga? Em outra tartaruga. E essa tartaruga? ‘Ah. Sahib, depois dessa são só tartarugas até o fim.

Essa narrativa de Geertz (1989) tem no cômputo do seu trabalho o objetivo de chamar a atenção para a constante incompletude da análise cultural que, segundo ele, “[...] quanto mais profunda, menos completa”. (GEERTZ, 1989, p. 39).

⁴ Falo isso pelas consultas documentais em jornais e revistas que procedi ao longo do trabalho.

Aproveito-a para demonstrar quão intenso, extenso e inacabado é o percurso da pesquisa. E quão tortuosas são as veredas que segui para, finalmente, gerar um objeto de estudo.

Neste item, estão colocados em questão conceitos que considero fundamentais neste trabalho: *poder, dominação, autoridade e região*.

Na posição de mestrandia do *Curso de Políticas Públicas* centrei, há dez anos, meu interesse em estudar as relações políticas e suas práticas, no âmbito da política regional do Maranhão da gestão estadual de José Sarney à gestão estadual de sua filha, Roseana Sarney Murad.

Logo percebi que isto era muito amplo, à maneira de buscar a última tartaruga indiana que sustenta a penúltima tartaruga que sustenta, por sua vez, outras tantas para sustentar o elefante, conforme falava a explicação indiana trazida por Geertz (1989).

O contato com o exercício de coleta de fontes – documentos, planos, projetos, mensagens, entrevistas – fez nascer em mim a noção de perigo: como abranger em uma dissertação tantas e tantas questões?

Depois de exaustivos meses de pesquisa em acervos e arquivos, a análise e o tratamento dos dados foram me ofertando um recorte mais preciso, embora sempre *provisório* (FOUCAULT, 1997) e construí o trabalho “A Reinvenção do Maranhão Dinástico: uma análise sociológica do chamado projeto Maranhão Novo da trajetória política do seu principal autor”, defendido em 1998.

Ele foi escrito a partir da questão referida às formas de pensar o *desenvolvimento regional*, tomando por base os agentes e os dispositivos de poder, especificadamente neste caso, no período em que José Sarney havia sido governador do Estado do Maranhão (1966-1970).

Maranhão Dinástico é um conceito que abrange um espaço de formas de poder político, pelo qual as práticas pessoais determinam a maneira de gerir a dimensão pública.

O *Maranhão Dinástico* é assim, um conjunto de sociabilidades políticas regionais de onde saio para agora, no *Curso de Doutorado*, entender as permanências e os embaraços desse projeto privado de poder a partir da construção pública e política de Roseana Sarney Murad, *filha biológica, social e política*⁵ de José Sarney.

⁵ Utilizo três dimensões de filiação – *biológica, social e política* – para uma distinção metodológica da noção operacional de *filho*. Um só filho convém ressaltar, pode ter um ou mais de uma dessas posições de acordo com sua disposição como agente no espaço social e político (BOURDIEU, 1996b).

Esta tese está referida às campanhas eleitorais de Roseana Sarney Murad à Câmara Federal em 1990, ao governo do Estado do Maranhão em 1994 e em 1998, momentos de maior visibilidade e intensificação das relações políticas que em *tempo cotidiano*. Chamo de *tempo cotidiano* aquele tempo também simbólico em que não se fazem presentes as eleições e as campanhas eleitorais podem ficar mais subliminares.

Início o *tempo da política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995) com a campanha eleitoral que a elegeu deputada federal em 1990 pelo PFL/MA, sendo este seu *rito inaugural* no campo político⁶ regional.

Tomo como espaço empírico deste trabalho as práticas dinásticas do poder político exercidas por Roseana Sarney Murad⁷ entre o seu mandato de deputada, em 1990, e as campanhas eleitorais para governadora do Estado do Maranhão (1994 e 1998).

Tentei estudar a construção simbólica da sua autoridade, inspirada no trabalho de Burke (1994) chamado de “A fabricação de um rei: a construção da imagem pública de Luís XIV”. Disse ele:

Essas semelhanças são sem dúvida impressionantes. Lembram-nos não somente a importância do ritual, do rito e do símbolo na política em nossos tempos, mas também a persistência de determinados mitos e símbolos nas sociedades ocidentais. Não desejo, no entanto, fazer a afirmação simples de *plus ça change, plus c'est la même chose*. A imagem dos governantes atuais, e mais ainda a imagem dos regimes atuais difere de fato de Luis XIV e de seus contemporâneos em alguns sentidos importantes.

O contraste entre os líderes do século XVII e os do século XX não é um contraste entre retórica e verdade. É um contraste entre dois estilos de retórica. (BURKE, 1994, p. 92, grifos meus).

Esquadrinhei, na medida do possível, as permanências e reatualizações de uma prática específica de poder político regional que tende a se expandir para o *centro* do poder⁸

⁶ O campo político entendido “[...] ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas [...]” (BOURDIEU, 1998a, p. 163).

⁷ Vou tratar a candidata e posterior gestora do Maranhão de *Roseana Sarney Murad* por questões metodológicas: primeiro, tratá-la somente como *Roseana Sarney* tende a confirmar uma “herança” *naturalizada* de poder pelo uso do sobrenome paterno, estratégia que é deles, mas não pode ser familiarizada; segundo, porque a relação de *parentesco por aliança* com Jorge Francisco Murad faz uma significativa diferença se não for demarcada. Tanto quanto ela, Jorge Francisco Murad, autodefinido como “economista” de formação acadêmica, em artigos no Jornal O Estado do Maranhão que assina, é um agente social detentor de uma posição não desprezível no campo político nos períodos analisados.

⁸ Comenta Geertz (1997) no ensaio “Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder”, inspirado em Shills: “No caso de Shills [sic], as dimensões do carisma previamente negligenciadas são retomadas quando ele focaliza a conexão entre o valor simbólico de indivíduos e a relação que estes mantêm com os centros ativos da ordem social. Tais centros, que ‘não têm qualquer relação com a geometria e muito pouco com a geografia’, são por essência, locais onde se concentram atividades importantes; consistem em um ponto ou em pontos de uma sociedade, onde as idéias dominantes fundem-se com as instituições dominantes para dar lugar a uma arena onde acontecem os eventos que influenciam a vida dos membros desta sociedade de maneira fundamental.” (GEERTZ, 1997, p. 184, grifos meus).

(SHILLS, 1992), mas ainda assim permanece regional e regionalizado, quando se trata do percurso de Roseana Sarney Murad entre a região (*dême*) e a esfera nacional.

Tendi a desnaturalizar a noção de *região*, porque na maioria das vezes, esse conceito está submetido à geografia e à economia, devidamente legitimado e reconhecido não só nos esquemas usuais, porém igualmente no senso comum *douto*.

E, também, referenciei o conceito de *região* implicado na análise de Heredia (2001). Tentei reforçar através, inclusive das suas análises, a *desnaturalização* do conceito encravada nas concepções usuais e duntas, uma vez que é, na maioria das vezes e nos seus diversos usos, legitimados e reconhecidos (pela autoridade⁹ que o enuncia) tão somente nos campos da geografia e da economia. Por isso afirma Heredia (2001, p.169-170, grifos meus):

[...] esse é um conceito que se define sempre em oposição a outros. A definição de uma região que ao formular-se inicialmente restringia seu caráter, contemplando apenas características geomorfológicas ou fitogeográficas de um espaço determinado, agora nesse processo, modificou-se para incorporar elementos humanos em sua definição.

Neste trabalho, a noção operacional de *região* ou *finis* tornou-se um critério para demarcar politicamente um espaço de decisões políticas. Essa noção é um ato classificatório (não pode deixar de sê-lo tendo em vista que as fronteiras do conhecimento nascem desses atos), que revela relações de sociabilidade política.

Esse ato envolve processos de composição de autoridade, de funcionamento e circulação de poder e de trabalho para construção da dominação política.

Para tanto, categorias como *poder*, *autoridade* e *dominação política* estão afetas a essa análise, por solidificarem a noção de que o poder político não é um conceito em si, não é um objeto epistêmico estável. Tornou-se noção quando analisei situações concretas e empiricamente situadas.

Assim, num primeiro momento, coadunei com a idéia de que transitam com desenvoltura pelos saberes constituídos as categorias conceituais de autoridade e de poder enquanto uma *ordem do discurso* (FOUCAULT, 1996), algumas vezes sem a devida cautela de relativização dos conceitos acabando por se tornarem substantivos.

⁹ Para completar a análise: “Regere fines, o acto mágico que consiste em ‘traçar fronteiras em linhas rectas’, em separar o ‘interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro’ é um acto religioso realizado pela personalidade investida da mais alta autoridade, o rex, encarregado da regere sacra, de fixar regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobrevir o porvir enunciado.” (BOURDIEU, 1998a, p. 114).

Tomados como domínios vastos, esses conceitos generalizam em demasia os fenômenos e se tornam generalizantes, abjurando da análise sobre os interregnos e os interstícios da textura social aparentemente coerente, consensual e convergente.

Os conceitos de *poder* e de *autoridade* aqui e alhures formam um *corpus teórico* grafado pela amplitude de situações, adquirindo, algumas vezes, o *status* de conceitos universais.

A perspectiva que sugeri para nortear esta análise foi sustentada na possibilidade de pensar o poder político regional no Maranhão em sua dinâmica, em sua prática; o *poder* funcionando, o que requisita uma opção metodológica adequada ao caminho das minúcias. Minúcias essas que começam com as posições dos agentes sociais que configuram o cenário político regional maranhense.

Ressalto a posição de Wolf ao escrever o ensaio intitulado “Encarando o poder: velhos insights, novas questões” (2003) quando sinaliza para o cuidado com o conceito de *poder*, tendo em vista ser “[...] uma das palavras mais carregadas de sentido e polimorfos do nosso repertório” (WOLF, 2003, p. 325) e quando enfatiza que:

Ao mesmo tempo, falamos freqüentemente de poder como se todos os fenômenos que o envolvem fossem de alguma forma redutíveis a um centro comum, a alguma essência interna. Isso traz à mente imagens monstruosas de poder, o Leviatã de Hobbes ou o Minotauro de Bertrand de Jouvenel, mas nos afasta de especificar os diferentes tipos de poder implicados em tipos diversos de relações.

O cerne desta pesquisa, portanto, afluíu para a tentativa de desconstrução, de deslocamento da perspectiva por assim falar, consensual de “tomar o poder político” referido a uma região específica – o Maranhão – como um conceito em si, universal e de validade irrestrita, afastando as especificidades e as ambivalências como práticas ricas em significados que só o contato com a empiria pode ofertar.

Refleti sobre o *poder político no Maranhão* procurando romper com a noção de um acontecimento homogêneo, pensando-o como ato prático que cria fatos em relações complexas e interdependentes. Refleti sobre esse *poder* efetivado em *poderes* e algumas vezes, o *poder* como prática de *plenos poderes*.

Nessa perspectiva, os saberes políticos não se restringem aos cânones de ciências específicas nem se reduzem ao debate sobre as autoridades instituídas que podem enunciá-los.

Quero dizer, o *poder político* não é uma prática circunscrita a um grupo, uma instituição ou atribuição de um indivíduo¹⁰ ou a um *corpus teórico* único.

O *poder político* funciona, o *poder político* circula. O *poder político* se movimenta nos interstícios das relações sociais, sendo ele mesmo um complexo de relações sociais. Recupero Foucault (1981, p. 34, grifos meus) nessa discussão:

O poder, eu acho, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. [...] O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetido a esse poder e também exercê-lo.

O *poder político* se inscreve nos espaços sociais, nas instituições, nas denegações e nas ausências configuradas nos discursos, isto é, na probabilidade de que “nem tudo é sempre dito”. Assim, nasceu a questão: *o que as práticas rituais do poder político no Maranhão querem dizer no que estava dito e naquilo que não foi dito?*

Os detalhes das práticas do poder sob a forma de rituais, símbolos, gestos, *habitus* e *performance* política do governante, podem sublinhar as relações complexas que dão existência ao *poder*; destacar as porosidades e as dissensões que marcam as incongruências do mundo social e do *campo político* que não é uma constituição apriorística.

Os detalhes, por vezes microscópicos do *poder*, estão eivados de significados que mostram as ambivalências das práticas dos poderes, mas também as tentativas de continuidade da ordem social estabelecida sob a forma de um espetáculo público que parece romper com as formas chamadas “tradicionais” de administração do espaço público.

Para pontuar a noção de *tradição* como uma das formas de aprisionamento à noção de *continuidade* como um interstício contínuo de atos, impressa tanto nas referências usuais quanto de algumas tendências da historiografia do Maranhão, lanço mão mais uma vez de Foucault (1997, p. 24, grifos meus):

Assim a noção de tradição: ela visa dar uma importância temporal singular a um conjunto de fenômenos, ao mesmo tempo sucessivos e idênticos (ou pelo menos, análogos; [...] autoriza a reduzir a diferença característica de qualquer começo, para retroceder, sem interrupção, na atribuição indefinida da origem; graças a ela, as novidades podem ser isoladas sobre um fundo de permanência.

¹⁰ Gostaria de especificar o uso da categoria *indivíduo* a partir da noção de Dumont (1985) que o trata como um valor ao se referir à oposição manifestada entre *sociedade* e *indivíduo*. Portanto, não se trata aqui de tomar o indivíduo e seu uso analítico como contraponto à idéia de *classe social*.

No conjunto de práticas políticas regionais, a noção de *tradição* significa uma prática adjetiva que visa dar sentido sistemático e contínuo a determinadas práticas. Pretende também, simultaneamente, ser o marco da pretensa clivagem entre dois *maranhões* reinventados a partir do projeto político de José Sarney para o Maranhão – *finis política* – nos meados dos anos de 1960, conforme análise adiante.

É, portanto, uma noção operacional que se prestou para questionar pretensas divisões nas formas de gestão governamental e assim, demarcar pares de oposição presentes nos esquemas usuais de percepção, quais sejam, *atraso x modernidade*.

Enquanto *finis política*, o Maranhão foi o móvel para pensar as práticas políticas reatualizadas de formas diversas por estratégias – principalmente os *rituais performáticos* das campanhas eleitorais de Roseana Sarney Murad – que passam pela heresia da ordem instituída, confirmando-a, e pelas aparentes ortodoxias de tais práticas.

Quero dizer, o cenário político não é único, coerente e consensual, porém pleno de signos diversos que apontam heresias à ordem instituída, embora nem sempre tais heresias estejam a serviço de uma dada transformação política em relação ao que se encontra estabelecido nas lutas e nas posições que conformam o *campo político*.

Interessante notar que nos anos 60, precisamente na gestão de José Sarney, o atributo “novo” tendeu a se revigorar nas gestões seguintes, tomando por base a força do *habitus* de confronto entre pares de oposição para definir a noção de “desenvolvimento regional no Maranhão”: “novo/arcaico”, “novo/atrasado” e assim por diante.

Esta reflexão é, sobremaneira, uma espécie de convite que faço para apreender, no ato de uma pesquisa, alguns meandros das práticas que permitem questionar se há ressignificações na tensão entre o espaço público – a *praça (ágora)* – e o espaço do doméstico – a *casa (óikos)* nos procedimentos de gestão do Maranhão.

As práticas de poder no Brasil referidas ao corte da região (*finis*), quer seja na relação entre capitalismo e sociabilidade brasileira, quer seja na dimensão “privada” da gestão de espaço público por grupos ditos “tradicionalmente” dominantes, ou ainda o imbróglio entre o denominado “desenvolvimento regional” e a construção de planos e programas em nível de administração federal, falam para além da análise dos dilemas que ali se inscrevem.

Falam do dilema de atribuir significado e sentido às práticas políticas específicas no Brasil ligadas às formas de ação ditas “tradicionalistas” e “conservadoras” de exercer o *poder* ou os *poderes*. Eu aqui me detive nas relações de sociabilidade político-regional ligadas ao chamado *Maranhão Dinástico*.

E penso *Maranhão Dinástico* como um *período não-ortodoxo e não-linear* que pode ser tomado como uma permanência de uma prática de poder, cuja duração é traduzida pelas relações constantes e contínuas de dominação política que “[...] pode significar apenas a probabilidade de que o comando será obedecido [...]. O fato é que a dominação depende apenas da presença real de uma pessoa emitindo com sucesso comandos a outros”. (WEBER, 2000, p. 107-108, grifos meus).

Ressalto que *Maranhão* não é um *espaço* geográfico, econômico em si quando submetido ao tratamento metodológico, mas um espaço simbólico que serve para exprimir um projeto de dominação política e práticas de poder pessoais, reinventado por José Sarney, em 1966.

Falo de um Maranhão submetido às regras de um possível projeto individual de poder político, sabendo que esse projeto: “[...] não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se dentro de um *campo de possibilidades*, circunscrito histórico e culturalmente, tanto em termos de sua própria noção de indivíduo¹¹ como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes”. (VELHO, 1999, p. 27, grifos do autor).

Discuto os *maranhões*, como possíveis plurais que nascem de discursos¹² e *saberes* também múltiplos dos agentes sociais, cuja *eficácia* da sua *crença* (MAUSS, 1980) está assentada na correlação das forças sociais que configuram o campo político.

Pontuei a questão relativa à *crença* (MAUSS, 1980) como uma atitude coletiva a qual está respaldada na legitimidade de um agente ou um grupo de agentes exercer o poder político. É a crença política aliada à eficácia simbólica dos discursos e das *performances* nas campanhas eleitorais que tento sondar como estratégias primordiais de produção e reprodução do poder político no *Maranhão Dinástico*.

A prática governamental de José Sarney esteve assentada na crença de poder enunciar fatos e dispositivos, aceitos como se fossem dados e não construídos. Cabe sempre ao governante não só fabricar-se como, ao fazê-lo, fabricar a crença.

Refiro-me à análise e explicação da *magia* de Mauss¹³ (1980) que asseverou que a crença do mágico e aquela do público não são coisas distintas, mas reflexas, porquanto a

¹¹ Esclareço que Velho (1999, p. 26, grifos meus) se refere à noção de indivíduo desta forma bem mais enriquecedora metodologicamente: “Já se o indivíduo é percebido como tendo uma dimensão fabricada culturalmente que é acrescentada ao agente empírico (unidade biológica), há que relativizar a noção de projeto individual.”

¹² Utilizo a noção de discursos “[...] como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”, conforme Foucault (1997, p. 56). No entanto, convém tratá-los como “[...] um bem simbólico que pode receber valores muito diferentes segundo o mercado em que ele está sendo colocado.” (BOURDIEU, 1983, p.164).

¹³ Conforme no clássico trabalho que é uma espécie de cânon para as posteriores abordagens sobre a eficácia simbólica – *Esquisse d'une théorie générale de la magie*.

simulação do mágico não é possível senão em razão da credulidade pública¹⁴ e circunscreve a definição da crença pelo atributo de coletividade, uma espécie de força construída socialmente por um grupo que partilha idéias e noções. Disse:

Qui dit croyance, dit adhésion de tout l’homme à une idée et, par conséquent, état de sentiment et acte de la volonté, en même temps que phénomène d’idéation. Nous sommes donc en droit de présumer que cette croyance collective à la magie nous met en présence de sentiments et de volitions unanimes dans tout groupe, c’est-à-dire, précisément, des forces collectives que nous cherchons. (MAUSS, 1980, p. 95, grifos meus).

Em se tratando de analisar o *Maranhão* no singular, por assim dizer, ele está pleno de atributos que lhe conferem a aparência do *consenso*, da naturalidade, como se tivesse sido maiúsculo desde sempre, por assim dizer. Isso é traduzido na fala dos agentes produtores do discurso político, nos planos de governo, nas agências de gestão pública, nos projetos e dispositivos de gerenciar a *res publica*.

As *continuidades* (FOUCAULT, 1997) de estratégias e práticas políticas se constituem em problema epistêmico, por ofertar essa noção prática de homogeneidade e continuidade. Coube a mim, pela análise metodológica, tentar derrogar essa familiar idéia social.

Do mesmo modo, as dispersões e clivagens parecem ser a heterodoxia onde a ortodoxia das práticas políticas estão presentes e não ausentes. Na verdade essas pseudoclivagens parecem ser um conjunto de significados e sentidos que aparentemente se diferenciam de práticas anteriores.

O *consenso* que utilizei aqui está referido a essa noção operada por Bourdieu (1992a), como sendo o indicativo do desconhecimento pelos agentes do mundo social como espaço de conflitos, interesses e lutas pelas visões e *di-visões* que fundam esse mundo.

O *consenso* como ortodoxia e fundado pela *crença coletiva*, assegura a reprodução da ordem social através da interiorização das regras pelos agentes sociais.

Notei que a *crença coletiva* assegura, de certa forma, a identificação do projeto *Maranhão Dinástico* com os esquemas explicativos, as visões de mundo que trazem os discursos tidos como consensuais e neste caso: “O poder das palavras não reside nas próprias palavras, mas nas condições que dão poder às palavras criando a crença coletiva, ou seja, o

¹⁴ “Ainsi, la croyance du magicien et celle du public ne sont pas deux choses différents; la première est le reflet de la seconde, puisque la simulation du magicien n’est possible qu’en raison de la crédulité publique.” (MAUSS, 1980, p. 95).

desconhecimento coletivo do arbitrário da criação de valor que se consoma através de um determinado uso das palavras". (BOURDIEU, 2004, p. 161-162, grifos meus).

No plural, *maranhões* apontam relações, evidenciam ambigüidades, podem provocar perplexidade nas evidências que são desconsideradas por serem tão *e-videntes*. Em minúscula e no plural, *maranhões* podem ser um *contexto confinado* (GEERTZ, 1989), pleno de significados e sentidos.

Porém, são por esses *maranhões* que circulam e funcionam mais visivelmente os poderes políticos cuja expressão se evidencia no trabalho incessante de *dominação política*¹⁵.

Esse trabalho de *dominação política* por ser mais específico, mais restrito, como atesta Weber (2000), confere um significado social mais duradouro no trabalho de construção do *habitus* coletivo sobre as práticas de poder político.

Refiro-me ao projeto construído por José Sarney na campanha e durante governo do Estado do Maranhão, o qual registra uma aparente clivagem com as formas ditas "tradicionais" de gestão estadual.

Essa gestão estadual e posteriores inserções de José Sarney nas ações políticas do Maranhão são indicativos de análise para pensar as formas de continuidade e de clivagens no projeto político inicial, ou seja, parental, por Roseana Sarney Murad, inclusive quando suas bases políticas parecem balançar. Dito de outra maneira, pensar de que forma o poder político no Maranhão foi reconstruído de forma *dinástica*¹⁶ e os agentes produtores dessa forma de exercício político e sua conseqüente reprodução.

Fui buscar os discursos de agentes sociais em jornais e revistas, – limitando-me a eles pelas minhas condições físicas –, da candidatura de Roseana Sarney Murad ao governo

¹⁵ Utilizo a noção de *dominação política* weberiana a qual supõe uma relação de mando e obediência entre as partes que estão envolvidas nessa relação. Para melhor especificar, Weber entende que o *poder* é "[...] a oportunidade existente dentro de uma relação social que permite a alguém impor a sua própria vontade contra a resistência e independentemente da base na qual esta oportunidade se fundamenta". (WEBER, 2000, p.107). Enquanto que por *dominação* "[...] entende-se a oportunidade de ter um comando de um dado conteúdo específico, obedecido por um dado grupo de pessoas". (WEBER, 2000, p. 107).

¹⁶ A noção operacional que utilizo se refere ao conjunto de argumentos desenvolvidos por Bourdieu num artigo publicado em "Actes de la recherche en sciences sociales" denominado de "De la Maison du roi á la raison d'État: um modèle de la genèse du champ bureaucratique" (1997). Refiro-me, assim, ao exercício de poder político dinástico como uma forma privada de poder - "[...]dun mode de reproduction familial (ignorant la coupure entre le public et le privé" (BOURDIEU, 1997, p. 61) – e de exercício privado desse poder, conforme acentua Bourdieu (1997, p. 63): "Le pouvoir personnel (qui peut n'avoir rien d'absolu) est appropriation privée de la puissance publique, exerce privé de cette puissance". A forma dinástica – monopolização do espaço público – é a minha referência inicial e se alicerça na confusão entre o espaço público e o espaço privado dotados, em princípio, de lógicas distintas, mas que na *ordem dinástica* se tornam nebulosos, confusos e indistintos. Nesse parâmetro, tomo como ponto de referência metodológica a questão: "La Cour¹⁶ est un espace à la fois public et privé; qui peut même être décrit comme une confiscations du capital social et du capital symbolique au profit d'une personne, une monopolisation de l'espace public." (BOURDIEU, 1997, p. 63, grifos meus).

do Estado do Maranhão em 1994 e 1998, bem como aqueles relativos às eleições presidenciais de 2002 e a retirada dessa candidatura em março de 2002.

Reporto-me a agentes sociais que são atinentes às relações construídas na *ordem de sucessão* (BOURDIEU, 1993), quais sejam: jornalistas, intelectuais, (*e*)leitores, José Sarney e Roseana Sarney Murad.

Trabalhei aqui com uma das probabilidades desse tratamento que são as representações sociais construídas sobre o exercício de “poder político” no Maranhão, sobre “Maranhão” e sobre “Roseana Sarney”, esta enquanto agente real envolvida na rede de relações políticas e de sociabilidade que permeiam o jogo político na *ordem de sucessão*.

O critério de corte epistemológico foi a posição desses agentes na *ordem de sucessão* do *centro de poder*, sendo detentores de posições consagradas no campo político, jornalístico e no circuito da denominada “opinião pública”.

E, sobremaneira, um jornal de circulação regional, porém dotado de uma particularidade que o autoriza a ser levado em conta neste percurso: um jornal – O Estado do Maranhão – de propriedade de José Sarney. Isto não exclui os demais jornais da posição de formadores da chamada “opinião pública”, mas o Jornal O Estado do Maranhão é um intrincado complexo de formação de informações pelo critério de falar sobre quem detém a sua propriedade, sendo ele ainda, o jornal de maior circulação no Maranhão, o que parece lhe conferir uma posição específica no campo jornalístico.

Os jornalistas por fabricarem acontecimentos e estarem em trabalho constante de produção das representações sociais sob a forma de reportagens, informações, entrevistas, editoriais, bem como submetidos muito mais à lógica de mercado do que à lógica que autoriza o funcionamento do campo jornalístico e sua relativa autonomização, são agentes que conferem poder sobre os acontecimentos que fabricam.

São agentes também que fabricam a base da sua autoridade: a crença de serem reconhecidos pela pretensa “abordagem imparcial dos fatos” e desconhecidos como agentes em luta pela imposição do “poder da verdade”.

São agentes sociais que trabalham de maneira bastante eficaz na produção e na reprodução da violência simbólica¹⁷ porque sabem como especialistas, trabalhar de forma precisa com o arbitrário cultural.

Os jornalistas – como agentes sociais, concretos, situados numa rede de relações sociais que os difere entre si – têm, portanto, muito a dizer sobre “poder político no Maranhão”, sobre “Maranhão” e sobre “Roseana Sarney”. Enfim, sobre o *evento* (TAMBIAH, 1996) que manifesta a *ordem de sucessão*.

O outro grupo de agentes são os (*e*)leitores que polemizam com o conteúdo de uma das revistas, suscitando uma autêntica *querela* com os jornalistas da Revista Veja, em face de uma matéria considerada por esses (*e*)leitores, “discriminatória” por atingir num só golpe o escândalo político e financeiro – o chamado “escândalo Lunus”¹⁸ – que inviabilizou a candidatura de Roseana Sarney Murad, bem como o Maranhão de forma geral, como se ali não comportassem algumas ponderações. No entanto, a *novidade* e o *impacto* que nutrem a mídia e a política não parece ter lugar para essas ponderações.

Quanto a Roseana Sarney Murad e José Sarney, um dos motivos mais incisivos não é o mais importante: trata-se de relações políticas complexas não só porque são “relações de parentesco” (*gêne*), mas também por estenderem as relações domésticas ao domínio público ainda que, José Sarney já o tenha feito anteriormente em seu próprio governo estadual e através daqueles que foram ou que são seus *filhos políticos*¹⁹.

Os projetos desses políticos se sedimentam no exercício das práticas pessoais de poder; é fazer com que todos os outros políticos sejam dispensáveis. Nesse ponto, a *fides* parental parece que não teria a mínima importância para a continuidade do exercício dinástico.

Apesar dessa suposição, as representações construídas por Roseana Sarney Murad – auto-representação – e por José Sarney sobre Roseana Sarney Murad – auto-representação

¹⁷ Marco a noção de *violência simbólica* como sendo uma “[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de aprender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado [...]” (BOURDIEU, 1998a, p. 7-8).

¹⁸ Reporto-me ao escândalo político-financeiro que envolveu a pré-candidata do PFL às eleições presidenciais de 2002, e o seu marido Jorge Francisco Murad Júnior em negócios escusos na empresa *Lumus* de propriedade dos dois. Foram eles denunciados ao Ministério Público de Tocantins, após a Polícia Federal apreender no dia 1º de março de 2002, na sede da empresa no bairro do Renascença (São Luis-MA), uma vultosa quantia de dinheiro em espécie ali guardada.

¹⁹ *Filho político* é uma noção que desenvolvo para dar conta das relações entre os membros de um grupo político e suas atuações dentro desse grupo. Especificadamente, refiro-me aos governadores de Estado que sucederam José Sarney e que guardavam certa relação de fidelidade política a ele, exceção feita a Oswaldo Nunes Freire, conforme análise em “A Reinvenção do Maranhão Dinástico” (2000).

denegada – foi um doloroso exercício iniciático para uma *arqueologia* (FOUCAULT, 1997) dos conceitos usuais de reprodução do trabalho de *dominação política*, um arremedo de pôr em suspenso as noções *doutas* com as quais opero as visões e divisões de mundo social.

Sublinhei o *discurso-veredito*²⁰ dos jornalistas sobre “Roseana Sarney”, sobre “poder político” e sobre “Maranhão” mediado pelo *discurso-opinião* dos (*e*)leitores das revistas tomadas aqui como material de pesquisa.

Tentei marcar também o *discurso-performativo* de Roseana Sarney que me permite apreender as *autorepresentações* que ela constrói sobre si mesma, as *representações* que constrói sobre Maranhão e sobre a condição de uma provável “herdeira” de uma *ordem de sucessão* (BOURDIEU, 1993). Procuo interceptar esse discurso pelo *discurso-dinástico*: José Sarney fala da filha e por ela fala de si e sobre si.

As representações configuradas aqui, são entendidas como resultado do trabalho de *incorporação* de esquemas de percepção e de apreciação dos agentes, em rede de relações, sobre o mundo que falam, que denegam, que não falam, mas que de uma forma ou de outra, constroem realidades sobre as realidades sociais. Trata-se de um trabalho de produção e reprodução social da realidade.

As regras do jogo político no Maranhão permitem a autonomização do campo político – polissemias, “dizer é fazer” que equivale às promessas, à formação fluida de alianças políticas, às relações familiares das práticas políticas, as quais domesticam práticas sociais tanto para reforçar o aparente sentido da “intimidade político/eleitor”, quanto para manter sob controle as estratégias de *dominação política* no âmbito de um determinado segmento.

O mapeamento – uma *cartografia dos espaços de poder* – dos rituais de campanha, das formas de demonstração de prestígio, dos signos, das insígnias, dos ícones e das *performances* políticas nas campanhas eleitorais de Roseana Sarney Murad deram um indicativo das formas de exercer poder e das formas de interagir poderes nem sempre macroscópicos (ver APÊNDICE H).

Esses espaços de poder sinalizam para os atos e rituais que envolvem a dramatização e a exacerbação das palavras, dos gestos, das atitudes, num plexo emocional demonstrado e negociado em arena pública – nos espaços de política (podem ser palanques,

²⁰ Utilizo essa noção que tento construir para demarcar as relações entre os diversos discursos nos jornais e nas revistas. Assim, as noções de *discurso-veredito* para os jornalistas e intelectuais que escrevem e analisam as relações de poder no Maranhão naquele contexto das eleições de 2002, *discurso-opinião* para os (*e*)leitores, *discurso-performativo* para Roseana Sarney e *discurso-dinástico* para José Sarney.

carreatas, depoimentos, entrevistas, notas jornalísticas). Significam também a dramatização como uma das *performances* mais significativas de Roseana Sarney Murad.

Tomei como critérios constitutivos da elaboração epistêmica do objeto de investigação, os seguintes ângulos:

- Maranhão como *fronteira política*, cuja especificidade são as práticas políticas de ordenamento privado, buscando as formas de ressemantizações dessas práticas do projeto *Maranhão Dinástico*, no exercício de composição da figura pública e política de Roseana Sarney Murad no decurso de sua campanha a deputada federal em 1990, e nas suas campanhas eleitorais ao Governo do Estado em 1994 e 1998, nos momentos de derrisão desse projeto que o colocam em suspenso, numa demonstração da dinâmica das relações e correlações de forças políticas.
- As dimensões políticas *do tempo de política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995)²¹, pela apreensão das estratégias de produção e de reprodução da dominação política e das formas de sujeição, pela construção de uma arqueologia do uso social de noções incorporadas e não questionadas na *cultura* (GEERTZ, 1989), a exemplo de “Maranhão”, “poder político”, “oligarquia” “oligarquia eletrônica”, “grupo político”, “clã político”, “sucessão política”;
- As oscilações na *dinâmica das relações e correlações de força no trabalho específico de reprodução da dominação política*, as quais permitem apreender a igual dinâmica no processo de construção e de reconstrução da figura política e pública de Roseana Sarney Murad e no processo de manutenção da *dominação/sujeição* das práticas políticas do *Maranhão Dinástico*. Tomo dois eixos que podem ser indicativos de “*abalos na casa do rei*”, cada um deles guardando elementos diferenciais e semelhantes também: em 1994 quando Roseana Sarney Murad (PFL) quase perde as eleições para o cargo de Governadora de Estado, tendo como adversário no 2º turno, Eptácio Cafeteira (PPR); em 2002 quando Roseana Sarney Murad é a candidata do PFL às eleições presidenciais daquele ano e tem que desistir da candidatura face ao chamado “escândalo Lunus” em março de 2002, envolvendo a ela e seu marido Jorge Murad.

²¹ Isto é, a negociação dos compromissos, a redefinição de alianças e o reordenamento das relações sociais são inerentes nas campanhas eleitorais.

A construção do meu objeto epistêmico foi atravessada por várias conjecturas até chegar propriamente a questão fundamental: os *aspectos semióticos* das campanhas eleitorais de Roseana Sarney Murad, em 1994 e 1998, passando antes de tudo pela tentativa de responder como ela foi fabricada (*ficção*) pública e politicamente, o que se deu pelo *rito inaugural* de ser eleita deputada federal pelo PFL-MA em 1990.

Como foi construída a figura pública e política de Roseana Sarney Murad que permite a sua habilitação e legitimidade no campo político, tornou-se o foco da minha preocupação.

Pela possibilidade de construir um espaço das suas posições (BOURDIEU, 1996b) no campo político e esquadrihar a *topografia do poder no Maranhão Dinástico* – penso nos seguintes ângulos: atos de sagração e de consagração de Roseana Sarney Murad pelo volume de capital simbólico adquirido e de capital simbólico incorporado e pelas representações sociais construídas pelos biógrafos, pela mídia e também acionadas das auto-referências e autodefinições; as transgressões dentro da *ordem* para a constituição de uma aparente autonomia em relação ao *pai* – através das *performances* políticas de Roseana Sarney Murad.

Um dos sinais mais presentes na elaboração deste trabalho encontra-se numa frase de Balandier (1999, p. 25, grifos meus) quando diz: “As manifestações de poder não se dão bem com a simplicidade. A grandiosidade ou a ostentação, o decoro ou o fausto, cerimonial ou protocolo caracteriza-os geralmente”.

Em curtas palavras, a *espetacularização* da política é um teatro nascido da rede intrínseca de sociabilidades e interdependências entre os agentes construtores da ordem social. Nisso ancorei minha análise.

2 A CONSTRUÇÃO PÚBLICA E POLÍTICA DE ROSEANA SARNEY MURAD: ESTRATÉGIAS DE FABRICAÇÃO DE UMA GOVERNANTE E O RITO DE INICIAÇÃO NO CAMPO POLÍTICO

MACBETH – [...] E todos os nossos ontens não fizeram mais do que iluminar os tolos que leva o pó da morte. Apaga-te, apaga-te, chama breve! A vida não passa de uma sombra que caminha, um pobre ator que se pavoneia e se aflige sobre o palco – faz isso por uma hora, e, depois não se escuta mais sua voz. É uma história contada por um idiota, cheia de som e fúria e vazia de significado. (SHAKESPEARE. *Macbeth*, 2000, p. 124).

Refletir sobre a dimensão simbólica do poder político no âmbito das práticas de sociabilidade que estão referidas ao *Maranhão Dinástico* é uma tentativa que faço para construir uma espécie de socioanálise relativa a um projeto privado de exercício de poder político, com a ênfase central nos *dispositivos rituais ampliados*²² (AUGÉ, 1997). Estes são propícios para demonstrar as formas do exercício de algumas práticas de poder político: as campanhas eleitorais de Roseana Sarney Murad à Câmara de Deputados em 1990 e ao Governo do Estado do Maranhão, em 1994 e 1998.

Esse projeto dinástico desembocou na eleição de Roseana Sarney Murad, filha *biológica, social e política* de José Sarney, para deputada federal em 1990 e para a gestão do Estado do Maranhão em 1994, reeleita em 1998 e cujo *slogan* de governo, emblematicamente, foi “Um Novo Tempo”. Refiro-me ao retorno do atributo “novo”, utilizado também por José Sarney como *slogan* de campanha e também palavra - chave do seu governo em 1966: “Maranhão Novo”.

Roseana Sarney Murad em seu discurso de posse no governo do Estado em 1994, afirmou: “Vou marcar o meu mandato pela visão de um Novo Tempo. Tempo de mudar, tempo de construir, tempo de melhorar a sorte do povo”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 1 jan. 1995. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Ela acionou, como também fez o pai e outros mandatários da política do Maranhão, a exemplo José Reinaldo Tavares (2002-2006)²³ o atributo “novo”, remetendo simultaneamente à idéia da região ter sido num *passado remoto*²⁴ “muito rica e opulenta” e no *passado recente*, exatamente ao período de um antecessor político imediato, sinônimo de “atraso e subdesenvolvimento”.

²² “O *dispositivo ritual ampliado* permite considerar os efeitos mais ou menos longínquos (e mais ou menos esperados) de um ato ritual determinado [...]” (AUGÉ, 1997, p. 104).

²³ O *slogan* do governo de José Reinaldo Carneiro Tavares é “Um tempo de novos desafios”.

²⁴ Por isso, para definir melhor, uso as categorias *passado remoto* e *passado recente* (GONÇALVES, 2000).

O esquema explicativo usual acima remete, também, para noção de que a gestão estadual que controla as práticas de poder assume a marca do “novo”, trazendo consigo algo que a difira das demais. Assim, uma tentativa de produzir no conjunto do *habitus*, o significado simbólico da mudança, da diferença, da distância entre um governante e os demais.

Esse projeto dinástico de poder veio se consolidando e também sofrendo reveses próprios da dinâmica política, ao longo dos últimos 40 anos, centrado na figura política de José Sarney e hoje gravitando em torno de sua *filha biológica, social e política* Roseana Sarney Murad. Faço, nos próximos itens, uma espécie de desenho do cenário que vai referenciar a análise central a qual empreendo.

2.1 Na Ante-Sala no Palácio do Duque de Albânia: desenhando um cenário, sinalizando sentidos

KENT²⁵: Sei guardar um segredo importante, montar cavalo, correr a pé, estragar, ao contá-la, uma história interessante e transmitir confusamente uma mensagem simples; enfim, tudo que é capaz um homem comum: mais a minha maior virtude é a ligeireza. (SHEKESPEARE, O Rei Lear. 1991, p. 26).

A historiografia oficial²⁶ tende a tomar como marco de distinção entre “atraso” e “modernidade” política e administrativa no Maranhão, o governo estadual do então deputado federal eleito governador em 1965, José Sarney.

Tal dimensão historiográfica sedimenta suas análises em períodos e datas canônicas, em fatos que, ao contrário da heterodoxia política, recomendam “continuidade” e “tradição” no lugar daquilo que os esquemas usuais de pensamento tratam como rupturas no campo político.

Uma das mais conhecidas e *re-conhecidas*, portanto, legitimadas clivagens registradas pela historiografia política regional se refere ao período de campanha do deputado federal (1954-1965) José Sarney ao governo do Estado do Maranhão em 1965:

²⁵ O Duque de Kent um dos mais incisivos personagens da tragédia shekespeareana, neste ato, mantém um diálogo com o Rei Lear. A título de esclarecimento, no drama do autor inglês, o Duque de Albânia era genro de *O Rei Lear*, casado com uma das suas três filhas, chamada Goneril.

²⁶ Estou chamando de *historiografia oficial* a concepção tradicional de escrever e descrever os fatos a partir de um *pensamento de escola* (BOURDIEU, 1992a) reconhecido e legitimado nas instâncias de consagração (academias, institutos, universidades), que está referida aos historiadores que fazem da *continuidade* o centro do exercício de sua atividade, deixando de lado os pormenores considerados como acidentes, acontecimentos furtivos, etc. A *historiografia oficial* não trabalha com as dispersões, dissensões e rupturas, mas substantiva seu discurso no consenso e na homogeneidade dos fatos.

José Sarney, presidente da UDN maranhense, com sua candidatura a governador lançada em 1963, via o seu nome ganhar força tanto na cúpula, pela aglutinação de forças oposicionistas, como nas ruas, porque a população o identificava como alternativa para romper a velha estrutura dominante no Estado. (BUZAR, 2005, p. 2, grifos meus).

Comentadores regionais, tais como jornalistas, analistas políticos, editorialistas e alguns historiadores da política regional²⁷ acentuam que o projeto então proposto por José Sarney na sua campanha eleitoral e signo de seu de governo – o *slogan* denominado “Maranhão Novo”, – pretendia, como o próprio José Sarney (1970) enfatizou, um “novo período da história do Maranhão”, referindo-se aos períodos imediatamente anteriores considerados por ele como sendo de “atraso” conforme menciona novamente o jornalista Benedito Buzar:

Há 40 anos, começava a ser escrita uma das páginas mais importantes da história política do Maranhão. Aclamado por 112.062 eleitores no dia 3 de outubro de 1965, após uma campanha inovadora e consagrada, o então deputado federal José Sarney sacramentou uma mudança radical na realidade política que dominava o Estado. Com a sua eleição para o Governo do Estado pelas Oposições Coligadas, Sarney interrompeu mais de 20 anos de domínio do PSD vitorinista. (O Estado do Maranhão, São Luís, 2 out. 2005. Caderno Especial, p. 1, grifos meus).

Essa chamada “ruptura” está legitimada nas falas dos historiadores, jornalistas, acadêmicos, articulistas e se transformam numa “auto-evidência” – conjunto ou rol de questões que se escusam de quaisquer comprovações.

Neste caso específico, a divisão do Maranhão como *finis* política *antes e depois* de José Sarney é uma “auto-evidência” de conseqüências complexas, tendo em vista que a justificativa maior para tomar o fato como uma “ruptura” é que no inconsciente histórico²⁸ se constrói a relação entre Maranhão e a sua chamada “modernização” a partir de uma data específica: o início da gestão estadual de José Sarney em 1966.

Esse princípio parece querer ser o ponto de escansão da administração de José Sarney em relação às demais, porquanto o discurso político do então governador girou sempre em torno do resgate de um tempo de “apogeu” que teve lugar no “passado” do Maranhão.

²⁷ Cito para minorar a amplitude da informação, os jornalistas e articulistas políticos Joaquim Itapary, Benedito Buzar, José Louzeiro e o historiador Mário Martins Meireles.

²⁸ É mister atentar para o cuidado metodológico que Bourdieu expressa ao afirmar que: “La construction de l’État s’accompagne de la construction d’une sorte de transcendantal historique commun, immanent à tous ses ‘sujets’. A travers l’encadrement qu’il impose aux pratiques, l’État instaure et inculque des formes et des catégories de perceptions et de pensée communes, des cadres sociaux de la perception, de l’entendement ou de la mémoire, des structures mentales, des formes étatiques de classification. Par là, il crée les conditions d’une sorte d’orchestration immédiate des habitus qui est elle-même le fondement d’une sorte de consensus sur cet ensemble d’evidences partagées qui sont constitutives du sens commun”. (BOURDIEU, 2002, p.125-126, grifos meus).

É nas análises de fatos como se fossem dados e naturais que é possível encontrar nas falas dos mandatários políticos do Maranhão a concepção que se traduz na dualidade “atraso” x “modernidade”, pares de oposição que se prestam para revelar a tensão que existe entre o passado e o futuro.

Nos discursos oficiais, o *passado mais recente* é sinônimo de “atraso” – adjetivo para desqualificar o opositor político que governou o Estado – e o *passado mais remoto* como sinonímia de “apogeu”, de “progresso”, fundado no discurso da *ideologia da decadência* (ALMEIDA, 1983).

Trata-se, neste caso, permeando todo um conjunto de referências canônicas de Franco de Sá, Dunshee de Abranches, Jerônimo Viveiros, Teles de Macedo e outros, a noção de *ideologia da decadência* (ALMEIDA, 1983) para questões referidas à historiografia regional política.

Sobre essa noção de *ideologia da decadência*, destaco:

Ainda que os intérpretes oficiais procurem fazer a roda da história andar para trás, observa-se que a decadência não é tomada como uma repetição da barbárie. Uma não constitui reprodução integral da outra. O presente nunca é classificado de barbárie, embora exista um consenso sempre renovado em representá-lo em decadência. (ALMEIDA, 1983, p. 83, grifos do autor).

Tal noção comporta a visão de autores sobre a historiografia regional no que se refere às questões ligadas à economia do Maranhão, mas também, a figura de políticos que parecem “ideais” para resgatar um tempo de “prosperidade política”, perdida no presente, segundo os esquemas usuais.

Um exemplo disso são os apontamentos feitos no início do século XX, de Fernandes (2003, p. 53, grifos meus) intitulado “Administrações maranhenses: 1822-1929” indicando, dentre outras passagens as pretensões do governador Benedito Leite (1906-1908), com o objetivo de “acabar” com chamado “atraso material e moral” da região:

O ilustre Senador maranhense veio para o Governo, sem dúvida, trazendo consigo elevados intuítos de levantamento material e moral de sua terra. Criara um grande prestígio na política nacional, e vinha administrar com ensinamentos magníficos adquiridos na sua longa vida parlamentar.

[...] Tratou de incentivar a navegação em nossos rios. Enfim: ele próprio nos vai dizer de seus bons propósitos reveladores de um largo descontinuo, infelizmente incompatível com uma situação financeira deplorável [...].

José Sarney, na posição de governador de Estado em um dos seus discursos, mostra essa tensão quando se trata de resgatar um “tempo passado” e romper ao mesmo tempo com esse “passado”:

Venho do Velho Maranhão que foi província maior pela prosperidade econômica – de que ainda falam suas monumentais cidades e ruínas - e pelo esplendor da cultura – que é dos mais preciosos patrimônios nacionais hoje reduzido a uma renda per capita que não alcança US\$ 100 dólares/ano, com mais da metade de suas crianças em idade escolar fora das escolas, com taxa de mortalidade infantil de 212/1000, o Maranhão do extrativismo, da pecuária extensiva, da agricultura predatória, da indústria significando apenas 8% do produto bruto, mas onde a palavra desenvolvimento já tem hoje também magnífica ressonância. (SARNEY, J., 1970, p. 103, grifos meus).

Tornou-se lugar comum nas representações usuais e esquemas explicativos de historiadores como Dunshee de Abranches, Teles de Macedo e outros, denotar o *tempo presente*²⁹ como sinônimo de decadência e o *tempo passado* definido como um “tempo de prosperidade”, “tempo de apogeu” da então Província do Maranhão. Essa espécie de *síndrome de Proust*³⁰ (GONÇALVES, 2003) é geralmente comum e já usada em tempos do “Maranhão Província” do século XIX.

É viável perceber isso quando se lê o trabalho de Teles de Macedo intitulado “O Maranhão e suas riquezas” (2001, p. 19, grifos meus), constatando numa *Apresentação* apócrifa a noção de “Maranhão passado”: “Nessa magnífica ilha de São Luis, os velhos sítios atestam, ainda hoje, o bom gosto das gerações passadas do Maranhão [...]”.

Ratifica o autor a noção coletiva do que é chamado de *passado de apogeu, presente de decadência* (GONÇALVES, 2000):

Notemos que São Luis foi uma das primeiras capitais do Norte do Brasil que receberam iluminação a gás carbônico e uma linha de bondes de tração animal. Em compensação foi uma das últimas a possuir iluminação elétrica e a última a ser dotada de bondes elétricos!
Registra-se um período áureo da história do Maranhão que pode ser fixado nos últimos anos do Império e primeiros da República, em que se desenvolveram fortemente a indústria, o comércio e, mesmo, as letras”. (TELES DE MACEDO, 2001, p. 69, grifos meus)

²⁹ Refiro-me ao tempo sincrônico, cronológico.

³⁰ Refiro-me ao trabalho de Proust, “Em busca do tempo perdido” (1992) e, acrescento que: “Segundo Castro Faria, a noção de presencialidade do passado envolve todos aqueles recursos próprios de padrões de explicação já cristalizados na vida intelectual, que determinam que ao se falar de um dado tema tenha que se tomar como ponto de partida um evento rigorosamente datado, que se constitua numa espécie de espaço sagrado, que a tradição erudita reserva para que o presente possa ter seu princípio de compreensão”. (ALMEIDA, 1983, p. 198, grifos meus).

Esse discurso de uso corrente, que coloca o passado como “tempo de apogeu” e o presente como o “lugar da decadência e atraso”, é incorporado por José Sarney no século XX tanto no *tempo da política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995) quanto na sua própria gestão estadual, em *tempo cotidiano*.

O discurso da “decadência” é enfático também na fala dos formuladores das políticas oficiais da gestão de José Sarney: Bandeira Tribuzzi, Mário Leal, Joaquim Itapary, dentre outros.

É um tempo de persistência enfática desse discurso e um indicativo de *habitus* consistente e duradouro, funcionando como um pretense sinal de consenso de um grupo de agentes sociais em torno de um projeto, parecendo não haver dissenso a respeito, notadamente sobre os rumos econômicos do Maranhão.

Serve esta fala de José Sarney como amostra: “Assim a economia se debilitara, o sistema político degenerara, imobilizara-se a vida social e a cultura era um anêmico retrato da memória do grande passado.” (SARNEY, 1970, p. 111, grifos meus).

José Sarney estabelece uma analogia com os parâmetros do saber médico legitimado e consagrado para definir a região do chamado “atraso” que é abrangente, porquanto se refere não só, segundo ele, às questões políticas e econômicas, mas também ao que diz ser a “vida social e cultural”.

Trata-se de uma analogia cuja função é exaltar o *passado remoto* ao contrastar com o *passado recente*, de simbolicamente representar um quadro esmaecido (ele chama de “anêmico retrato”) do que seria o Maranhão *antes* que José Sarney assumisse essa gestão.

Por outro lado, pretendo remeter a questão das práticas de *poder político*³¹ a uma noção de *parentesco* que engloba não só o conjunto de parentes consangüíneos, bem como as relações instituídas social e culturalmente por aliança e o os parentes sociais tomados a partir das relações instituídas no espaço social (BOURDIEU, 1996b).

Chamo essas relações sociais e políticas de *cartografia do parentesco social ampliado*. Essa é uma noção que construo para dar conta da ponderação do conceito operacional de *parentesco* em Dumont (1996) e também aquela aventada por Radcliffe-Brown (1995).

Guardando as proporções, ambos desvinculam a noção de *parentesco* do critério consangüíneo e as evidenciam como relações sociais mais amplas e mais complexas. Por isso,

³¹ Tento desenhar este cenário respaldada, principalmente, na minha pesquisa e na configuração da minha dissertação de *Mestrado em Políticas Públicas*. Ali escandi procedimentos de gestão, estratégias, dispositivos, mecanismos de administração e de composição do aparato burocrático que reforçaram a continuidade e a permanência de procedimentos “tradicionais” que José Sarney dizia romper.

a noção de *parentesco social ampliado* tende a sugerir um conjunto de relações interdependentes aventando parentes por laços de sangue, por aliança e parentes sociais que são aqueles alçados numa relação política duradoura e igualmente interdependente, diferentemente daquilo que Duvignaud (1986) chamou de *laços de solidariedade* em contraposição aos *laços de sangue*.

2.2 A Pseudoclivagem Política na Gestão Estadual de José Sarney: fazer política à maneira de governar uma “casa”

Não queremos mais as chaminés das nossas fábricas apagando pelo descuido dos nossos governantes, não as defendendo da inflação nem dos processos de concorrência nacional. Não queremos mais os jovens e as jovens sem horizonte de trabalho; não queremos o Palácio dos Leões, o Palácio do Povo, encastelado na politicagem. Não queremos mais o caciquismo nem o nepotismo, nem o absolutismo, nem o negociismo e nem o carrancismo. (SARNEY, J., 1970, p. 45, grifos meus).

A heterodoxia que José Sarney jurava provocar no campo político do Maranhão não passou de um fortalecimento dos métodos ortodoxos de fazer política à maneira de governar a “casa”. Isto porque, ao romper com o grupo político liderado pelo senador Vitorino Freire, a que esteve aliado, não mudou as formas constitutivas de um projeto político pessoal para o Maranhão.

No final dos anos 50, tornaram-se enfáticas as desavenças políticas entre o senador Vitorino Freire, considerado líder da chamada “oligarquia no Maranhão” e Newton Bello, então Governador do Estado.

Vitorino Freire era contra a candidatura de Renato Archer ao Governo de Estado nas eleições que se avizinhavam, já sob o signo da ditadura militar e Newton Bello, a favor dessa candidatura:

O candidato natural do PSD era o deputado Renato Archer, político conceituado tanto em nível federal como estadual. Mas Castelo Branco, instigado pelos segmentos oposicionistas, passou a pressionar Newton Bello para impedir o lançamento de Archer à sucessão, sob o pretexto de que ele não merecia a confiabilidade do regime militar. Mas a resistência à candidatura de Renato não partia apenas da Revolução. O senador Vitorino Freire também não a via com bons olhos, pois o parlamentar mantinha ao longo do tempo, autonomia em relação à sua chefia. (BUZAR, 2005, p. 3, grifos meus).

Tentando dirimir a questão, Newton Bello sugeriu a mudança de Renato Archer como candidato ao Governo do Estado para o político aliado Costa Rodrigues, o que não foi

possível devido aos prazos estipulados pelos órgãos federais. Esse fato ocasionou o rompimento entre os dois e, conseqüentemente, o aprofundamento das tensões entre esses agentes no âmbito da estrutura de poder regional.

O campo político, pelas posições dos prováveis candidatos ao Governo do Estado, elevou a sua temperatura em *tempo de política*, acabando por acontecer rompimentos formais entre antigos aliados e apadrinhados políticos, em cujo centro gravitava o senador Vitorino Freire.

José Sarney, que havia iniciado sua carreira política, em 1954, como suplente de deputado federal pelo PSD, rompeu com o partido e com o seu *pai político* Vitorino Freire, em 1965. Fora Vitorino Freire responsável pela inserção de José Sarney no campo político, ao apoiá-lo nos seus primeiros passos na política, como aconteceu ao candidatar-se a deputado federal em 1954 pelo PSD.

Já filiado a UDN, José Sarney rompeu também politicamente com o governador Newton Bello, em 1962, quando respaldado pela votação expressiva para a Câmara dos Deputados, lançou-se candidato ao governo do Estado do Maranhão, com o apoio do General Humberto de Alencar Castelo Branco, Presidente da República, sob os holofotes da ditadura militar instalada no país em 1964:

A dois anos das eleições de outubro de 1965, eis que, em fevereiro de 1963, irrompe uma crise no PSD, provocada pela insubmissão de seis dos doze deputados federais, eleitos em 1962, à liderança do governador Newton Bello, os quais planejaram e executaram uma operação para afastar o chefe do Executivo estadual da órbita de influência do poder central. [...].

Para evitar que os rebelados ocupassem o espaço oposicionista, José Sarney simultaneamente arquitetou uma operação rápida e sedimentada com o PTN e PR, através dos quais pediu ao TRE o registro de sua candidatura ao Governo do Estado. (BUZAR, 2005, p. 2, grifos meus).

José Sarney, nos seus discursos de campanha e nas suas ações governamentais, dizia romper com o “[...] caciquismo, o nepotismo, o absolutismo, o carrancismo, o negocismo [...]” (SARNEY, 1970, p. 61) aludindo às ações e procedimentos de mandatários anteriores como sinônimos precisos de gestões governamentais, cujo fulcro se concentrava nos procedimentos privados em relação à dimensão³² pública das práticas de poder:

O Maranhão parecia um território inimigo, apenas destinado ao saque e à usurpação. Quando afirmamos hoje que nossa vitória é a libertação do Maranhão,

³² Utilizo a noção de *dimensão pública* em detrimento de outras noções, como instrumento operacional que me permite falar tanto dos procedimentos de práticas de governo, de práticas estatais quanto às práticas de poder que estão intrincadas na sociabilidade regional.

não se trata de uma simples frase de um fato social e político de incontestável realidade e valor. O slogan da nossa campanha foi sempre o de liberdade e progresso - liberdade através do expurgo desses métodos e dessa crosta, sem o que seria impossível qualquer desenvolvimento e qualquer tentativa de caminhar para oferecer melhores condições de vida ao povo. O eleitorado, felizmente, compreendeu e apoiou entusiasticamente, com sacrifícios, com determinação e com lutas de grande heroísmo, a batalha da liquidação total desse Maranhão da vergonha, do atraso, do desencanto. Cabe-nos agora comandar a batalha do progresso. Na nossa vitória esteve presente o desejo de mudar; o desejo de sepultar uma era toda de nepotismo, obscurantismo, de marasmo, de subserviência, de crime, de suborno, de dilapidação do erário público e de abastardamento da pessoa humana [...]. (SARNEY, J., 1970, p. 131, grifos meus).

José Sarney, enquanto governador de Estado falava, sistematicamente, do Maranhão como uma região estagnada economicamente e conformada pelo que denominou de “oligarquias do Maranhão” (SARNEY, J., 1970).

Essa noção de “oligarquia” serve ao discurso de desqualificar os procedimentos de uma gestão governamental, independentemente quem seja o chamado “oligarca”. Está presente nos discursos de José Sarney para desqualificar os inimigos políticos, como o fez em relação a Vitorino Freire, e está presente nos discursos dos seus inimigos políticos, que acionam a categoria para atribuir a construção da chamada “oligarquia Sarney” ao próprio José Sarney.

Pretendeu José Sarney ter a sua gestão como sinonímia de rompimento formal e político como ilustra essa fase que tanto acentuou: “A tarefa é de todos, co-responsáveis neste vento novo que sopra no Maranhão. Vento de planejamento, de administração e das decisões governamentais alicerçadas em critérios éticos”. (SARNEY, J., 1970, p. 151-152, grifos meus).

Ao ser eleito governador do Estado do Maranhão (1966-1970), José Sarney enfatizou o seu pertencimento a uma região (*finis*) específica, o Nordeste, e a partir daí sustentou um conjunto de dispositivos institucionais como uma agência de planejamento – SUDEMA –, a constituição de um corpo de *técnico-peritos* e a elaboração do I Programa de Governo do Estado do Maranhão – I PGEM (1968):

José Sarney instituiu um corte imaginário e arbitrário entre o *Maranhão de seus antecessores imediatos* e o Maranhão chamado *Novo*, a partir do que designara de *métodos de planejamento baseados na ciência e na técnica*. A criação de uma agência de planejamento estadual, a SUDEMA, e a legitimação dos peritos no subcampo burocrático foram fundamentais. (GONÇALVES, 2000, p. 152, grifos da autora).

O I PGEM (1968), fundado no discurso da identidade regional, foi o instrumento hábil de legitimação formal, de ruptura com o improvisado das ações governamentais dos seus

antecessores e mais do que isso, um dispositivo que acionou um segundo tipo de legitimidade³³ mais substantiva que a primeira para anteparar um projeto que dizia não seu, pessoalmente, mas de uma chamada “geração”³⁴:

Esse plano de governo, confiado à elaboração de técnicos maranhenses de elevado gabarito, visa a condição da infra-estrutura e realizar investimentos sociais que possibilitem no Maranhão a grande arrancada de desenvolvimento que resumiremos nos seguintes itens: Reforma Administrativa, visando a moralização e a eficiência da máquina do governo; Energia e Transportes, Educação e Saúde, Fomento Agropecuário e Industrialização. Para tornar este plano realidade, escolhemos uma equipe de Governo que a opinião pública já conhece e que é toda integrada de nomes que se impõem ao respeito e à admiração, pela extraordinária capacidade moral e competência. (SARNEY, J., 1970, p.144, grifos meus).

Não obstante, os aparatos, os dispositivos e os instrumentos de poder que pareciam apontar para uma gestão burocrática, José Sarney, ao dizer romper com as práticas do chamado “vitorinismo”³⁵, recompôs o exercício das práticas de poder pelos laços de consangüinidade (*gêne*), de parentesco³⁶ e de pessoalidade. Ele refez o *estado dinástico* pela incorporação de atributos do *estado burocrático* (GONÇALVES, 2000).

Percebi procedimentos usuais e substantivos no chamado projeto “Maranhão Novo”: reinstaurou o *estado dinástico* por critérios distintos daqueles adotados até então: um campo burocrático marcado pela pessoalidade das relações, pelas escolhas sustentadas nos laços consangüíneos e de parentesco por aliança, sendo uma intrincada *cartografia do parentesco social ampliado*. Assim:

Longe de promover uma ruptura, reafirmando a continuidade dos critérios anteriores, a contraposição de José Sarney é o dispositivo que permite uma plasticidade do agente no campo político. José Sarney é oposição vindo da estrutura de poder que combate. Longe de promover uma ruptura, aprimora o sistema de relações ditado. (GONÇALVES, 2000, p. 183, grifos meus).

³³ Aqui e nas demais análises que farei, a *legitimidade*, o que é *legítimo* remete a uma ação, instituição ou o uso que é dominante, mas desconhecido como tal, embora tacitamente reconhecido (BOURDIEU, 1998a).

³⁴ O chamado projeto “Maranhão Novo” foi tomado por José Sarney como um projeto coletivo, cujo fundamento era o que ele denominava de “Geração de 50” ou “Ressurgimento da Ilha”. Essa noção de “geração” própria para exprimir um sentido universalista e um caráter homogeneizador às pretensões de grupos sociais, foi aplicada para que o projeto pessoal e dinástico do agente fosse similar a um arcabouço de uma tarefa urgente para, segundo José Sarney, romper com a “inércia de uma província em decadência” (GONÇALVES, 2000). Naturalmente auto-instituiu-se como porta-voz oficial dessa “geração” e assim, desse projeto.

³⁵ “Vitorinismo” é uma classificação arbitrária, imposta na tentativa de instituir uma pretensa clivagem entre as administrações anteriores a José Sarney em 1965 (GONÇALVES, 2000).

³⁶ Noção operacional que nesta tese vai ultrapassar o sentido da *gêne* para alcançar laços de interdependências pessoais.

Apresentando o Maranhão como “a frente lógica de desenvolvimento”³⁷ para a constituição de processos de integração da Amazônia, José Sarney marca, com a *Lei de Terras* nº 2.979 de 17 de julho de 1969, o ponto alto de suas práticas de poder dinásticas: contrariando as pretensões da SUDENE de tornar parte da *região úmida* do Maranhão área de povoamento para o contingente oriundo das faixas áridas do Nordeste, José Sarney instituiu, pela referida lei o *mercado formal de terras* no Maranhão.

Com isso, favoreceu o início do processo de ocupação das terras por grandes e médios empreendimentos agropecuários no Maranhão. Obstruiu assim o projeto de colonização do Nordeste:

Com o valor mercantil das terras do Maranhão, explicitadas pelo chamado *preço unitário do capital fundiário* (Art. 25 da Lei 2.979/69), tem-se um fechamento dos recursos que comprime a economia dos pequenos produtores agrícolas a um espaço cada vez menor, agravando as tensões e os conflitos sociais no Maranhão. (GONÇALVES, 2000, p. 186, grifos da autora).

Para sintetizar esse projeto, Almeida (2000, p. 21) acentua o poder político instituído por José Sarney como um “sistema de reciprocidades positivas baseado em laços de consangüinidade e afinidades”.

Ainda, pelas sucessivas posições que José Sarney ocupa, nos diversos campos de poder, notadamente no campo político como aponta a figura que se segue, ele ultrapassa o sentido de consangüinidade (*gêne*) e se afirma como gestor de todos os governantes do Maranhão entre 1970 e 2004, exceção feita ao governador Oswaldo da Costa Nunes Freire:

Quadro 1 – Mandatários do Maranhão de 1970 a 2002

Ordem	Governante	Período
01	Antonio Jorge Dino*	1970-1971
02	Pedro Neiva de Santana	1971-1974
03	Oswaldo da Costa Nunes Freire	1974-1979
04	João Castelo Ribeiro Gonçalves	1979-1982
05	João Rodolfo Ribeiro Gonçalves*	1981-1982
06	Luiz Alves Rocha	1982-1986

³⁷ Ao apresentar o Maranhão como a “frente lógica de desenvolvimento” (SARNEY 1970, p. 87), ao aproximar as concepções de desenvolvimento com o que denominou de “surto de povoamento e produção agropecuária”, ao entender que isso se trata de um *fenômeno*, com respaldo naquilo que denominou “evidências”, José Sarney aponta para a constituição de fronteiras mais à Amazônia e menos ao Nordeste. Enquanto o GTDN (1959) apontava a direção do Maranhão para o Nordeste, José Sarney deslocava-a para a Amazônia.

07	Epitácio Cafeteira Affonso Pereira	1987-1990
08	João Alberto de Sousa*	1990-1991
09	Edison Lobão	1991-1993
10	José Ribamar Fiquene*	1993-1994
11	Roseana Sarney Murad	1994-1998
12	Roseana Sarney Murad	1999-2001
13	José Reinaldo Tavares*	2001-2002
14	José Reinaldo Tavares	2002-2006

Fonte: Jornal Pequeno. Editorial. São Luís, 15 de março de 2005.

*Vice-Governadores que assumiram o governo quando os titulares saíram como candidatos ao cargo de senador da República.

Esse quadro é composto dos governadores que exerceram seus mandatos após a gestão estadual de José Sarney e apresenta algumas peculiaridades políticas, porquanto ora assumem como resultado das negociações políticas com o governo federal, lideradas por José Sarney, ora resultado, também, das relações familiares estreitas (como por exemplo, João Castelo e José Sarney são compadres, sendo José Sarney padrinho de batismo de um dos filhos de João Castelo), bem como resultado das alianças regionais e partidárias entre eles.

Antônio Jorge Dino assumiu na qualidade de vice-governador do Maranhão para que José Sarney se candidatasse, em 1970, ao cargo de Senador da República, pela extinta ARENA.

O golpe militar de 1964 trouxe no seu bojo o *Estado de Exceção* onde direitos políticos foram cassados e suspensos, inclusive as eleições diretas majoritárias. Nesse período os governadores eram eleitos de forma indireta, apontados pelo regime militar, representados nas figuras dos chamados “governadores biônicos”.

José Sarney, pertencente aos quadros da ARENA que era a base de sustentação do governo militar, indicou para o governo do Estado do Maranhão, seu ex-secretário de Fazenda (GONÇALVES, 2000), o médico Pedro Neiva de Santana, seu compadre João Castelo e seu aliado político, o então deputado federal Luiz Alves Rocha. Anterior aos governos de João Castelo e Luiz Rocha, o presidente da República, Ernesto Geisel, escolheu para governar o Maranhão um desafeto político de José Sarney, o médico Oswaldo da Costa Nunes Freire (1974-1979). Exceção ao que parecia uma regra.

A partir de 1986, com as eleições diretas recuperadas, José Sarney ocupando a Presidência da República (1985-1991), ofereceu amplo apoio político à eleição de um antigo

inimigo político seu, Eptácio Cafeteira, que também se afastou para concorrer ao senado, deixando em seu lugar o vice-governador e aliado político, João Alberto de Sousa.

Edison Lobão, aliado político de José Sarney que sucedeu a Cafeteira, teve total apoio daquele, já senador da República pelo Estado do Amapá. Sucedendo a Edison Lobão, a peculiaridade da eleição e reeleição de Roseana Sarney Murad, não só *filha política* de José Sarney, como sua *filha biológica e social*.

Quando, em 2002, Roseana Sarney Murad se candidata ao cargo de Senadora da República pelo PFL, é substituída pelo vice-governador José Reinaldo Carneiro Tavares, eleito governador de Estado nesse mesmo ano. Quanto a José Reinaldo Tavares, o chamado “rompimento político” em 2003 aconteceu após ter sido *filho político* de José Sarney, ter a sua identidade ligada com o autodenominado “grupo Sarney” visibilizadas nas posições de Vice-Governador nas gestões de Roseana Sarney Murad (1994-1998, 1998-2002) e como candidato a Governador do Estado do Maranhão, conforme o dissemos.

Acrescento que José Sarney toma os laços pessoais (a *gêne*) como critério de reinvenção de um projeto de política regional (*děme*)³⁸, fundamento do *Maranhão Dinástico*.

É perceptível o trânsito de José Sarney pelo campo político e pelo campo intelectual, o que não é próprio a Roseana Sarney Murad, sendo este critério, um elemento de dissensão entre ambos (ver APÊNDICE A).

A aproximação entre pai e filha, entre José Sarney e Roseana Sarney Murad vai ter contornos mais próximos somente no terreno político, ainda assim, diferenciais em termos de propriedades de posição desses agentes.

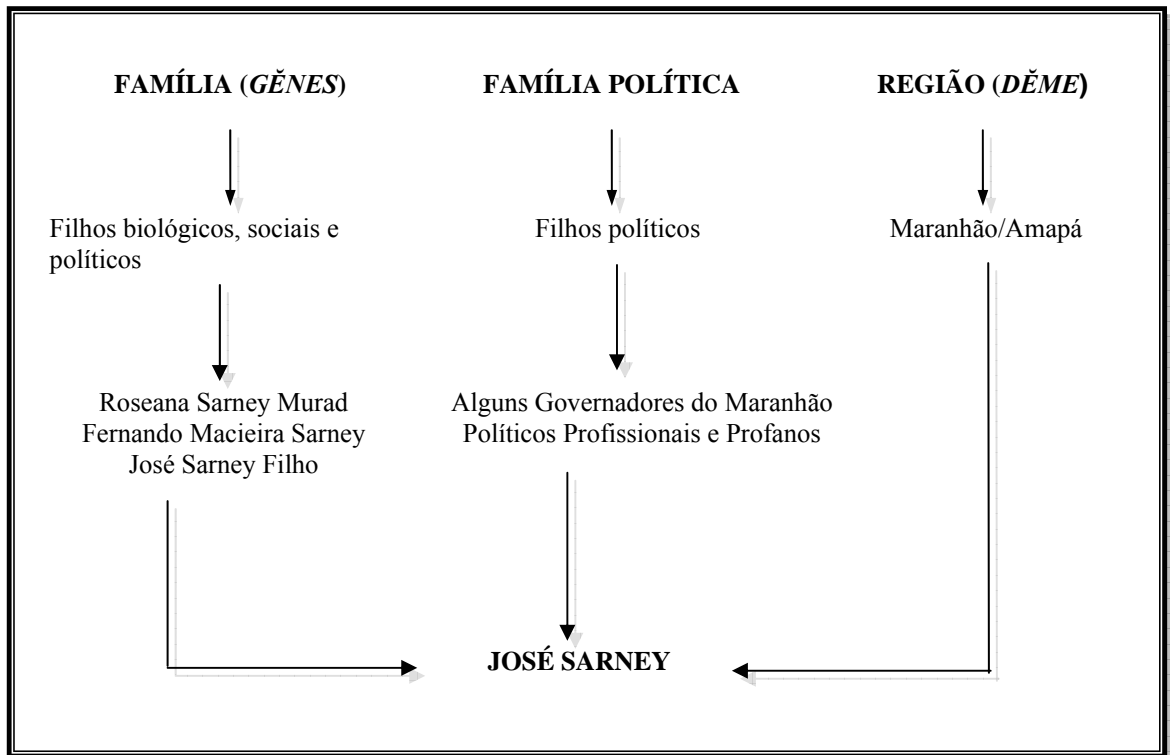
José Sarney, após governar o Maranhão pela via de rompimento formal com seu *pai político*³⁹, Vitorino Freire, se autoproclama *pai político* do Maranhão, ou seja, como “mandatário” de um sistema de reciprocidades políticas sustentadas no exercício privado do poder político, manifestado nas relações pessoais, nas alianças e fidelidades políticas entre esses agentes sociais.

Já consagrado e legitimado no campo político e intelectual, a partir de 1966, José Sarney pode ser definido como *pai político* num sentido mais amplo, que extrapola a relação consangüínea e define uma *cartografia do parentesco social ampliado* e permeado de correlações de forças e de relações de interdependência entre os membros do definido e também autodefinido “grupo Sarney”:

³⁸ As noções de *gêne* e *děme* estão fundamentadas nas análises de Jacques Rancière (1996) num artigo no Jornal A Folha de São Paulo, intitulado “Os ossuários da purificação étnica”.

³⁹ Antes de ser *pai político* do Maranhão, José Sarney se autodefine como *filho político*, e coloco-o, a partir da estrutura de poder do campo político regional, na posição de *pai político* (GONÇALVES, 2000).

Figura 1 – Tripé de paternidade política: José Sarney definido como *Pai Político*



Neste ponto há uma tensão: Roseana Sarney Murad é *filha biológica, social e política* de José Sarney, mas não a única em nenhum dos casos.

Primeiro, porque Roseana Sarney Murad tem outros dois *irmãos biológicos, sociais e políticos*: Fernando José Macieira Sarney e José Sarney Filho. Segundo, porque José Sarney tem aliados que também são seus *filhos políticos*. Aí, a *prole política* de José Sarney é bem vasta.

2.3 O Lugar da *Filha* no Cenário Político: posições no campo político regional e nacional – a marca da *liminaridade*

‘Por um Congresso mais bonito’ é o slogan que os amigos de Roseana Sarney escolheram para a sua campanha a deputada federal. (O Estado do Maranhão, São Luis, 19 jun. 1990. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Tenho a pretensão de assegurar em breves pontos as formas como Roseana Sarney Murad foi se aproximando politicamente de seu pai José Sarney.

A carreira política de Roseana Sarney Murad começou com o cargo de deputada federal em 1990. Nas eleições de 1994 foi eleita governadora do Estado do Maranhão. Situada

em posição semelhante no campo político que vinte e nove anos antes José Sarney se encontrava, reafirmou mais do que uma mera “herança naturalizada” nos padrões de explicações usuais, um exercício dinástico de práticas de poder político.

Foi reeleita governadora do Maranhão em 1998 e se tornou, nos meados de 2001 e início de 2002, pré-candidata do PFL às eleições presidenciais. Foi eleita, após renúncia dessa candidatura, Senadora da República pelo Maranhão (PFL).

Roseana Sarney Murad, em determinadas circunstâncias, marca sua singularidade pelos *atos liminares* (TURNER, 1967), ou seja, de alguma maneira a consolidação da sua posição até onde chegou seu *pai biológico*⁴⁰, *social e político* é interdita, como veremos no decorrer deste exercício de análise. Por exemplo, ao sair da região (Maranhão como *finis* política) para alcançar um cargo⁴¹ ou uma pretensa candidatura à Presidência da República em Brasília (2002), Roseana Sarney Murad permanece no *limite*, ou seja, não se consuma o fato político ao qual se propõe.

Desistiu, forçosamente, da candidatura à Presidência da República pelo PFL, dado o chamado “escândalo Lunus”, fato de proporções políticas e midiáticas nacionais, acentuando sobremaneira os rituais⁴² que envolvem as campanhas eleitorais. Ou seja, para produzir formas de manutenção de uma ordem⁴³ política ainda mais acentuadamente nos momentos de *crise* (TAMBIAH, 1997), de acirramento das tensões das forças sociais e políticas em correlação constante, é preciso criar estratégias⁴⁴ e redimensionar a prática política:

Eleições são espetáculos e competições pelo poder, são uma encenação performática do poder; nelas estão contidos a pompa, o terror, o drama e o clímax de uma política da multidão.

[...]

A noção de theater-state encontraria nas eleições, um exemplo ilustrativo da maneira como os participantes são mobilizados e incitados a uma ação de crescente

⁴⁰ Ele, *por um acaso*, assumiu a Presidência da República na condição de Vice-Presidente com a morte de Tancredo Neves em 1985 e ela, Roseana Sarney Murad, *não por acaso*, teve seu cortejo interrompido em relação à candidatura à Presidência da República com a publicização do “caso Lunus”.

⁴¹ Em 2004 foi cogitada para ocupar um Ministério na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, notícia veiculada nos meios de comunicação local e nacional.

⁴² Os rituais são, em princípio, expressões simbólicas. São práticas sociais eficazes para manter ou contestar uma ordem de coisas supostamente estáveis. Os rituais como expressões simbólicas conferem às práticas de poder significados que podem ser apropriados por grupos aparentemente díspares. Uma das formas de conferir à realidade social uma pretensa unidade é a eficácia simbólica dos rituais. Eles guardam a força de compactar num repertório de símbolos uma espécie de reorganização fabricada das ambigüidades sociais.

⁴³ Assinalo que a noção de *ordem simbólica* que emprego de forma freqüente não estão referidas a uma composição homogênea e consensual da realidade social construída, mas ao contrário, a *ordem* reivindica um complexo de ambigüidades e dissensões que movem e que resultam da luta pelo poder.

⁴⁴ Refiro-me à *estratégia* como a noção que significa que são “[...] ações objetivamente ordenadas em relação a fins que não podem ser os fins subjetivamente almejados”. (BOURDIEU, 1990, p. 67).

intensidade, que em virtude de uma preparação agonística, culmina em espetáculos e irrupções de violência – verdadeiras danças da morte – antes, durante e depois das eleições. (TAMBIAH, 1997, p.16, grifos meus).

Os rituais e dramatização do poder político também são instrumentos de considerável *eficácia simbólica* (MAUSS, 1980; LÉVI-STRAUSS, 1996) da reprodução do trabalho de dominação política, bem como de rearticulação/redefinição dos mecanismos de coesão de grupos sociais que já estão em posição de domínio ou a ela querem chegar.

O “escândalo político-financeiro Lunus”⁴⁵ tomou proporções nacionais, indo além da *periferia*⁴⁶ do poder, quando Roseana Sarney Murad, que se desloca para o *centro* do poder e retorna à *periferia* se candidatando ao Senado da República (PFL-MA), dirigida agora especificamente ao (*e*)*leitorado*⁴⁷ do Maranhão, logo ao lugar do “regional”. Proclamou:

Desde que meu nome, indicado pelo Partido da Frente Liberal, cresceu nas pesquisas, vocês têm assistido a um poderoso esquema mobilizado contra mim, contra minha família, contra meus correligionários.

[...]

Agora fico no Maranhão e peço ao povo do meu estado oportunidade de representá-lo uma vez mais no Congresso Nacional. (O Estado do Maranhão, São Luís, 24 abr. 2002, Caderno Política, p. 3, grifos meus)⁴⁸.

Deslocada do *centro* do poder para a sua *periferia*, Roseana Sarney Murad vale-se em tom apelativo, dramático, da identidade regional – “agora fico no Maranhão” – para anunciar a campanha nas eleições de 2002, visando o Senado Federal.

Ela fala em tom pessoal, o que traz à tona elementos ligados aos sentimentos de vitimização – a perseguição política que jura ser dirigida a ela – elementos aliados aos sentimentos de pertencimento a *dême* como algo peculiar à fala do seu pai, José Sarney.

Ao negociar com sentimentos privados, com a identidade regional, Roseana Sarney Murad não foge à regra da estratégia paterna, ainda que utilize o dom dramático de forma mais intensa, estabelecendo certa diferenciação entre as *performances* de ambos.

⁴⁵ Thompson (2002, p. 21) em estudo sobre *escândalo político* e sua relação estreita com a mídia, afirmou: “Apesar dos imensos recursos que são destinados nos dias de hoje a organizações de relações públicas governamentais e apesar do fato de que políticos e outras figuras públicas têm consciência de que suas atividades irão estar sujeitas ao imenso escrutínio da mídia, o escândalo não perdeu nenhuma de suas capacidades de romper o fluxo dos acontecimentos, de arruinar os planos mais bem construídos e, que por ele são tragadas. Como uma criança inquieta que se recusa a brincar de acordo com as regras, o escândalo é uma ameaça sempre presente àqueles que consagram suas carreiras à busca do poder e à conquista de sucesso nas aventuras da vida pública”.

⁴⁶ Chamo aqui, *periferia do poder* o corte regional da política, ou seja, o *Maranhão Dinástico* e, de *centro de poder*, as relações políticas abarcando a esfera federal em Brasília-DF.

⁴⁷ Como empiricamente minha pesquisa não chega a trabalhar diretamente com a categoria epistêmica e concreta de eleitor e uso a expressão para abarcar os diversos agentes que se envolvem tanto na leitura das questões políticas quanto aqueles que exercem o voto nas urnas.

⁴⁸ Roseana Sarney no comunicado de renúncia à candidatura para Presidente da República nas eleições de 2002.

Após o exercício de dois mandatos consecutivos como governadora de Estado (1994-1998, 1998-2002) quando é eleita Senadora da República em 2002, Roseana Sarney Murad torna-se, novamente, ocupante da posição de similaridade com José Sarney no campo político, com o diferencial que, desta vez, essa similitude de posições é simultânea, porquanto nesse momento ele também é Senador da República pelo PMDB do Amapá. Um senão os difere. José Sarney é eleito Presidente do Senado Federal (ver APÊNDICE B).

Em junho de 2004, justificando problemas de ordem pessoal, Roseana Sarney Murad pede 120 (cento e vinte) dias de licença do cargo de Senadora da República. Assumiu o suplente Mauro de Alencar Fecury. Voltou ao Senado após o término da licença aludida.

Este é um cenário, uma espécie de esboço traçado a lápis para situar conjuntamente o conjunto de questões que pretendo significar política e práticas de poder político regional.

Se há de se pensar em clivagens nas formas de gestão e nos dispositivos de poder, sugiro que a análise se encaminhe para uma suposta *transgressão dentro da ordem*, a exemplo da prioridade de Roseana Sarney Murad dada à imagem midiática ligada aos rituais, diferentemente de seu pai, José Sarney, que tendeu a construir a imagem da “modernidade”, por assim dizer, nos moldes “técnicos” do “planejamento”, voltado ao que é chamado de “desenvolvimento regional”.

Não obstante, os procedimentos não parecem diferentes no que diz respeito ao imbróglio entre a *gêne* e a *dême*, entre as tomadas de posição pessoal e burocrática. Ambos se valem das atitudes domésticas para gerir os negócios de Estado.

2.4 Postos e Entrepostos: o significado da construção do *parentesco social ampliado* e a ocupação de cargos e funções nos diversos campos de poder da política regional do Maranhão

Menino de 14 anos, José Sarney faz sua entrada triunfal no emaranhado das urnas. Disputou, após animada campanha eleitoral, com direito a discurso e comício, o cargo de Presidente do Centro Liceísta, em 1944. Reeleito, em 1945. Gostou das urnas e iria gostar das letras, com a reativação do jornal O Liceu, de parceria com seu irmão Evandro Sarney. (COUTINHO, 2001, p. 156-157, grifos meus).

O conjunto de relações estabelecidas no *Maranhão Dinástico*, prática de poder reinventada por José Sarney em 1966, quando governador do Estado do Maranhão, tem a sua complexidade sedimentada no vasto número de parentes consanguíneos e sociais, que compõe a *cartografia do parentesco social ampliado* (ver APÊNDICE D).

A principal estratégia de manutenção e de reprodução das práticas de poder político dinástico é a distribuição dos parentes consanguíneos, parentes por alianças, parentes por afinidades e relações de compadrio nos cargos e postos das diversas instituições sociais e políticas no Maranhão.

São diversas as instâncias que abrangem essa rede de parentela, perpassando a ocupação de cargos de direção nos *partidos políticos* – José Sarney Filho, líder do PV na Câmara dos Deputados –; nas instâncias de *poder judiciário* – a desembargadora do TJ-MA, Nelma Sarney, cunhada de José Sarney –; em *órgãos do poder executivo* e do *poder legislativo* – Roseana Sarney Murad, senadora da República pelo PFL/MA, filha de José Sarney, José Sarney Filho, deputado federal, Carlos Muniz Filho, deputado estadual pelo PFL/MA e ex-genro de Roseana Sarney Murad, Albérico França Filho, deputado federal pelo PMDB/MA e primo paterno de José Sarney, Evandro Sarney, conselheiro aposentado do TCE/MA, Álvaro França Ferreira, primo paterno de José Sarney, atual vice-presidente do TCE/MA.

Na *esfera econômico-administrativa*, Fernando Macieira Sarney e Tereza Murad Sarney, ele, Presidente do Conselho de Administração e ela, presidente do *Sistema de Comunicação Mirante*, filho e nora de José Sarney, respectivamente; no *campo intelectual e burocrático* – Evandro Sarney, membro da AML e conselheiro aposentado do TCE/MA; no campo jornalístico – Ivan Sarney, irmão paterno de José Sarney. Isto abre um leque propício para a presença constante dos membros da *cartografia do parentesco social ampliado*, garantindo certo *quantum* de peso ao volume de capital simbólico ao conjunto de agentes que pretendem garantir a permanência do *Maranhão Dinástico*.

Para melhor entender essa *rede de parentesco* e essas relações nos seus diversos significados e matizes, parto de uma “biografia” escrita pelo desembargador do TJ-MA, Milson Coutinho. Esta trata aparentemente da carreira e posições nos campos de poder do pai de José Sarney, o também desembargador Sarney Costa. Utilizei-a para elaborar uma *cartografia do parentesco social ampliado*, o qual desemboca nas formas de gestão e de práticas políticas no Maranhão.

Utilizo-me do pressuposto de que José Sarney, através do projeto chamado “Maranhão Novo”, não só restabeleceu uma prática privada de exercício político como também e para isso, foi constituída uma *rede de parentesco social ampliado*.

O conjunto de relações no campo político converge centrifugamente para a ocupação de postos nos diversos campos de poder que são considerados relevantes para a produção e reprodução do trabalho de dominação política, para o controle social de instâncias

chaves de poder político, tais como: os Tribunais, a Assembléia Legislativa, a Câmara Municipal e as Prefeituras Municipais. É uma estratégia prioritária de manutenção do poder dinástico.

Como exemplo, é possível observar, dentre muitos outros, os seguintes designativos, cada um correspondendo a um plano ou subplano do poder das instituições públicas. Uma espécie de *panopticon* moderno e simbólico para lembrar e fazer reconhecer o lugar de cada um no projeto político do *Maranhão Dinástico*.

Quadro 2 - Nomes e lugares simbólicos no projeto do *Maranhão Dinástico*

Plano ou Instituição	Nome
Município	Presidente José Sarney
Ponte em São Luis	José Sarney
Tribunal do Trabalho – 16ª Região	Fórum José Sarney
Tribunal de Contas do Estado do Maranhão	Palácio Governadora Roseana Sarney Murad
Centro de Ensino Médio em São Luis	Roseana Sarney Murad
Unidade Escolar no município de São de Ribamar ⁴⁹	Governadora Roseana Sarney
Centro de Ensino Médio No Município de Bacabal ⁵⁰	Presidente José Sarney
Creche Na Vila Operária no município de São de Ribamar	Creche Rafaela Sarney Murad ⁵¹
Maternidade pública	Marly Sarney
Passarela do Samba	Roseana Sarney Murad

Fontes: Diário Oficial do Estado de 19 de março de 1998
 Diário Oficial do Estado do Estado de 09 de novembro de 1995
 Observação direta da pesquisadora

Assim, simbolicamente está presente nas nomeações de prédios e instituições públicas que, através dos designativos dos membros consangüíneos da família de José Sarney, procura-se legitimar a preponderância da gestão dos negócios de Estado no Maranhão.

E o que mais chama a atenção é o fato do órgão responsável pela fiscalização das contas do Governo do Estado ser denominado de “Palácio Governadora Roseana Sarney

⁴⁹ Nome atribuído na gestão estadual de Roseana Sarney Murad em 1998, conforme Decreto nº 16.095 de 05 de março de 1998.

⁵⁰ Nome atribuído na gestão estadual de Roseana Sarney Murad em 1995, conforme Decreto nº 14.778 de 27 de outubro de 1995.

⁵¹ Filha de Roseana Sarney Murad e Jorge Francisco Murad Júnior.

Murad”, numa perspectiva de íntima confusão entre os vieses públicos e privados. Aparentemente, apenas uma denominação, mas as palavras ali inscritas e demonstradas querem marcar certa perenidade de posições políticas em relação às questões públicas do Estado. Pelo menos ali, ela será sempre a “Governadora” Roseana Sarney Murad.

2.5 Biografias, Biógrafos e Construção de Trajetórias: ilusão biográfica, alusão autobiográfica

Para pensar numa composição do que chamo de *parentesco social ampliado* e deixá-la à disposição das análises das práticas de poder dinástico regional, inicio as ponderações com um dos instrumentos contumazes de indicação de esquemas explicativos subjacentes ao inconsciente coletivo, os quais regem as composições de relações entre pessoas, lugares, posições e disposições, que é o gênero da “biografia”.

Falando desse gênero, Bourdieu (1996b) enfatiza que se trata de uma tentativa de constituir um todo ordenado, orientado e coerente, como uma vida organizada, construída por um começo, meio e fim. Acrescenta ele que a história de vida, as “biografias” são narrativas comprometidas com uma sucessão cronológica e: “[...] tendem ou pretendem organizar-se em seqüências ordenadas e de acordo com relações inteligíveis. O sujeito e o objeto da biografia [...] têm de certo modo o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência contada [...]”. (BOURDIEU, 1996b, p. 75, grifos meus).

Pondo as “biografias”⁵² e as “autobiografias” em suspenso por construírem *ex post* linearmente uma história de vida, tornando-as eivadas de sentidos coincidentes, laudatórios, predestinados, como se a vida fosse escrita antes de ser vivida, ainda assim, é esse gênero quem fornece dados que transformo aqui como lugares simbólicos de pertencimento do biografado.

As “biografias”, as histórias de vida estão referidas a uma busca incessante do começo. Elas parecem querer rastrear um ancestral que lhes conceda um atributo distintivo, dotado intrinsecamente da capacidade de sinalizar certo começo “heróico” e “nobre”.

⁵² Tomar uma biografia para esboçar uma *cartografia de parentesco ampliado* é apenas um recurso analítico, pelo qual busco a medida do possível pôr em causa as noções usuais dos esquemas doutos de explicação e de entendimento do mundo social.

As “biografias” pululam e são incorporadas habitualmente. Pretendo mapear uma espécie de *cartografia do parentesco ampliado*, tendo por *ego*⁵³ José Sarney, que possa sinalizar para uma rede intrínseca de relações pessoais, constante e desenhando uma rota de relações seguramente específicas: lógica privada mesclada com o sentido de “vocação” e de “herança genética” do biografado.

Esquadrinho o trabalho de Milson Coutinho (2001) denominado de “Sarney Costa: memória do primeiro centenário”. Ponho em suspenso as construções que ele aciona sobre “genealogia”, “origem”, “vocação”, “genética”, “herança”. Tento, ainda que indiretamente, ressaltar algumas representações de sociabilidade política implícitas e explícitas no contexto do livro, sobretudo da naturalização das relações privadas de poder na dimensão política.

Uso como um dos instrumentos para pôr em dúvida as noções construídas e sedimentadas pelo biógrafo Milson Coutinho, as relações de sociabilidade em que está inserido e a sua posição social⁵⁴, pela qual se inscreve em campos diversos de poder.

Além disso, ressalto as tensões e ambigüidades desse discurso eminentemente laudatório no que diz respeito à relação *gêne, dême* e “vocação” como atributo similar à predestinação.

Milson Coutinho, bacharel em Direito, Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão e ex-presidente daquela instituição, é um dos agentes autorizados pelas posições que ocupa em campos sucessivos de poder – jurídico, burocrático, jornalístico, intelectual – a falar sobre José Sarney, Roseana Sarney e poder político no Maranhão, com a especificidade de fazê-lo de forma transversal (ver APÊNDICE C). Ele assim o faz porque constrói uma biografia designada de “memórias”⁵⁵ de Sarney de Araújo Costa⁵⁶, pai de José Sarney.

Ao percorrer o trabalho de Milson Coutinho, o enfoque central e restrito gravita em torno da figura de José Sarney, para o qual busca indicativos laudatórios e nobiliárquicos:

⁵³ Diz Barnes (apud MAYER, 1987, p. 117): “A articulação entre um conjunto de um ego (seja indivíduo ou família) e a rede (ou campo social), que se espalha por todas as direções, é dada pelo fato de que as conexões ‘laterais’ entre outras unidades no conjunto, além do ego, são, ao mesmo tempo elementos de outros conjuntos que estão centrados nessas unidades”.

⁵⁴ A produção de uma biografia deve ser acompanhada de uma pergunta: *Quem fala? De onde fala?* O que significa construir, em outros termos, a posição do construtor de uma carreira.

⁵⁵ Utilizo a noção de “memória” a partir das considerações de Almeida (1983) em seu trabalho intitulado de *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão* quando afirma: “A memória enquanto gênero particular pode ser entendido como uma exposição sumária ou como uma dissertação sobre um acontecimento notável. [...] pode-se afirmar que as memórias têm objetivos específicos e bem delimitados. Restringem-se ao enfoque de questões particulares”. (ALMEIDA, 1983, p. 35-39).

⁵⁶ Sarney Costa ocupou a posição de desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, exercendo a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral e do próprio Tribunal de Justiça do Maranhão (1953-1955), cargo ocupado de 2004 a 2006 por Milson Coutinho.

Na História do Maranhão não há registro de uma descendência mais ilustrada que essa do clã Sarney, a ela se nivelando apenas, as famílias Azevedo Correia, Vieira da Silva e Dias Vieira, em que a ascendência e descendência também registram estadistas, ministros, homens das letras, magistrados, parlamentares, Presidentes da Província e Governadores de Estado. Não se incluem aqui, os Gomes de Castro, porque estes são, também, ascendentes dos Araújo Sousa e Araújo Castro. Logo, raízes de Sarney. (COUTINHO, 2001, p. 153, grifos meus).

José Sarney é tido como parte intrínseca de uma personalidade constituída pela “soma genética” dos familiares. É parte constitutiva e constituinte de um “clã”. Para Coutinho (2001) essa noção designa uma ordem de “descendência nobre”, enquanto que para os adversários políticos de José Sarney, para os articulistas políticos de jornais e revistas, é uma forma rudimentar e refutável de exercício de poder político. Portanto, uma tensão: para o biógrafo, “clã” tem uma conotação que exalta a posição de José Sarney; para os chamados “inimigos” de José Sarney, “clã” significa retrocesso e atraso político e social.

Ao analisar a produção de Coutinho (2001), tive em vista retirar elementos – dados em estado bruto, em estado prático – para comporem o diagrama de uma *cartografia do parentesco social ampliado* que busquei fazer (ver APÊNDICE D).

Ali estão em profusão representações sociais, atributos, esquemas classificatórios, uma linguagem empolada, hiperbólica, arcaica e que ponho em suspenso com as aspas *bachelardianas* (BACHELARD, 1972), tentando relativizar as denominações que Coutinho (2001) utiliza de forma doura e anacrônica⁵⁷, com o objetivo explícito de construir uma trajetória dotada de linearidade que deve, na perspectiva dos biógrafos, subjazer a uma história “coerente” de vida. Como nesta passagem abaixo:

Pois é nessa quadra do século XIX que vêm ao mundo, em São Bento, os ascendentes de um tronco familiar que iria dar ao Maranhão e ao Brasil as figuras mais representativas do século XIX e XX.
Essas raízes familiares têm nomes dos proprietários, políticos e homens de grande visão, e são eles os patriarcas do clã Araújo Sousa, senhor de terras e engenhos, negociante e político de grande prestígio, tio-avô do Desembargador Sarney de Araújo Costa; Ten.-Cel. Guilherme Luis de Araújo e Sousa, irmão do precedente, fazendeiro, deputado, homem de visão, avô do biografado Desembargador Sarney [...]. (COUTINHO, 2001, p. 41, grifos meus).

Mais do que isso, aproveito a produção intitulada de “memória” e problematizo três eixos: primeiro, elaboro uma espécie de *anatomia* do livro para indicar posições e

⁵⁷ Como, por exemplo, a noção de “fazendeiro” que parece indicar, nas perspectivas dos chamados memorialistas, de cronistas, historiadores regionais, homens detentores de alguma propriedade, não se considerando apenas grandes extensões de terra. Coutinho arrola uma série de atributos usuais que funcionam muito mais como adjetivos – “homens de grande visão”, a exemplo –, para qualificação da ascendência de José Sarney do que propriedades de posições adquiridas nas relações sociais contextualizadas daquela época.

disposições do biógrafo e escandir a posição *de onde fala sobre Sarney Costa* e, mais precisamente, sobre José Sarney; segundo, analiso representações sociais e esquemas de percepção que permeiam a construção de uma biografia e que assim, estão aderidas às formas de classificação usual do mundo e das práticas políticas; terceiro, desloco o eixo de uma figura secundária na história política regional – Sarney Costa – que serve como elemento de mediação para alcançar as posições intelectuais e políticas de José Sarney e tomá-lo assim como *ego* para compor a *cartografia do parentesco social ampliado*.

Foi o biógrafo Milson Coutinho quem escreveu sobre José Sarney com a preocupação fundamental de registrar a autoridade política e intelectual do agente, mais que isso, instituiu pelo vai-e-vem de conexões “laterais” de indivíduos e famílias, uma ascendência nobiliárquica a José Sarney, uma herança genética que teve ao seu alcance para exercer o papel que lhe atribuiu Milson Coutinho.

2.5.1 Anatomia de um Livro: para compreender a fabricação de uma genealogia

Mas, sobretudo, as unidades que é preciso deixar em suspenso são as que se impõem de maneira mais imediata: as do livro e da obra. Aparentemente, pode-se apagá-las sem um extremo artifício? Não são elas apresentadas de maneira mais exata possível? Individualização material de um livro que ocupa um espaço determinado, tem um valor econômico e que marca por si mesmo, por certo número de signos, os limites do seu começo e do seu fim; estabelecimento de uma obra que se reconhece e se delimita, atribuindo um certo número de textos a seu autor. E, o entanto, assim que são observadas um pouco mais de perto, começam as dificuldades. (FOUCAULT, 1997, p. 25, grifos meus).

Quando Foucault (1997) atenta para a distinção metodológica entre livro e obra, na verdade está adensando a idéia de que em nenhum dos casos é possível se falar de homogeneidade discursiva, de agrupar os acontecimentos como uma cadeia sucessória e coerente de acontecimentos.

Esse postulado serve tanto para reger a idéia de que uma “biografia” é sempre uma fabricação *a posteriori* dos acontecimentos narrados quanto para chamar a atenção que um livro é a unidade material, palpável, concreta dos agrupamentos de idéias ou acontecimentos com os quais nos familiarizamos em demasia.

Por isso, a composição gráfica, tópica e dispositiva das *regularidades discursivas* que compõem um livro apontam para certa noção de quem o faz e com que objetivo o faz.

Chamo *anatomia* do livro essa espécie de composição acima e que sinaliza para um possível entendimento do feixe de relações ali construídas e que estão agrupados sob a aparência de uma homogeneidade, em que foram expurgados os possíveis “sistemas de

remissões, de outros textos, de outras frases, um nó em rede” como ensina Foucault (1997, p. 24, grifos meus).

Nesse sentido, utilizo a noção de *anatomia* para tentar derrogar a idéia de homogeneidade e continuidade “naturais” e introduzir a idéia de fabricação de uma cadeia de acontecimentos discursivos e, sobremaneira, pôr em suspenso os elementos arrolados na biografia que tendem a ser tomados como uma sucessão precisa de fatos e naturalizados como verdades absolutas através das categorias classificatórias que contém: “fazendeiro”, “patriarca”, “clã”, “tradição”, “influência”, dentre outros.

José Sarney fala do pai para falar de si. José Sarney se autoconsidera fruto do que seria uma impossibilidade para outras pessoas. Mas o impossível na vida do seu pai se torna possível e José Sarney é o produto dessa exceção.

Conjugando agradecimentos solenes ao autor da “biografia” de Sarney Costa e uma coleção de atributos qualificativos a ele, José Sarney arrola, em seguida, adjetivos que, de imediato, parecem pertencer ao pai como qualidades dadas, inatas, reconhecidas:

A figura indelével de meu pai encheu a minha vida. Plutarco dizia: *Pater his, causa fuit*. Ele foi tudo para mim. Foi a fonte, foi o princípio foi o farol, a luz que me guiou, a mão que me apontou o caminho, a voz sábia das lições de vida, o exemplo de bondade, de inteligência, de heroísmo para atravessar as adversidades do corpo e da alma. (SARNEY apud COUTINHO, 2001, p. 14, grifos meus).

José Sarney se coloca nessa descrição como *filho* e “herdeiro” das “qualidades paternas”. Portanto, ele já desloca o discurso laudatório do pai para si mesmo, como extensão esperada, condição *noblesse oblige*, confluindo em uma só área a questão da consangüinidade (*gêne*) com o que denomina de “amor à terra”, ou seja, elabora uma referência ao seu discurso que é a região (*dême*).

Aqui, José Sarney, como é usual nos seus discursos autoconsagradores, tenta vincular “hereditariedade” e “regionalismo” como partes integrantes do seu *savoir a faire* e *savoir a vivre*, por assim dizer:

Tinha grande preocupação com a educação dos filhos. Para mandar-me estudar fez um grande esforço. Achava que eu tinha gosto pelos estudos e que ele devia fazer o impossível para que eu tivesse o curso ginasial e me formasse.

[...]

Sua grande preocupação antes de morrer continuava a ser a formação dos filhos. Que todos tivessem um curso superior. E assim aconteceu. Éramos quatorze. Hoje, depois da morte da minha irmã Lucy, somos treze formados em Direito, Medicina, Administração e Farmácia, *cada um vivendo sua vida de simplicidade*. E nem a notoriedade com que o destino me aquinhoou fez que nenhum deixasse de ter o jeito da modéstia, da solidariedade e amizade entre todos, dedicados ao trabalho e

integrados ao Maranhão. Somos gente que faz parte da vida da cidade como qualquer um, marcados pelo amor à nossa terra.

[...]

Foi o espírito do meu pai que nos deu o gosto do estudo, do desejo da educação, de educar os nossos filhos e não acreditar noutra coisa senão na capacidade pessoal, com um sentimento de deveres e de valores morais. (SARNEY apud COUTINHO, 2001, p. 15-16, grifos meus).

José Sarney ressalta o princípio legitimador tomado socialmente como forma explícita de ascensão social – a educação superior – e os princípios que tendem a ser correntes nos discursos e disposições de José Sarney – a “simplicidade”, os “valores morais”, o “amor á terra”. Alia-se mais uma vez princípios da *gêne* e da *dême*.

Em um escrito laudatório não há lugar para imprecisões, imperfeições, vazios, falhas, incongruências: apresentado como um todo homogêneo, linear, parecendo dotado de intrínseco sentido, é peculiar à construção de biografias.

É um discurso autoreferente, fluido, sustentado numa linha invisível de estabilidade e em atos heróicos tomados de personagens tipicamente construídos.

Desta forma, sem fugir ao que é comum às construções biográficas – uma narrativa de vida que coloca as demais vidas como cenários e que está predestinada a dar certo em torno de vitórias, perdas, lutas, mas todas eivadas de “honras” e “glórias” – José Sarney prossegue a sua “história”.

Cabe ressaltar que atributos tais como: “gosto pela literatura”⁵⁸, “memória prodigiosa”, “promoção de encontros literários”, “presença de estante na casa”, “hábito da oração”, “presença de um oratório na casa”, “hábito de dar esmolas”, “abrir os ouvidos aos sofrimentos dos pobres” e “exercício da caridade” (SARNEY apud COUTINHO, 2001, p. 18) são tomados como herança do pai para o próprio José Sarney:

Rezava muitas vezes por dia, no modesto oratório da nossa casa, para o seu santo da devoção, Santo Antônio, que até hoje também castigado pelos anos, permanece no mesmo e velho santuário, no quarto da minha mãe. Dele herdei o hábito de fazer a mesma coisa todas as vezes que ali chego. De minha mãe e dele é a minha fé. (SARNEY apud COUTINHO, 2001, p. 18, grifos meus).

Para José Sarney, falar do pai é falar de si na posição atual de ex-presidente da República, senador da República (PMDB-AP) e ex-presidente do Senado Federal. Como a maioria dos seus discursos, impera o princípio freudiano de falar de si pelo *Outro* (LACAN,

⁵⁸ Vale a pena complementar com a formulação literal de José Sarney: “Outra característica de meu pai era o seu gosto pela literatura. Memória prodigiosa, sabia de cor uma infinidade de versos de poetas populares de sua geração, e então, ouvíamos Guerra Junqueira, Casimiro de Abreu, Bilac, Gonçalves Dias, Castro Alves e os sonetos célebres do Maranhão [...]. Dos Lusíadas repetia cantos inteiros [...].” (SARNEY apud COUTINHO, 2001, p.18, grifos meus).

1999), quer afirmando-se, denegando-se, construindo sub-repticiamente um repertório de atributos autoconsagradores.

Em algumas linhas já finais, ratificando a herança paterna, José Sarney deixa abertas as portas da retórica laudadesca para que Milson Coutinho continue.

Não obstante, é patente que ambos falam de um terceiro personagem a quem Sarney Costa foi uma espécie de intermediário: o próprio José Sarney. E o construtor da biografia vai além e constrói uma outra biografia paralela: a sua própria, numa alusão autobiográfica (BOURDIEU, 1996a).

Vou referir-me agora à *unidade material* (FOUCAULT, 1997), a composição gráfica e esquemática do livro.

Escrito por Milson Coutinho e editado em 2001, quando ocupava a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, o livro tem um “Prefácio” escrito por José Sarney, filho do biografado.

Na folha de rosto, o nome do autor vem seguido de diversas posições que ocupa em campos distintos – jurídico e intelectual (com destaque para a função de professor universitário) – e instâncias de legitimação as quais pertence (Academias e Institutos).

É composto de um “Prefácio”, de um “Prólogo” em que o autor pretende justificar a construção da biografia de 12 (doze) capítulos e um final denominado de “Notas biográficas do autor”.

Essas últimas guardam e resguardam o esquema de posições de Coutinho (2001) com a especificidade de ser apresentado na terceira pessoa do singular, imprimindo a pretensa e familiar noção de “imparcialidade” como forma de tratar enunciados e narrativas de legado positivista (e tão caro ao campo jurídico).

Sem dúvida ainda, o uso da terceira pessoa do singular ao falar de si mesmo, ao se autoreferenciar dá uma pretensa “modéstia” ao autor, um atributo que deve estar implícito nas auto-alusões biográficas.

As “Notas” anunciam as propriedades de posições ocupadas por Coutinho (2001), marcando um esquema autobiográfico com divisões específicas e hierárquicas na vida do próprio autor: “profissões” no plural contendo cargos e postos assumidos no campo jurídico, intelectual, jornalístico, político e burocrático; “instituições que pertence” orientando para a autoconsagração pelo pertencimento a uma Academia e a um Instituto, num efeito de *metonímia* por assim dizer, já que a sagração é dada pelo consagrado *ex ante*, nos limites precisos notadamente nos casos das Academias – Letras e Jurídicas.

Ele enumera suas “obras” dividindo-as, classificando-as segundo uma importância hierárquica ao campo que pertencem. Chama-as de “Estudos Jurídico-Doutrinários” e “Obras histórico-literárias”.

Ali, aquele esquema classificatório denuncia não só uma visão de mundo cujo sedimento está no *inconsciente histórico* (não só de quem classifica, mas também de quem opera a sua visão de mundo de acordo com a classificação) e que acaba por hierarquizar “saberes”, dividindo-os em ordem de importância.

O saber jurídico, autorizado e consagrado nos diversos campos que o agente possa se movimentar, é destacado dos demais saberes. Neste caso específico de Coutinho (2001), são vários títulos seguidos ao que parece de uma mesma publicação: “jornal”, como o denomina.

Por fim, é listado um rol das chamadas “condecorações”, sendo formadas por um conjunto de instituições e titulações díspares, a exemplo da “Medalha do Mérito Timbira” outorgada pelo Governo do Estado do Maranhão e considerada “honrosa” e “distintiva de padrão social” e o recebimento do prêmio *The Best* ofertado por uma coluna de amenidades sociais do jornal local “O Estado do Maranhão” de propriedade de José Sarney.

2.5.2 Tensões e Ambigüidades no Discurso sobre a *Origem*: Maranhão, poder político, nobreza e relações patrimoniais como referências sancionadas nas estratégias de legitimação da dominação política

Em primeiro lugar, o biógrafo aludindo-se à cidade de “São Bento Velho” espaço geográfico, atribui a ela qualificativos de um lugar consagrado e assim, socialmente conhecida e reconhecida.

Transforma-a em lugar simbólico da origem, predestinada a sê-lo, ao que tudo parece, o lugar consagrado do que afirma ser “[...] hoje berço de nomes tutelares das letras, da magistratura, das castas militares e do alto clero brasileiro”. (COUTINHO, 2001, p. 27)⁵⁹.

Coutinho (2001) discute a ancestralidade de José Sarney através da construção biológica, referindo-se às posições ocupadas em diversos campos por esse agente – o político e o intelectual, por exemplo – a uma “tendência genética”, assim, imutável.

Essa chamada “tendência genética”, aliada à *dême* (região) também aqui naturalizada pelo critério do que está colocado como padrão explicativo da região – o berço

⁵⁹ Além da linguagem empolada, o biógrafo argumenta toda essa questão através de critérios arbitrários que se tornam tão somente laudatórios ao discurso.

da intelectualidade – encaminha a biografia de Coutinho (2001, p. 91, grifos meus) a atribuir a José Sarney o papel de “sucessor” dos chamados “patriarcas”, dizendo:

Concluindo este capítulo, temos certo que a trajetória genealógica do Desembargador Sarney de Araújo Costa está plenamente matizada em homens de projeção e saber, de talento e fortuna, de vocação assumida para três ramos da vida: religião, política e literatura. Não será o Senador José Sarney Costa uma síntese perfeita desses seus antepassados? Somos forçados a dizer que sim.

Como “síntese” e “sucessor”, Coutinho (2001) coloca José Sarney nessas posições, como resultado da construção de um político “perfeito” (englobando homens de projeção, sábios, talento e fortuna).

Porém essa síntese se reverbera, principalmente por representar um trânsito fluido entre o campo de poder político e o campo de poder intelectual, distintos, mas em relação entre si quanto à autonomia, por isso mesmo mais valorizado no mercado que expõe o capital simbólico de um agente social.

Além disso, o biógrafo insere no corpo do seu trabalho as diversas ascendências de José Sarney, respaldado em matérias jornalísticas que trazem uma “precisão matemática”, tomada como inquestionável pelo mundo *savant*: JOSÉ SARNEY (JOSÉ RIBAMAR FERREIRA DE ARAÚJO COSTA) – ancestralidade materna: África Central; ancestralidade paterna: Europa, Ásia e África; ancestralidade genômica: 99.999999%”. (Veja, São Paulo, p. 105, 20 dez. 2000, apud COUTINHO, 2001, p. 91, grifos meus).

Pelo corte regional, José Sarney é também essa “síntese” que tanto insiste Coutinho (2001), porquanto é fruto de uma ancestralidade que abarca três continentes: Europa, África e Ásia. Um corte que atribui pela ancestralidade biológica uma origem quase universal, cosmopolita, a José Sarney.

Ao longo da disposição dos capítulos no “Sumário”, esboça uma espécie de “planta baixa” da forma como é construída a biografia de Sarney Costa.

Há uma singularidade nos quatro primeiros capítulos que parecem, em princípio não pertencer ao assunto a ser tratado: *São Bento nos tempos coloniais – A visão de D. Felipe Conduru e César Marques – Índios e brancos – a Freguesia de São Bento dos Peris - A população e a Vila* constitui o primeiro capítulo.

É aqui que Coutinho (2001, p. 41) aponta as primeiras ancestralidades da família de Jose Sarney utilizando a noção de “patriarca” que para ele:

[...] são proprietários, políticos e homens de grande visão, e são eles os patriarcas do clã Araújo Sousa, nascidos entre os anos de 1805 e 1810, na Vila da São Bento, assim nominados Luis Alexandre de Araújo e Sousa, senhor de terras e engenhos, negociante e político de grande prestígio, tio-avô de desembargador Sarney de Araújo Costa. (COUTINHO, 2001, p. 41, grifos meus).

São Bento no século XIX – As Justiças – Prosa poética na descrição da terra – O burgo em ascensão – Cultura, segurança e saúde – Os patriarcas – Os Costa Leite – Um clã tricentenário – A família Costa em São Bento – O elo perdido – As raízes – Oportunidades complementares compõem o segundo capítulo.

Homens e livros no cenário de São Bento – Os Costa Leite de São Bento e Pinheiro – Um respeitável Panteon fazem parte do capítulo terceiro e, finalmente o quarto capítulo num aparente descompasso: *Os Araújo nos Reinos da Galícia e de Portugal – Trajetória dos Costa em mais de mil anos – Os Araújo, Sousa e Costa no século XVIII – Os Araújo Sousa no raiar do século XIX [...]*. Isto porque dá a impressão de um tratado amplo sobre as probabilidades de uma “origem” muito remota que desemboca na construção do político e do escritor José Sarney. Em verdade, são palavras em profusão, mas o autor não cumpre, historicamente falando, o que enuncia o título desse capítulo.

Neste caso, os capítulos nem as idéias estão fora do lugar, mas são partes integrantes da tese fundadora desta narrativa: José Sarney descende de nobres portugueses, sendo que aqui o passado tem uma forte carga argumentativa⁶⁰, força de justificação e legitimação das posições e disposições que detêm os agentes sociais tratados.

Trazendo à tona nomes consagrados nos campos intelectual, religioso e político do Maranhão – D. Felipe Conduru, César Marques – e operando com as noções de “patriarca”, “panteon”, “clã”, Milson Coutinho traça um confuso vai-e-vem de títulos e nomes, numa linearidade forçada com ares de “naturalidade”, de “destino” das posições de Sarney Costa que, em verdade, está ali para ser o elo entre José Sarney e um elenco de personagens nobiliárquicas, de capital simbólico significativamente distintivo e classificatório.

Personagens arrolados aqui e ali, “portadores de genes” capazes de legar, séculos adiante, as suas marcas intactas de “inteligência”, “gosto pelas letras”, pela “política”,

⁶⁰ Confere-se este pressuposto a similitude com o *habitus* que entende o passado remoto como época de esplendor, época áurea no Maranhão. No próprio trabalho de Coutinho (2001) há um exemplo mais contundente: “A decadência de Alcântara, como um rastilho de pólvora, abarcou toda a região litorânea e toda a Baixada maranhense. Sobrevindo a República de 1889, o esplendor da região rolou nos desvãos da pobreza, e as chamadas classes nobres do arroz, açúcar, sal, feijão e outros produtos da terra começaram a vender tudo e velejar em direção da capital, com vista a safar-se da ruína absoluta”. (COUTINHO, 2001, p. 31, grifos meus).

“honradez”, “bondade”, enfim, atributos de legitimação por consangüinidade, portanto, personalíssimos, próprios de um projeto *dinástico* de poder.

Os capítulos intermediários – V, denominado de *Uma teoria sobre os Costa no Maranhão* – o VI, intitulado de *Nascimento, infância e juventude do Desembargador Sarney Costa* – o VII, que detém o título de *Sarney na Faculdade de Direito* – o VIII, que versa sobre *Sarney no Tribunal de Justiça* e o IX que fala sobre *Sarney no Tribunal Regional Eleitoral* – são informações próprias da trajetória pessoal e da carreira de Sarney Costa, sempre enfatizando que:

O chamado fator genético, aquele que transmite de geração para geração o gene de pessoas de reconhecido talento, Sarney de Araújo Costa deve ter recebido, de tantos antepassados ilustres já citados neste ensaio⁶¹, esses fatores positivos. E mais: transmitiu-os aos seus descendentes, onde se contam jornalistas, cronistas, poetas, juristas, romancistas e outros diretos laureados de Apolo e do Parnaso⁶². (COUTINHO, 2001, p. 124, grifos meus).

Interessante marcar o “eurocentrismo” trazido à tona nessa biografia, quando Coutinho (2001) se reporta a ancestralidade paterna com bastante intensidade, por está sedimentada na Europa, e em nada se refere à ancestralidade africana materna.

Ao acionar o que chama de “fator genético”, Coutinho (2001) retransmite com precisão o esquema explicativo que subjaz às relações de sociabilidade, notadamente o critério pessoal, portanto, dinástico. A maneira de se construir uma “biografia” é a maneira de construir uma hipotética e perfeita genealogia de uma “casa real”.

A “biografia” de Sarney Costa mostra como o *habitus* incorporado na sociabilidade política regional está impregnado das noções de poder político dinástico, pessoal.

O capítulo X é intitulado de *A morte aos 59 anos do Desembargador Sarney* e contém todo um conjunto de notas jornalísticas a respeito, enaltecendo sempre a figura do pai de José Sarney.

Do XI ao XII capítulos – *Uma ilustre descendência, 1995 a 1997* e *Uma cantiga de louvor para mãe Kiola* - Milson Coutinho dá ênfase ao filho de Sarney Costa, José Sarney, aludindo assim à descendência do biografado como uma nova “biografia” que mal começa a ser esboçada através da construção biográfica de seu pai.

⁶¹ Interessante notar que Coutinho (2001) classifica aqui seu trabalho como um ensaio, outro gênero literário diferente da “memória” e da “biografia”, com o senão de que um ensaio pode supor uma ficção.

⁶² Coutinho (2001) para legitimar o discurso lança mão de critérios da mitologia e história grega, *par excellence*, uma forma de diletantismo cultural, o qual sinaliza para o autor um capital simbólico de peso no campo em que se insere.

Esta não é a primeira “biografia”⁶³ que Milson Coutinho constrói. Montou as biografias de outros dois magistrados do Tribunal de Justiça do Maranhão: *José Pires Sexto* e *Lauro Berredo Martins* que, juntamente com o desembargador Sarney Costa são, por ordem, antecessores de Milson Coutinho na cadeira do referido Tribunal.

Porém, na qualidade do que o autor denomina de “síntese biográfica”, “ensaio”, “biografia”, “memória” dos três magistrados, é a primeira em formato de livro, de publicação independente. Àquela referida a José Pires Sexto em *Jornal de São Luis* (COUTINHO, 2001, p. 19) foi incluída nas três edições da publicação intitulada de “História do Tribunal de Justiça do Maranhão” (1982).

A “biografia” de Lauro Berredo Martins é parte também de *História do Tribunal de Justiça do Maranhão* (1982), sendo que a de Sarney Costa foi publicada em Brasília.

Segundo Coutinho (2001), a “biografia” deste último foi resultado de um pedido de José Sarney acerca de uma “memória” do pai. Neste caso, Coutinho foi oficialmente indicado a fazê-la: “Seu ilustre filho, Senador e ex-Presidente José Sarney, sondou-nos sobre a possibilidade de uma memória. Respondemos sim, com muito agrado”. (COUTINHO, 2001, p. 20, grifos meus).

2.6 Anatomia de um Equilíbrio de Forças: Pai, Irmãos e Amigos da Rainha de Espada – por uma genealogia construída

Após a análise de um conjunto de atributos, elos, adjetivos e relações que compõem a “biografia” de Sarney Costa em especial, elaborei um indicativo que chamo de *cartografia de um parentesco social ampliado*, com o objetivo de aventar as relações estabelecidas entre os diversos agentes e prescrever uma análise que leve em conta, sobremaneira, as formas de inserção desses agentes nos campos de poder referendados pelas estratégias de conformação das práticas de sociabilidade da política regional (ver APÊNDICE D).

Dito de outra forma, cotejo as informações de Coutinho (2001) com os lugares e as posições ocupadas por parentes consangüíneos, parentes por afinidade ou parentes sociais de José Sarney na estrutura de poder político do Maranhão.

⁶³ Convém referir a última publicação patrocinada pelo Instituto GEIA, presidido por Jorge Francisco Murad Júnior, marido de Roseana Sarney Murad, do livro de Milson Coutinho intitulado de “Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense” (2005).

Essa disposição de cargos, postos e entrepostos corrobora para a sedimentação das práticas exercidas no *Maranhão Dinástico*.

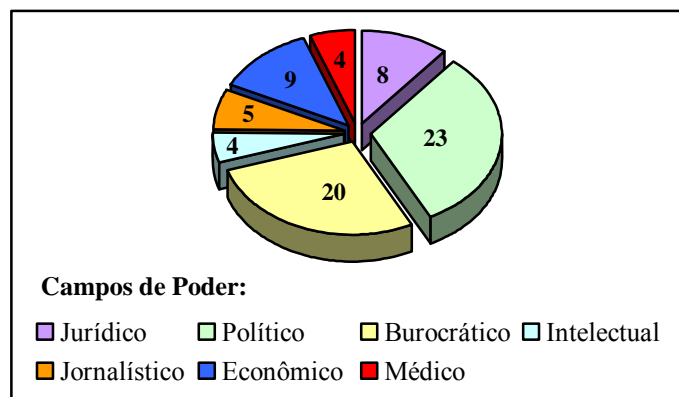
2.6.1 Cartografia de um *Parentesco Social Ampliado*: dispositivos de controle e a distribuição de cargos estratégicos – a pretensa racionalidade como princípio da divisão do trabalho político – cada filho, um espaço, cada parente, um lugar:

Continuo na política, para ajudar a defender o Maranhão. Hoje, ao lado de Roseana, porque sei de suas qualidades e sei que vai iniciar uma nova era, como eu iniciei em 1965, com a mentalidade das novas gerações. Ajudei os outros, agora vou ajudá-la com redobrado vigor, juntando minha paixão pelo Maranhão e o meu amor de pai. (O Estado do Maranhão, São Luís, 23 ago. 1994. Coluna do Sarney, p.1, grifos meus).

José Sarney, nesse trecho acima, demonstra com precisão os dois critérios fundamentais do projeto privado de poder que inaugurou em 1966 – *Maranhão Dinástico* – ao aliar a *dême* (“paixão pelo Maranhão”) à *gêne* (“amor de pai”). Isso ajuda a apreender os efeitos dessa prática, dentre outros, a fundação de uma intrincada *cartografia de parentesco social ampliado* em que simbolicamente cada parente e aderente tem o seu lugar assegurado.

A *cartografia do parentesco social ampliado*, construída com base em elementos e informações do gênero “biografia”, tende a indicar uma ocupação muito mais técnica, burocrática, imparcial dos parentes cognáticos ou não de José Sarney, do que uma ocupação de matizes pessoais, dinásticas, como pode mostrar o gráfico abaixo em que a maior concentração / ocupação de parentes está no campo burocrático:

Gráfico 1 – Distribuição de parentes nos diversos campos de poder na “Cartografia de um parentesco ampliado” (ver APÊNDICE D)



Fonte: Coutinho (2001)

Os dados apontados por Coutinho (2001) na “biografia” de Sarney Costa são complementados pelas informações jornalísticas coletadas ao longo de quatro anos, mapeando os nomes e respectivas ocupações⁶⁴ dos parentes de José Sarney. A *cartografia* construída do *parentesco social ampliado* fica, aparentemente, distanciada de qualquer projeto político que envolva a participação de parentes e amigos do “rei” na gestão do Estado.

Sempre estão eles inscritos em campos de poder diferenciados, com ênfase no campo burocrático (o campo que remete à idéia de mérito próprio e “imparcialidade” nos padrões weberianos), seguido do campo político, assegurado pela “tendência genética” da família, como já analisado nos discursos de Coutinho (2001) e do próprio José Sarney.

O campo intelectual também tem forte nuance nessa *cartografia*, apontando também para essa “síntese” entre as atividades políticas e intelectuais dos membros da família, a qual se refere Coutinho (2001).

O que não pode ser esquecido é que, no *Maranhão Dinástico*, o campo burocrático⁶⁵ tem a especificidade da ocupação por meio de relações pessoais e patrimoniais e não jurídico-administrativa ao modelo de Weber (2000). Em outras palavras, os atos de nomeação são efeitos das relações políticas que regem o campo político de maneira pessoal, à forma das relações de vassalagem.

As ocupações no campo político mostram igualmente uma diversificação partidária entre os parentes. Essas ocupações podem ser tomadas à primeira vista, como uma possível clivagem entre as posições políticas desses agentes, querendo conferir a eles uma heresia no campo político ao pertencerem a partidos políticos diferentes. No entanto, a diversificação aludida tende a aumentar a coesão do autodefinido “grupo Sarney”: José Sarney é filiado ao PMDB, José Sarney Filho ao PV (sendo líder do partido na Câmara dos Deputados) e Roseana Sarney pertence aos quadros do PFL, de onde veio o seu irmão deputado:

Domínio tão longo é caso único na história brasileira. Diversamente de outros oligarcas, os Sarneys são politicamente plurais. O pai é peemedebista, a filha é pefelista e o filho é verde. Se os filhos são eleitos pelo Maranhão, o pai é

⁶⁴ Convém registrar que na *Cartografia de Parentesco Social*, um agente ocupa mais de uma posição, quer dizer ocupa mais de um campo de poder, como é o caso de José Sarney – campo político e intelectual –, Evandro Sarney, seu irmão consanguíneo, pertence aos campos burocrático e intelectual; seu irmão paterno, Ivan Sarney, aos campos político, jornalístico e intelectual, dentre outros.

⁶⁵ Para esclarecimento: enquanto agentes, os *peritos* (FOUCAULT, 1981) possuem a propriedade de tornar explícitas as relações entre o campo burocrático e o campo intelectual, uma vez que fazem uso da autoridade científica no intuito de garantir a representação burocrática dos problemas, a objetividade, a neutralidade, o desinteresse, necessários à legitimação destes. Ocupam, pois, uma posição privilegiada no que tange ao trabalho de produção dos problemas oficiais, uma vez que seriam respaldados pelo Estado (BOURDIEU, 1989, p. 48).

representante do Amapá, apesar de não ter domicílio naquele Estado. (VILLA, 2005, p. 3, grifos meus).

A distribuição de cargos de confiança, de acesso às instituições públicas por meio da ocupação de cargos, postos e funções faz-se na base do critério da *gêne*. A personalidade das relações marca a inserção de parentes por laços consanguíneos como também o que chamo de *parentes sociais*.

Em ambos os casos, a regra de inserção nos campos de poder parece ser instituída por critérios burocráticos⁶⁶. Em outras palavras, o cargo, a função é pertinente ao campo burocrático, mas sua ocupação é mediada pelas relações pessoais. Forma-se um subcampo específico, particularizado pelas relações da *cartografia do parentesco social ampliado*.

É o caso, por exemplo, dos membros desse parentesco que detêm cargos administrativos nas Secretarias de Estados, na direção administrativa ou financeira da Assembléia Legislativa, das Câmaras Municipais, das gerências regionais, cargos nos Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado e assim por diante.

Essas ocupações conduzem a uma espécie de *mandarinato burocrático*, cuja aparência é meramente técnica, mas como pedra angular se encontram as relações de parentesco.

São ações que contribuem bastante para as relações de obrigação moral que são acionadas em diversos campos e que se constituem em importante fator para a construção de um grupo coerente e preciso em torno de um projeto, neste caso, o projeto do *Maranhão Dinástico* (ver APÊNDICE D).

Nessa análise, há uma probabilidade de que a constituição e ocupação dos campos de poder no *Maranhão Dinástico* funcionam como uma herança patrimonial, parecendo romper com o pressuposto usual do critério político, sendo o campo administrativo submetido à lógica do funcionamento das unidades familiares. Ainda, essa *cartografia do parentesco social ampliado* parece indicar, também, uma pequena concentração de parentes no campo econômico, este considerado um “ato utilitarista e interessado” à maneira de Smith (1974) e uma concentração maior de parentes naqueles considerados na lógica dóxica como “atos desinteressados”: campo político, burocrático, intelectual, jornalístico, médico.

⁶⁶Bourdieu formula a seguinte discussão sobre a gênese do campo burocrático: “L’Etat dynastique perpétue un mode de reproduction fondé sur l’héritage et idéologie du sang et de la naissance qui est antinomique avec celui qu’il institue dans la bureaucratie d’État, en liaison avec le développement de l’instruction, lié lui-même à l’apparition d’un corps de fonctionnaires.” (BOURDIEU, 1997, p. 61).

Não obstante, o que interessa de fato, para os agentes que administram esse projeto, é diluir os cargos e seus ocupantes para melhor reger e centralizar o *Maranhão Dinástico*.

2.7 Estratégias de Fabricação da Figura Pública e Política de Roseana Sarney Murad e a Construção de sua Posição Política

Tenho bases pefelistas no Maranhão e meu sonho é ser governadora do meu Estado, eleita em 1994. (SARNEY, R. O Estado do Maranhão, São Luís, p. 4, 15 set. 1992, grifos meus).

Um “sonho” que se tornou de fato, realidade. Não obstante, no jogo político, não basta sonhar, é preciso antes de tudo fabricar (*ficcio*) a figura pública e política do governante.

Essa fabricação envolve não só o campo político propriamente dito, mas dimensões diversas da vida social e por isso, parto do pressuposto que a política é um *fato social total*⁶⁷ (MAUSS, 1980) e é um mercado de bens simbólicos do qual demanda um intenso trabalho de fabricação dos seus produtos, dentre os quais a própria figura construída (*ficcio*) do governante.

É um trabalho que requer específica divisão social do trabalho para produzir e reproduzir a dominação política, produto fundante desse mercado político.

Requer mão-de-obra e matéria-prima específica, sobretudo, capaz de produzir e de circular bens políticos que possam fazer valer a lei de mercado: a procura sobrepujar oferta. Com isso, a possibilidade de ampliação da *taxa de mais-valia política* se torna muito mais garantida.

A possibilidade de Roseana Sarney Murad se autodefinir e de ser definida como *filha política* de José Sarney de modo a deter a condição de “herdeira” na *ordem de sucessão*, é pensada através de dois indicativos:

O primeiro indicativo é a utilização e a prevalência em circunstâncias sociais e políticas do sobrenome paterno – “Sarney” – em detrimento do sobrenome de casamento – “Murad”. Roseana Sarney Murad cede lugar a Roseana Sarney, na política fabricada como “herdeira” na *ordem de sucessão*.

⁶⁷ Marcel Mauss em “Essai sur le don: forme et raison de l’échange dans les sociétés archaïques” refere-se à noção : “Dans ces phénomènes sociaux ‘totaux’, comme nous proposons de appeler, s’experiment à la fois et dun coup toutes sorte de institutions; religieuses, juridiques et morales – et celles-ci politiques et familiales en même temps; économiques – et celles-ci supposent des formes particulières de la production et de la consommation, ou plutôt de la prestation et de la distribution; sans compter les phénomènes esthétiques auxquels aboutissent ces faits et les phénomènes morphologiques que manifestent ces institutions”. (MAUSS, 1980, p. 147, grifos meus).

O segundo indicativo que fala muito forte na possibilidade de Roseana Sarney Murad ser a “herdeira” política de José Sarney, são as práticas, são os cargos exercidos por ela, todos chamados *cargos de confiança* – definidos dessa forma pelo critério da *gêne* - os quais se dão pela indicação e também pelos atos nomeação de José Sarney.

Traço uma espécie de inventário das atividades desenvolvidas por Roseana Sarney Murad com o intuito de perscrutar as estratégias utilizadas para a sua fabricação como figura pública e política. São cargos exercidos por ela em Brasília, todos por nomeação, sendo cargos diversificados, em instituições diversificadas, fazendo parte do campo burocrático de poder.

Quadro 3 – Cargos exercidos por Roseana Sarney Murad de 1974 a 1989

Ordem	Período	Cargo Exercido	Local
01	1974-1976	Assessora no Quadro Técnico da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP)	Brasília
02	1977-1978	Assessora do Secretário de Viação e Obras	Brasília
03	1979	Técnica em Planejamento do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA)	Brasília
04	1980	Gerente Operacional do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (PNCSU) do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA)	Brasília
05	1981	Assessora do Gabinete Civil do Governador do Estado do Maranhão	Maranhão
06	1982	Cargo não especificado na empresa jornalística “Correio Brasiliense”	Brasília
07	1982	Coordenadora do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (PNCSU) do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA)	Brasília
08	1983/1984	Secretária de Estado para Assuntos Extraordinários do Estado do Maranhão	Brasília
09	Assessora do Senado Federal	Brasília
10	1985/1989	Assessora do Gabinete Civil da Presidência da República ⁶⁸	Brasília

Fonte: Brasil (2004)

Observando a disposição dos cargos, o lugar de exercício e os campos de poder referidos às posições de Roseana Sarney Murad, pode-se depreender a tênue ligação dela com o Maranhão, assim como, e, sobretudo, a indicação de que são cargos os quais requisitam e apontam as práticas de poder dinásticas, já que independem da concorrência pública por cargos e salários mediada por concursos públicos. Ela, naquele momento, estava bem mais

⁶⁸ A Presidência da República era exercida pelo seu pai, José Sarney.

próxima do *centro de poder* do que da *periferia do poder*, mais próxima dos *temas e problemas* (BOURDIEU, 1968) nacionais do que daqueles referidos à região.

Roseana Sarney Murad, já inserida nas regras do jogo político dinástico através dos cargos que exerceu – principalmente como assessora de seu pai José Sarney na Presidência da República –, foi eleita a deputada federal mais votada pelo PFL/MA em 1990, época em que vem ao Maranhão para disputar uma vaga na Câmara Federal. Aqui há um deslocamento para a *děme* onde está a base de suas relações e capitais políticos: o *Maranhão Dinástico*.

Seria possível ocorrer apenas uma transmissão de capital político do pai, José Sarney, considerando a configuração complexa do campo político e das regras do jogo político? Seria possível que do *centro* do poder, onde se encontrava até então, ocorresse uma irradiação de forças políticas que garantisse a ela uma eleição com ampla margem de votos?

Seria sem dúvida necessário *fabricar* Roseana Sarney Murad.

2.7.1 O Rito Inaugural no Campo Político: a eleição de Roseana Sarney Murad para o cargo de Deputada Federal (PFL/MA) em 1990

Ela é o grande fenômeno eleitoral do Maranhão. Há menos de dois meses em campanha para o primeiro mandato eletivo, Roseana Sarney, filha do Presidente Sarney, é apontada como a candidata de maior apelo eleitoral, conseguindo popularidade nos lugares mais remotos do Estado. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 19 ago. 1990, grifos meus).

Registro que Roseana Sarney Murad se candidata à deputada federal pelo PFL/MA na posição de *filha biológica e social* do então Presidente da República, José Sarney, pretendendo, também, adquirir uma *filiação política*.

A inserção de Roseana Sarney Murad no campo político demanda um volume de capital simbólico (BOURDIEU, 1996b) suficiente para marcar uma posição no jogo político nas eleições majoritárias de 1990⁶⁹, que na superfície das análises jornalísticas ela aparece como “um fenômeno”. Nesse campo ela requisita cada vez mais um volume maior e mais consistente de capital, notadamente político.

Importa trazer à análise os tipos de capitais e quais as formas de aquisição que habilitaram a agente ocupar a posição de jogadora no tabuleiro dessas eleições.

⁶⁹ Nessas mesmas eleições, José Sarney se candidatou e foi eleito Senador pelo Amapá (PMDB).

As eleições de 1990 são consideradas como porta de entrada para Roseana Sarney Murad inaugurar sua figura pública e política bem como a sua *performance* no campo de lutas políticas.

Como alguém que passa a maior parte de sua vida no *centro* (SHILLS, 1992) – 1971 a 1990 – desce para a *periferia* (SHILLS, 1992) e é sagrada, instituída e consagrada no campo político em menos de um ano?

Há de se ponderar que existiu um forte movimento que denomino de *acumulação primitiva de capital político*, – a começar por ser *filha biológica e social* de um ex-presidente da República, José Sarney – *acumulação* essa que permitiu preparativos simbólicos para o *rito de instituição* (BOURDIEU, 1992b) de Roseana Sarney Murad no campo político.

Esse movimento se deu principalmente pela sua vinda para o Maranhão, considerando-se “preparada” pelos cargos que já exercera em Brasília e pelo título acadêmico que vem prefaciando o seu nome – “socióloga” – bem como pelo fato de ter convivido muito perto das decisões do *centro* do poder, na qualidade de “assessora” do seu pai, José Sarney, até 1989, transitando pelos meandros do poder central.

É um movimento do *centro* para a *periferia* para se deslocar novamente ao *centro* do poder, acrescida de um novo capital: ter sido eleita em primeiro lugar deputada federal pelo PFL do Maranhão, com 44.785 votos.

Roseana Sarney Murad disputou, em 1990⁷⁰, um cargo eletivo inserida na coligação política denominada de “Maranhão do Povo”, tendo como candidato ao Governo do Estado, Edison Lobão.

Quadro 4 – Coligações para a disputa de eleições majoritárias em 1990

Coligação	Candidato (a) a Governador (a)
Maranhão do Povo	Edison Lobão (PFL)
Frente Popular de Oposição	Conceição Andrade (PSB)
Maranhão Livre	João Castelo Ribeiro Gonçalves (PDS)

Fonte: O Estado do Maranhão, São Luís, 22 maio 1990. Caderno Política, p. 3.

Registro ainda que, dentre os candidatos a deputado federal neste pleito, estavam José Sarney Filho, irmão de Roseana Sarney Murad e *filho biológico, social e político* de José Sarney, Ricardo Jorge Murad, irmão de Jorge Murad, marido de Roseana Sarney Murad,

⁷⁰ Governava o Maranhão na época João Alberto de Sousa (PMDB/MA), vice-governador de Epitácio Cafeteira que se afastara para disputar uma vaga no Senado Federal.

Anselmo França Ferreira e Sarney de Araújo Costa Neto, primo paterno de 2º grau e primo paterno de 1º grau da candidata, respectivamente, o que enfatiza a relação dinástica das práticas de poder no Maranhão. Os dois primeiros foram eleitos ao cargo pleiteado.

Roseana Sarney Murad se colocava junto ao público (*e*)leitor com extrema cautela, discrição, autodefinindo-se como “terna” e “simples” (Jornal O Estado do Maranhão, Caderno Especial, São Luís, 19 de agosto de 1990, p. 5), o que considero atos performáticos do *espaço teatral* (GOFFMAN, 1985) de apresentação pública.

Por outro lado, seu irmão consangüíneo e político, José Sarney Filho⁷¹, que já havia sido deputado estadual e disputava pela terceira vez o cargo de deputado federal, apresentou-se ao público como o político que frontalmente “batia” no adversário – senador João Castelo, da coligação “Maranhão Livre” – tido verdadeiramente como a maior ameaça à vitória do candidato Edison Lobão da coligação “Maranhão do Povo” (ver APÊNDICE E).

João Castelo que havia sido um dos *filhos políticos* de José Sarney ao governar o Maranhão, de 1979 a 1982, encontrava-se aqui em rota de colisão com as pretensões políticas do projeto *Maranhão Dinástico*, por não ter encontrado o apoio necessário dos agentes desse “grupo” para sua candidatura ao Senado Federal em eleição anterior.

A seguir, traço essa *performance* do irmão de Roseana Sarney Murad, José Sarney Filho, nas eleições de 1990, notadamente em relação à candidatura de Roseana Sarney Murad e à coligação política a que pertencia chamada “Maranhão do Povo”.

2.7.2 *A Bela e a Fera*: o papel político de José Sarney Filho para a eleição de Roseana Sarney Murad em 1990

Sarney Filho declarou que a proposta de anulação do voto no segundo turno ‘é contribuir para a eleição do que há de pior na política do Estado’, referindo-se ao candidato da coligação Maranhão Livre. (O Estado do Maranhão, São Luís, 8 out. 1990. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

José Sarney Filho⁷² tornou-se responsável por “desqualificar” o adversário político, João Castelo Ribeiro Gonçalves, ao governo do Estado e o fez na posição de *polemicista* (FOUCAULT apud RABINOW, 1999, p. 18, grifos meus), isto é:

⁷¹ Também foi reeleito para o cargo de Deputado Federal.

⁷² Importa notar que José Sarney Filho já é deputado federal e possui penetração eleitoral nos bairros da capital e municípios do Estado, com capital político já definido e ostentando o atributo de candidato bem mais votado nas eleições: “Sarney Filho é o primeiríssimo nas pesquisas em São Luís com o triplo de intenções de votos do segundo colocado. Deverá mais uma vez ser o deputado mais votado da história do Maranhão.” (Jornal O Estado do Maranhão, Caderno Política. São Luís, 11 de agosto de 1990, p. 3). Por assim dizer, já possui certa reserva de capital político para exercer a função de *polemicista*.

O polemicista procede baseado nos privilégios que tem de antemão e que nunca vai questionar. Ele possui, por princípio, direitos que o autorizam a guerrear e que fazem dessa luta um empreendimento justo⁷³; quem está adiante dele não é um parceiro na procura da verdade, mas um adversário, um inimigo errado e nocivo cuja mera existência constitui uma ameaça. Para ele, então, o jogo não consiste em reconhecê-lo como um sujeito com direito a falar, mas sim em aboli-lo como interlocutor de qualquer diálogo possível; seu objetivo final não será chegar o mais próximo de uma verdade difícil, mas sim obter o triunfo da causa justa que ele manifestamente sustenta desde o princípio. O polemicista assume uma legitimidade que por definição é negada a seu adversário.

José Sarney Filho é um político instituído nas regras do jogo político, participante, como deputado estadual (1982-1986) e deputado federal⁷⁴ (1987-1991; 1991-1994; 1994-1998; 1998-2002; 2002-2006), há longos anos dos processos eleitorais e tido como um dos *filhos políticos* de José Sarney.

Naquelas eleições, fora cogitado para ser o candidato ao Governo do Estado. No entanto esse projeto não vingou, uma vez que encontrou resistências quanto à aceitação de seu nome junto ao (*e*)*leitorado* e junto aos aliados políticos que compunham a coligação política que iria representar as pretensões do *Maranhão Dinástico*. Em seu lugar saiu como candidato do grupo, o aliado político de José Sarney, o deputado federal Edison Lobão. Assim:

O deputado federal Sarney Filho desistiu aos últimos apelos do seu partido, o PFL, o qual havia devolvido semana passada sua candidatura ao governo do Estado, e comunicou ontem às suas lideranças que, irrecorrivelmente, não será mais candidato ao cargo. No curso de uma reunião que durou mais de três horas, no Palácio dos Leões, com a presença do governador João Alberto, o deputado justificou o que levou o seu partido a acreditar na lealdade do ex-governador Epiácio Cafeteira e, diante de uma traição injustificada, só poderia expor seus correligionários aos riscos de sua boa-fé. (O Estado do Maranhão, São Luís, 10 maio 1990. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

José Sarney Filho⁷⁵ era o candidato da *Coligação Maranhão do Povo* ao cargo de Governador do Maranhão em 1990. Em face da retirada do apoio de Epiácio Cafeteira à sua candidatura, essa pretensão foi defenestrada:

O deputado Sarney Filho reafirmou ontem em entrevista coletiva, na sede do PFL, a devolução de sua candidatura ao partido, sob o argumento que não deseja penalizar seus companheiros de agremiação, pelo erro de haver sido, durante anos, o grande avalista da Aliança Democrática que conduziu o governador Epiácio Cafeteira ao

⁷³ No caso específico de José Sarney Filho não diria como Foucault, direitos, mas *propriedades de posição* (BOURDIEU, 1968) que detém no campo político e o autoriza a exercer esse papel, a ser crível ao enunciar o que chama de verdades.

⁷⁴ Assumiu o cargo de Ministro do Meio-Ambiente (1999-2002) no governo de Fernando Henrique Cardoso.

⁷⁵ Foi nomeado em 31 de maio de 1989, Secretário de Assuntos Políticos na gestão estadual de Epiácio Cafeteira.

governo do Estado, hoje rompido com o parlamentar. (O Estado do Maranhão, São Luís, 8 maio 1990. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Ressalto aqui, que esse fato em *tempo de política* tende a demonstrar a fragilidade das alianças políticas que, à primeira vista parecem consolidadas.

Ao alegar, dramaticamente a “necessidade” de fidelidade dos candidatos com seu grupo político, como é peculiar aos discursos dos agentes políticos que gerem práticas de poder no *Maranhão Dinástico*, José Sarney Filho se candidatou ao mesmo cargo que estava exercendo, deputado federal, e se tornou uma espécie de *vitrine blindada* de onde saiam os torpedos jocosos (MAUSS, 1979) e desqualificativos para o candidato opositor ao governo do Estado, senador João Castelo, conforme análises adiante.

Em segundo lugar, José Sarney Filho instituiu-se como um escudo às prováveis suscetibilidades e fragilidades políticas da irmã iniciante no jogo político regional, Roseana Sarney Murad, na posição *liminar* (TURNER, 1967) de candidata de primeira hora.

O então candidato ao Governo do Estado, senador João Castelo, valeu-se de uma das modalidades de percepção mais usual e atribuiu o designativo de “oligarquia” ao autodefinido “grupo” liderado pelo Senador José Sarney.

Nesse sentido, José Sarney Filho, utilizando-se amplamente do *Sistema Mirante de Comunicação* através principalmente do jornal, protagoniza esse embate com João Castelo, como esse veículo de comunicação faz questão de realçar em diversos momentos:

O ponto alto da campanha eleitoral no rádio e na televisão, ontem, foi a resposta do Deputado Sarney Filho. A resposta assegurada pela justiça foi vinculada no programa do próprio Castelo. [...] Sarney Filho foi mais incisivo quando devolveu a acusação mostrando que os que hoje acompanham Castelo estão há 40 anos mandando e desmandando no Maranhão:

– Falam de renovação. Renovação de que? De quem? Dessa velharia política que passa de um lado para o outro, dependendo de seus interesses? Indagou Sarney Filho, referindo-se a Renato Archer, José Burné (sic), Nei Bello e toda a turma. (O Estado do Maranhão, São Luís, 10 ago. 1990. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Acrescento que José Sarney Filho alega, sempre em tom jocosos, a chamada “falácia” de João Castelo em relação às chamadas “pesquisas de opinião”:

O deputado [José Sarney Filho] criticou o que ele considera “falácia propaganda pelas pesquisas do Ibope, pagas pelo Senador João Castelo para impressionar o eleitorado”. Ele lembrou mais que parte do eleitorado, que foi enganado no primeiro

turno, saberá dar o troco no dia 25 de novembro, elegendo Lobão [...]. (O Estado do Maranhão, São Luis, 10 ago. 1990. Caderno Política, p. 3).⁷⁶

Chamo atenção para o tom que adquirem as palavras no jogo eleitoral, fazendo parte de um espetáculo que traz nas novas causas de rivalidades entre os candidatos, respostas a declarações consideradas “desonrosas” e assim por diante para atrair um maior número de (*e*)leitores para a arena política, cujo patrocínio maior vem do complexo sistema midiático aludido.

O Jornal O Estado do Maranhão traz como uma das principais manchetes de capa – *Chega de Molecagem* – o que José Sarney Filho chama de resposta a João Castelo por uma “ofensa recebida”, ao serem classificados pelo adversário de “oligarcas”.

A réplica de José Sarney Filho tem a forma de um bilhete, por assim dizer, e traz desqualificativos, tratando de honras (TEIXEIRA, 1998) e desonras que são critérios pertinentes ao jogo político, notadamente do discurso *onipotente* da política. José Sarney Filho expõe explicitamente a prática doméstica, senhorial, de fazer política regional, quando atribuiu a João Castelo o sentimento de “ingratidão”, “desconhecimento” e “inveja” (ao apontar que o adversário quer “parecer fisicamente” com José Sarney) em relação ao seu *pai biológico, social e político*.

Fora isso, as palavras do *filho político*, que naquele momento era o porta-voz autorizado, alega os chamados “benefícios” que José Sarney havia proporcionado ao atual desafeto político:

Castelo,
Você disse que eu era o Baby Doc de uma oligarquia.
Se somos uma oligarquia, Castelo, você é filho dessa oligarquia. Você foi o maior beneficiário dela.
Foi meu pai quem lhe fez diretor do BASA e deputado duas vezes, lhe nomeou governador e senador. Você mandou e desmandou no Maranhão ostentando o título de ‘compadre de Sarney’.
 Sarney é o filho mais ilustre do Maranhão. Como político foi Presidente da República, como intelectual membro da ABL e Academia de Ciências de Lisboa.
Castelo, você botou bigode para parecer com meu pai. (O Estado do Maranhão, São Luís, 8 ago. 1990. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

⁷⁶ Só para indicar a possível regra no campo político que difere de qualquer critério ético, por exemplo. São regras codificadas para quem do jogo não participa: “O deputado Sarney Filho disse que não lhe causou a menor surpresa o resultado das últimas pesquisas sobre a intenção de voto do eleitorado de São Luis em que figura como líder absoluto entre os candidatos à Câmara [...]” (O Estado do Maranhão, São Luis, 15 ago. 1990. Caderno Política, p. 3).

Na tentativa de replicar a pecha de “oligarquia”, José Sarney Filho a confirma, admitindo o controle exercido pelo seu pai no acesso dos políticos aos cargos e postos e adotando os eleitos como *filhos políticos* por meio da prática política pessoal de José Sarney.

Isso reverbera na idéia de que critérios de compadrio, nepotismo e patronagem nas práticas constitutivas desse jogo político, estendem-se às práticas de sociabilidade política. Essas práticas funcionam como regras do campo político, em outras palavras, também podendo ser vistas fora da luta em *tempo de política*, nas próprias relações cotidianas de poder.

Além disso, as práticas políticas, quer em *tempos cotidianos*, quer em *tempo de política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995) demonstram que as estruturas interiorizadas sobre a política e os políticos foram devidamente, pelo trabalho da violência simbólica (BOURDIEU, 1998a), naturalizadas: atitudes de poder pessoal na política sem que isso possa parecer “desonroso” ou venha ser um complicador político diante da denominada “opinião pública”.

Ao contrário, as relações de poder no Maranhão, segundo a vontade pessoal de José Sarney estão imbricadas no *habitus* de forma que uma “resposta” como esta, eivada de atitudes dinásticas de práticas de poder, saia em capa de rosto em um jornal, parecendo ostentar um “orgulho” em responder à altura uma “ofensa” do adversário que chama o autoreferido “grupo Sarney” de “oligarquia”⁷⁷.

O jornal aludido, quase diariamente trazia manchetes incisivas sobre a polêmica, tais como: “Sarney Filho volta a responder ofensa”, “Sarney Filho faz denúncia ao Presidente” [referindo-se à suspensão do “Programa do Leite” no Maranhão, responsabilizando a esposa do Senador João Castelo, Gardênia Ribeiro Gonçalves, então Superintendente da LBA no Maranhão] e, assim, incentiva o falso debate que se estabelece, porque o que se encontra em jogo é a ameaça da vitória do senador João Castelo em relação ao candidato Edison Lobão.

Quanto à candidata Roseana Sarney Murad, é diferente, ainda que fazendo parte do mesmo “prato da balança” no jogo político. Desprovida de uma quantidade suficiente de capital simbólico próprio, torna-se uma figura, por assim dizer, “leve”, cujo papel é tentar mostrar seu intento ao cargo que pleiteia.

⁷⁷ Não só José Sarney Filho trata da questão da chamada “oligarquia” com João Castelo, mas também Edison Lobão, que no mesmo jornal afirma: “Oligarquia é governo familiar, governo de grupos, governo de parentes. Pois eu não tenho parentes no governo, não sou condômino de governos, não tenho esposa, não tenho filhos pendurados em cargos de confiança de qualquer governo. Não pertencço aos clãs, não sou escravo de grupos, não sou candidato de bolso. Sou um cidadão politicamente independente.” (O Estado do Maranhão, 20 ago. 1990. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

No entanto, essa *performance* pode já ser adicionada aos prováveis conjuntos de capitais simbólicos a serem construídos e utilizados na campanha eleitoral.

Ao que tudo indica, a função de *polemicista* de José Sarney Filho em relação à sua irmã Roseana Sarney Murad se reatualiza sempre que algum perigo pode vir a se constituir em um abalo à “casa do rei”, como veremos adiante na campanha eleitoral de 1994, em que Roseana Sarney Murad é candidata ao Governo do Estado.

2.7.3 Prováveis Capitais Simbólicos e Materiais para a Fabricação Pública e Política de Roseana Sarney Murad

Formada em Ciências Sociais, com especialização em Ciências Políticas [sic], ela acumulou ao longo dos anos, muita experiência. Mesmo assim, é uma pessoa simples e direta, franca e cordial. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 19 ago. 1990, grifos meus).

Considero que, no processo de *acumulação primitiva do capital político* para fabricar política e publicamente Roseana Sarney Murad, cabe destacar o capital político transmitido parentalmente – *cargos exercidos por nomeação* através do seu pai José Sarney, notadamente àqueles afetos ao campo político: Assessora no Senado Federal e Assessora do Gabinete Civil da Presidência da República exercida por José Sarney.

Por outro lado e, simultaneamente, como capital herdado, uma espécie de capital simbólico, que é a propriedade familiar do *Sistema Mirante de Comunicação*, um abrangente complexo de rádios, televisões e o jornal *O Estado do Maranhão*.

O fundamento estratégico de sua campanha e de todos os aparatos desses eventos, é o fato de Roseana Sarney Murad ter a sua disposição integral os dispositivos do *Complexo Mirante de Comunicação*, de propriedade de sua família: rádios, televisões (retransmissora da Rede Globo) e o jornal *O Estado do Maranhão*. Isto se constituiu no capital simbólico de maior coeficiente de eficácia simbólica, tanto para construir a figura do candidato quanto para desqualificar os candidatos considerados inimigos:

Grande parte desse poder, tudo indica, emana do controle dos meios de comunicação. Sarney compreendeu cedo a importância de um projeto de poder acoplado ao controle da mídia. Um mês após assumir o Governo do Maranhão, iniciou a carreira de empresário da mídia ao comprar um pequeno jornal que viria a se tornar *O Estado do Maranhão*. (LÍRIO, S. Reinado sob ameaça. Revista Carta Capital, p. 36, 2005, grifos do autor).

Esse complexo de comunicação funcionou e funciona como um grande *écran* (BALANDIER, 1999) para qualquer apresentação e representação política e teatral (GOFFMAN, 1985) dos objetivos personalísticos do projeto privado de poder do *Maranhão Dinástico*.

Não obstante, nenhuma fabricação de um político subsiste apenas com a parcela do capital herdado. Precisa, ao longo da campanha política, construir capitais efetivos, cujo volume possa fornecer densidade ao *rito de instituição* (BOURDIEU, 1992b) no caso em análise.

A instituição de Roseana Sarney Murad no campo político se verifica, provavelmente, pela construção de capitais adquiridos que não estão descolados do capital herdado se dando no próprio movimento das campanhas eleitorais. Tais campanhas são o *locus* privilegiado de apreensão das formas construídas de sua legitimação política (ver APÊNDICE F).

Como primeira estratégia de construção da figura política e pública da candidata, aponto as referências a Roseana Sarney Murad, sempre precedidas pelo atributo “socióloga”:
 “A socióloga Roseana Sarney, candidata a Deputada Federal, foi calorosamente aplaudida durante sua visita, ontem, no município de Brejo” (Jornal O Estado do Maranhão, Caderno Política, São Luis, 10 de julho de 1990, p. 3, grifos meus).

Também: “A socióloga Roseana Sarney que postula uma das vagas de Deputada Federal foi bastante aplaudida, confirmando seu favoritismo para vencer as eleições de outubro”. (O Estado do Maranhão, São Luis, 11 jul. 1990. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Pude também observar, o atributo de “socióloga” nesta alusão: “Uma recepção que atestou o prestígio da candidata no sertão maranhense foi oferecida à socióloga Roseana Sarney na sua visita a Caxias, segunda feira passada. (O Estado do Maranhão, São Luis, 2 jul. 1990. Caderno de Política, p. 3, grifos meus).

Nestas passagens acima, pode-se depreender que uma segunda estratégia na construção pública e política é o tema abordado por ela em sucessivas falas, o *planejamento* – atividade racional voltada para um fim específico – o qual não permita que a mensagem passada ao (*e*)*leitor* contenha dúvidas ou imprecisões: antes mesmo do pleito, a condição de candidata favorita está posta.

O fato do nome de Roseana Sarney Murad, quando inserida no espaço político das eleições de 1990, ser precedido pelo designativo de *socióloga* encerra a questão em torno de um provável capital simbólico – neste caso intelectual – que ela porta por aquisição e não por

herança. É um título que dá distinção social e a classifica como legítima para disputar um cargo eletivo, comportando uma bagagem intelectual.

Esse atributo de “socióloga”, que funciona como uma estratégia eleitoral de qualificação da candidata no inconsciente histórico tem um significado preciso, herdado das formulações positivistas das Ciências Sociais: é uma representação social vinculada à capacidade de conhecer, de prever, de resolver problemas sociais complexos porque assim ensinam as regras dóxicas dos estudos sociológicos nessa abordagem.

Além do mais, o fato de a candidata Roseana Sarney Murad ser “socióloga” a remete para um lugar simbólico de consagração – ter uma formação acadêmica e conforme reza a biografia oficial, especialização em Ciência Política⁷⁸, o que complementa a sua pretensa capacidade não só intelectual, mas política – e a lugares reais de consagração pelo reconhecimento no campo acadêmico das instituições que freqüentou: UNB em Brasília e PUC em São Paulo. Instâncias intelectuais essas que são reconhecidas nacionalmente e portam credibilidade e reconhecimento públicos.

Ser “socióloga” também remete a chamada “opinião pública” para outros atributos ligados a estes: estudiosa, intelectual, conhecedora profunda de problemas sociais abrangentes. É assim um capital intelectual que naquele momento fornece peso significativo ao campo dos atributos utilizados na competição política.

Não obstante, afirmo ser um *capital volátil*, à medida que tende a desaparecer nas demais campanhas eleitorais de sua carreira política. Até aqui na campanha eleitoral de 1990, não tem qualificativo de maior peso/volume no campo político que anteceda seu nome, por isso, o uso do termo “socióloga” antecedendo o nome de Roseana Sarney.

Posteriormente, será apresentada como deputada, ex-deputada, governadora, ex-governadora, senadora, alguns desses títulos pesando mais que outros, dependendo da ocasião de oferta e procura no mercado político.

Uma terceira estratégia utilizada para construir o capital legitimador foi a divulgação da presença de Roseana Sarney Murad em lugares de destaque junto às personalidades consagradas, conforme notas jornalísticas:

Está muito bonito o folder da campanha de Roseana Sarney para deputada federal. As fotos com o primeiro-ministro Cavaco Silva, de Portugal, com o Presidente José Sarney e com a filha Rafaela foram lavradas por este repórter. A primeira, no palácio de Queluz, em Portugal; a segunda, no sítio de São José de Pericumã, em

⁷⁸ Nenhuma das fontes pesquisadas aponta o lugar e a instância em que se realizou tal especialização acadêmica. É provável que a Ciência Política seja uma das habilitações do Curso de Graduação em Ciências Sociais.

Luziânia; e a terceira, no apartamento de Roseana, no Leblon. (O Estado do Maranhão, São Luís, 6 jun. 1990. Caderno PH, p. 15, grifos meus).

O Papa João Paulo II abençoa Roseana Sarney no Vaticano. Ela é uma das fortes candidatas à Deputada Federal pelo Maranhão. (O Estado do Maranhão, São Luís, 6 jul. 1990. Caderno PH, p. 15, grifos meus).

Roseana Sarney faz uma pausa hoje, em sua campanha eleitoral, para participar em São Paulo, da gravação do programa “Jô Soares – Onze e Meia” como principal entrevistada. (O Estado do Maranhão, São Luís, 12 ago. 1990. Caderno PH, p. 15, grifos meus).

Como uma quarta estratégia, observei a participação na campanha eleitoral, de forma direta e indireta, de agentes consagrados no campo artístico nacional e que tem referência ao Maranhão: “A participação de Alcione no jingle não se limitará a gravação do jingle. A Marrom mandou avisar que vai percorrer o Maranhão pedindo votos para Roseana”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 11 jun. 1990. Caderno de Política, p. 3, grifos meus).

Os *jingles* de campanha para deputada federal, compostos por *Cláudio Valente* e *Sérgio Habibe*, compositores usualmente identificados com a região e consagrados no campo artístico, foram cantados por *Alcione Nazaré* e *Vinicius Cantuária*, cantores reconhecidos nacionalmente.

A *performance* da candidata à deputada federal, Roseana Sarney Murad, com vistas à sua legitimação política, encontra suas bases na busca de consagração pelo outro. Quero dizer, que ao falar de alguém dotado de substanciosos capitais simbólicos, fala de si para também se consagrar. Essa estratégia, geralmente performática, também é utilizada por seu pai em diversas passagens de sua carreira, como posso demonstrar abaixo:

O *Dono do Mar*, meu último romance, já está em sua sexta edição, e vende com regularidade. Foi lançado na França, no México e na Romênia. O professor Claude Lévi-Strauss classificou a obra de monumental. Só não achei exagerado porque se trata de um grande mestre. O Darcy Ribeiro me escreveu uma carta dizendo-se perplexo, pois em sua opinião eu havia escrito uma obra-prima. Não tenho porque duvidar da sinceridade de quem se diz perplexo porque vai fazer um elogio (LEITE. José Sarney: riscos de profissão. Veja, n. 7, p. 11, 18 fev. 1998, grifos meus).

São geralmente, sem dúvida, estratégias iniciais que sinalizam a quantidade suficiente de capital que dê volume/peso à posição e à disposição do candidato ou do político no espaço de poder político.

Como quinta estratégia, encontra-se o trabalho de imposição simbólica de uma nova figura política no campo de relações políticas regionais. O título do *jingle* da campanha de Roseana Sarney Murad para Deputada Federal, denominado de “O Maranhão é o meu lugar”, evoca em primeiro lugar o princípio da *dême*, o território, a região, o lugar como

símbolo referido a ela no instante de sua entrada e posterior entronização no campo das correlações de força política.

José Sarney também se utiliza da mesma estratégia, quando afirma: “Meu pai me fez José, minha mãe me deu um grande coração, mas foi o Maranhão que me deu o gosto das grandes emoções que tenho vivido, as maiores da minha geração”. (SARNEY, J., 1970, p. 63, grifos meus).

Convém lembrar que aqui está uma ambigüidade necessária ao jogo: como “socióloga” seu designativo está referido ao universal, ao cosmopolita e como candidata que acentua a sua região, além de estreitar o espaço de pertencimento, configura a identidade de “maranhense”.

Essa identidade regional lhe confere proximidade dos problemas, do território simbólico a que se refere, num processo de similaridade com os prováveis (*e*)leitores, ao dizer que é um deles, portanto, afeta às mesmas modalidades de percepção do mundo social.

Roseana Sarney Murad mantém a *liminaridade* (TURNER, 1967) que lhe confere estar entre a *região* e a *nação*, entre o *geral* e o *particular*, entre o *universal* e o *restrito*, como pôde demonstrar a assertiva acima.

Uma sexta estratégia, construída midiaticamente, foi a provável “proximidade” da candidata com os (*e*)leitores:

Roseana Sarney pôde semana passada experimentar o gosto da popularidade numa das regiões de maior concentração de candidatos à Câmara Federal: o vale do Tocantins.

Em Imperatriz e Açailândia, Roseana recebeu calorosamente manifestações de apoio à sua provável candidatura à Câmara Federal. (O Estado do Maranhão, São Luís, 18 jun. 1990. Caderno de Política, p. 3, grifos meus).

A sétima estratégia utilizada na fabricação (*ficcio*) de Roseana Sarney Murad é a *itinerância* que realiza pelos municípios maranhenses, que requisita a valorização da *dême* (região) como dispositivo necessário ao *rito inicial* da candidata no campo político:

O que mais a comoveu, porém, foi ver sua foto estampada nas paredes das salas de visitas de muitas famílias humildes da região. ‘Fotografia de político em sala de visita, como costumava dizer o Senador Petrônio Portela é sinal de prestígio e de urna cheia’. Roseana passou esse fim de semana em São Luís. (O Estado do Maranhão, São Luís, 12 jun. 1990. Caderno de Política, p. 3, grifos meus).

Essa estratégia de dar *mobilidade ao poder* começa com a sua candidatura em 1990. Tende a realizar visita a vários municípios do Maranhão, num movimento que passo a chamar de *cortejo*.

O *cortejo* (GEERTZ, 1997) político iniciado aqui é um ritual que permite o deslocamento do poder simbolicamente do *palácio* (GEERTZ, 1997) para a *praça*, para onde estão os (*e*)*leitores* e onde Roseana Sarney Murad pode realizar um contato mais direto, efetivo, afetivo e corporal com as pessoas. Pelo *cortejo*, o poder se materializa, se substantiva e se sacraliza (KANTOROWICZ, 1998), pois quem está na *praça* não é uma pessoa comum, mas alguém que tenta, à maneira do mágico maussiano, fazer crer e ver no que é dito e prometido.

Estrategicamente, torna-se comum na publicização da figura política de Roseana Sarney Murad uma espécie de *sacralização* – porquanto há certo deslocamento dos atributos humanos usuais para a composição de uma personagem diferenciada pela “força” e pela “beleza”, a qual se compõe de atributos distintos da figura puramente social da candidata. É a prevalência da imagem sobre a presença real da candidata.

Em outras palavras, sua imagem é posta em lugar de “honra” das casas, lugar que simbolicamente alça a figura política à condição de figura sagrada e consagrada. Neste caso, antes mesmo do ritual de consagração pelo processo eleitoral.

Roseana Sarney não esconde o entusiasmo com a repercussão da recente visita que fez a região tocantina. Nos municípios de Imperatriz, de João Lisboa e Açailândia, Roseana comprovou a popularidade de seu nome e de sua provável candidatura à Câmara Federal. Impressionou Roseana, particularmente, o fato de ter visto no interior de muitos lares humildes, o seu retrato estampado em lugar de honra. Segundo o Deputado Gastão Vieira, um dos maiores entusiastas de sua candidatura, isso demonstra o carinho com que Roseana é recebida na região onde deverá receber uma votação espetacular, se confirmar, até domingo, a sua candidatura. (O Estado do Maranhão, São Luís, 16 jun. 1990. Caderno de Política, p. 3, grifos meus).

Essa espécie de *sacralização* da figura de Roseana Sarney Murad, que demonstra ao mesmo tempo um sentimento de *familiaridade* (à maneira do lugar que ocupam os retratos de parentes nos cômodos das casas e, de acordo com o cômodo, a posição que ocupa o parente quanto à honra e ao respeito na família) e um sentimento de *honra* (TEIXEIRA, 1998) nas salas de visitas, funciona como um sinal para indicar a aceitação e a sagração pública da candidata.

No entanto, essa não é uma tomada de posição atinente somente à Roseana Sarney Murad. Na sociabilidade política cotidiana é uma prática bastante comum, essa atitude. Mas aqui toma ares de novidade, de diferencial em relação aos demais candidatos ou políticos. Ainda, confirma a substantivação da figura do político que toma ares personalísticos, tendo em vista que não é só a mídia e os porta-vozes autorizados que contribuem nessa construção e consagração política, mas também o (*e*)*leitor*.

Por outro lado, constitui-se em outra estratégia a *hiperbolização* do discurso ou das referências na mídia, incluindo a profusão de adjetivos, muitas vezes superlativos, à candidata Roseana Sarney Murad, como atesta a nota⁷⁹ abaixo:

A candidata à deputada federal Roseana Sarney está às voltas com um problema *sui generis* na atual campanha eleitoral. Enquanto a maioria dos candidatos tenta, por todos os meios conseguir apoio dos prefeitos, ex-prefeitos, vereadores e candidatos à Assembléia, Roseana tenta administrar o volume de adesões voluntárias que estão chegando ao seu comitê político. Como seu nome é de fácil penetração no eleitorado, é natural a corrida ao seu comitê, pois os que a apoiarem terminarão também sendo beneficiados. Mas Roseana já está preocupada com os outros candidatos do seu grupo. (O Estado do Maranhão, São Luís, 22 jun. 1990. Caderno de Política, p. 3, grifos meus).

A *hiperbolização* do discurso (BARREIRA, 1998) é a oitava estratégia porque dotada de uma eficácia simbólica que remete para a certeza, embora sob ditames do exagero, realizando um trabalho de persuasão pública, fator de relevância quando se trata do *tempo de política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995).

A nota jornalística acima serve para construir uma certeza sem voltas, porque os fatos pela *hiperbolização* (estratégia) apresentaram uma candidata que já contabilizava votos além do considerado, por assim dizer, “normal”, ficando ela “preocupada com os seus pares” nessa disputa. Também fez a nota subtender que Roseana Sarney Murad como candidata seria “natural”, “propícia naturalmente” pelo que se apresentava naquele momento.

Aqui, além da *hiperbolização* do discurso, a *performance* de Roseana Sarney Murad é superlativizada:

Os primeiros mil santinhos e adesivos de campanha de Roseana Sarney acabaram em menos de uma semana. Ela terá que se virar para atender ao grande número de pedidos de eleitores de todo o Maranhão. Roseana Sarney é, sem favor, o grande fenômeno eleitoral destas eleições. (O Estado do Maranhão, São Luís, 20 jun. 1990. Caderno de Política, p. 3, grifos meus).

A palavra proferida pelo porta-voz autorizado e reconhecido, o redator da nota jornalística, emite para o eleitor a mensagem do favoritismo nas urnas, superando os demais candidatos e colocando Roseana Sarney Murad como “um fenômeno eleitoral”. A estratégia está em fazer crer pela eficácia simbólica que a candidata não precisa ser fabricada politicamente, mas, tal como um fenômeno, obedece a regras dadas, ditas “naturais”.

⁷⁹ Os jornais, em sua maioria, não trazem referências extensas sobre a candidata, mas notas plantadas entre uma coluna especializada dos jornais e outras, onde o difuso tem o papel, contrariamente do que se pensa, de concentrar a atenção do (*e*)eleitor na figura da candidata. Neste caso, disseminar aqui e acolá pequenas inserções constitui uma forma estratégica de manter a candidata à vista do (*e*)eleitorado.

2.7.4 Atributos, Autodefinições e Denegações como Critérios de Validação do Capital Simbólico referido à Campanha Eleitoral de 1990

O ESTADO – Você tem fama de ser uma pessoa batalhadora. Como você se vê?

ROSEANA – Bom, tenho certa dificuldade de falar sobre mim. Gosto de trabalhar, é verdade; me sinto bem trabalhando. Batalhadora? Sim, batalho pelas causas que considero justas, luto o bom combate. Gosto de idéias próprias e defendo as minhas opiniões a qualquer custo. Não transijo em meus princípios. E só ajo com convicção. Sei ser tolerante também, conviver com a divergência, com as diferenças. Mas quando é necessário ser firme, sempre fui. (O Estado do Maranhão, São Luis, 19 ago. 1990. Caderno Especia, p. 3, grifos meus).

No pequeno trecho da entrevista acima, a então candidata a Câmara dos Deputados, Roseana Sarney Murad, desfia um conjunto de autodefinições que, sem dúvida, naquele momento eram importantes para compor seu referencial político, seu capital político necessário ao jogo que sua posição indicava.

Nas edições dos meses de maio a dezembro de 1990 do jornal local O Estado do Maranhão, um dos órgãos integrantes do *Sistema Mirante de Comunicação*, estão presentes notas quase diárias sobre a candidata e o *slogan* de sua campanha. Com a particularidade de que as notas, as inserções, os pronunciamentos e as agendas de Roseana Sarney Murad transitarem difusamente por diversos cadernos e colunas daquele jornal: do chamado “Caderno Política”, até as páginas de uma coluna social: “PH Revista”.

Aqui, realço que o espaço e o tempo de campanha é multiplicado, concorrendo para o drible às regras de campanha eleitoral. É uma espécie de ganho adicional para a concorrência com os demais candidatos.

Fazendo parte do conjunto de material de campanha eleitoral destinado a conquistar o eleitor pelo *espetáculo do ver e do ouvir*, o *slogan* de Roseana Sarney Murad para Deputada Federal foi: “Por um Congresso mais forte e mais bonito”.

Os atributos “forte” e “bonito” não são excludentes, mas cada um à sua maneira retraduz esquemas explicativos do mundo *savant*, que se resumem em falar de “força política” – aqui está o critério da *děme* pela pretensa herança paterna: o pai já está lá, já está na posição consagrada que engendra força e poder político acentuados.

E o atributo “bonito”, que se refere à chamada “beleza física” da candidata – atributo distintivo sob a mira do olho social, tem a capacidade de ratificar a força do *habitus* da dominação masculina (BOURDIEU, 1998b) que inclui a “beleza” como algo substantivo a mulher.

Roseana Sarney Murad valeu-se de dois atributos que a remeteram para a esfera da personalidade e a substantivação do político é hoje parte inexorável do processo de fabricação da sua imagem pública.

Dentre o material consultado, há uma entrevista com a candidata à deputada federal, Roseana Sarney Murad. Elejo-a como ponto privilegiado de análise.

Essa entrevista foi denominada de “Quando a firmeza se alia à ternura” e publicada numa edição de domingo⁸⁰ – 19 de agosto de 1990 – data próxima ao pleito eleitoral. Na folha de rosto, acompanhada da foto da candidata, a manchete: “Roseana diz porque é candidata”. A entrevista ocupa um espaço do jornal designado de “Caderno Especial”, trazendo alguns indicativos – as posições da candidata por ela mesma, por que ela quer ser política e assim por diante, conforme se verá – que se tornaram uma espécie de matéria-prima para a fabricação pública e política de Roseana Sarney Murad.

Essa entrevista é uma das raras falas diretas da candidata, uma vez que na maioria das vezes, as notas em veículos de comunicação são de ordem indireta: falam sobre ela e não, ao contrário, ela falando sobre sua campanha. Pode ser entendido como um momento ainda frágil, inicial, da imagem pública e política de Roseana Sarney Murad.

Os jornalistas a designam como um “fenômeno eleitoral do Maranhão”, apontando a candidata como filha do Presidente José Sarney. A chamada da entrevista evoca, em seguida, seu título escolar, na verdade, distingui-a, depois de marcar seu pertencimento genético.

Vem à tona a formação acadêmica de Roseana Sarney Murad – atributo de sustentação do peso do capital simbólico que afirma deter, independentemente do seu pai José Sarney. Ser “socióloga” constitui-se em capital cultural (BOURDIEU, 1998d) legitimador que autoriza seu discurso. Falará na condição de candidata, mas de uma candidata que é “socióloga”.

Aliando a competência técnica, capital construído – formação acadêmica – com a competência política, capital transmitido pelo pai José Sarney – parece pretender uma “síntese”, ou melhor, ser a candidata “ideal” para o cargo que pleiteia.

⁸⁰ Dia de maior tiragem e venda de jornais, indica o caráter estratégico da veiculação da entrevista na edição dominical.

O autor anônimo⁸¹ do artigo de apresentação da entrevista aponta para o fato de que Roseana Sarney acumulou ao longo dos anos, “muita experiência”, indicando também uma espécie de capital construído.

No entanto, é mister lembrar que essa experiência não pode se constituir, à primeira vista, num indicativo de obviedade: não é um capital construído, mas herdado, à medida que decorre da ocupação de cargos por indicação e influência parental. Trata-se de uma conquista pelo princípio da *gêne* e assim, derivativa das práticas de poder dinásticas.

Os indicativos abaixo são atributos dados pelo jornal, embutidos nas perguntas e nas chamadas da própria entrevista:

Quadro 5 – Atributos instituídos pelo Jornal O Estado do Maranhão

Ordem	Atributo	Natureza do atributo
01	Pessoa simples	peçoal
02	Pessoa direta	peçoal
03	Pessoa discreta	peçoal
04	Voz modulada	peçoal
05	Voz firme	peçoal
06	Franca	peçoal
07	Cordial	peçoal
08	Inspira confiança nos olhos verdes	peçoal
09	Terna	peçoal
10	Batalhadora	Peçoal
11	Carismática	peçoal/pública
12	Solidária	peçoal/pública
13	Firme	peçoal/pública
14	Estudiosa dos problemas do Maranhão e do país	pública
15	Socióloga e especialista em Ciência Política	pública
16	Trabalha pelo Maranhão em Brasília	pública

Embora prevaleçam atributos de ordem peçoal, os atributos públicos procuram legitimar a competência “técnica” e “política” da candidata.

⁸¹ Esse anonimato tende a encaminhar o (*e*)leitor para um critério tido como “sério”: a imparcialidade e a impessoalidade. Quem pergunta parece não ser um repórter específico, uma pauta construída, mas todos os (*e*)leitores.

Entre os atributos construídos pelo jornal, e aqueles auto-instituídos pela candidata, há um ponto em comum: a maioria absoluta desses atributos é de natureza pessoal, como atributos naturalizados e naturalizáveis, mas não adquiridos, fabricados.

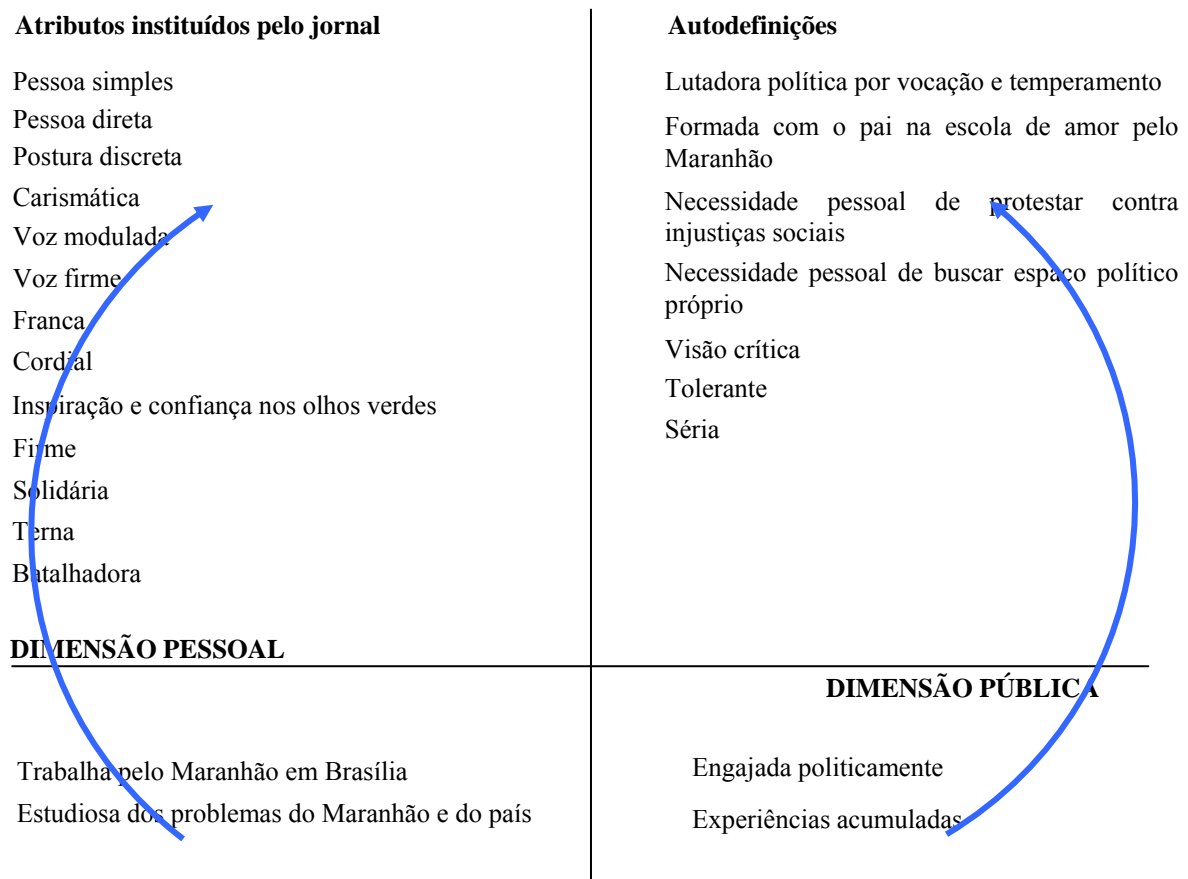
O critério da *gêne* sobrepõe-se ao da *dême*, ou seja, esses atributos já estão prontos: são herdados, são “naturais”. E são eles que parecem formar um conjunto harmonioso, capaz de habilitar Roseana Sarney Murad ao cargo de deputada federal. Parece não haver lugar no palco das representações do teatro eleitoral para as ambigüidades.

Esse pseudo-consenso de atributos, tanto o jornal quanto dela parecem demonstrar como algo intrínseco a presença, naquele momento, da figura política da candidata.

No entanto, todos os atributos, como pode mostrar o diagrama abaixo são matéria-prima, capital construído para dar volume e peso à posição que ela deverá ocupar. Porém, o *fiel da balança* pende mais para um lado, o lado regido pela *gêne*, pelo pessoal e pelos critérios adquiridos ao longo da observação das práticas de poder dinásticas no Maranhão.

Senão, vejamos:

Figura 2 – Peso/volume do capital construído pela candidata Roseana Sarney Murad conforme entrevista reproduzida pelo Jornal O Estado do Maranhão (1990)



Ao longo da entrevista, Roseana Sarney Murad elege três eixos para direcionar o discurso político naquele momento: a definição científica do que venha a ser uma “oligarquia”, e a atribuição dessa denominação à sua família; o descolamento aparente da figura do pai José Sarney e o seu acúmulo de experiência; e a apreciação de *temas* e *problemas* sociais afetos ao país naquele momento.

Ao ser questionada sobre a acusação de que sua família se constituiria em uma “oligarquia”, responde:

Essa designação é mais um chavão de propaganda eleitoral na boca de nossos adversários do que uma análise concreta da situação política do nosso Estado. Numa definição mais atual, oligarquia seria o poder de um pequeno grupo, exercido de maneira coronelística, numa sociedade de natureza feudal. Ora, meu pai que tem sido alvo dessa acusação, foi o responsável quando assumiu o governo do Estado em 1965 pelo primeiro esforço de modernização do Maranhão, dentro uma concepção nova de planejamento estratégico, o primeiro que se fez aqui, aliás. Ainda sobre oligarquia, ao que me consta, nenhum dos governadores que sucederam José Sarney é membro de nossa família. Havia até quem fosse adversário nosso, como Nunes Freire. Outro exemplo são os cargos federais. Os cargos federais durante a presidência de José Sarney, foram ocupados em grande parte, por pessoas indicadas pelos Srs. Renato Archer e Cid Carvalho que agora se apresentam ao povo como adversários da ‘oligarquia’. Puro engodo! (O Estado do Maranhão, São Luís, 19 ago. 1990. Caderno Especial, p. 5, grifos meus).

Roseana Sarney Murad apesar de ter em conta sua experiência profissional como um capital adquirido, próprio do seu portfólio pessoal, no trecho sublinhado da entrevista não deixa de alegar o parentesco biológico com José Sarney quando se refere a ele como “família”, portanto, ligada aos laços de consangüinidade, ao parentesco ou a *gêne*.

Quando indagada sobre a sua preferência em se dedicar ao Maranhão, exercer uma atividade num campo de lutas políticas ao invés de se envolver em badalações sociais, já que é filha de ex-presidente, responde:

Por vocação e temperamento. Desde o meu tempo de estudante nunca fiquei indiferente, sempre fui engajada. No Liceu fui eleita secretária do grêmio estudantil; com apenas 12 anos de idade já participava da campanha de José Sarney para governo do Maranhão. Evidentemente a vivência familiar contribuiu para o desabrochar dessa vocação. Muito cedo, comecei a me preocupar com a necessidade de protestar contra as injustiças sociais. Mas sempre quis ter meu espaço político próprio, e só poderia me apresentar ao eleitorado com o que tivesse pessoalmente em matéria de idéias e de vivências. Acumulei uma certa experiência e pude participar do debate de grandes temas nacionais, com visão crítica e opinião pessoal sobre economia, política, sobre pobreza, as injustiças sociais, o sofrimento do povo, a necessidade de uma reforma agrária conseqüente [...]. (O Estado do Maranhão, São Luís, 19 ago. 1990. Caderno Especial, p. 5, grifos meus).

Justifica a decisão de se tornar candidata a uma vaga na Câmara Federal, com base em elementos pertinentes ao atributo genético, considerando como natural e intrínseco: “vocação” e “temperamento” são atributos pessoais, ligados ao perfil tido como natural do indivíduo.

Utiliza-se de uma pergunta da entrevista para elencar o que chama de “plataforma de mobilização e aglutinação política” que pretende ter na qualidade de deputada federal eleita:

Sou contra a recessão, o desemprego e o confisco da poupança. Sou a favor do crescimento econômico, proteção do meio-ambiente, manutenção e ampliação dos programas de alimentação para a população de baixa-renda; sou a favor da justiça no campo e dos direitos sociais e humanos.

[...]

Acho que o mundo está mudando, que as ideologias perdem sacralidade, mas considero que o mercado, a concepção neoliberal não resolve os problemas sociais. O mercado não constrói escolas, hospitais, estradas, nem ampara as crianças e idosos.

[...]

A lógica do neoliberalismo, tão em moda em nossos dias, é a da “raposa livre em galinheiro livre”. Sou mais pelo Estado-Providência, tipo social democracia, que procura proteger os elos mais frágeis da sociedade: a infância abandonada e carente, os desempregados e subempregados, as mulheres e os idosos. Luto por isso. (O Estado do Maranhão, São Luís, 19 ago. 1990. Caderno Especial, p. 5, grifos meus).

A então candidata apresenta, no cômputo da sua entrevista, um rol de temas e problemas⁸² que estão referidos àquele momento e que assim, servem de mote, de elemento propulsor para um discurso atual, por assim dizer, que seja a pedra de toque para a sua identificação com as questões discutidas publicamente.

2.8 A *Performance* de Roseana Sarney Murad na posição de Deputada Federal: o Rito de Iniciação no *Centro de Poder*

O acompanhamento técnico e jurídico da crise é a segunda frente de atuação da comissão pró-impeachment. Nesse grupo, trabalham os deputados Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) e Roberto Magalhães (PFL-PE). Representante da comissão, Sigmaringa passou a quinta-feira no STF, informando Roseana e seus colegas de todos os votos relativos ao prazo final de defesa de Collor. A decisão do STF não tirou o ânimo da coordenadora da comissão. [Roseana Sarney Murad]. (O Estado do Maranhão, São Luís, 15 set. 1992. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

⁸² Em analogia com aquilo que Bourdieu (1968) fala sobre o pertencimento de um pensador a uma dada época, afirmo que os políticos podem ser situados numa época a partir das problemáticas e temáticas obrigatórias nas quais e pelas quais pensam e falam.

Eleita em primeiro lugar com 44.785 votos para o cargo de deputada federal⁸³, Roseana Sarney Murad ingressa, formalmente, no campo político e no jogo das posições políticas, com a peculiaridade desse exercício de poder se efetivar no *centro* do poder.

Na Câmara Federal, assumiu diversas posições nas chamadas “Comissões”, quer de natureza *permanente* ou *provisória*, uma das suas principais atuações parlamentares, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 6 – Posições ocupadas por Roseana Sarney Murad nas Comissões da Câmara Federal (1991-1994)

Ano	Comissão	Natureza	Posição da Deputada
1991-1992	Comissão de Economia, Indústria e Comércio	Permanente	Titular
1991-1992	Comissão das Relações Exteriores	Permanente	Suplente
1992	Comissão Mista Especial da Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente	Provisória	Suplente
1992	Comissão do PEC (Alteração na legislação eleitoral) nº 51	Especial	Titular
1992	Comissão sobre projeto de Lei: Legislação Consultória	Especial	Suplente
1993	Comissão de Meio Ambiente e Minorias	Permanente	Titular
1993	Comissão de Defesa do Consumidor	Permanente	Suplente
1994	Comissão de Educação, Cultura e Desportos	Permanente	Titular

Fonte: Brasil (2004)

A condição de *membro titular* de Comissões da Câmara Federal de forte conteúdo político-eleitoral – *Comissão do Meio-Ambiente e Minorias, Comissão de Indústria e Comércio, Comissão de Educação, Cultura e Desportos* – bem como membro de Comissões que alteram a Constituição Federal – *Comissão do PEC que altera a legislação eleitoral* – fornece a Roseana Sarney Murad capital político necessário para a inserção cada vez mais abrangente no jogo político-eleitoral. Mantém-se na *liminaridade* ao ocupar quatro comissões na condição de *membro suplente*, aquele espaço intersticial entre a pertença e a não pertença.

Nesse jogo, a luta se configura pela ocupação de determinadas posições – conferidas pela participação em comissões, pela proximidade com autoridades executivas, pelas posições assumidas em assuntos específicos, notadamente aqueles suscitados pela

⁸³ Interessa registrar que seu irmão, José Sarney Filho, com 32.470 votos ocupou o quinto lugar entre os candidatos eleitos à Câmara Federal atrás de Francisco Coelho, Ricardo Murad (cunhado de Roseana Sarney Murad, eleito pela mesma coligação que ela, denominada de “Maranhão do Povo”).

mídia, ocupação em postos-chaves da administração federal e assim por diante – que fornecem ao político a possibilidade de adquirir consagração e reconhecimento público, de forma a garantir seu percurso campo político.

Roseana Sarney Murad, sem escapar dessa regra particular do campo político, não sobreviveria sem essa consagração que segue o *rito de iniciação* política.

Aqui, realço que a figura política pública de Roseana Sarney nasce – pelos cargos que ocupa e pela proposta de se eleger deputada federal – e se consolida no *centro* do poder. Para sagrar e se consagrar no campo político é preciso um trabalho intenso de dominação política na *periferia* do poder, de onde vem a legitimação como política, através notadamente da sua relação com políticos, prefeitos municipais e (*e*)*leitores*.

Em outros termos, ela adquire autoridade política pela construção da crença de que é uma deputada federal atuante e engajada no jogo de correlações de forças que estão no campo político através da identidade regional, da *dême*: Roseana Sarney Murad atribui-se a condição de ser “maranhense” e ser candidata à deputada federal pelo Maranhão.

Além das Comissões da Câmara Federal, Roseana Sarney Murad foi membro do “Parlamento Latino-Americano” e “Vice-Líder do Governo” naquela Casa, no período compreendido entre 1992 e 1993.

No entanto, a atividade de maior peso/volume na formação da *taxa de mais-valia do capital político* de Roseana Sarney Murad foi ser escolhida entre seus pares, como *Coordenadora da Comissão Interpartidária Pró-impeachment*⁸⁴ do então presidente da República Fernando Collor de Melo, em 1992. Pesa nesse processo, também, o fato de ser a filha do ex-presidente da República – José Sarney – antecessor do presidente em vias de *impeachment*.

Na condição de Coordenadora da Comissão Interpartidária Pró-impeachment, Roseana Sarney Murad exerceu sua *performance* política com maior intensidade e construiu um trabalho político necessário a essa *performance*, o qual tendia a parecer “natural” à deputada.

⁸⁴ Comissão composta por onze congressistas entre senadores e deputados. Disse a nota sobre a referida comissão: “[...] cuja formação foi definida num encontro do qual participaram os ex-governadores Orestes Quércia, Tasso Jereissati e Alvaro Dias, o ex-deputado Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Esperidião Amin e os deputados Roberto Cardoso Alves, Aldo Rabelo, Éden Pedroso e Roberto Freire”. (O Estado do Maranhão, 28 ago. 1992). Os 11 (onze) congressistas que compuseram a referida *comissão* foram: Deputada Roseana Sarney Murad (PFL/MA), Senador Esperidião Amin (PDS/SC), Deputado Lázaro Barbosa (PMDB/GO), Deputado Roberto Cardoso Alves (PTB/SP), Deputado Luís Carlos Haully, líder do PST, Deputado Eduardo Jorge (PT/SP), Deputado Aldo Rebelo (PC do B/BA), Deputado Éden Pedroso (PDT/RS), Deputado Jamil Hadad (PSB/RJ) e Deputado Jackson Pereira (PSDB/CE).

Ou, como afirmaria Goffman (1985, p. 51), “Os atores podem mesmo dar a impressão de que seu equilíbrio e eficiência atuais são coisas que sempre tiveram e que nunca precisaram passar por um período de aprendizagem”.

Não obstante, as correlações de forças que conformam o campo político não são pacíficas e lineares. Os disparos desqualificativos em relação à Roseana Sarney Murad – como usufruir da condição de deputada para impressão de material de campanha, de usufruir da influência paterna para exercer cargos de confiança no campo político e campo burocrático –, também valem ser registrados, principalmente porque se faz acompanhar de auto – atributos definidos pela então deputada e que não fogem àqueles que usualmente lança mão:

A filha do ex-presidente Sarney, Roseana, acusada por Collor de ter enriquecido no poder, leu da tribuna da Câmara nota dizendo que ‘quem tem que dar explicações ao fisco e ao povo é o presidente Collor, que manchou a presidência pela sua conduta vergonhosa, apurada pela CPI’. Ela afirmou: ‘Contra ele (Collor) existem fatos, não palavras’. Disse que sua família é de ‘gente decente, humilde e trabalhadora, contra a qual nunca ninguém viu nada nas páginas policiais e muito menos, ocorreram fatos como esses que hoje estarrecem a Nação’. Afirmou ser ‘mulher de caráter, lutadora e que cumprirá seu dever com o País, ‘quaisquer que sejam as ameaças’. (Agência Estado, São Paulo, p. 2, 18 set. 1992, grifos meus).

Por vários motivos, a *performance* política de Roseana Sarney Murad é sagrada e reconhecida, principalmente porque naquele momento o campo político articula seus membros por uma correlação de forças intensas (o que não ocorre assim em *tempos cotidianos*, por assim dizer), em função de um acontecimento específico – um *escândalo político* (THOMPSON, 2002) envolvendo o então Presidente da República:

Defendo que a crescente preponderância do escândalo político está ligada a determinadas mudanças na mídia e na cultura e prática do jornalismo, mas que está ligada também a certas mudanças amplas no contexto social da política. As transformações sociais do período do pós-guerra foram gradualmente enfraquecendo a política ideológica dos partidos tradicionais com base nas classes, com seus sistemas de crenças fortemente opostos e seus agudos contrastes entre esquerda e direita e criaram condições para uma ênfase crescente naquilo que eu chamarei de *política de confiança*. (THOMPSON, 2000, p. 33, grifos do autor).

Considero, também, como um desses fatores, os holofotes da mídia que estavam voltados para um escândalo político específico, constituindo um palco bem delimitado, com critérios também delimitados, os quais, à maneira de um trabalho teatral, colocam atores diversos (de acordo com a posição que têm naquele campo, ou seja, no campo cultural)

naquilo que Goffman (1985)⁸⁵ denomina de *região de fachada*, ou tendem a colocar alguns outros – de acordo com a abordagem dos jornalistas – na *região de fundo* (GOFFMAN, 1985, p. 135, grifos meus):

Finalmente, os três papéis decisivos mencionados [atores que têm informações a respeito da informação destruidora do espetáculo, atores que não possuem tais informações e platéia] poderiam ser caracterizados baseando-se nas regiões de fachada e de fundo; a platéia, somente na região de fachada; os estranhos estão excluídos de ambas.

Roseana Sarney Murad se encontrava na *região de fachada*, lugar propício para sua prática performática. E, inúmeras delas podem ser citadas, segundo fontes jornalísticas da época: entrevistas contundentes, expressões gestuais indicando um momento de trabalho e intensidade dramática, trabalho intenso de contabilização de votos - “Roseana contabiliza o 336º voto” (O Estado do Maranhão, p. 2, São Luís, 15 set. 1992) – trabalho de persuasão dos congressistas, mobilização da imprensa e das organizações sociais, enfim um trabalho, por assim dizer, que quer ter uma “natureza técnica”⁸⁶, exigindo que a atividade política se transforme em perícia e os políticos, em peritos.

Um ponto, em todo esse momento reverbera para a relação dinástica entre o pai, José Sarney e a filha política, a qual se tem expressada no diálogo abaixo, entre Roseana Sarney Murad e um jornalista:

O GLOBO – Filha de um ex-presidente que teve seu governo investigado pela ‘CPI da corrupção’, cujo relatório ficou arquivado no Congresso, a senhora não se sente constrangida em coordenar uma comissão pró-impeachment para o presidente Collor?

ROSEANA – De maneira alguma. Foram CPIs diferentes. Aquela CPI não produziu provas e, além disso, não era uma CPI contra meu pai. Era uma CPI restrita a decretos. Não havia movimentação popular pedindo a saída de meu pai, não havia perigo de ingovernabilidade. (O Estado do Maranhão, 15 set. 1992, p. 5, entrevista transcrita do Jornal O Globo, Rio de Janeiro).

Todo esse trabalho veio contribuir para que a *taxa de mais valia política* pudesse ser acrescida, de modo a credenciá-la a uma disputa ao governo do Estado do Maranhão. Entretanto, Roseana Sarney Murad quis fazer parecer esse trabalho na *Comissão Pró-*

⁸⁵ Goffman (1985, p. 9) analisa a vida social à maneira de uma representação teatral, partindo do princípio de que “[...] a vida apresenta coisas reais e, às vezes, bem ensaiadas”, completando que: “O mundo, na verdade, é uma reunião”. (GOFFMAN, 1985, p. 41).

⁸⁶ É chamada de “Fiscal do impeachment” pela mídia, dando um tom policialesco, inquisitorial ao trabalho que, em verdade, é uma estratégia de consagração política e de disputa por uma posição de evidência no campo de poder político, construída por Roseana Sarney Murad. Também recebe neste período a designação “Musa do Impeachment”.

impeachment um trabalho “técnico”, “imparcial”, onde o *interesse* estava *no desinteresse* (BOURDIEU, 1996b) eleitoral, como afirma categoricamente na mesma entrevista:

O GLOBO – Na hipótese de reversão da tendência pró-*impeachment* no Congresso, o que vai acontecer?

ROSEANA – Eu acredito nos políticos deste Congresso. Não estamos trabalhando no varejo da disputa do poder que alguns tentam colocar. A questão é moral. Eu mesma nunca estive com o vice-presidente Itamar Franco. Nossa luta é pelo restabelecimento da moralidade no país e da própria governabilidade. É nisso que se baseia nosso trabalho na comissão pró-*impeachment*. É um trabalho minucioso, de acompanhamento de todos os discursos, declarações a imprensa, atitudes, etc. Já temos os votos para o *impeachment*. (O Estado do Maranhão. Entrevista transcrita do Jornal O Globo, Rio de Janeiro, p. 5, 15 set. 1992).

Convém ressaltar que, por outra via, a própria referência do então presidente Fernando Collor a ela indica que não se trata de um trabalho técnico, mas sobretudo de relações e disputas de força numa rede de relações sociais interdependentes:

Os deputados Ulysses Guimarães (PMDB-SP) e Roseana Sarney (PFL-MA) reagiram hoje aos ataques do presidente Fernando Collor. Segundo Ulysses, a Nação sabe que o presidente da República ‘está desequilibrado e as instituições não podem ser desequilibradas, têm que se preservar’. Roseana Sarney - chamada de corrupta por Collor [...]. (Agência Estado, São Paulo, 18 set. 1992, grifos meus).

Fabricada politicamente, principalmente nesse episódio do “caso Collor”, funda-se o *carisma*⁸⁷ (GEERTZ, 1997) de Roseana Sarney Murad.

Roseana Sarney Murad está fabricada pública e politicamente pelas estratégias da eleição para Deputada Federal pelo Maranhão de duas maneiras igualmente paradoxais imanentes ao *carisma* (GEERTZ, 1997). Está inserida no jogo político ao contabilizar capital político – como a participação em Comissões, como *Coordenadora do Movimento Pró-*impeachment* na Câmara Federal*, por exemplo – e apta às apostas que são inerentes a esse jogo.

Refiro-me aqui a identidade regional que vem da *periferia* do poder – e da escolha como Deputada Federal para coordenar o trabalho de *impeachment* do então presidente da República, Fernando Collor de Melo foi o capital político de maior peso/volume que conseguiu. Este último lhe confere uma posição específica no campo de poder relativo ao

⁸⁷ Contraponho-me, no caso específico de Roseana Sarney Murad, à noção de *carisma* construída por Max Weber (2000), adotando a noção de *carisma* em relação ao “centro” e à “periferia” do poder, como visto em Geertz (1997, p. 184): “O carismático não é necessariamente dono de algum atrativo especialmente popular, nem de alguma loucura inventiva; mas está bem próximo ao centro das coisas”.

centro, onde sua *performance* reverbera para a *periferia*, quando se submete às eleições de 1994, aspirando ao cargo de governadora do Estado do Maranhão.

3 ORDEM DE SUCESSÃO E RITUAIS DE CONSAGRAÇÃO: *PERFORMANCE* POLÍTICA E POSSIBILIDADES DE PERMANÊNCIA DO *MARANHÃO DINÁSTICO* – *BOM PARA BRIGAR, BOM PARA GOVERNAR*

CREONTE: Meu filho, este é, na verdade, o sentimento que te convém: subordinar tudo à vontade paterna. Esta é a razão de querermos criar filhos obedientes em nossos lares, que ataquem com rigor o inimigo e que honrem o amigo como o próprio pai. (SÓFOCLES *Antígona*, 1993, p. 69).

DIÔNISIO – A primeira cidade grega que visito é esta aqui. Em muitas regiões distantes organizei meus coros, implantei meus ritos. para manifestar-me aos homens como um deus. (EURÍPEDES, *As Bacantes*, 1993, p. 210).

A *ordem de sucessão* (BOURDIEU, 1993) é gestada na ordem social. É um processo de suspense dramático, o *agôn* (BALANDIER, 1999).

Afirma Balandier (1999, p. 76, grifos meus):

Estas ritualizações pelas quais se representa o drama do poder vago são todas determinadas segundo as leis da inversão, da hipérbole, do excesso. Aos tabus e à censura se opõem a devassidão desenfreada ou orgiaca, ao direito à violência, ao decoro e aos códigos de decência, a paródia e a irreverência, ao poder conservador de uma ordem a arbitrariedade inquietante.

A construção da *ordem de sucessão* (BOURDIEU, 1993) trata-se de um trabalho que denomino *reprodução ampliada do capital simbólico*, porque o trabalho de produção, de reprodução e de ampliação da dominação política do *Maranhão Dinástico* a que me refiro, envolve mercado político, mão-obra específica para a produção, a distribuição e a circulação do produto político.

E uma das formas de garantir essa *reprodução ampliada do capital político* são, sem dúvida, os *temas* e os *problemas* (BOURDIEU, 1968) apresentados pelos candidatos. No caso por Roseana Sarney Murad, tocam diretamente nas chamadas “aspirações dos (e)leitores”, formando assim *um espaço de diferenças* pleno de significados tomando por base os demais candidatos na disputa eleitoral.

Na campanha eleitoral de Roseana Sarney Murad, em 1994, não faltaram *temas* e *problemas* por ela abordados, abrangendo, como usual no *tempo de política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995), assuntos que perpassam as mais variadas áreas da vida social.

Como candidata de uma coligação política – “Frente Popular”, reuniu vários interesses e uma soma significativa de mão-de-obra específica para a produção, circulação e distribuição do produto político da campanha que seria a sua eleição como governadora do Estado do Maranhão.

Estes *temas e problemas* deram ênfase considerável a assuntos tidos como básicos nas relações de sociabilidade contemporânea: infra-estrutura, saúde, educação e habitação, dentre outros.

Dentre esses *temas e problemas* que conformam a sua *performance em tempo de política*, não são poucas as referências da candidata Roseana Sarney ao que denomina de “fortalecimento dos municípios maranhenses”. Esse tema seria uma possibilidade no jogo político para congregar forças políticas dos municípios do Estado e arregimentar mão-de-obra específica para esse trabalho, através do apoio explícito dos prefeitos e políticos aliados dos municípios do Maranhão. São esses agentes com poder político regionalizado que nutrem uma relação muito próxima com os (*e*)*leitores* que passam a ser, também, em parte, (*e*)*leitores* de candidatos dos prefeitos e políticos regionais.

Nesta passagem abaixo, a matéria jornalística enfatiza a pretensão da candidata Roseana Sarney Murad em dar prioridade à denominada “região sul” do Estado, potencialmente capaz pelo número de (*e*)*leitores* de somar significativamente para a reprodução a ampliação da dominação política do *Maranhão Dinástico*:

A candidata da Frente Popular ao Governo do Estado, deputada Roseana Sarney, reafirmou domingo em Grajaú seu compromisso em fortalecer os municípios maranhenses e destacou que a Região Sul terá papel fundamental nesse projeto: ‘O Sul do Maranhão será o celeiro de toda uma região estratégica e se constituirá a porta de entrada do Estado no Século XXI’, declarou durante a festa de encerramento da 16ª Exposição Agropecuária de Grajaú. Roseana assinou uma ‘carta-compromisso’ que lhe foi apresentada pela prefeita municipal, Lenilce Arruda. (O Estado do Maranhão, São Luís, 2 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Fala de um *tema* num momento privilegiado no espaço de sociabilidade política – uma festa de encerramento de feira agropecuária –; refere-se a um século seguinte, cujo efeito simbólico está ligado à noção de um “tempo novo”, isto é, o século XXI; toma uma atitude concreta diante dos (*e*)*leitores* – assina uma “carta-compromisso” e faz uma promessa política que é a chamada “transformação da região sul do Maranhão”. Aí repousam alguns elementos performáticos necessários ao trabalho de dominação política requerida pelo *Maranhão Dinástico*.

A campanha política mobiliza também um volume considerável de variados capitais simbólicos para a formação de uma *taxa de lucro político* que consiga ser um dos dispositivos de manutenção das práticas políticas ditas “tradicionais”, ou na linguagem weberiana, das práticas patrimonialistas⁸⁸.

Mas esses capitais não aparecem como tal e sim como sinônimo de “progresso”, “modernidade” e apontam uma pseudoclivagem política em relação a procedimentos de gestões anteriores, de “descontinuidade” em relação a práticas anteriores, como afirmou Roseana Sarney Murad, na posição de governadora eleita em 1994: “A palavra de ordem é crescimento com modernização. Modernização de métodos administrativos, de tecnologias, de produção e de distribuição”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 10 jan. 1997. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Além disso, há de se considerar um conjunto de estratégias, atributos e fatores que funcionam como um momento específico na constituição ou tentativa de reprodução de um projeto político para delinear um mapa das campanhas eleitorais de 1994 e 1998, as quais trazem à tona a questão que é designada pelo *mundo savant* e pelo senso comum *douto* de “herança política”.

As questões giram em torno da chamada “herança política”: quem herdaria o espólio político de José Sarney. Roseana Sarney Murad é tida como sua “herdeira natural” na continuidade do projeto dinástico. Este é um fato que precisa ser abordado com cautela para não transformar um eixo de análise em simples continuidade dos esquemas explicativos postos usualmente.

Diz Barreira (2003, p. 166-167, grifos meus) de quem aproveito as ponderações:

O tema da herança política baseado na influência ou transferência de capital simbólico de representantes a postulantes a cargos de representação esteve, com muita frequência no centro das preocupações de estudiosos clássicos e contemporâneos. Sob o lema do denominado ‘continuismo’, a herança política foi percebida como afirmação das tradições oligárquicas ou lógica intrínseca que caracteriza as diferentes formas de ‘mandonismo’. O fato de fazer o sucessor, garantindo a longevidade de determinadas linhagens políticas, era considerado uma espécie de ação patrimonial, oposta aos critérios democráticos capazes de incorporar os riscos e as contingências de uma eventual ruptura ou rotatividade nos espaços de poder.

No lastro da continuidade, relações de parentesco foram também apontadas como sendo expressão do duplo circuito família e poder, contribuindo para trazer à tona a

⁸⁸ Para Weber as práticas patrimonialistas estão ligadas às formas de dominação tradicional. Segundo ele: “Ao surgir um quadro administrativo [e militar] puramente pessoal do senhor, toda dominação tradicional tende ao *patrimonialismo* [...]” (WEBER, 2000, p. 151, grifo do autor). E completa: “Em virtude desse poder, o senhor amplia o alcance de seu arbítrio e de sua graça, desligados da tradição, às custas da vinculação tradicional patriarcal e gerontocrática. Denominamos patrimonial toda dominação que, originalmente orientada pela tradição se exerce em virtude de pleno direito pessoal [...]” (WEBER, 2000, p. 152).

complexa rede de interações da qual é constituída a política. Longe de ser mera retórica, o tema do nepotismo vem suscitando, mais recentemente, freqüentes denúncias ou defesas sobre a lógica das alianças políticas que envolvem laços de parentesco e fidelidade.

No início deste capítulo, trato das primeiras ponderações acerca dos esquemas explicativos de pensamento que tendem a considerar Roseana Sarney Murad como uma espécie de “herdeira natural” de José Sarney, onde as práticas nepóticas de poder, envolvendo *alianças, parentescos e fidelidade*, como diz Barreira (2003) anteriormente, são familiares em relação a uma rede de sociabilidade em *tempo de política*.

Incorporadas e também “encorporadas” (*embodiment*) (CSORDAS, 1994), essas práticas tendem a conduzir a leitura das relações políticas para uma espécie do que denomino de *continuidade esperada*, aqui e ali diferenciada por um *tema* ou outro, pelo qual tenta distinguir-se dos governos que a antecederam:

A candidata da Frente Popular ao Governo do Estado, deputada Roseana Sarney, voltou a defender ontem proposta de sua reforma de governo, como o programa idealizado para ampliar e melhorar os serviços da rede pública.

[...]

‘Vamos melhorar os hospitais públicos, dando a eles os equipamentos e os remédios que precisam para oferecer um bom atendimento’ afirmou a candidata, que tem um programa para os diversos setores da saúde pública. (O Estado do Maranhão, São Luís, 27 out. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Ou de *temas* considerados “inovadores” que a possam fazer “diferente” e “oponente” a outras propostas de diversas candidaturas, quando indica, por exemplo, *dispositivos* (FOUCAULT, 1997) já pensados como motes de intervenção na realidade social a que se refere e, *temas* que são reclamados de um modo geral nestas últimas décadas, como “empregos” e “melhoria nos patamares de desníveis das desigualdades sociais”:

[...] a criação de uma Secretaria Especial para o Trabalho e um fundo destinado a financiar pequenos empreendimentos em diversas áreas produtivas no meio urbano e no meio rural. [...] Na opinião de Roseana, esse programa tem o objetivo imediato de estimular a geração de empregos e faria parte da luta contra as desigualdades sociais no Estado e no resgate à cidadania. (O Estado do Maranhão, São Luís, 5 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Quando se candidatou em 1994 e disputou novamente o pleito em 1998 para o Governo do Estado, Roseana Sarney Murad, que havia ocupado uma vaga na Câmara Federal pelo PFL/MA (1990-1994), parece repetir mecanicamente a posição política de José Sarney. Não obstante, deixo em suspenso essa familiar formulação para discutir em que momentos há continuidades e há rupturas nessa transmissão parental de práticas de poder dinástico.

Pode ser essa herança integralmente repassada do proprietário para o provável sucessor? Ou isso contraria a dinâmica das práticas de poder político, cujas regras incluem as oscilações na *taxa-de-mais-valia* do poder exercido por um grupo de agentes sociais?

Por esses motivos, estão em questão as noções usuais de uma linearidade do poder político ou de *continuísmo* (BARREIRA, 2003) como se fosse possível que a *ordem de sucessão* eximisse o inesperado, as surpresas, as oscilações, o movimento, enfim.

3.1 Ordem de Sucessão e Herança Política no Maranhão Dinástico: ponderações e sinalizações iniciais

O Senador e ex-Presidente José Sarney convocou as lideranças da Frente Popular para a ‘grande jornada cívica’ que deverá assegurar a vitória da deputada Roseana Sarney também no segundo turno da eleição.[...] Ele lembrou o trabalho realizado ao longo de sua trajetória política, com obras que deram um ritmo revitalizador e um novo perfil urbano à capital maranhense, como a barragem do Bacanga, a ponte do São Francisco e o Porto do Itaqui. (O Estado do Maranhão, São Luís, 19 out. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Nem Amélia nem Joana D’Arc. Alçada ao Olimpo político raramente aberto no país às mulheres, a governadora do Maranhão – e agora presidenciável – Roseana Sarney, 48 anos, carrega no sobrenome o peso e a sina do clã político encastelado há 35 anos, em um dos estados mais pobres, não faz força para parecer dona-de-casa nem heroína. (MIRANDA, 2002, p. 28, grifos meus).

Na primeira passagem parece haver uma identificação entre pai e filha pela própria fala de José Sarney: o que ele havia feito no Maranhão na posição de governador do Estado em 1966, sua *filha biológica, social e política*, Roseana Sarney Murad poderá fazer, também, nessa mesma posição. Por isso, ele remete a um “passado” em que é o personagem central da chamada “modernização do Maranhão” e a algo que denomina de “jornada cívica”, evocada no “presente”, a qual poderá ser o mecanismo de tornar sua filha governadora do Maranhão.

No segundo discurso, escrito por um jornalista da região “sudeste”, há uma tendência, em primeiro lugar, em considerá-la como ela mesma se considera, numa posição *liminar* – nem uma mulher do “lar”, nem uma “heroína” como lhe possa ser atribuído. Mas o que importa é o segundo momento em que Roseana Sarney Murad é vista como uma “herdeira natural” daquilo que o discurso chama de “clã político” pesando sob seu nome.

Não obstante, essas transmissões, essas aproximações e possíveis garantias de continuidade de um projeto político não são afiançadas por causa da própria dinâmica política.

A fala de José Sarney é uma das estratégias mais intensivas quando vê o projeto de sua filha e o seu, de eleição como governadora do Maranhão, ameaçado pela candidatura de Eptácio Cafeteira (PPR/MA), o que de fato, apesar de todas as “previsões” a respeito, não ocorrera no primeiro turno da eleição de 1994:

A deputada federal Roseana Sarney, líder absoluta das pesquisas de intenção de votos, reafirmou ontem que vai vencer as eleições também em São Luís, pois é a única candidata com um projeto de governo para a capital. [...] garantiu ainda que vencerá as eleições de outubro no primeiro turno. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 13 set. 1994, grifos meus).

Também uma das estratégias mais relevantes das campanhas eleitorais de Roseana Sarney Murad é a constante tentativa de se distinguir por um atributo *positivo* em relação aos adversários que assim passam a se distanciar de uma provável vitória pelas *faltas* (BARREIRA, 1998) que ela propõe suprir nos discursos que faz. Ter um “plano de governo” é um desses atributos e um dos mais acionados por ela e seus porta-vozes.

José Sarney em 1965, no decurso de sua campanha ao Governo do Estado do Maranhão, também dizia o mesmo em relação ao *planejamento* e ao “plano de governo” que teria para o Estado (GONÇALVES, 2000).

Por outro prisma, acredito que a *acumulação do capital político* de Roseana Sarney Murad vem se processando ao longo de sua vida política, incluindo *capital herdado* e *capital adquirido*, construído, inclusive pela sua fabricação (*ficção*) como política.

O espaço político de Roseana Sarney Murad inclui a sua inserção no campo das lutas políticas e a sua inserção primeira no campo da ordem burocrática. Estabeleceu-se inicialmente em Brasília, ou seja, no *centro de poder* (SHILLS, 1992), desde 1974, ao assumir pela primeira vez um cargo de natureza “técnica”, porém feito por indicação política do pai, à época senador pela ARENA/MA.

A posição de Roseana Sarney Murad no campo político obedece, por assim dizer, a lógica das alianças e fidelidade políticas de um projeto pessoal, como é o projeto do *Maranhão Dinástico*, quando não se descola da figura do *pai político*, realçando sempre que José Sarney é o pioneiro na chamada “modernização do Estado”.

Em ambos, essa questão se apresenta de maneira bem enfática, como a fazer lembrar a todo o momento, uma “continuidade” que teria dado um salto no tempo: de José Sarney em 1966 para Roseana Sarney Murad em 1994.

Roseana Sarney Murad, dentre todos os aliados políticos, tem na figura paterna o portador dos mais significativos capitais simbólicos que um agente político poderia ter para a

sua sacração e consagração no campo político: José Sarney fala da *filha biológica, social e política*, da posição de ex-governador do Estado do Maranhão, ex-presidente da República, senador da República (PMDB/AP) e membro da Academia Brasileira de Letras.

Por isso, essa *ordem de sucessão* também se sustenta na lógica da reprodução social, na lógica das regularidades e das regras da transmissão de poderes e de privilégios.

São lógicas atinentes às condições de permanência da ordem social que, dentre outras ordens está também assentada na ordem simbólica, quando aciona dispositivos que falam diretamente no *inconsciente histórico* (BOURDIEU, 2001) – *a cada governo, um novo governo*. E se prestam bem a isso, os *temas* e os *problemas* abordados por cada candidato, porquanto são elementos classificadores e assim, distintivos de um candidato ao Governo de Estado em relação aos demais candidatos.

Um outro elemento que entra nessa composição é a formação acadêmica de Roseana Sarney Murad – *ciências sociais* –, igualmente acionada na sua fabricação (*ficção*) política e mencionada veementemente na sua campanha eleitoral para deputada federal em 1990.

O trabalho de *acumulação primitiva de capital simbólico* se deu pela distribuição regular de possibilidades objetivas do campo a ele referido – *estruturas estruturantes* – de garantia dessa reprodução política. Ou seja, foi um trabalho prático de construção constante da personagem de Roseana Sarney Murad – por ela e por outros agentes sociais – e das estratégias de suas ações nas campanhas eleitorais, como pode ser percebido na referência que o jornal faz ao então senador da República pelo Maranhão, Alexandre Costa à época da campanha eleitoral de 1994: “Ele disse não ter dúvidas de que, da mesma forma, a eleição de Roseana representará um novo salto para a nossa história. ‘Roseana vai preparar o Maranhão dos novos tempos, o Maranhão do século 21’, disse o Senador”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 14 maio 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Ou ainda, como diz um agente dotado de maior peso no campo político, José Sarney, seu pai:

Roseana tem o apoio da maior frente política já constituída no Maranhão. Todas as mais expressivas lideranças do Estado, 126 prefeitos dos 136, 80% dos deputados estaduais e federais, vereadores, ex-prefeitos, ex-vereadores, líderes de todas as correntes de opinião. O apoio dos artistas, dos intelectuais, dos trabalhadores, dos pequenos e médios empresários, dos funcionários públicos (aos quais eu dei o 13º salário⁸⁹). (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 20 set. 1994, grifos meus).

⁸⁹ Há aqui um forte indicio de transmissão parental quando fala da sua gestão e dos seus dispositivos frente ao Governo do Estado em 1966-1970.

Muitos foram os *problemas e temas* suscitados por Roseana Sarney Murad nas campanhas eleitorais de 1994 e de 1998, sendo que os de maior intensidade se dão em 1994, quando gestava uma nova posição no campo político.

Além de abordar constantemente o problema do desemprego e propor “soluções” para a “geração de emprego”, a candidata, de um modo geral, remete suas questões para as “novidades” que tenta trazer para o seu provável governo. Assim, ela fala a um dos maiores contingentes de *(e)leitores* que são funcionários de Estado, aproveitando estrategicamente a data em que é comemorado “o dia do funcionário público”:

O Funcionário Público tem sido vítima, nos últimos anos, da mais injusta discriminação. Caluniado e desprestigiado, sem ele, no entanto, não seria possível o Estado oferecer seus serviços à sociedade. Devemos juntos lutar pela valorização do serviço público e do funcionalismo no Brasil e no Maranhão. Este o meu compromisso. Parabéns, Funcionário Público, pela data de hoje. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 2, 28 out. 1994, grifos meus).

Ou quando se refere a um tema considerado “polêmico” que é a chamada “corrupção econômica e política”, inserindo-o na dimensão emocional ao dizer que se trata de “um ponto de honra”⁹⁰. Aí, ela tenta se distanciar e se diferenciar de outros mandatários ou de outros candidatos, afirmando que:

‘Vamos banir a corrupção do Maranhão. Este é um ponto de honra do meu governo, que será posto em prática do a quem doer’, declarou ontem em Brasília, a governadora eleita Roseana Sarney. Ela reafirmou a montagem da sua administração em dois vetores muito claros: [...] programas de desenvolvimento econômico, outro são os programas sociais, destinados aos segmentos mais pobres da população. - Para fazer isso, precisamos aplicar com seriedade os recursos públicos. Não vou aceitar qualquer desvio. Quem for trabalhar comigo deve estar consciente disso. Ninguém vai trabalhar no meu governo se não aceitar esse princípio – declarou a governadora eleita. (O Estado do Maranhão, São Luís, 27 nov. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

O adjetivo “novo” é sinônimo constante de avanços em relação às gestões anteriores, uma espécie de diferenciador de um político para outro, como pretendeu atestar a candidata Roseana Sarney Murad na alocução: “[...] Quero ser governadora porque estou preparada para assumir essa grande responsabilidade de promover uma nova etapa na história política e administrativa do Maranhão – afirmou.” (O Estado do Maranhão, São Luís, 16 maio 1994. Caderno Política, p. 2, grifos meus).

Julga-se “preparada” para assumir um cargo inédito na sua vida pública e “promover uma nova etapa na história política e administrativa do Maranhão”, ou seja,

⁹⁰ Conforme a perspectiva analítica de Teixeira (1998).

“inovar”, segundo ela. Esta questão – a ênfase autoproclamada do “preparo” para governar o Estado – está realçada aqui e em outras falas da candidata, sinalizando para o mecanismo de ocultação do seu oposto, o *despreparo*.

Em 1999, na posição de governadora reeleita, referindo-se a sua gestão anterior (1994-1998), reafirma o discurso da *novidade* quando toma posse pela segunda vez no Governo do Estado do Maranhão: *é o novo sobre o novo*, induzindo à idéia de certa *transitoriedade do presente*: “Roseana toma posse e diz que não teme os desafios: no discurso de posse, a governadora anuncia oito novos programas e determinação de continuar mudando”. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 1 jan. 1999, grifos meus).

Em relação ao *rito inicial* na campanha política para o Governo do Estado do Maranhão, em 1994, Roseana Sarney Murad aciona a relação genética e emocional, por isso mesmo imersa na ordem simbólica com o *pai biológico, social e político*, ao definir o marco inicial de sua campanha: quer iniciar onde José Sarney iniciou; quer se aproximar dos mesmos passos dados pelo pai José Sarney em 1965, reforçando assim um *habitus* da sociabilidade política dinástica e reforçar também, simbolicamente, as relações parentais e pessoais de fidelidade política da candidata: “A campanha começou em Caxias, no dia do aniversário de Roseana, 1º de junho. A escolha teve significado simbólico: foi ali que o então deputado José Sarney iniciou a caminhada que o levaria ao governo do Estado, em 1965”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 13 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

As campanhas eleitorais de 1994 e 1998 contaram com a presença e a marca política de José Sarney. No primeiro turno da campanha de 1994, ele manteve-se “mais distante”, fisicamente falando, fazendo-se presente, veementemente, quando Roseana Sarney Murad não atinge a maioria absoluta no primeiro turno das eleições de 1994 e parte para o segundo turno numa campanha política mais intensiva e combativa.

Em 1998, quando a candidata à reeleição está fisicamente impossibilitada de se fazer presente fisicamente em diversos lugares – bairros, municípios, povoados – nos *espaços de sociabilidade política*, José Sarney a representa, representando a si mesmo.

De um modo geral as práticas *dinásticas* de poder, estão sedimentadas no esquema de pensamento que alia práticas pessoais na gestão de Estado a determinadas regiões do Brasil, pelos cortes geográfico e econômico, ligadas comumente à região Nordeste.

No entanto, tais práticas não são adstritas às regiões consideradas “mais pobres” pela fala de quem assim as classifica. As práticas *dinásticas* perpassam o poder político em outras chamadas “regiões geográficas e econômicas” do Brasil, bem como em países onde o

senso comum *douto* menos espera encontrá-las, como é o caso da Grécia, Estados Unidos⁹¹, Portugal⁹².

Recobrando a pauta principal, representações usuais tomam as práticas políticas dinásticas como práticas cotidianas, familiares, regulares no âmbito da sociabilidade política brasileira, sem quaisquer critérios que permitam questioná-las ou minimamente eufemizá-las. São discursos diretos que estão associados às formas de pensar, agir e falar *dinásticas*:

Nas palavras de D. Kiola Sarney, 82, avó de Roseana, a escolha da neta para concorrer ao governo tem uma explicação bem simples: ‘Ela sempre foi a queridinha do pai’.
O ex-presidente sempre se preocupou em ter a filha mais próximo possível dele, com o objetivo de encaminhá-la na política como herdeira número um.
Quando estava no Palácio do Planalto, Sarney nomeou a filha como assessora do Gabinete Civil. (A Folha de São Paulo, São Paulo, 20 nov. 1994. Caderno Brasil, p. 14, grifos meus).

O Jornal “O Estado de São Paulo” apontou a rivalidade entre o então deputado Ricardo Murad, irmão de Jorge Francisco Murad Júnior e a sua cunhada também candidata ao Governo do Estado do Maranhão, Roseana Sarney Murad, no auge da efervescência da campanha eleitoral de 1994, remetendo a dissensões dentro da rede de *parentesco social ampliado*:

Estas eleições mostraram que o Maranhão tem o seu Pedro Collor. O deputado Ricardo Murad, 38, cunhado de Roseana Sarney, candidata do PFL ao governo do estado, foi o autor das principais denúncias sobre o uso da máquina estadual em favor da candidata e dos negócios da família Sarney.

⁹¹ “Papandreou e Karamanlis, Gore e Bush. Que há em comum entre a dupla de candidatos à chefia do Governo grego, nas eleições de 7 de março, e dois rivais nas eleições presidenciais americanas de 2000? Todos pertencem a dinastias políticas, rum fenômeno velho, porque as famílias poderosas, fortunas, sempre ambicionaram ter protagonismo político», explica António Marques Bessa, professor catedrático no ISCSP e autor de Quem Governa - Análise Histórico-Política do Tema da Elite. [...] Um duelo eleitoral entre apelidos com grande peso político, tal qual o de há quatro anos que opôs Gore, primogênito de um senador, a George W. Bush, filho de um ex-presidente e neto de um senador (além de irmão do governador da Flórida, o estado que decidiu o resultado dessas polémicas presidenciais). O surgimento de dinastias políticas é uma característica dos sistemas liberais e democráticos praticamente desde o início. A política sempre tem famílias de notáveis e a profissão de deputado passava muitas vezes de pai para filho. Nos Estados Unidos essa é uma realidade que vem até hoje declara o historiador António Costa Pinto. E exemplos não faltam, mesmo no nível mais elevado, pois John Adams, segundo presidente dos Estados Unidos, foi pai de um outro presidente, John Quincy Adams, e ainda no século XIX a Casa Branca foi habitada por dois Harrison, o avô William e o neto Benjamin. E se não houve no século XX dois Kennedy na presidência foi, provavelmente, porque Robert Kennedy foi assassinado em 1968. Mesmo assim, a família tem dado múltiplos congressistas e o próprio Arnold Schwarzenegger, recém-eleito governador da Califórnia, é casado com uma Kennedy.” (FERREIRA, 2004, p. 1, grifos meus).

⁹² João Lopes Soares (1878-1970) foi governador civil da Guarda e ministro das Colônias na 1 República. Combateu o remete a Salazar. Mário Soares (n. 1924) fundou o PS em 1973. Após o 25 de Abril, foi ministro, deputado, primeiro-ministro e presidente da República. Maria Barroso Soares (n. 1925) integrou o grupo de fundadores do PS deputada à Assembléia Constituinte entre 1975 e 1976. João Barroso Soares (n. 1949) filiou-se no PS em 1974. Distinguiu-se como presidente da Câmara de Lisboa. Também é deputado. (Diário de Notícias. Lisboa, Portugal, p. 1, 25 jan. 2004).

Murad é presidente do PSD do Maranhão e conhece como poucos a intimidade dos filhos do ex-presidente. Seu irmão, Jorge, é marido de Roseana. Sua irmã Teresa é casada com Fernando Sarney, segundo filho de José Sarney e responsável pela administração do patrimônio da família.

[...]

Murad fez de Fernando Sarney o alvo principal de suas denúncias, mas toda a família acabou atingida. Ele acusou Fernando de comandar uma rede de empresas, criadas em nome de amigos, para vender serviços às companhias de água e energia elétrica do Estado.

As denúncias foram feitas em comícios e pela TV, no horário eleitoral. No programa do dia 3 de agosto, por exemplo, Murad acusou a família Sarney de criar uma estrutura de poder acima dos governos e dos interesses do Estado.

‘O governo para essa gente passou a ser um negócio de família’, disparou Murad. O senador José Sarney entrou com o pedido de direito de resposta ao TRE, mas acabou desistindo.

[...]

As divergências aumentaram nesta campanha porque o TRE não lhe permitiu concorrer ao governo do Estado pelo PSD, alegando que a convenção do partido não tinha sido registrada no tribunal.

José Sarney não quis comentar as acusações de Murad. Limitou-se a dizer que ele não existe como adversário. ‘Se não existisse Sarney no Maranhão, não existiria Ricardo Murad’, afirmou. (A Folha de São Paulo, São Paulo, 9 out. 1994. Caderno Especial, p. 6, grifos meus).

Essa matéria jornalística que critica as formas de exercício político no Maranhão, tende a mostrar que as oposições também são nepóticas, ou seja, ocorrem por motivos pessoais e dentro da própria família, aqui referida a uma aliança por casamento, ratificando o pressuposto de Bailey (1971) – *o inimigo é aquele que está mais próximo*.

Apoiando a candidata Roseana Sarney Murad, a figura paterna intervém diretamente, inclusive com o intuito de autoproclamar-se o sinônimo de política no Maranhão: “Se não existisse Sarney no Maranhão, não existiria Ricardo Murad”.

Em outros termos, para José Sarney, a existência de qualquer aliado ou adversário se deve a sua existência política, conforme seu discurso de um Maranhão reinventado dinasticamente.

Nas representações sociais, neste caso aqui, representações da mídia, que informam de antemão a posição pessoal de Roseana Sarney Murad, esta é percebida como uma “herdeira política” do pai, José Sarney.

A herança pode ser natural e social. Ela é vista como “herdeira” e isso pode ter uma dimensão natural: “filha de político, política é, filha de rei, rainha será”. O temperamento, assim, parece ser “herdado geneticamente”, isto é, a *performance* política de Roseana Sarney Murad tem elementos ligados estritamente à *gêne*.

E acentuando as ambigüidades do discurso político, condição inerente a ele, o discurso do jornal de propriedade da família Sarney tende a diferenciar Roseana Sarney Murad das “outras mulheres”, estabelecendo uma classificação dentro do próprio

pertencimento a um gênero: “[...] Roseana disse que está convicta que será a primeira mulher eleita para dirigir um Estado brasileiro”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 12 maio 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Quando eleita é referenciada pelo Jornal O Estado do Maranhão, através da manutenção de suas *performances* no noticiário do dia, o que acaba por se constituir num critério de construção da *eficácia simbólica* da atuação política de Roseana Sarney Murad, considerada como uma “magistrada portadora de autoridade e legitimidade”, assim, aparentemente uma política que governaria com ares trazidos da deusa Temis⁹³:

Roseana Sarney está eleita. Ela será a primeira Governadora na História do Brasil. Desde agora, ela é a Governadora de todos os maranhenses, sem distinção partidária ou ideológica, segundo a mais nobre e elevada concepção de uma sociedade democrática, pluralista, respeitosa de suas instituições, dos direitos da cidadania e da tradição republicana.

A autoridade e a legitimidade da magistratura política que a Governadora Roseana Sarney vai exercer no Estado, a partir de 1º de janeiro vindouro, estão unidas pelo sufrágio universal, mas suas raízes são mais profundas. Elas derivam da própria formação humana e política de Roseana Sarney, fundada, ao mesmo tempo, na reverência sagrada às regras democráticas da contradição e da controvérsia e pela prática permanente do princípio da tolerância, da conciliação e da concórdia. A campanha eleitoral da Frente Popular, infensa ao ódio, aos rancores, aos propósitos vingativos, foi a mais notável ilustração disso. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 17 nov. 1994, grifos meus).

E, de forma indireta, aponta o Jornal O Estado do Maranhão para a conciliação entre a “feminilidade” e uma atividade subtendida como pertinente ao universo “masculino”: “Todas as pesquisas confirmam que as mulheres estão cada dia mais conquistando mais espaços na vida do país. Sem perder o charme da feminilidade. O Maranhão está chegando lá”. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 3, 6 ago. 1994, grifos meus).

Roseana Sarney Murad, por outro lado, nos discursos que profere na condição de deputada federal e, portanto já iniciada no campo político, tenta estabelecer-se na *liminaridade* (TURNER, 1967) das posições: deixa claro que possui um *quantum* de capital seu, oriundo de uma “vocação política”, de uma prática pelo seu próprio aprendizado e pela sua vivência, quanto igualmente é resultado de uma herança paterna (*gêne*), confirmando a noção dinástica das práticas de poder político, através do critério de ‘vocação política’, que diz ser pessoal, porém é algo que remete a uma “herança”, uma espécie de “genética política”.

Quando é eleita governadora do Maranhão em 1994, o critério da “vocação” retoma o discurso, desta vez, proferido pelos jornalistas, ao apresentarem uma espécie de

⁹³ Refiro-me a deusa que simboliza a justiça e o exercício da magistratura, dita como “imparcial”, “neutra”, uma espécie de “fiel da balança”.

trajetória de Roseana Sarney Murad: “A vocação política vem bem antes. Roseana Sarney assim a caracterizou [...].” (O Estado do Maranhão, São Luís, 1 jan. 1995. Suplemento Especial, p. 2, grifos meus).

Mas Roseana Sarney Murad se mantém numa posição de *liminaridade* (TURNER, 1967) constante ao se aproximar, também, de sua filiação paterna – filha de José Sarney – tornando os laços consangüíneos igualmente responsáveis pelas sucessivas posições que ocupa no campo político.

Fala como governadora eleita sobre essa *filiação biológica, quanto social e política*, ressaltando, de forma peculiar que agora – governadora do Maranhão eleita, é quem consagra o pai:

P – Como se deu a participação do ex-presidente José Sarney na campanha?
 Roseana – É óbvio que o meu pai tinha interesse na minha eleição, e não poderia se ausentar dela. No primeiro turno, ele manteve uma posição discreta. No segundo turno, formou-se uma frente ampla contra a minha candidatura e sobretudo, contra o meu pai. Então, até em legítima defesa, ele foi obrigada a entrar na campanha pessoal e diretamente. [...] Tenho muito orgulho da ajuda que meu pai deu à minha campanha, que, de certa forma, o consagrou. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 3, 1 jan. 1995, grifos meus).

Ao mesmo tempo em que aciona a “vocação política”, a ela é atribuído um “esforço pessoal”, afastado das práticas políticas parentais que possam parecer pessoais. Aqui, o critério genético, a política naturalizada na *gêne*, expressão de uma vocação, é relevada pela presença de Roseana Sarney Murad posicionada no campo político, como deputada federal, até então, o que lhe serve como capital simbólico adquirido:

A deputada Roseana Sarney Murad resolveu liderar a resistência contra o movimento que se forma em outras regiões, principalmente no Pará, pela redução da representação maranhense no Congresso Nacional.
 – Diminuir nossa representação política é diminuir a importância do Maranhão. E isso eu não aceito, não podemos aceitar – avisou.
 Sobre a idéia do governo paraense nesse sentido, ela diz que ‘somos amigos, somos vizinhos, somos irmãos, mas o que está sendo proposto é uma violência contra o Maranhão e vamos lutar contra isso na Justiça’. (O Estado do Maranhão. São Luís, 1 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Num trecho do discurso de posse ao Governo do Estado do Maranhão (1994), Roseana Sarney Murad se autoreferencia não mais naquele momento por ser *filha política* de José Sarney, porém pelo critério da *dême*, pelo que chama de “experiência” que adquiriu nas atribuições políticas que lhes foram confiadas e que foram apreendidas.

P – Seu sobrenome pesou na campanha?

Roseana – Durante toda a campanha afirmei que não era candidata por causa de uma certidão de nascimento, mas porque me considerava preparada e motivada para governar o Maranhão e, no governo, inaugurar um tempo novo de desenvolvimento econômico, de respeito e consideração pelos mais humildes e de tal lisura nos atos e intenções da administração pública. (Jornal O Estado do Maranhão, São Luís, 1 jan. 1995. Suplemento Especial, p. 3, grifos meus).

Como faz o seu *pai político* inúmeras vezes (GONÇALVES, 2000), Roseana Sarney Murad desloca-se alternadamente da *dēme* para a *gēne*, por isso lhe imputo a posição de *liminaridade* na vida pública, oscilando sempre entre os critérios da dimensão pública e da dimensão pessoal.

Ela alega uma significativa atividade sensorial (através dos olhos, tato, audição) através de sua presença física em todos os municípios, o que lhe credencia politicamente como conhecedora de uma realidade – *dēme* – que pretende liderar, já eleita governadora do Estado do Maranhão:

Nasci, estudei, vivi e vivo no Maranhão.

Toda a minha vida é uma vida de amor ao Maranhão. Mas nada do que vivi e estudei, nenhum curso. Nenhum aprendizado foi maior do que a experiência da minha candidatura, da minha campanha e da minha eleição.

É por isso que as idéias que amadureci, os projetos que formulei, o programa de governo que preparei estão impregnados da realidade que senti.

Vi com os meus próprios olhos, toquei com as minhas mãos e ouvi com os meus ouvidos a dura realidade de um Estado rico, de grandes potencialidades, fadado a um grande destino, em contraste com um povo sofrido, às voltas com muitos problemas e esperançosos de soluções.

Ressalto o mundo dos pobres com os quais convivi na dramaticidade dos seus problemas. Percorri o Maranhão inteiro.

Fui a todos os municípios e aos grandes povoados. Conversei, ouvi, aprendi.

Vi o muito que já se fez e tomei conhecimento do muito que há de ser feito.

Hoje, quero afirmar que a minha ação governamental será voltada para o combate à pobreza⁹⁴. Nada é mais urgente e necessário. (O Estado do Maranhão, São Luís, 1 jan. 1995, Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Roseana Sarney Murad, assim, acata tão bem a chamada “herança política” sem deixar de evocar a parte pessoal, distintiva que lhe cabe nesse processo.

Num outro prisma, o fato de acionar o nome próprio – “Roseana” – se relaciona ao atributo da individualidade, da tentativa de desvincular-se do nome político – “Roseana Sarney” – e, assim, estabelecer certa prevalência de sua pessoa sobre os agentes consagrados no projeto político do *Maranhão Dinástico*.

⁹⁴ Um problema constantemente referido por ela. Trata-se de um problema oficializado, digo, reconhecido publicamente como um problema.

Isso é exemplificado na própria inscrição de seu nome próprio nos *slogans* das duas campanhas eleitorais ao Governo do Estado: apenas “Roseana” ou “Roseana Sarney”, sem o último sobrenome, “Murad”.

Nesta perspectiva, ela se torna mais enfática na tentativa de chamar a atenção para sua individualidade que em outros termos, quer significar uma improvável independência em relação aos laços consangüíneos, uma espécie de heterodoxia dentro da ordem, de algo que tinha sido evocado em outros discursos: “Roseana Sarney Murad deixou claro que o nome ajuda, mas seu brilho é próprio. ‘Eu não preciso de uma certidão de nascimento para pedir votos no Maranhão’, avisou. Garante que se preparou para isso”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 4 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Por maior que seja o trabalho pertinente à dominação política de construir simbolicamente a noção de independência em relação à *gêne*, os discursos que orbitam em torno dessa ligação são ratificados quanto mais (de)negados são:

[...] quero ser governadora porque estou preparada, motivada, tenho a experiência necessária para liderar esta campanha. Sou uma lutadora que abriu seu próprio caminho. Aprendi na vida pública a importância do trabalho em equipe, da valorização do esforço conjunto, da solidariedade. É assim que vou governar. Os que me conhecem sabem o quanto sou obstinada e leal, o quanto sei reconhecer e recompensar os esforços dos que, ao nosso lado, empunham a nossa bandeira de luta. Acompanho desde cedo, a vida política e administrativa do Estado e do País. Estudei, vivi intensamente experiências políticas, ao lado do meu pai, como sua assessora e colaboradora. Sou testemunha de episódios marcantes da história brasileira. De alguns participei ativamente, como o primeiro processo de impeachment de um Presidente da República, coordenando aquela votação histórica. (O Estado do Maranhão, São Luís, 14 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Roseana Sarney Murad se auto-intitula “testemunha de acontecimentos marcantes da história” e, muito mais, se autoreferencia por um atributo que vai compor sua *performance* política: o qualificativo “lutadora”, que muitas vezes se fez acompanhar de outros atributos que reforçou aquele: “corajosa”, “obstinada”, “guerreira”.

Ela gravita em torno da tensão do próprio discurso, da tensão que é parte integrante da construção de sua posição ambígua no campo político: ao mesmo tempo em que, afirma “fazer um governo pessoal e honesto”, respaldado nas suas chamadas experiências políticas”, diz “saber reconhecer e recompensar seus aliados políticos”. Isto expressa a duplicidade do discurso que visa garantir o trânsito no campo político.

Os discursos de agentes sociais legitimados no campo da política ou no campo intelectual, similarmente reforçam a idéia de uma “mulher combatente”, “forte”, “corajosa”.

Um dos membros da AML, Sálvio Dino, agente que funciona no jogo político como legitimador de uma “opinião”⁹⁵ que tende a se transformar em certeza, ratifica a autoreferência de Roseana Sarney Murad por um atributo que está sempre compondo a imagem política de Roseana Sarney Murad: “mulher combatente”:

É de uma riqueza solar que me refiro à Roseana Sarney Murad – cuja maior riqueza eleitoral é o seu histórico de mulher combatente e que se encontra preparada para exercer o poder, não com discurso com cheiro de mofo, mas com o perfume das manhãs riosas, onde se ouve o cântico de esperanças e nelas crescem a certeza de melhores dias. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 2, 12 maio 1994, grifos meus).

Os agentes construtores de discurso enfatizam os atributos de Roseana Sarney Murad ligados à “fortaleza” e à “coragem”, que de maneira geral não estão atrelados às mulheres como qualidades tidas como “naturais” e, por isso, nela se tornam um traço diferencial, querendo compor uma outra forma de heresia à ordem instituída.

Convém sublinhar que, na maioria dos seus discursos, de suas falas ou silêncios, os atributos “forte” e “corajosa”, a dimensão pessoal, a dimensão dos sentimentos estão sempre presentes como uma marca, um ato de classificar-se por essa via da vida privada: “[...] e, como uma lutadora que abriu o seu próprio caminho, implantarei sim todas as mudanças que se façam necessárias para a construção de um Maranhão mais forte, mais justo e mais próspero. Coragem, graças a Deus, não me falta – disse”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 21 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Há diversos discursos gravitando em torno da condição de “herdeira natural”, tanto pelo critério da *gêne*, quanto pelo critério da tradição política familiar. Em ambos os casos, as sucessivas posições políticas de Roseana Sarney Murad transitam exclusivamente por critérios pessoais, apontados inclusive por outros agentes políticos. Por exemplo: “Ele⁹⁶ entende que: Roseana por ser de família de tradição política, dará continuidade ao crescimento do Estado”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 1 maio 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

O discurso, que vem de um aliado político, consagrado no campo político e candidato ao Senado Federal na mesma coligação em que Roseana Sarney Murad disputa o governo do Estado, tende ao mesmo trabalho de legitimação da candidata, apontando aqui uma “continuidade entre pai e filha”, assim, confirmando uma condição dinástica do poder no Maranhão: “Para o Senador Alexandre Costa, Roseana Sarney Murad vem continuar a

⁹⁵ Falo isto porque ele tinha uma coluna no Jornal O Estado do Maranhão.

⁹⁶ A matéria jornalística atribui a afirmação ao vice-prefeito de Codó, Leonel Araújo.

tradição política e de grandes realizações iniciadas pelo seu pai, José Sarney, que implantou uma nova era de progresso no Maranhão [...].” (O Estado do Maranhão, São Luís, 10 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

O outro membro da AML, também um porta-voz autorizado, Bernardo de Almeida escreve, tornando a enfatizar a ligação pessoal da então candidata ao governo do Estado, Roseana Sarney Murad, em 1994, com o seu pai, José Sarney, à maneira que fez Alexandre Costa:

Com Roseana, afora as soluções preconizadas no seu Programa de Governo [...], nosso Estado será a locomotiva do prosseguimento das obras da Ferrovia Norte-Sul, para que ela chegue ao coração do Brasil Central. Com ela no Governo, auxiliada pelo prestígio nacional e internacional de José Sarney, concretizaremos o sonho da implantação da Usina Siderúrgica do Maranhão, Usimar, assim como a instalação de uma refinaria de petróleo do Nordeste em São Luís. Para tanto, Roseana tem a fibra e a raça do pai! (O Estado do Maranhão, São Luís, 18 nov. 1994, p. 4, grifos meus).

Não obstante, no reforço que é dado à chamada “tradição política”, Roseana Sarney Murad tende a reconstruir uma das estratégias e mecanismos usuais das práticas políticas substantivadas nas alianças e fidelidade e que entra na composição de sua fabricação política.

Mas, a “ligação genética” não responde por si mesma, pela sua inserção no campo político em relação a José Sarney. Outras estratégias de campanha eleitoral poderão apontar isso.

Todo o processo constitutivo da autorepresentação de Roseana Sarney Murad está respaldado no critério da transgressão que diz proceder em relação ao circuito de reprodução do trabalho de dominação política, o qual lhe é base simbólica – José Sarney e o Maranhão. Este critério não subsiste às ambivalências da sua posição na *ordem de sucessão*, ao dizer que não precisa de uma “certidão de nascimento” para lhe assegurar a sua inserção no campo político ou, quando, na campanha para a reeleição em 1997, diz que:

‘Reeleição não é nomeação’, diz Roseana.
Reafirmando sua posição favorável à emenda da reeleição ressaltou ser favorável à mudança, mesmo que beneficie só o Presidente da República. No entanto, deixou clara a sua preferência pelo direito de um novo mandato também para prefeitos e governadores. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 10 jan. 1997, grifos meus).

Romper nesse caso, é continuar para tornar mais freqüentes as transgressões por dentro da *linha(gem)* e menos possíveis heresias de ruptura de um exercício dinástico de poder e de clivagens no trabalho de dominação política.

Sublinho especialmente o que diz Roseana Sarney Murad sobre ela mesma – autorepresentação – na trama de relações entre agentes sociais na *ordem de sucessão* presidencial em 2002, porque se trata do momento que maior visibilidade dá à intrincada rede de atributos pessoais, parentais e públicos, acentuando, assim, a condição de ambigüidade do discurso político plural e oscilante da candidata.

Enquanto candidata, Roseana Sarney Murad está referida aos discursos e às performances em *tempo de política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995), bem como denotam os discursos usuais no Maranhão. Está referida aos discursos daqueles agentes que dizem ou denegam atributos a ela. Esses discursos são interceptados pela mídia que os publiciza através *do que pode ser dito e como pode ser dito*. Essa operação tem um signo peculiar que é a ênfase de Roseana Sarney Murad no seu próprio nome em detrimento do nome coletivo⁹⁷.

Ela pretende, já governadora do Estado do Maranhão, inscrever-se na *ordem de sucessão* através de um projeto pessoal ou original (BOURDIEU, 1996a) distinto e distintivo e cuja identidade também se constrói em função da identidade pessoal:

A governadora Roseana Sarney retorna hoje de Brasília.
Traz na bagagem o direito de concorrer à reeleição, o apoio fechado de 12 dos 18 deputados federais e uma sintonia cada vez maior com o Palácio do Planalto.
Mostrou que sabe o que faz em política. (O Estado do Maranhão, São Luís, 30 jan. 1997. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Quando se trata de sua posição em relação ao *centro de poder*, ocasião em que é cogitada para ser a candidata pelo PFL à Presidência da República em 2002, fatos apontam para a pretensa ruptura de Roseana Sarney Murad com a vinculação a uma identidade regional – o Maranhão – e desta forma tende a operar com o critério da *dême* (região) para mostrar uma pretensa clivagem com a identidade regional, quando afirma: “O candidato não é o Maranhão, é a Roseana. No Maranhão não tem fome. Os indicadores da periferia de outros Estados com certeza são piores do que os do Maranhão”, disse a governadora. (Agência Estado, São Paulo, p. 2, 18 fev. 2002, grifos meus).

É preciso observar de onde Roseana Sarney Murad faz esta afirmação e para quem o faz. Na posição de pré-candidata à *ordem de sucessão* do *centro de poder* está dialogando

⁹⁷ Bourdieu trabalha com a biografia de um agente em relação com o que designa de *nome próprio*, referido como a constância de si mesmo, um designador rígido, e o *nome coletivo* que é o nome da família, uma espécie de essência social. Passo a designar Roseana Sarney Murad como nome próprio quando tenta inscrever clivagens no projeto de poder dinástico do Maranhão e como nome coletivo referido a um espaço regional e a uma forma específica de “herança política” pelo critério da consangüinidade (BOURDIEU, 1996a).

com os jornalistas que tomam os indicadores sociais do Maranhão como um dos critérios de “informação ao leitor” sobre a sua posição política como governadora do Maranhão.

E os jornalistas de revistas de circulação nacional, como é o caso da revista *Veja*, publicizam o indicativo dessa pretensa clivagem: “É mostrada como cosmopolita (“morou em Brasília, Rio, São Paulo”) e não como “maranhense”. (OLTRAMARI; LIMA; GASPARI. *Veja*, São Paulo, p. 46, 14 nov. 2001, grifos meus).

Roseana Sarney Murad tem como uma das estratégias – *senso prático* como ação – o afastamento aparente da aproximação estrita com *pai político*, José Sarney na busca do critério da *dême* (região) parte de sua autoconstrução como política. Mas isto não faz mais do que aproximá-la de José Sarney.

Nas campanhas políticas, Roseana Sarney Murad, no Maranhão, está na fala dos agentes do campo jornalístico referida constantemente à sua ligação com a *dême* (região), através, por exemplo, da questão do chamado “desenvolvimento regionalizado”:

Como a candidata da Frente Popular pretende regionalizar o desenvolvimento, aproveitando o potencial de cada município, o prefeito Daniel Filho acredita que, no governo de Roseana, terá a oportunidade de consolidar, definitivamente, o aumento da produção pesqueira, gerando, conseqüentemente, mais renda e empregos no município. (O Estado do Maranhão, São Luís, 9 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Roseana Sarney Murad assumindo um projeto pessoal indica a aproximação com o atributo regional, tentando uma síntese entre ambos. Para falar das suas intenções políticas na *ordem de sucessão* precisa referir-se, de forma quase impessoal, ao que lhe dá existência: a identidade regional, a *dême*:

Não sou contra ninguém; sou a favor de um projeto para que o povo do Maranhão possa progredir, viver melhor, ter esperança. Um projeto que a nossa geração vai executar e eu, sendo a governadora nessa nova etapa da vida do nosso Estado, desejo liderar Com estas palavras a deputada federal Roseana Sarney Murad sintetizou o espírito de suas propostas. (O Estado do Maranhão, São Luís, 20 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Roseana Sarney Murad se descola da identidade regional – *dême* –, mas em verdade, nela permanece, porque sua *ficção* (GEERTZ, 1997) é condicionada ao exercício de poder referido a um espaço público específico que é o Maranhão, como confirma o discurso dos jornalistas da Revista *Veja*, quando referida ao *centro de poder* nas eleições para Presidência da República em 2002:

A candidatura de Roseana não é um fenômeno localizado. Analisando-se os dados da pesquisa divulgada semana passada, constata-se que ela tem bom desempenho em quase todos os segmentos do eleitorado. Ao contrário do que se tem dito, não vai bem apenas em sua região, o Nordeste. Sua candidatura está em segundo lugar em todas as áreas geográficas do país, à exceção do Norte, onde já é líder nas pesquisas, acima de Lula. (OLTRAMARI; LIMA; GASPARI. Veja, São Paulo, p. 22, 14 nov. 2001, grifos meus).

Parece tratar-se de uma transgressão para confirmar a ordem simbólica. Confirmar, apropriando-se de um capital político específico, certa referência a uma espécie de trabalho próprio diferenciado da *gêne* e da *dême*, reinventando uma *ordem de sucessão*.

Parece querer desrealizar o *pai biológico social e político* sem que de fato promova qualquer clivagem em relação a isso: ao dizer que é diferente do pai aciona o atributo de filha que transgride e que se afasta do *pai biológico e social*, mas não da herança, do *pai político*. Não se descola da posição que está ocupando na *ordem de sucessão dinástica*, conforme afirmou: “‘Não fui uma jovem alienada. Eu era contra a ditadura militar’ [...] Dentro de casa, não via o pai, senador pela ARENA, partido que dava sustentação ao regime militar, como um conservador. ‘Meu pai era uma ARENA B’, teoriza”. (MIRANDA. Isto É, São Paulo, p. 32, 2 jan. 2002, grifos meus).

Ao afirmar que não é sinônimo da chamada “continuidade”, ela remete o discurso para a filiação política e para o exercício da política no Maranhão, tentando negar que não daria continuidade a “obra” do *pai político*: “Não entrei na política para continuar uma obra. Entrei porque tinha idéias próprias. Conquistei esse espaço à força.” (MIRANDA, 2002, p. 33, grifos meus).

Simultaneamente, enfatiza a transgressão por desobediência ao pai político, quando afirma que: “Estou muito feliz”, diz Roseana, saboreando a novidade. Única filha do ex-presidente José Sarney e dona Marly, ela começou tarde seu namoro com as urnas. ‘Acho que papai não queria que eu fosse política.’ (OLTRAMARI; LIMA; GASPARI. Veja, São Paulo, p. 36, 14 nov. 2001, grifos meus).

Ao que parece, a autorepresentação de Roseana Sarney Murad, construída aparentemente em oposição à *dême* (região) – como região específica na posição que ocupa em relação ao *centro de poder* – é um investimento inicial no jogo sancionado pela liturgia do cargo de governadora do Maranhão que tem, ao largo da ligação com a *dême* (região) – Maranhão –, um projeto fundado na estratégia da universalização.

Mas como falar em ruptura com o critério regional que Roseana Sarney Murad parece querer proceder se é por ele que todo o trabalho de fabricação do acontecimento e de *ficção* da candidata está mencionado? Não se pode falar de Roseana Sarney Murad

independentemente do critério da política regional, porque nesse contexto é que consegue aglutinar capitais das mais diversas ordens para poder estabelecer um *cortejo* em relação ao centro de poder: “Vamos substituir os efeitos especiais pela apresentação dos nossos projetos especiais, que vão transformar o Maranhão no maior pólo de desenvolvimento do Norte e Nordeste”, adianta Roseana”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 1 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

O tema *planejamento* no discurso de Roseana Sarney Murad é um dispositivo também acionado, ora como novidade, ora como uma outra concepção daquela usada pelo *pai político*.

Tenho nas passagens abaixo:

Planejamento. Esta será a palavra chave que norteará as ações do governo Roseana Sarney Murad, visando a transformação do Maranhão numa nova fronteira de desenvolvimento, a partir de investimentos em áreas estratégicas do setor produtivo, levando em consideração a vocação de cada região. É o que adianta o deputado José Reinaldo Tavares, vice-governador na chapa da Frente Popular, ao informal que o plano de metas da virtual governadora do Maranhão, já está traçado, em suas linhas gerais. Mas, segundo ele, importantes subsídios serão retirados de seminários regionais, que serão realizados em municípios pólos, numa próxima etapa da campanha, para o estabelecimento de prioridades. (O Estado do Maranhão, São Luís, 23 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

E:

O ex-Presidente e Senador José Sarney levou ontem ao delírio os convencionais da Frente Popular. Lembrou que quando entrou na política, há quarenta anos, o Maranhão dos delegados e coletores o Maranhão era dividido: havia dois Maranhão e o Maranhão dos poetas.

Coube aos poetas, por ele liderados, a tarefa de tirar do atraso e empurrar para o futuro um estado potencialmente rico. Surgiram naquele momento, as primeiras idéias de planejamento estratégico.

Sarney lembrou que os poetas pensaram os grandes troncos rodoviários, trouxeram a energia de Boa Esperança, concretizaram o Porto do Itaqui, coisas que jamais seriam possíveis pelo regime da chibata no qual se sustentava o vitorinismo.

Cabe agora à geração liderada por Roseana dar o novo salto. (O Estado do Maranhão, São Luís, 29 maio 1994. Caderno Política, p. 2, grifos meus).

Ela tende a afirmar o pai como o “arauto” da mudança, ao dizer romper com as práticas do “vitorinismo” (GONÇALVES, 2000), sendo Roseana Sarney Murad uma espécie de reatualização do projeto inicial de José Sarney quando fala do planejamento. Isso referencia a idéia de “continuidade” de mecanismos de gestão governamental, consequentemente do *Maranhão Dinástico*.

Mas, na *liminaridade* da sua própria fala, Roseana Sarney Murad busca a construção do seu próprio *conatus*⁹⁸, e também se aproxima de José Sarney tanto pelos seus discursos como pelas demais percepções ao se colocar como a ponte que liga a “modernidade” inaugurada por José Sarney e a “modernidade” que ela deve imprimir na *dême*.

Tudo isso sugere que não se pode falar numa ruptura com a *dême* se é pela *periferia* que ela se constitui autoridade pela *magia performática* do poder⁹⁹. Ela propõe mudanças, faz predições do que será uma gestão governamental sob seus auspícios:

Sua visita a Barreirinhas que ganhou o status de pólo turístico no Maranhão, acontece no ponto alto da temporada de férias, quando, entre outros eventos tradicionais, se realiza a XI Vaquejada Regional, que reúne participantes de muitos municípios maranhenses e estados vizinhos. O prefeito Anselmo Ferreira disse não ter dúvida de que a candidata da Frente Popular será a mais votada ali. (O Estado do Maranhão, São Luís, 23 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Não é possível falar em transgressão ou em heresia política se é no circuito de reprodução do trabalho de dominação política – Maranhão – que está concentrado o capital político necessário ao êxito das operações de produção e de reconhecimento do discurso de Roseana Sarney Murad endereçado ao *centro de poder*, como atesta a matéria do jornal O Estado do Maranhão no decurso da campanha eleitoral de 1998: “Roseana Sarney: ‘Aprovação é fruto do trabalho’. Governadora diz que sua popularidade reflete ação planejada”. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 13 maio 1998, grifos meus).

Roseana Sarney Murad tende a se aproximar da identidade regional e nela permanece temporariamente - aprovação de sua gestão como resultado de um trabalho pessoal de Roseana Sarney Murad, conforme explicita acima - porque sua *ficção* é condicionada ao exercício de poder com claro monopólio do espaço público. Parece tratar-se de uma transgressão para confirmar a ordem simbólica.

Ela tenta constituir-se em uma figura política que emerge no campo de poder político como um acontecimento “natural”, provavelmente esperado, configurando uma análise sedimentada nos esquemas explicativos incorporados. Esses esquemas explicativos tentam excluir do jogo político, do qual Roseana Sarney Murad participa, o processo de *fabricação* (BURKE, 1994) da agente política e o processo de *acumulação primitiva de*

⁹⁸ “[...] pulsão da família, da casa, para perpetuar-se, perpetuando sua unidade de contra-fatores de divisão”. (BOURDIEU, 1996a, p. 182).

⁹⁹ Trabalho que consiste em instituir poder de fazer ver e de fazer crer, em reconhecer a autoridade como tal. É mágica à medida que é uma fronteira imposta e mantida pela crença coletiva (BOURDIEU, 1998a).

capital, responsável pelo seu ingresso nas intrincadas correlações de força política da história regional.

Por mais que Roseana Sarney Murad tenda a constituir um movimento de independência da influência paterna, o fato de buscar na vivência familiar, no sobrenome paterno que se sobrepõe aquele adquirido pelo casamento a faz partícipe da extensão do projeto privado de exercício político que é o *Maranhão Dinástico*.

Logo, denomino de *ordem da sucessão* um movimento de correlações de forças em tensão permanente entre as posições assumidas por José Sarney e por Roseana Sarney Murad no campo político.

Essa tensão importa na luta entre dois critérios de inserção de Roseana Sarney Murad no campo político: os critérios da *gêne* e da *dême*, mas, sobretudo, a presença das regularidades e das regras de transmissão de poderes e privilégios do *pai político*.

Consolidando essa noção operacional que permite discutir até que ponto as regras do jogo político podem ser evocadas como constantes e esperadas, trago Bourdieu (2001) para a discussão:

O jogo social possui uma história e, por essa razão, constitui o lugar de uma dinâmica interna, independente das consciências e das vontades dos jogadores, de uma espécie de *conatus* ligado à existência de mecanismos tendentes a reproduzir a estrutura das probabilidades objetivas, ou melhor, a estrutura da distribuição do capital e das oportunidades correlatas de ganho. [...] Eis por que, para designar a lógica temporal do cosmos social, poder-se-ia falar em ‘ordem das sucessões’: de fato, graças ao duplo sentido da palavra ‘sucessão’, a definição leibniziana do tempo evoca também a lógica da reprodução social, as regularidades e as regras de transmissão de poderes e privilégios, que constitui a condição de permanência da ordem social [...]. (BOURDIEU, 2001, p. 262-263, grifos meus).

As condições sociais de posições e de disposições nesse campo são específicas em ambos os casos e conferem uma relativa autonomia nas regras de ocupação das posições/disposições dos dois agentes sociais, autonomia essa definida no âmbito do jogo, jamais *ex-antes* (ver APÊNDICE B).

Implica, sobretudo, numa relativização conceitual-analítica da noção de *herdeira* habitualmente integrada nos discursos comuns.

Mesmo assim, as relações entre as posições de José Sarney e de Roseana Sarney Murad tendem a sinalizar para construção de um *quantum* de capital político nas sucessivas posições ocupadas por ela. Esse recurso analítico pode permitir entrever uma provável transferência de *quantum* desse capital pelo pai, José Sarney, o que freqüentemente seria chamado de “herança”.

Daí porque essa noção de “herança” tem uma limitação intrínseca: está referida, num primeiro momento, a uma transmissão de capital político a ser reproduzido sem levar em conta a multiplicidade dos atos que conferem dinâmica e contornos ao campo político, isto é:

Nesse jogo que é o campo de poder, a aposta é evidentemente o domínio, que é preciso conquistar ou conservar, e aqueles que nele entram podem diferir sob dois aspectos: em primeiro lugar, sob o ponto de vista da herança, ou seja, dos trunfos; em segundo lugar, do ponto de vista da disposição do herdeiro a seu respeito, ou seja, da vontade de vencer. (BOURDIEU, 1996b, p. 24, grifos meus).

Tanto que um dos dispositivos dos discursos mais sublinhados por José Sarney e Roseana Sarney Murad, que parece querer substituir a relação pessoal e a independência dos critérios consangüíneos, é o que chamam de “geração”. Eles a entendem como sinônimo de um projeto coletivo (GONÇALVES, 2000). Quanto a isso, enfatizei que:

É dado sempre às chamadas ‘gerações do Maranhão’ um lugar que as definem como um dispositivo no campo político ou no campo intelectual que pode reconverter trajetórias da história do Maranhão: como se estivesse reservado a essas ‘gerações’ autodefinidas e autoconsagradas em campos distintos, o papel de reabilitar o Maranhão, segundo as representações dos agentes sociais sobre um passado. Ele é percebido como passado de apogeu, cuja modernidade poderia ser delimitada em elementos pensados a partir de padrões explicativos da questão do que é entendido como desenvolvimento. (GONÇALVES, 2000, p. 92, grifos meus).

A noção de “geração” parece operar como elemento de centrifugação das forças políticas entre pai e filha política. É a noção que se coloca como um elo da chamada “continuidade” das práticas políticas entre os dois, ao mesmo tempo, paradoxalmente falando, como divisor das águas entre as formas de gestão estatal entre José Sarney e Roseana Sarney Murad.

José Sarney diz pertencer à chamada “geração dos Poetas”, enquanto que a filha, Roseana Sarney Murad pertenceria a uma “nova geração” referida pelo *pai político* como uma “geração do século XXI”. Julga-se pertencer a uma “geração renovadora”, conforme explicitou em *tempo de política*, 1994: “A força que temos no Maranhão é porque fomos uma geração renovadora. E os outros grupos políticos ficaram com tanta raiva e tanta inveja que só têm uma finalidade: derrotar o Sarney”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 25 maio 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

No percurso da campanha eleitoral de 1994 fica isto bem evidenciado por José Sarney, por Roseana Sarney Murad, pelos comentaristas políticos, como Bernardo Pereira de Almeida alude abaixo e, pelo discurso do Jornal que pertence à sua família:

Em todas as entrevistas concedidas no decorrer da recente campanha eleitoral, José Sarney sempre fez questão de afirmar que a vitória de Roseana significa o fim da missão histórica de sua ‘Geração de Poetas’, com início de um novo ciclo político-administrativo no destino do Maranhão.

[...]

Coloquemos, pois, um grande ponto final nessa rede de intrigas e aleivosias. Com a vitória de Roseana, José Sarney dá como encerrado o ciclo histórico de sua decantada “Geração dos Poetas”, como se sente feliz e orgulhoso em proclamá-la. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 4, 18 nov. 1994, grifos meus).

Eis aqui como José Sarney aponta o critério que é considerado distintivo entre ele e a filha – a “nova geração” a que ela pertence:

Ele também comentou a pesquisa divulgada no final de semana pelo Ibope, que aponta a deputada Roseana Sarney Murad, com larga vantagem na corrida sucessória para o Governo do Estado. Na revisão do ex-presidente, os números da pesquisa refletem o entendimento da população às margens de Roseana. ‘A mensagem de Roseana já está consolidada, é a mensagem da nova geração, que chegou agora e quer preparar o Maranhão para o século XXI’. (O Estado do Maranhão, São Luís, 18 jul. 1994. Caderno Política, p. 2, grifos meus).

Sem deixar de arrolar suas possibilidades anteriores que o permitiram se consagrar na política regional, José Sarney retoma a mesma questão anteriormente aventada como o ponto de escansão, de diferenciação entre ele e a filha: o pertencimento a “diferentes gerações” e a continuidade que é possível nessa transmissão das práticas políticas, dizendo:

Tive uma grande alegria na minha última visita ao Maranhão. Alegria do homem público, do apaixonado pelo seu Estado e seu futuro, de quem passou a vida estudando, meditando e buscando alternativas para o desenvolvimento.

Na campanha de Roseana, eu muitas vezes disse que coube ‘a nossa geração o encontro da tradição cultural do Maranhão com o planejamento, uma visão moderna e científica de governar. Saímos da política do delegado e do coletor, para a visão da infra-estrutura, sem a qual não há progresso. Da implantação das telecomunicações construção do Itaqui, da Universidade, da consolidação de São Luís como capital, centro de serviços e recursos humanos, estradas, educação.

O Maranhão era conhecido no Brasil como o Estado das tradições culturais. Nossa geração não negou essa glória mas Tribuzzi, Burnett, Franklin de Oliveira, Odylo Costa, filho, Josué Montello e tantos outros, pensaram também, no progresso material do Maranhão e seu destino.

Éramos a geração dos poetas, mas os poetas mudaram o Maranhão. Tive o encargo do destino de comandar essa mudança. Lembro-me dos nossos seminários, da formulação para novas-direções de eixos econômicos, e da criação de novos pólos de crescimento. Planejamos o Itaqui, a estrada S. Luís-Teresina, Santa Luzia-Açailândia, o Plano Diretor de São Luís que passou a contar com vias expressas, pontes, barragens, etc. Criamos o primeiro centro de computação do Norte, a TV didática em circuito fechado, hoje Cema. Usina de Boa Esperança, Projeto Carajás e tantas obras. Tudo isso com uma visão global. Eram sonhos no papel. Pois tudo aconteceu e aí está.

O Maranhão era um Estado pequeno, o último do Nordeste. Hoje passou o Ceará. Quem diz isso? O Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, publicado no mês passado.

Tivemos governadores que nem sabiam o que era estratégia do desenvolvimento. Na campanha, afirmei que era necessário gente nova, com nova mentalidade. Os tempos são outros. Precisamos de empregos, fábricas, investimentos. Já temos razoável estrutura de energia, comunicações e transportes. Sem a primeira etapa não teríamos condições da segunda e só teremos esta se soubermos pensar. Que bem fez ao Estado a eleição de Roseana. Ela anda pelos seus próprios pés. Eu não sabia do que estava acontecendo. Foi uma alegria e agradável surpresa o quanto foi feito nesse terreno fundamental. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 1 set. 1996, grifos meus).

Em primeiro plano, é peculiar a José Sarney falar de alguém, mesmo que este alguém seja sua *filha biológica, social e política*, falando também de si.

Esta é uma hábil estratégia para legitimar-se e legitimar quem fala pela sua própria autoridade legitimada. Geralmente, José Sarney profere um discurso dizendo quem é e o que fez, repetidamente, conciliando *gêne* e *dême* como fez acima; enfatizando um “amor pela terra, pelo Maranhão”, fazendo lembrar que foi ele quem “estudou e meditou” para “desenvolver o Estado”.

Ao fazer isso, coloca na sua pessoa (*gêne*), as questões políticas referidas ao chamado “desenvolvimento do Estado”.

Essas construções acima reforçam a chamada “hereditariedade”, que pretende ser negada aqui – pela “surpresa de José Sarney a candidatura da filha” – mas nem por isso, deixa o discurso de remeter para uma continuidade na transmissão de uma “vocação” genética da filha para a política.

O *Maranhão Dinástico*, diga-se de passagem, é composto por discursos, estratégias e dispositivos extremamente ambíguos e, com isso, sobrevive, porque cumpre uma das regras fundantes do campo político: a ambigüidade das práticas, das relações e dos discursos no campo político.

Mas, como faz Roseana Sarney Murad, José Sarney mantém a *liminaridade* das posições – ora se refere à *filha biológica, política e social*, ora, somente à sua posição; *liminaridade* que ambos assumem na rede de relações sociais e políticas no Maranhão. *Liminaridade* que está intrinsecamente relacionada à condição de ambigüidade do agente e suas ações no campo político.

É plausível ainda de destaque a ligação sem intermediários que sobre o que afirma a análise do jornal sobre José Sarney e o seu pertencimento à denominada “geração dos poetas” e a “geração” da filha:

O Senador José Sarney (PMDB), ao desembarcar ontem em São Luís, reafirmou a sua confiança na vitória eleitoral da deputada Roseana Sarney Murad, candidata ao Governo do Estado pela Frente Popular. Sarney considera que o Maranhão viverá

‘uma decisão histórica nesta eleição de 3 de outubro, tendo em vista que é a geração jovem que irá assumir as condições de decisão’.

[...]

Sarney acredita que a administração de Roseana fará uma nova revolução ‘assim como nós tivemos a oportunidade em 1965 fazer o Maranhão Novo, que até hoje tem seu resultado, essa nova geração vai tocar o Estado de maneira brilhante’.

O senador acha coerente que as pesquisas apontem a deputada Roseana Sarney Murad como a candidata preferida dos eleitores ‘pois ela tem um programa e uma visão coerente com a atualidade [...]’ (O Estado do Maranhão, São Luís, 16 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

É um indicativo estratégico, eufemizado, de desconhecer, nesse momento, os outros *filhos políticos* (parentes e correligionários políticos) que fazem parte do espólio de sua herança política. Prefere essa ligação direta, como se a história tivesse dado um salto, o que corrobora na visão dóxica da noção de *herança* e influência parental:

Sarney falou com entusiasmo sobre as perspectivas de vitória da deputada Roseana Sarney Murad, e lembra que ‘com Roseana vem uma nova geração para administrar o Estado, com idéias novas e sem dúvida vamos ter uma nova etapa na arrancada do Maranhão para o século XXI’.

O ex-presidente diz que sua geração cumpriu com seu dever ‘tirando o Maranhão da condição de último Estado do Brasil para colocá-lo numa posição de destaque, como o Estado que mais cresceu na última década’. Ele diz que a velha geração deve ajudar com suas experiências. ‘Acho que Roseana, não por ser minha filha, pois ele [*sic*] tem seu próprio caminho, lutou e decidiu ser candidata a governadora e tem ponto de vista, está entusiasmada e tem programa’, afirma. (O Estado do Maranhão, São Luís, 16 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Também essa questão referendada na possibilidade do poder político que está sedimentado nas sucessivas “gerações”, é passível de comentário nas páginas de “amenidades sociais”, o chamado “caderno PH”: “Roseana Sarney Murad e o ex-Presidente José Sarney: união de duas gerações com expressiva liderança política, em torno do progresso do Maranhão”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 9 jul. 1994. Caderno Alternativo. PH¹⁰⁰, p. 12, grifos meus).

Ou, da mesma forma, no falar de um político profissional¹⁰¹:

O prefeito de Colinas, José Henrique Brandão, frisou que, assim como Roseana, faz parte de uma nova geração de políticos do Maranhão e, em função disso e de outros fatores, deposita uma confiança muito grande na futura governadora. ‘Ela

¹⁰⁰ Trata-se do colunista social do Jornal O Estado do Maranhão, Pergentino Holanda.

¹⁰¹ “Sous peine de naturaliser les mécanismes sociaux qui produisent et reproduisent la coupure entre ‘les agents politiquement actifs’ et les agents politiquement passifs’ et de constituer en lois éternelles des régularités historiques valides dans les limites d’un état determine de la structure de la distribution du capital, et en particulier du capital culturel, toute analyse de la lutte politique doit placer à son fondement les déterminants économique e sociaux de la division du travail politique.” (BOURDIEU, 2002, p. 159, grifos meus).

conquistou espaço por seus próprios méritos e sua candidatura representa o início de uma nova era para o Estado, porque Roseana possui uma mentalidade mais avançada e mostra sempre muita vontade de trabalhar, de renovar’, ressaltou. (O Estado do Maranhão, São Luís, 8 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

José Sarney, ao tê-la como *filha política*, dá-lhe dois atributos de cunho pessoal que são chamados por ele de “liderança” e “carisma”:

Sob aplausos, o senador Sarney assinalou que, como qualquer pai, não poderia deixar de ficar feliz com a receptividade que a candidatura de Roseana vem obtendo. Mas confesso que eu vejo na candidatura de Roseana Sarney Murad’, enfatizou o ex-presidente, ‘não a minha filha somente, embora isso muito me orgulhe. Mas eu vejo que hoje, abstraído do fato de ela ser minha filha, nenhuma lista política seria feita para escolher o nome do governador do Maranhão, se não tivesse o nome de Roseana pela sua liderança e pelo seu carisma. (O Estado do Maranhão, São Luís, 24 maio 1994. Caderno Política, p. 2, grifos meus).

Quero colocar entre parênteses a questão do chamado “carisma”¹⁰² atribuído por José Sarney a Roseana Sarney Murad. O que interessa mais especificadamente, é o pressuposto de Sennett (1988, p. 337-338, grifos meus) que após confrontar as teorias weberiana e freudiana do *carisma*, afirma:

Isto sugere, creio eu, que a verdadeira confusão existentes nas teorias do carisma, como as de Freud e Weber, baseia-se numa idéia do carisma enquanto uma *resposta* ao distúrbio. O carisma moderno é ordem, ordem pacífica e, como tal, ele cria crises. Como qualquer teoria social genuína, as idéias sobre o carisma defendidas por esses dois escritores pede crítica e reformulação. Aquilo que ele nos mostram, ao equacionar a personalidade carismática com a paixão e a ilusão, e ao opor estas últimas à racionalidade, é uma certa ilusão a respeito da própria racionalidade. A ilusão está em que a racionalidade é antitética à produção de distúrbios. O carisma secular é racional; é um meio racional para pensar sobre a política numa cultura governada pela crença no imediato, no imanente, no empírico, rejeitando como hipotética, mística ou ‘pré-moderna’ a crença naquilo que não pode ser diretamente experimentado. Uma pessoa pode sentir diretamente os sentimentos de um político, mas não pode sentir diretamente as conseqüências da sua futura ação política.

Para dar a Roseana Sarney Murad esse atributo do carisma, José Sarney se vale muito mais do sentido ligado ao “dom da graça” do que a qualquer aproximação com o *carisma secular* que corresponde “[...] bem às necessidades de certo tipo de político, no seu trato com uma classe de pessoas.” (SENNETT, 1988, p. 343, grifos meus) e que é construído, hoje principalmente com a colaboração imprescindível dos meios de comunicação que:

¹⁰² Inspirada no estudo de Sennett (1988), mais precisamente no Capítulo 12 – O carisma se torna incivilizado – quando discute a questão do *carisma* desde a concepção cristã – carisma como “dom da graça” – até chegar às formulações de Weber e de Freud.

[...] encorajam o carisma secular, mas dentro de um contexto mais amplo. [...] A comunicação eletrônica é um meio através do qual a própria idéia de vida pública foi levada a se findar. Os meios de comunicação aumentaram amplamente o estoque de conhecimentos que os grupos sociais tinham uns dos outros, mas tornaram o contato efetivo desnecessário.

Roseana Sarney Murad, detentora de um complexo de comunicação – *Sistema Mirante de Comunicação* – tem à sua disposição esse reforço ao que lhe é atribuído como “carisma”. E mais:

Carisma é um ato de debilitação – eis em que se transformou numa cultura secular, o ‘dom da Graça’. Na vida política, essas figuras carismáticas não são titãs nem demônios, nem os reis antigos de Weber, nem o pai que subjuga os desejos irrefreados de seus filhos, como em Freud. É o homenzinho que agora se tornou herói para outros homenzinhos. É uma estrela; caprichosamente embalado, sub-exposto e tão franco a respeito do que sente, ele governa um domínio em que nada se transforma muito, até que se torne uma crise insolúvel. (SENNETT, 1988, p. 357, grifos meus).

Assim parece ser o contorno do “carisma” de Roseana Sarney Murad: um ato de debilidade da vida pública, quando a governante adquire nuances cada vez mais estreitadas com a dimensão privada que se põe à mostra. Ela é uma mulher que se tornou diferente – “heroína” – de homens e mulheres comuns como ela, com a diferença de não detêm recursos midiáticos. É uma mulher que pretende governar um domínio que já conhece e quer garanti-lo como seu.

Assim, o “carisma” de Roseana Sarney Murad é fabricado juntamente com a sua *ficção* (GEERTZ, 1997) pública e política. Um exemplo está na sua própria *performance* que tende a se distinguir das demais por ser ela quem está se expressando, corporalmente, como neste caso: “Roseana votou com charme. Saia comprida e colorida, blusa manga longa vermelha, sapato baixo de camurça preta e tiara de veludo preto. Encantou eleitores que circulavam nos corredores do Colégio Santa Teresa”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 4 out. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus). Ou nesta passagem em que as matérias jornalísticas enfatizam as atitudes e *performances* do cotidiano como seus também, imprimindo à sua figura política a “figura humana, comum” que pretende demonstrar através de gostos e gestos, no momento inicial de sua pré-candidatura à Presidência da República pelo PFL em 2002:

Prefere tênis a salto alto, picolé de limão – acredite ela devora pelo menos dez por dia – a qualquer sobremesa fina, e não troca uma roda de violão, na qual toca e canta toadas maranhenses, por jantares com a corte local. [...]’ Gosto de parar e conversar, ver se a criança está na escola, se o pai tem emprego. Quando estou de bermuda e

sandália, as pessoas se sentem mais livres para falar, brinca. (MIRANDA. Revista Isto É, São Paulo, p. 29-302, jan. 2002, grifos meus).

O trabalho de produção e de reprodução da dominação política ganha contornos específicos ao produzir instrumentos que oferecem condições eficazes de legitimidade e de consagração da imagem pública e política de Roseana Sarney Murad: os *rituais performáticos* (TAMBIAH, 1997)¹⁰³, sendo provável pensar na reatualização do *Maranhão Dinástico* pela invenção (*ficção*) da figura carismática (SENNETT, 1988) de Roseana Sarney Murad e pela composição de um *Estado-Teatro* (GEERTZ, 1991), com ênfase nos aspectos semióticos desse Estado.

É lícito ponderar que, na tentativa de perpetuar o *Maranhão Dinástico*, Roseana Sarney Murad queira se distinguir de José Sarney, *pai político*¹⁰⁴, ultrapassando-o, transgredindo a *linha* no limite dela, para adquirir a condição de “herdeira política”, sempre acionada nos seus discursos e nos discursos dos agentes que fabricam discursos sobre a candidata, como os atributos de “preparada”, “motivada”, “lutadora”, “obstinada”, “leal”, dentre outros (O Estado do Maranhão, São Luís, 26 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Elementos como “motivação”, “experiência”, “aprendizagem”, “obstinação” e “lealdade” são pertinentes ao conjunto de atributos pessoais, principalmente os últimos, e tendem a demonstrar certo limite da influência parental no campo das possibilidades objetivas de sua candidatura ao Governo do Estado.

Discursos podem ser igualmente heresias para confirmar a ordem e podem, sob a aparência da continuidade, constituir um *campo de forças* em correlação que não guardam lealdade (*fides implícita*¹⁰⁵) com o momento anterior em que essa ordem política a ser mantida foi construída.

A Roseana Sarney Murad é facultada essa transgressão, haja vista sua instituição oficial no campo de possibilidades de trabalho de reprodução da dominação política, tendo um referencial simbólico que a permite falar mais agora que no *rito inicial* de inserção no

¹⁰³ Tambiah (1997, p. 14) utiliza as referências de Austin – movimentos corporais, gestuais e palavras que nomeiam como movimentos para legitimação pública – e de Peirce – *valores indexicais* transferidos para atores, conferindo prestígio, autoridade, poder e outras formas de capital simbólico – para compor um conjunto de características performáticas dos rituais.

¹⁰⁴ Esta questão está referenciada em *A reinvenção do Maranhão Dinástico* (GONÇALVES, 2000) a qual aproveito para questionar a noção exclusiva de *pai biológico* atribuído a José Sarney, buscando assim trabalhar com a possibilidade do *pai político* de uma forma de exercício doméstico do poder no Maranhão.

¹⁰⁵ A *fides* (BOURDIEU, 1992b) implica na fidelidade daquele que crer na investidura do político no cargo de porta-voz do grupo. Assim, há uma relação a ser pensada entre a fidelidade do grupo e o político a que foi confiado (creditado, avalizado) o poder de representar esse grupo.

campo político. Somente na posição em que se encontra no campo político é possível admitir que Roseana Sarney Murad transgrida, sem, contudo derrogar fronteiras (*finis*) sacralizadas de poder político.

Esse conjunto de transgressões é visibilizado nas *campanhas eleitorais* e nos *rituais de corte* desempenhados por Roseana Sarney Murad, como por exemplo, a estratégia do *cortejo* (GEERTZ, 1997) a ser abordada posteriormente e que parece sempre marcar uma “nova” forma de gestão: “Governo vai ao interior da Ilha: Roseana passa o fim-de-semana nos povoados de São Luís”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 29 mar. 1998. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Apesar da configuração do campo político apontar certa previsibilidade. Ou melhor, a configuração do campo permite um espaço de previsibilidade que está sujeito à dinâmica do jogo. Como um ritual, o jogo político pode contar com o imprevisível, com o inusitado. Incertezas e novidades são combustíveis desse jogo.

E é bem mais visível no *tempo de política* que no *tempo cotidiano*. Daí porque priorizo as *campanhas eleitorais* que têm o poder de pôr a nu o rei.

Cabe discutir, também, o *lugar do pai* – José Sarney – na transmissão das disposições e nas estratégias de perpetuação do seu *conatus* (projeto). Há critérios que estão em jogo, em oposição ou em reatualização para definir a *herdeira herdada pela herança*¹⁰⁶ e o *pai* que define os atributos da “herdeira” a ser *nomeada*, como fora dito após a reeleição de Roseana Sarney Murad em 1998:

Para o presidente José Sarney – que venceu as eleições para o Senado no Amapá, com 61% dos votos – Roseana venceu em São Luís pelos seus próprios méritos. ‘Ela demonstrou personalidade e conquistou os votos na capital. Seu trabalho, sua forma de administrar o Estado lhe garantiram a confiança do eleitor’, analisou Sarney. (O Estado do Maranhão, São Luís, 6 out. 1998. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

É viável pensar que tais critérios de instituição tanto da “herdeira” quanto da “herança”, estão eivados de ambigüidades e não se poderia, em princípio, falar de um consenso no processo da sucessão.

Há dilemas e contradições inerentes tanto na transferência de capital político, quanto na construção da candidata Roseana Sarney Murad que o herda. Na conturbada campanha eleitoral de 1994, houve o segundo turno, não esperado¹⁰⁷ pela *Coligação Frente*

¹⁰⁶ Refiro-me às formas compartilhadas e incorporadas de adesões à continuidade da ordem anterior.

¹⁰⁷ “Hoje, a deputada maranhense é candidata ao Governo do Maranhão, e, de acordo com as pesquisas de opinião, detém grandes índices de aceitação popular, devendo ser a primeira mulher eleita governadora pelo voto direto, no Brasil”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 15 jun. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Popular e Roseana Sarney Murad ganhou a disputa com uma diferença de 1,03% sobre o seu adversário, senador Epitácio Cafeteira, candidato pelo PPR/MA (TRE-MA, 1994). Isto demonstra o movimento e a imprevisibilidade do jogo político.

Estava em jogo, naquele momento, o *noblesse oblige* (BOURDIEU, 1992b) em que Roseana Sarney Murad expressaria a condição tida como *esperada* ou *natural* da herdeira em posição de *fidelidade* (*fides*) ao transmissor da herança.

É útil sublinhar que o jogo político não é um ato mecânico e que apesar de reproduzir as condições de dominação, não exime Roseana Sarney Murad de elaborar estratégias¹⁰⁸ diferenciadas e distintas da condição de *herdeira*.

É provável que a linha de privilégio da transgressão autorize Roseana Sarney Murad atravessar a *linha(gem)* para nela permanecer.

Em outras palavras, numa análise mais ampla:

O mundo social não é um jogo de sorte, uma série descontínua de lances perfeitamente independentes, como os da roleta...
Os que falam de igualdade de oportunidades esquecem que os jogos sociais, o jogo econômico, mas também os jogos culturais [...] não constituem *fair games*: sem ser propriamente viciada, a corrida se assemelha a uma corrida de handicap cuja duração remontaria a diversas gerações anteriores ou *jogos* em que cada jogador disporia de ganhos positivos ou negativos de todos os que o procederam, ou seja, dos resultados acumulados por seus ancestrais. Seria preciso compará-los a jogos em que os jogadores acumulam progressivamente pontos positivos ou negativos, ou melhor, um capital mais ou menos importante, o qual orienta suas estratégias de jogo (à prudência, à audácia, etc) inerentes a seu *habitus* e ligadas, em certa medida, ao volume desse capital. (BOURDIEU, 2001, p. 262).

A prática que envolve as estratégias simbólicas de construção da figura política de Roseana Sarney Murad exige ponderações. Dentre elas, o processo de substantivação do poder político na sua pessoa – como exemplarmente diz Kantorowicz, constituindo uma *dualidade possível* - e o uso ostensivo de símbolos e rituais como expressão e provável consagração de um poder “personalizado”, assim, específico, circunscrito, incorporado (*hexis*) que se processa como disposição habitual.

Quando o político incorpora estruturas específicas de poder, quero dizer que de fato há uma conjugação entre a pessoa social – condensada nos rituais e nas *liturgias*¹⁰⁹ do cargo – e a pessoa privada, como parte do *habitus* a qual parece não mais pertencer a uma ordem distinta da ordem política. Uma forma de substantivar a política, corporificando-a:

¹⁰⁸ É produto do senso prático como sentido do jogo, segundo Bourdieu (1996b) ao tratar dos “Ritos de Instituição”.

¹⁰⁹ Do grego *leitourgía*, *função pública*. Quero sinalizar a liturgia como o exercício da função pública pelos rituais.

“Sorriso: é a marca mais ressaltada da Deputada Roseana Sarney Murad. Óculos: já tem a cara do ex-prefeito Jackson Lago. Dólar: é o símbolo que mais se identifica com o Senador Eptácio Cafeteira”¹¹⁰. (O Estado do Maranhão, São Luís, 9 maio 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

No processo de substantivação do político é possível subtender pelas posições de Ernest Kantorowicz em “*Os dois corpos do rei*” (1998), haver na concepção medieval de poder a indissociabilidade entre o *corpo político* e o *corpo individual*, por exemplo, num dado tempo de sucessões dinásticas na Inglaterra: a *coroa* – símbolo – era incorporada ao seu constituinte sem as fronteiras esperadas com o corpo físico do rei.

A posição de Roseana Sarney Murad na *ordem de sucessão* se configura pelas posições relacionais dos agentes no espaço social¹¹¹. Ou seja, não só Roseana Sarney Murad está referida a uma posição no espaço social face às instâncias sociais de pertencimento como está em relação aos demais agentes sociais que têm interesse no jogo – (*e*)*leitores*, partidos políticos, candidatos, intelectuais, analistas políticos, políticos, empresários, etc.

Uma das clivagens¹¹² é possível ser sugerida: o lugar ocupado por Roseana Sarney Murad é construído pela recusa dos lugares – lugares da *hiância*, da ausência – que estabelece uma presença denegada dos critérios agnáticos de parentesco e assim, de consangüinidade (*gêne*) dos irmãos¹¹³ como herdeiros da *ordem de sucessão*¹¹⁴.

Embora isso possa parecer de imediato uma espécie de “vocação” que a todo instante é acionada, cada irmão, como cada parente tem um lugar: Fernando Sarney exerce as funções de empresário e de vice-presidente da *Confederação Brasileira de Futebol*, enquanto José Sarney Filho é Deputado Federal pelo PV, sendo a ele delegado o papel de *polemicista* (FOUCAULT apud RABINOW, 1999) político da família, como foi visto no Capítulo 2.

¹¹⁰ Observe-se a desqualificação, com discurso acusatório ao adversário mais próximo, ou seja, mais expressivo e competitivo de Roseana Sarney Murad ao governo do Estado.

¹¹¹ “O espaço social tende a se retraduzir, de maneira mais ou menos deformada, no espaço físico, sob a forma de certo arranjo de agentes e propriedades. Por conseguinte, quaisquer divisões e distinções do espaço social (alto/baixo, esquerda/direita) se exprimem real e simbolicamente no espaço físico apropriado como espaço social reificado [...]” (BOURDIEU, 2001, p. 164). Trata-se de uma noção mais flexível que a de “campo político” para operar com movimento constante e tenso da construção de relações para uma *ordem de sucessão*.

¹¹² Uso *clivagem* como possibilidade de uma ruptura nas formas ortodoxas de produzir e reproduzir o trabalho de dominação política. A meu ver, a *ruptura* pode existir enquanto possibilidade ou probabilidade de se efetivar, numa espécie de sentido conferido ao jogo político.

¹¹³ Chamo atenção para a seguinte observação de Bourdieu (2000) de que a noção de irmão mais velho ou herdeiro deve ser tomada no sentido social e não no sentido biológico. O herdeiro não é apenas aquele que é o irmão mais velho, porque ficou mais velho, mas em sendo o herdeiro fica sendo o mais velho.

¹¹⁴ A “*ordem de sucessão*” é, aqui, um padrão sucessório do primeiro momento da pesquisa que é “*como se fosse*” congruente com os princípios de uma *linha(gem)* instituída. Porém, como aponta Leach (1996) para as incongruências da *estrutura social em situações práticas*, é possível pensar que tal ordem admite inconsistências e paradoxos, sob manifestações e expressões diversas.

Os critérios constitutivos dessa construção (*ficção*) política de Roseana Sarney Murad e o sentido do jogo político pelos agentes que detêm parcelas diferenciadas de capital simbólico, capital político e capital econômico, são estratégias regradas do jogo político, mas que permitem, simultaneamente, a entrada de elementos contraditórios às próprias regras construídas no processo.

Se Roseana Sarney Murad é usualmente considerada “herdeira política” de José Sarney, existem alguns senões a considerar.

Primeiro, a condição de “herdeira política”, tanto quanto a sua suposta investidura na *ordem de sucessão*, supõe que o projeto dinástico de práticas de poder não admite embaraços no seu caminho, o que a própria dinâmica política se encarrega de deitar abaixo.

Segundo, como já fora dito, José Sarney não tem só uma *filha política*, mas tantos quantos participam do processo de produção da *ampliação da mais-valia política*.

José Sarney é um critério explícito de classificação da política regional no Maranhão, como aponta o editorial abaixo, inclusive a posição no campo político do seu *filho político* José Reinaldo Tavares, hoje Governador do Estado do Maranhão e também desafeto, desde 2004, do denominado “grupo Sarney”.

Trata-se de um esquema classificatório posto em prática pelas palavras que referendam as práticas políticas pessoais e sedimentadas numa espécie de *potlatch* (MAUSS, 1980) *político*:

Primeiro, ele ganhou de presente a Direção Geral do DER. Logo em seguida, foi secretário de Viação e Obras. Deixou esse cargo para ser secretário estadual de Planejamento. Não passou muito tempo e foi mandado para Brasília, onde assumiu ali a superintendência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, a Novacap. Depois ganhou outro presente: a Secretaria de Viação e Obras do Governo Federal. Dali, foi guindado para o plano nacional, na condição de diretor geral do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). Foi puxado para o degrau de cima ao assumir a Superintendência da Sudene. E, para completar, ganhou o Ministério dos Transportes. De lá, saiu para um mandato de deputado federal, também ganhou de graça, e dois mandatos como vice-governador sem fazer o mínimo esforço, para em seguida tornar-se governador substituto e, finalmente, governador reeleito.
Essa foi a trajetória do sr. José Reinaldo Carneiro Tavares em mais de três décadas de vida pública. Com um detalhe que todo o Maranhão conhece, mas que ele agora faz questão de esquecer: todos os cargos que ocupou, sem qualquer exceção, incluindo o mandato de governador. Lhe foram dados pelo senador José Sarney. (O Estado do Maranhão, São Luís, 28 dez. 2004. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

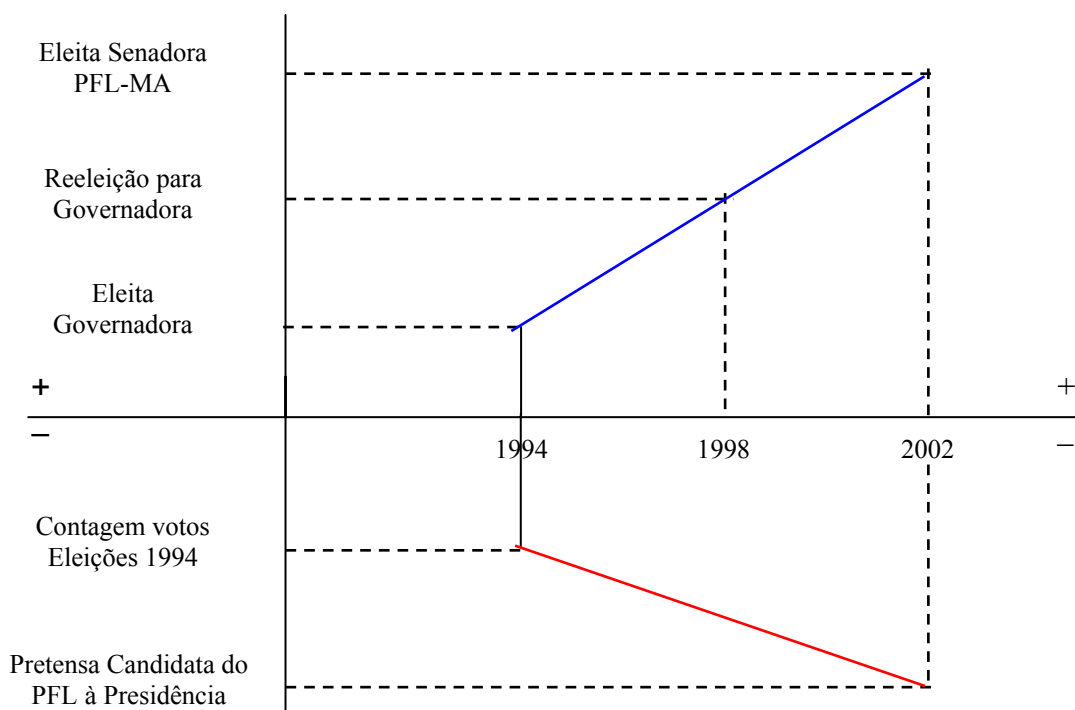
Roseana Sarney Murad não fecha a questão em torno da *ordem de sucessão*, leia-se, da chamada “liderança política” no *Maranhão Dinástico*. Neste ponto, fissuras podem se

tornar crises em função das tensões em torno de quem herdaria verdadeiramente a *ordem de sucessão*. E aí estaria em xeque o “carisma” de Roseana Sarney Murad.

Demarco que tal *ordem de sucessão* e as práticas de poder dinástico apresentam uma dinâmica sem a qual é impossível falar de práticas e discursos (FOUCAULT, 1997). Dessa forma, posso dizer que são vários os momentos em que há “*abalos na casa do rei*” (GONÇALVES, 2003).

E marco a incidência em dois períodos – 1994 e 2002 – em que Roseana Sarney Murad é a agente fundamental no abalo da estrutura de poder do *Maranhão Dinástico*, ao mesmo tempo em que se torna responsável por reatualizá-lo, conforme aponta a figura:

Figura 3 – Embarços na “casa do rei”: tensões ao nível da produção/reprodução da *taxa de mais valia* no mercado político em *tempo de política*



3.2 Estratégias e Dispositivos em Jogo nas Campanhas Eleitorais de Roseana Sarney Murad para Governadora de Estado: dom, drama e honra como “*questão de política*”

A candidata da Frente popular ao Governo do Estado, deputada Roseana Sarney, retornou a São Luís, entusiasmada com os resultados das visitas que fez a Presidente Dutra e Pindaré-Mirim.

Em Presidente Dutra, que completou 50 anos de emancipação, a alegria da comemoração se transformou em entusiasmo com a presença dela na festa. Roseana circulou tranqüila pelas ruas da cidade, conversou com líderes políticos, participou das comemorações e dali saiu certa da vitória.

O entusiasmo da candidata da Frente Popular se repetiu em Pindaré-Mirim, onde participou da tradicional procissão fluvial em homenagem a São Pedro. Ali também Roseana falou ao povo e confirmou o apoio de dois grupos que militam na política do município.

O ânimo da candidata sugere definição no 1º turno. (O Estado do Maranhão, São Luís, 1 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Roseana diz que tem diálogo permanente com a Igreja, sindicatos e funcionários e lembra que enfrentou apenas uma greve dos servidores da companhia estadual de água, no primeiro ano do governo. Professores e policiais, que exigiram salários maiores em quase todo o país, não lhe deram trabalho. (O Estado do Maranhão, São Luís, 7 ago. 1998. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Fazem-se profusões de imagens, de palavras e de gestos. Os acontecimentos parecem ser construídos em série, numa velocidade enorme. Alianças, rompimentos, denúncias, queixas, elogios, auto-elógios, exageros e insultos verbais, charges jocosas, réplicas e trélicas intermediadas pelos jornais, revistas e programas eleitorais ou não, programas de televisão constroem uma estrutura propícia à exacerbação de sentimentos/ressentimentos, emoções e juízos de valores. É *tempo de política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995) ou como se usa no Maranhão “época de eleição”.

Acrescento a isso, a presença ostensiva da mídia que compõe com a política uma dimensão inseparável. Assim:

A política midiaticizada significaria tão somente a política que transita na contemporânea dimensão pública de sociabilidade, buscando adequar-se a este espaço e as linguagens próprias da mídia, sem com isso importar uma lógica produtiva que impeça a política de realizar e buscar as suas próprias pretensões. Mas tal concepção não pode se assentar sobre uma visão instrumental da mídia, transformada em um suporte indolor da política [...]. A adequação ao novo ambiente, não resta dúvida, implica em mudanças relevantes na dinâmica da política, inclusive com a absorção de novos atores (mídias e peritos de diversas ordens, tais como marqueteiros, publicitários, analistas de sondagens quantitativas e qualitativas, comunicólogos, etc); novos instrumentos operativos (exemplo das sondagens, dos planejamentos estratégicos, dos dispositivos potentes de imagens plásticas e sociais, etc); novas linguagens e modos de comunicar; nova relevância para as imagens plásticas e sociais e novas tensões produtivas, especialmente entre os (antigos) profissionais da política e os (novos) profissionais midiáticos, muitos deles, a rigor, agora também com pertença ao campo político. (RUBIM, 2004, p. 18, grifos meus).

Aqui na política midiaticizada, a dramaturgia se exacerba como componente das práticas políticas, visibilizada e materializada em atos e palavras. Diz com propriedade Balandier (1999, p. 36): “O poder põe-se em palco”. Diz também:

Todo poder político consegue finalmente a subordinação através da teatralidade: mais aparente numas sociedades do que em outras; porque as suas diferenças de civilização as levam a níveis desiguais ‘Espetaculares’. Representa, em toda a acepção do termo, a sociedade que governa. Mostra-se como sua imanação, assegurando-lhe uma imagem de si mesma idealizada e portanto aceitável. Mas a representação implica separação, distância: ela estabelece hierarquias; transforma os que têm esse cargo. E estes últimos dominam a sociedade oferecendo-lhe um espetáculo de si mesma onde ela deve [ou deveria] achar-se enaltecida. (BALANDIER, 1999, p. 25, grifos meus).

Parto do princípio que se medem os movimentos dos capitais dos adversários em *tempo de política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995) por aquele agente político, a quem é destinada pelo adversário político uma preocupação maior, uma incisão maior em seu nome e seus atos. Em suma, ao candidato opositor, que é alvo de um *quantum* de tempo maior, suficiente para a construção de um escândalo político.

O escândalo político (THOMPSON, 1998) é produzido em condições hiperbólicas, novidadescas. Notadamente, as relações de inimizade e adversidade entre os candidatos contêm um substrato significativo e hoje, imprescindível, que é o da mídia privatizada e referida a interesses de setores políticos na intercessão do campo jornalístico e do campo político, onde o primeiro parece querer sua autonomização.

Trata-se de dispositivos presentes no *tempo de política*, em que dramatizar as eleições faz parte do jogo do poder e suas jogadas assemelham-se a uma “partida nova” (BALANDIER, 1999). E destarte, “O espetáculo visual chega, as palavras não são mais necessárias” (BALANDIER, 1999, p. 28): “Roseana vai fechar a campanha em São Luís com uma gigantesca carreata. A concentração será na avenida do Anjo da Guarda. A grande festa de encerramento será na Avenida Litorânea”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 10 set. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

A presença pela palavra cede nesse caso a exibição do político em meio às festas (DUVIGNAUD, 1999) como *rituais políticos* de extrema eficácia simbólica em “época de eleição”.

Ela não precisa falar, às vezes, precisa se exhibir muito mais. Ela não precisa das polissemias da linguagem política, toma corpo seu próprio corpo em uma “carreata” que a demonstra para um (*e*)*leitorado* no seu movimento corporal. O corpo da candidata ao Governo do Maranhão é então o *lugar da representação* (BALANDIER, 1999).

Por outro viés, as relações que se estabelecem entre as posições de Roseana Sarney Murad e de José Sarney no campo político ficam tensas quando se coloca em questão o capital simbólico referido à posição de José Sarney no campo político e aquele construído por ela já na condição litúrgica de Governadora do Estado do Maranhão.

Isso porque o diferencial entre as formas de aquisição do capital político – *herdado* ou *construído* – remete para uma questão que denomino de *acumulação primitiva* do capital simbólico.

Aponto, com a noção de *acumulação primitiva do capital*, o fato de que o capital simbólico construído tem suas bases no capital herdado. Afinal não há como considerá-lo se o *rito de instituição* de Roseana Sarney Murad no campo político é sua eleição como deputada federal pelo Maranhão em 1990, ainda que muito pouco até então estivesse no cenário da política estadual.

Aqui vou priorizar os movimentos encetados em *tempo de política* por Roseana Sarney Murad nas ocasiões em que foi candidata ao governo de Estado (1994), à reeleição a esse cargo pelo PFL-MA (1998), por entender que são eventos compostos de uma visibilidade, de uma ênfase mais emblemática do que nos *tempos cotidianos* das práticas políticas.

Nas campanhas eleitorais estão em relevo as condições e as posições dos agentes em *tempo de política*, os processos formadores, acumulados e legitimados das diversas inserções de Roseana Sarney Murad no campo político, a publicização de sentimentos e emoções desses agentes; a construção de escândalos políticos; *temas e problemas* tidos como prioritários e representações midiáticas nesse jogo.

Compactuo com a análise de Sfez (1990, p. 77) quando afirma que: “Estamos, pois, na sociedade Frankenstein, essencialmente caracterizada por infinita circularidade. O produtor é produto e produtor ao mesmo tempo, não existe começo nem fim. Não existem limites”. Penso que a fabricação do acontecimento (CHAMPAGNE, 1993) induz a ambigüidade necessária ao jogo político, à regra de autonomização do campo político.

E disso se alimenta o espetáculo das campanhas eleitorais, onde os palcos são montados como drama para expectadores distantes; o poder se associa às manifestações festivas, mantendo a renovação e filtração das imagens que venham a fluir a fim de evitar o esfacelamento ou a debilidade das demonstrações espetaculares (BALANDIER, 1999).

Fora isto, torna-se também dispositivo fundamental, a adesão emocional (BALANDIER, 1999) do (*e*)leitor que é o expectador primeiro para quem se dirige a liturgia cerimonial do espetáculo das campanhas eleitorais.

3.2.1 Esboço dos Quadros Políticos no Maranhão em *Tempo de Política*: posições e disposições à vista

Desde de que foi confirmada como candidata da Frente Popular ao Governo do Estado, a deputada federal Roseana Sarney cumpre uma intensa agenda de compromissos na capital e interior, onde recebe apoio do povo e das mais expressivas lideranças do Maranhão, participando de reuniões e manifestações públicas.

Líder da maior coligação política já articulada no Estado - formada pelo PFL, PMDB, PTB, PSC, PP e PRP – Roseana pretende visitar todos os municípios até o dia da eleição, para que a população conheça suas metas e contribua com seu Plano de Governo, que vai preparar o Maranhão para o século XXI. (O Estado do Maranhão, São Luís, 13 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Os momentos em que situações da cultura vêm à tona com mais vigor ocorrem no *tempo de política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995), permitindo ao jogo político mostrar desenhos de posições e disposições dos agentes no campo político de forma diferenciadas do *tempo cotidiano*.

Assim sendo, é mister conhecer as posições iniciais dos agentes no jogo político nas eleições para o Governo do Estado do Maranhão, tanto em 1994 quanto em 1998, expondo-os em suas relações uns com os outros, ou seja, e definindo-os a partir de uma dada disposição aqui conferida pela constituição de alianças políticas, fluidas e oportunamente formadas a partir das tomadas de posição dos agentes no campo político.

Estou falando precisamente da formação de coligações políticas as quais parecem adquirir vida própria e universal, independentemente de quem as compõe, isto é, das posições e disposições dos agentes que as conformam. Porém, são fruto das relações dotadas de movimento que permeiam o jogo político num tempo peculiar que é o *tempo de política*.

Em 1994 estas eram as disposições das alianças manifestadas nas coligações partidárias:

Quadro 7 – Disposição dos candidatos ao Governo do Estado em 1994 através das coligações políticas

Coligação	Partidos Componentes	Candidato (a) ao Governo de Estado
Frente Popular	PFL, PMDB, PTB, PL, PRP, PP, PSC	Deputada federal Roseana Sarney Murad (PFL)
União pelo Maranhão	PPR, PSB, PSDB	Senador da República Eptácio Cafeteira Afonso Pereira (PPR)
Frente Ética	PDT, PT, PPS, PMN, PC do B	Ex-prefeito de São Luís Jackson Kepler Lago (PDT)
	PSTU	Francisco das Chagas Alves do Nascimento

Fonte: O Estado do Maranhão, São Luís, 10 jul. 1994. Caderno Política, p. 3.

As posições que os principais agentes em disputa no campo político detêm – senador, deputada federal, ex-prefeito de São Luís – adquirem força no campo político para arregimentar maior ou menor número de partidos políticos que compõem as três coligações políticas. A chamada *Coligação Frente Popular*, liderada pelo PFL, detém o número mais significativo de partidos políticos orbitando à sua volta, a exemplo da presença do PMDB no seu quadro, sendo este um partido político com elevado *quantum* de capital político nacional e local.

É essa coligação política que traz o nome de Roseana Sarney Murad como candidata ao Governo do Estado do Maranhão, tendo o então governador José Ribamar Fiquene (PFL/MA) um dos principais porta-vozes autorizados nessa coligação formada por sete partidos políticos.

O *adversário mais próximo*¹¹⁵ aqui não é aquele que detém a sustentação de cinco partidos políticos – o ex-prefeito de São Luís, Jackson Lago – mas, Eptácio Cafeteira que congrega em torno de sua candidatura três partidos políticos.

Avaliar o número de partidos não é suficiente para aumentar a força política de uma coligação, resta lembrar que as posições políticas atual e anteriormente assumidas pelos candidatos têm um peso maior: Eptácio Cafeteira já havia sido governador do Maranhão (1987-1990), tendo por dois anos como componente do quadro burocrático no seu governo, Jackson Lago, na posição de Secretário de Estado da Saúde.

¹¹⁵ A noção operacional de *adversário mais próximo* é usada por mim para aquele candidato que detém um *quantum* de capital significativo e dotado de eficácia simbólica não desprezível no cômputo geral das correlações de força no campo político em relação a um dado adversário.

As eleições de 1998 trouxeram um reordenamento em termos de partidos políticos ligados à composição de novas coligações políticas, com o diferencial de que Roseana Sarney Murad era Governadora de Estado, candidata à reeleição:

Quadro 8 – Disposição dos candidatos ao Governo do Estado em 1998 através das coligações políticas

Coligação	Partidos Componentes	Candidato (a) ao Governo de Estado
Maranhão Muito Mais	PFL, PMDB, PAN, PC do B, PL, PRP, PRTB, PSC, PSD, PSDC, PST, PTB	Governadora de Estado Roseana Sarney Murad (PFL)
Frente Ética pela Liberdade do Maranhão	PPR, PPB, PDT, PMN, PRN, PSB, PSDB, PT do B, PSL	Epitácio Cafeteira Afonso Pereira (PPB)
Frente Ética pela Justiça	PT e PCB	Domingos Dutra (PT)
	PSTU	Marcos Silva (PSTU)
	PV	Marcos Igreja (PV)

Fonte: O Estado do Maranhão, São Luís, 23 jul. 1998. Caderno Política, p. 3.

A composição das coligações políticas para as eleições de 1998 sofre mudanças em relação àquelas de 1994. A *Coligação Maranhão Muito Mais* que foi liderada pelo PFL, partido político da então governadora Roseana Sarney Murad, candidata à reeleição, é composta dos cinco partidos daquela coligação das eleições de 1994 – PFL, PMDB, PTB, PRP, PP, PSC e PL – acrescida de mais seis partidos políticos: PAN, PC do B, PRTB, PSD, PSDC e PST.

Essa conjuntura das alianças partidárias em alinhamento numa coligação política ampla tende a demonstrar as condições de arregimentação de mais partidos políticos por força de dois fatores: o primeiro, o fato de que a candidata era a governadora de Estado, propondo-se à reeleição; o segundo, ligado intrinsecamente ao primeiro, o fato de que Roseana Sarney Murad na posição que exerce no campo político ter a seu favor os dispositivos e os quadros burocráticos e administrativos do Estado, ou seja, deter o poder de realçar o mecanismo de cooptação de outros partidos políticos, pela distribuição de cargos e postos-chaves no seu governo, a exemplo da inserção do membro do PC do B, Marcos Kowarick como gestor do ITERMA, no período de 1994-1998.

A ampliação do número de partidos resulta na ampliação do horário eleitoral gratuito para a propaganda dirigida pela *Coligação Maranhão Muito Mais*, representando um

tempo maior para essa propaganda midiática. Representa, também, a dinâmica peculiar do campo político, inclusive pela fragilidade de laços políticos em *tempo de política*, tempo que promove novas rupturas e novas adesões políticas pelos agentes sociais que estão no jogo.

Roseana Sarney Murad nas eleições de 1998 enfrenta o mesmo adversário, o *adversário mais próximo*, Eptácio Cafeteira, que migra do PPR para o PPB e obtém o apoio de mais cinco partidos políticos: PPB, PDT, PMN, PT do B, PSL, totalizando oito partidos políticos aglutinados em torno da *Coligação Frente Ética pela Liberdade do Maranhão*.

A particularidade dessa composição é o deslocamento do PDT, então alinhado PT, nas eleições de 1994, que orbitava em torno da candidatura de Jackson Lago. Aqui, em 1998, o PDT considerado um “partido de esquerda” se torna aliado da candidatura de Eptácio Cafeteira, o qual nas eleições anteriores obteve um substancial número de votos, capaz de estar a serviço do aumento de capital político do candidato.

Há de se considerar, também, que partidos novos aparecem em uma e outra coligação por força da Lei n. 9.096/95, promulgada em 19 de setembro de 1995, criando novas agremiações partidárias, as quais contavam apenas com um registro provisório deferido pelo TSE, ainda respaldado na Lei n.5.682/71 (BRASIL, 2004).

A primeira candidatura de Roseana Sarney Murad foi confirmada oficialmente no dia 28 de maio de 1994, na sede do clube social “Lítero Maranhense”, numa grande festa, um ritual performático que reuniu lideranças políticas e empresariais para sagrar, e pelo ritual, consagrar, a candidatura de Roseana Sarney Murad ao Governo do Estado do Maranhão.

A marca dessa festa política foi a presença do *pai biológico, social e político* de Roseana Sarney Murad, José Sarney, o que significa a presença do reiventor do *Maranhão Dinástico*, repleto de pompas e circunstâncias de um apoio por ele sempre classificado como “discreto”.

Não obstante, essa *performance* pessoal de José Sarney foi enfatizada no decurso da campanha política da candidata de Roseana Sarney Murad, a exemplo de uma análise jornalística que resume o essencial desse ritual político:

O Senador José Sarney esteve em Pedreiras na noite de sábado.

Sua programação inicial visava apenas contatos políticos.

Mas o povo lotou a praça e fez uma grande festa com o líder. (O Estado do Maranhão, São Luís, 11 out. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

No dia seguinte à convenção, a narrativa do acontecimento confirmou o caráter festivo em que se transformaram as eleições políticas e suas respectivas campanhas:

A deputada federal Roseana Sarney foi oficialmente confirmada como candidata ao Governo do Estado, na manhã de ontem, em meio a uma vibrante festa popular que lotou completamente as dependências do Grêmio Líteo Recreativo Português, no bairro do Anil. A homologação da candidatura de Roseana e do deputado federal José Reinaldo Tavares, candidato a vice-governador, transformou as convenções da Frente Popular num acontecimento histórico [...]. (O Estado do Maranhão, São Luís, 29 maio 1994. Caderno Política, p. 2, grifos meus).

Ao conjugar a um só tempo, “festa popular” e “acontecimento histórico”, é provável que Roseana Sarney Murad tenha aberto o espaço necessário para colocar à prova a eficácia simbólica do *Maranhão Dinástico*.

E ainda mais, todo o discurso de lançamento de candidatura gravitou em torno da pessoa Roseana Sarney Murad, confirmando o que Sennett (1988, p. 351, grifos meus) denomina de “sistema de estrelato”:

[...] a evolução da política da personalidade pode ser condenada em termos éticos. É uma sedução incivilizada de pessoas, desviando-as do pensamento a respeito daquilo que poderiam ganhar ou mudar na sociedade. Um julgamento ético semelhante da personalidade artística seria deslocado. O conteúdo de uma arte de representação não é trivializado pela percepção da personalidade que trabalha dentro dela. A ruptura entre o palco moderno e as ruas está nessa descontinuidade: é uma ruptura dentro da própria substância da expressão nos dois domínios. Em termos de estrutura social, todavia, existe uma conexão entre a política e as artes hoje, que é diretamente criada pela cultura da personalidade.

Sem dúvida, um dos elementos essenciais da *festa* (DUVIGNAUD, 1999), das campanhas eleitorais como eventos festivos os quais parecem suspender as hierarquias, dando a falsa idéia de homogeneidade e de igualdade entre as pessoas, é a *cultura da personalidade* ou o *sistema de estrelado*, nas palavras de Sennett (1988). E para um projeto dinástico, esse estreitamento entre festa, personalidade e substantivação da política são fatores que podem corroborar para a dinâmica da reatualização do *Maranhão Dinástico*.

Tomando por base a idéia de que as eleições são eventos hiperbólicos, festivos, suspendendo o cotidiano através de uma intrincada rede de significados (*web of meanings*) e símbolos profusos, as formas dadas a isto são construídas midiaticamente, ainda mais considerando a posição do jornal que faz a notícia. Deste modo:

Perante essas condições estruturais de qualquer teologia, que encontramos na comunicação? O falso consenso marcado por um pluralismo sem discussão. A ausência de leitura do símbolo no signo e, a ausência do sentido, tanto mais que a questão do mal é posta: tudo é bom, porque o mal é visto à distância [...]. Ora, essa participação é um logro, esse olhar e esse ouvir não tem nenhuma possibilidade de agir sobre o que está sendo mostrado. (SFEZ, 1990, p. 229, grifos meus).

Em 1994, tendo como logotipo da campanha, o destaque da letra “R” do seu pré-nome, Roseana Sarney Murad se institui em marketing através da logomarca “R”. Esta é associada às palavras de ordem de sua campanha: *TR**abalho* e *Solida**R**iedade*, ambas com significados bem delimitados pelos produtores dos discursos oficiais da candidata: “‘Ter trabalho não pode ser um privilégio’, proclama, com firmeza, a deputada Roseana Sarney, a propósito da preocupação central de seu programa de governo – o desemprego”. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 10 nov. 1994, grifos meus).

Ou, conforme está posto na questão que qualifica de “solidariedade”:

Solidariedade é a motivação básica do programa social do plano de governo proposto pela candidata da Frente Popular ao Governo do Estado, deputada Roseana Sarney.

[...]

O programa imaginado por Roseana começa com um completo cadastramento das famílias carentes de todos os rincões do Maranhão. Num primeiro momento, será posta em prática uma versão maranhense do Programa do Leite, que será reforçado com a distribuição de pão a essas famílias.

[...]

Outra face do Programa Solidariedade, segundo Roseana, será a assistência no campo da saúde, que garantirá acompanhamento médico, sobretudo às crianças, com reforço da distribuição de medicamentos.

[...]

A terceira face do programa se baseia na estrutura educacional, com instalação de creches, com professores treinados para educar meninos de rua, planejamento familiar, assistência jurídica gratuita, merenda escolar controlada por nutricionistas, de acordo com hábitos regionais, programas de hortas comunitárias, entre outras ações no âmbito da família.

[...]

Roseana Sarney define o espírito do Programa Solidariedade: ‘Esse programa será um passo fundamental para o resgate da cidadania. O seu sucesso será decisivo para a preparação do Maranhão do século XXI. Temos que fazer um estado mais forte social, econômica e politicamente. Esse é o meu desafio. Estou preparada para enfrentá-lo, podem ter certeza’. (O Estado do Maranhão, São Luís, 10 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Aliando um atributo pessoal, a provável sensibilidade materializada no que denomina de “solidariedade”, a então candidata reforça o atributo auto-instituído do “preparo” para governar, autoproclamando-se assim, a candidata “ideal” para exercer as funções de Estado.

Como diz Balandier (1999), nas sociedades modernas prevalece a argumentação sobre a demonstração, e nesse caso, argumentar sobre a “solidariedade” como um mote fundante de um “plano de governo” da candidata congrega, a um só tempo, a tentativa de racionalizar as ações de governo com as emoções públicas, tendo em vista que “solidariedade” é muito mais ligada a essas emoções do que ao explicável, ao racional. E

Roseana Sarney Murad, nas duas campanhas ao Governo do Estado do Maranhão, não poupa o apelo emocional, o drama construído em cima das suas próprias emoções da vida privada.

Na campanha eleitoral de 1998, quando ocupava a posição de governadora de Estado e era candidata à reeleição, o jornal O Estado do Maranhão enfatizou a dramaticidade da *performance* da candidata nesse segundo momento:

A governadora e seus familiares ficaram sensibilizados com o gesto de carinho e amizade demonstrado pelo presidente Fernando Henrique, durante o período em que ela permaneceu em São Paulo, sob os cuidados de uma equipe médica [...]. Fernando Henrique telefonava quase diariamente para o Incor, pediu à esposa, dona Ruth que a visitasse por duas vezes, e ele próprio foi a São Paulo para uma visita especial. (O Estado do Maranhão, São Luís, 13 ago. 1998. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Nesses *tempos de política*, 1994 e 1998, a mídia local, principalmente o *Complexo Mirante de Comunicação* foi uma das estratégias mais eficazes e pertinentes nas campanhas eleitorais de Roseana Sarney Murad através de manchetes hiperbólicas, editoriais, artigos, notas, comentários em colunas políticas e sociais, charges, notícias consideradas novidadescas, como se fosse a primeira vez que estivessem existindo naquele campo específico. Em 2004, após Roseana Sarney Murad ter sido pré-candidatada do PFL às eleições presidenciais de 2002, um jornalista em análise referida ao complexo midiático de propriedade da família de José Sarney, enfatiza tal estratégia:

O fenômeno Roseana merece transformar-se em caso de marketing. Ao longo de sete anos, sendo ela governadora e dona de grande parte dos meios de informação no estado (56 emissoras de rádio e TV estão em seu nome e do irmão Fernando, segundo o Dentel, sua imagem foi cuidadosamente trabalhada em peças publicitárias associando-a a um Maranhão virtualizado, moderno, no rumo de um desenvolvimento cosmopolita, completamente alheio ao verdadeiro Maranhão agrário e subdesenvolvido revelado com crueza pelos números do IBGE. (MENDES, 2004, p. 3, grifos meus).

Também fica sublinhado aqui, o monopólio do complexo de comunicação – *Sistema Mirante de Comunicação* – no jogo político eleitoral. É esse sistema de comunicação quem colabora para a extensão do horário político eleitoral. Ele permite que a candidata utilize tempo de exposição além do que é instituído pela legislação eleitoral, o que se dá através de sucessivas e diárias inserções noticiosas sobre a candidata e a sua agenda, a candidata e a sua *performance* enquanto tal.

Este é um ponto que se torna referencial e distintivo de Roseana Sarney Murad em relação aos demais candidatos que não contam com esse espaço de publicidade eleitoral, por

assim dizer, bem mais ampliado e difuso. Aqui a *taxa de mais valia política* da candidata se mostra:

Para tentar ajudar ser candidata do PFL, o grupo político do senador Sarney montou um esquema para conseguir esticar a propaganda eleitoral gratuita além do limite permitido pela lei, que foi a noite do último sábado.

Anteontem, véspera da eleição, o telejornal da TV Mirante (retransmissora da Rede Globo), que pertence à família Sarney, repetiu cenas e acusações que haviam sido feitas contra Cafeteira no programa gratuito de Roseana.

O grupo Sarney domina uma rede de 12 emissoras de televisão e 30 emissoras de rádio. A maioria dessas emissoras promoveu na noite de anteontem várias edições extras dos seus telejornais para anunciar que as pesquisas apontavam vantagem para Roseana contra Cafeteira.

Ontem assessores de Cafeteira divulgaram uma fita de vídeo, com um depoimento de Sarney, que teria sido vinculada por intermédio de ‘tevéis piratas’ em municípios do interior onde não chegam os sinais das emissoras do grupo sarneyzista.

[...]

Sarney teria aparecido aos eleitores momentos antes do ‘Jornal Nacional’. (SÁ. Folha de São Paulo, São Paulo, 16 nov. 1994. Caderno Especial, p.14, grifos meus).

Por outro lado, como exigência da atualização das regras do campo político, cujo dinamismo é sua marca maior, o atributo “socióloga”, que acompanhava o nome de Roseana Sarney Murad na campanha eleitoral para deputada federal em 1990, praticamente desaparece em 1994 - por isso que o classifico de *capital volátil*, de curta e circunscrita duração – para ceder lugar ao atributo do campo político “deputada federal”, cujo peso é bem maior que o atributo anterior. É uma espécie de indicação de pertencimento e de identificação com o campo político, no jogo político e nas suas regras.

Detectei apenas duas referências à candidata consignada como “socióloga”. Uma proclamada pelo advogado e jornalista Sérgio Tamer: “Quem melhor demonstrou isso [programa de governo], com seriedade e autêntico espírito público do que a socióloga Roseana Sarney?” (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 4, 14 nov. 1994, grifos meus).

E, também, por um jornal de São Paulo: ‘A socióloga e deputada federal Roseana Sarney (PFL-MA), 41, deve ser a primeira governadora eleita do país’. (Folha de São Paulo, São Paulo, p. 1, 17 nov. 1994, grifos meus).

Quando se trata de investir nas regras do jogo político, há de se notar que estão envolvidas estratégias de campanhas e dispositivos políticos, os quais inscrevem no campo de correlação de forças, os traços peculiares de cada uma das campanhas, dos momentos, das disposições dos agentes políticos envolvidos no jogo.

Essas estratégias e dispositivos conferem ao campo político tanto sua relativa autonomização, quanto o movimento similar a um campo magnético que não tem configuração *a priori*, mas se delimita na correlação de forças. A seguir, distingo essas

estratégias que compõem como um todo a *performance* eleitoral de Roseana Sarney Murad nas campanhas ao Governo do Estado em 1994 e 1998, estratégias essas que se diversificam conforme as exigências do campo político em momentos distintos.

3.3 A Construção do Escândalo em *Tempo de Política: a desqualificação do adversário mais próximo*

O senador Eptácio Cafeteira não escondeu seu estado de ânimo quando foi cumprir o dever do voto.

O candidato do PPB estava visivelmente abatido, nada parecido com o Cafeteira que votou em 94.

O baixo astral era visível também entre os assessores que o acompanhavam. (O Estado do Maranhão, São Luís, 11 jan. 1999. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Aí está uma transcrição que serve para ser uma amostra de como as campanhas eleitorais trazem no seu bojo o elemento da dramaticidade, o *agôn* (BALANDIER, 1999) que são os confrontos nos campos de manifestação do poder.

À época da campanha eleitoral de 1998, Roseana Sarney Murad encontrou-se, na maior parte do tempo, com graves problemas de saúde, mas nem por isso, deixou de haver campanha e de ela ter sido reeleita.

Neste item, ênfase que o embate com o *adversário mais próximo* se tornou essencialmente dramático e agonístico. Pelas palavras fizeram-se atos, afetos e desafetos que compuseram a cena política. Imprescindíveis também como regra do jogo político, as polissemias e as ambigüidades por vezes diluídas em aparentes consensos.

Aquele momento foi uma especificidade dentro do momento das eleições de 1998 por se tratar de um acirramento que envolveu, essencialmente, a dimensão privada das vidas dos candidatos, diferentemente da campanha eleitoral de 1994, que contou com a participação pessoal da candidata Roseana Sarney Murad.

Conforme será visto mais adiante, a campanha eleitoral de 1994 exigiu significativamente mais recursos e estratégias de desqualificação do *adversário mais próximo*, Eptácio Cafeteira, ameaça mais contundente à vitória nas urnas de Roseana Sarney Murad do que a campanha eleitoral de 1998.

Nessa última, a candidata afetada pelos problemas de saúde se fez representar pelos *jingles* e pelas imagens em *outdoors* e em meios de comunicação. Aqui também houve uma participação mais direta do seu pai, José Sarney. A campanha eleitoral de 1998 reinaugurou uma forma direta de manifestação do poder dinástico.

Para produzir formas de manutenção de uma ordem¹¹⁶ política ainda mais acentuadamente nos momentos de *crise* (TAMBIAH, 1996) foi preciso criar estratégias e redimensionar a prática política.

Houve acirramento das tensões das forças sociais e políticas em correlação constante e da possibilidade premente de acontecer uma derrota formal da manipulação do poder pelos agentes que compõem o *Maranhão Dinástico*. Nesse ponto, as aparências – rituais de dramatização do poder político e a construção de escândalos políticos (THOMPSON, 2002) – são instrumentos de considerável *eficácia simbólica* (MAUSS, 1980; LÉVI-STRAUSS, 1996) da reprodução do trabalho de dominação política, bem como de rearticulação/redefinição dos mecanismos de coesão de grupos sociais. Assim:

[...] essas lutas pela reputação não são apenas uma questão de honra e orgulho pessoal, pois o que está em jogo nessas lutas é, entre outras coisas, certa forma de recurso que as pessoas podem acumular, cultivar, proteger. É um recurso valioso que possibilita às pessoas exercer o que chamo de *poder simbólico*, com o qual quero significar a capacidade de empregar formas simbólicas para intervir e influenciar o curso da ação dos acontecimentos. (THOMPSON, 2002, p. 50, grifos meus).

Nas aparências do poder, isto é, o que é visível, o que é mostrado, o que é construído para ser revelado, tende a ser desqualificado habitualmente através da possibilidade de construir imagens (charges, fotos, por exemplo), fatos, acontecimentos que permitam a reprodução de um projeto de dominação política que é o *Maranhão Dinástico*.

Nas eleições de 1990, quando Roseana Sarney Murad foi candidata à deputada federal pelo PFL-MA, o alvo maior, ou como diz a expressão cunhada por Bailey (1971, p. 19) – “*The prime competitor – the first enemy – is frequently the man nearest to in rank*” –, era o ex-governador do Maranhão, João Castelo (PDS) em relação ao candidato Edison Lobão (PFL/MA), que representava o projeto político do *Maranhão Dinástico*, embora o também candidato ao Senado Federal, Eptácio Cafeteira¹¹⁷ estivesse no jogo de competições no campo político.

Em 1994, é o senador Eptácio Cafeteira (PPR/MA) que detém a posição de candidato ao Governo do Maranhão em oposição à deputada federal Roseana Sarney Murad,

¹¹⁶ Assinalo que a noção de *ordem simbólica* a qual emprego de forma freqüente não está referida a uma composição homogênea e consensual da realidade social construída, mas ao contrário, a *ordem simbólica* reivindica um complexo de ambigüidades e dissensões que movem e que resultam da luta pelo poder.

¹¹⁷ Funcionário aposentado do Banco do Brasil, ex-prefeito de São Luís, ex-deputado estadual e federal, Ex-Governador do Maranhão (1987-1991) na época que José Sarney foi Presidente da República (1985-1990). Foi também Senador da República pelo Maranhão.

que se torna candidata ao Governo do Estado pela *Coligação Frente Popular*. Concorre também ao pleito o ex-prefeito de São Luís, Jackson Lago (PDT/MA).

É Epiácio Cafeteira quem representa o *adversário mais próximo*, ou seja, aquele que pode atrapalhar significativamente – através da propriedade de um conjunto de capitais simbólicos detendo peso e volume no campo político – a *ordem de sucessão* de um projeto dinástico.

Com esse adversário, há o que chamo de *crise de oscilação no trabalho de dominação política* do projeto político *Maranhão Dinástico*: quando a *taxa de lucro político* dá indícios de declínio, em função do aumento de capitais em níveis praticamente iguais do *adversário mais próximo*, acompanhada de reivindicações similares, proporciona o embate agonístico e a construção de escândalos políticos de intensidade e densidade significativas.

No entanto, o que a primeira vista parece um completo dissenso, trata-se de uma pseudo-ruptura, porque o produto posto em disputa é o mesmo – a reeleição – e porque os meios também não são diferentes em essência.

Outro elemento que permite pensar em pseudoclivagens entre os adversários é o fato de que os projetos políticos em disputa estão conformados no âmbito dos projetos pessoais e das formas de práticas políticas também pessoais.

As disputas aparecem compostas de questões de cunho pessoal, da dimensão do privado: sentimentos de ingratidão, desonestidade, desonra, intimidação, sordidez, jocosidade, insensibilidade e estigmas, esteriótipos sobre idade, força física, vícios, etc. A lógica do campo político abomina o que poderia ser regra racional em outros campos de poder, como a ética, por exemplo.

Um dos adjetivos que melhor comporia a desqualificação do então senador candidato¹¹⁸ seria, sem dúvida, o chamado “atraso” do adversário ao escolher uma “música surrada” e ser essa música de um compositor/cantor de fora, não pertencente à *dême*, como foram os *jingles* da campanha de Roseana Sarney Murad composto e cantado pelos designados “músicos da terra”: “O senador Epiácio Cafeteira resolveu dar uma guinada musical. Arquivou o ‘hino’ que vinha embalando suas campanhas desde 86 e tirou do baú um surrado samba interpretado por Beth Carvalho”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 1 set. 1998. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

¹¹⁸ Cumpre ressaltar que Epiácio Cafeteira anteriormente foi aliado político de José Sarney quando este exercia a Presidência da República (1985-1991) e o primeiro era governador do Estado do Maranhão (1987-1990). Em final de 2005, reatou a aliança política com José Sarney.

Nas eleições de 1994 ao cargo de governador de Estado, houve o que denomino de um *embaraço na transmissão parental do capital simbólico*: a vitória eleitoral de Roseana Sarney Murad só ocorreu no segundo turno, tendo em vista que no primeiro turno a margem diferencial de votos foi muito pequena em relação ao *adversário político mais próximo*, Epitácio Cafeteira.

Nos dois turnos das eleições de 1994 há um *abalo na casa do rei* (GONÇALVES, 2003), ou seja, o projeto político do *Maranhão Dinástico* é posto em xeque, porquanto a propalada vitória no primeiro turno da candidata Roseana Sarney Murad não aconteceu como anunciam, inclusive, as notícias do O Estado do Maranhão¹¹⁹ (São Luís, 18 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus): “De acordo com o Ibope, Roseana, candidata da Frente Popular, lidera as pesquisas com a marca espetacular de 45% das intenções de voto. O Senador Cafeteira, da União pelo Maranhão, aparece com 32% e o ex-prefeito, Jackson Lago, da Frente Ética ficou com 8%”.

O discurso acima informa o *e(lector)* sobre a provável eleição de Roseana Sarney Murad no primeiro turno das eleições e há, também, no próprio escopo do título da reportagem – Sarney vibra com o tetra e comenta pesquisa do IBOPE –, uma junção decodificada de forma imediata por esse *(e)lector*: “política” e “futebol” anunciados por um agente consagrado no campo político: José Sarney.

Este foi o resultado do primeiro turno da eleição majoritária de 1994:

Quadro 9 - Resultado do 1º turno das eleições de 1994 para o Governo do Estado do Maranhão

Candidato	Partido	Votação	Votos Válidos
Roseana Sarney Murad	PFL	541.005	47,18%
Epitácio Cafeteira Afonso Pereira	PPR	353.002	30,79%
Jackson Kepler Lago	PDT	231.528	20,19%
Francisco das Chagas Alves Nascimento	PSTU	21.061	1,84%

Fonte: TRE-MA (2005)

¹¹⁹ Para sustentar a análise: “Os não-profissionais se tornam as testemunhas potenciais de eventos que transpiram do subcampo político e, às vezes, os alvos de mensagens intencionais a modelar seu entendimento e transformá-los em aliados potenciais nas lutas políticas. Eles constituem uma espécie de *público espectador* – isto é, indivíduos que, na maior parte das vezes, não participam diretamente dos acontecimentos que se desenrolam no subcampo político, mas que podem formar uma opinião [...]”. (THOMPSON, 2002, p. 135, grifo do autor).

No segundo turno da eleição de 1994, utilizando estratégias e dispositivos mais enfáticos sob o ponto de vista do impacto de ações junto ao (*e*)*leitor*, os resultados foram esses abaixo, muito embora a diferença entre ambos candidatos tenha sido pequena:

Quadro 10 – Resultado do 2º turno das eleições de 1994 para o Governo do Estado do Maranhão

Candidato	Partido	Votação	Votos Válidos
Roseana Sarney Murad	PFL	753.901	50,61%
Epitácio Cafeteira Afonso Pereira	PPR	735.841	49,39%

Fonte: TRE –MA (2005)

Entre um turno e outro, houve um salto pouco significativo da candidata Roseana Sarney Murad em relação ao *adversário mais próximo*, Epitácio Cafeteira, haja vista que ela obteve uma pequena diferença na margem dos votos – 541.005 dela contra 353.002 do adversário no primeiro turno.

No segundo turno, tornou-se ainda menor essa diferença, ou seja, foram exatos 18.060 votos, resultado de estratégias e dispositivos de campanha eleitoral bem mais acirrada e tensa, conforme análises posteriores.

Em 1998, houve apenas um turno nas eleições majoritárias no Maranhão, com o resultado esboçado a seguir:

Quadro 11 – Resultado Final das eleições de 1998 para o Governo do Estado

Candidato	Partido	Votação	Votos Válidos
Roseana Sarney Murad	PFL	1.005.339	66,01%
Epitácio Cafeteira Afonso Pereira	PPR	401.439	26,35%
Domingos Dutra	PT	97.510	6,40%
Marcos Igreja	PV	10.563	0,69%
Marcos Silva	PSTU	8.296	0,54%

Fonte: TRE – MA (2005)

Nas campanhas eleitorais para o governo de Estado do Maranhão – 1994 e 1998 – as formas de desqualificar o *inimigo mais próximo* são diferentes e de intensidade desiguais.

As estratégias usadas são distintas o que mostra que os momentos e os dispositivos postos em jogos são diferentes também.

Em 1994, a campanha eleitoral para o Governo do Estado foi aquela que desenvolveu um intenso embate político, repleta de ataques e contra-ataques, de posições e contraposições a favor de um ou outro candidato, com ares de dramaticidade intensa, subsidiada principalmente pela dimensão midiática.

A campanha eleitoral de 1998 pode ser considerada uma campanha menos intensa em relação aos ataques pessoais e mais carregada de dramaticidade com elementos da vida pessoal da candidata, exacerbada pela publicização intensiva do estado de saúde frágil de Roseana Sarney Murad. Tratou-se de um trabalho em que não houve necessidade de produção de um escândalo político de proporções exageradas como estratégia de campanha eleitoral. Nesta, muito mais sutil foi a estratégia usada, tendo em vista que foi sustentada nas emoções pessoais que dominaram esse *tempo de política*, influenciando poderosamente os (*e*)leitores porque:

[...] a expressão das emoções é sempre uma linguagem e como tal ela constrói seus códigos a partir de materiais e modelos que lhe fornece a cultura em que se manifesta. Portanto, na medida em que os comportamentos emocionais constituem assim uma linguagem, é perfeitamente legítimo esperar que elas variem quando se passa de uma sociedade à outra. (MENEZES, 2002, p. 8, grifos meus).

As emoções como linguagem, transmitem mensagens e no caso específico, contextualizado das eleições de 1998, o que falou mais alto foi a relação entre o estado de saúde da candidata Roseana Sarney Murad – passou por várias cirurgias e complicações delas advindas – e a representação social da imagem política da candidata como uma mulher “forte e guerreira”, cantada por Alcione Nazareth num dos *jingles*¹²⁰ de sua campanha:

Mulher forte, mulher guerreira,
Primeira governadora brasileira
Uma nova geração que trabalha
Com seriedade, transparência e honestidade
É Roseana, o governo que faz
Pra fazer muito mais pelo nosso cidadão
É Roseana, o governo que faz
Pra fazer muito mais pelo nosso Maranhão
É Roseana Sarney, Roseana Sarney
Outra vez
Pra fazer muito mais (GERUDE NETO, RONALD PINHEIRO. Roseana Sarney 1998).

¹²⁰ O CD – ROM de sua campanha à reeleição em 1998 é composto por dezesseis jingles, cantados por diversos artistas do Maranhão e apresentando ritmos variados como samba, toadas, xotes, forró.

Em 1994, os agentes políticos ligados à *Coligação Frente Popular* que disputava com Roseana Sarney Murad o cargo para o Governo de Estado, construíram através da mídia, dos programas eleitorais, das entrevistas, dos discursos, dos pronunciamentos e através de um farto e poderoso signo jocoso que são as charges, um processo fabricado de desqualificação do adversário.

A desqualificação pública foi centrada no candidato Eptácio Cafeteira e se deu notadamente pela construção dos escândalos políticos – a chamada “Operação Granville” no primeiro turno e o chamado “Caso Reis Pacheco”, no segundo turno das eleições de 1994, os quais foram se intensificando à medida que o projeto de eleição em primeiro turno da candidata Roseana Sarney Murad não se configurava na prática – somente no discurso enunciado com forte teor da crença nas chamadas “pesquisas de opinião”.

Criou-se aquilo que chamo de uma arena de lutas políticas acirradas, com farta densidade de elementos pessoais de ambos os candidatos, substantivada pelos meios de comunicação: “A primeira função que um jornal preenche é a que anteriormente o falatório desempenhava na aldeia.” (PARK, 1979, p. 61, grifos meus).

Uma das formas mais significativas de tratar sobre a chamada “honra” do adversário político é a produção de charges que são frequentemente expostas nas páginas dos jornais. Por isso, elas têm no jogo das eleições políticas um peso relativo ao processo de desqualificação do adversário, principalmente, do *adversário mais próximo*.

As charges são indicativos de densidade simbólica, em torno das quais gravitam muito mais as imagens que as palavras. Escolhi algumas delas, veiculadas no Jornal O Estado do Maranhão que tendem a desqualificar o *adversário mais próximo* Eptácio Cafeteira através de diversas formas: alcoolismo, velhice, corrupção, desonestidade, candidato que fala mentira, sendo Roseana Sarney Murad portadora de “qualidades” ausentes no adversário desqualificado.

As charges são, assim, poderoso instrumental simbólico (VELHO, 1999), um paradigma que está relacionado à capacidade de difusão e contaminação de uma linguagem gráfica que é utilizada e decodificada imediatamente pelo (*e*)leitor.

São instrumentos eficazes na condução e viabilização do projeto dinástico de práticas políticas no caso das eleições para o Governo do Estado do Maranhão em 1994, quando houve uma possibilidade de abalo na “casa do rei”.

Dessa forma, as charges são instrumentos à disposição da leitura que induz a chamada “opinião pública”¹²¹ confirmar, conhecer, concordar ou não com o que fala a linguagem iconográfica.

As charges são instrumentos de organizar a conduta política pelo viés das emoções, tendo em vista que o que se encontra em jogo são os padrões de referência à moralidade e conduta ética do candidato adversário.

O desenho de proporções caricaturais e uma ou outra palavra (a regra é “economizar palavras”) tornam a mensagem direta e agradável (geralmente portam um tom jocoso, interessante sob a ótica de uma determinada crítica a ser feita) ao (*e*)leitor e assim cumpre com o papel de desqualificar um candidato pela qualidade do outro, inclusive.

De um lado, Roseana Sarney Murad, arauto da “moralidade” e “ética” política, de outro, Epitácio Cafeteira, fabricado midiática e politicamente em oposição às “virtudes políticas e pessoais” da então deputada federal (PFL-MA).

Epitácio Cafeteira seu *adversário mais próximo* e que por ameaçar, na qualidade de desafeto, a vitória de Roseana Sarney Murad, é alvo primeiro das charges diárias no jornal O Estado do Maranhão, todas assinadas pelo cartunista chamado Cabral.

Há um senão a considerar: com a necessidade de um segundo turno nas eleições majoritárias no Maranhão, contrariando o que os agentes profissionais e profanos a serviço do *Maranhão Dinástico* “previam”¹²² em quase estado de *onipotência de pensamento*, as charges referidas ao mês de novembro de 1994 foram as que mais qualificativos desonrosos tiveram. Não se contentou o cartunista Cabral com as imagens, a elas foram acrescentadas palavras que vêm enfatizar o que de fato mostravam as charges.

As charges, editadas nas edições do Jornal O Estado do Maranhão no percurso do *tempo de política* em 1998, tendem a demonstrar as prováveis “qualidades” da candidata à reeleição ao Governo do Estado do Maranhão, Roseana Sarney Murad, porém sem apresentar diretamente desqualificativos desonrosos em quantidade e intensidade relacionados ao *adversário mais próximo*, Epitácio Cafeteira.

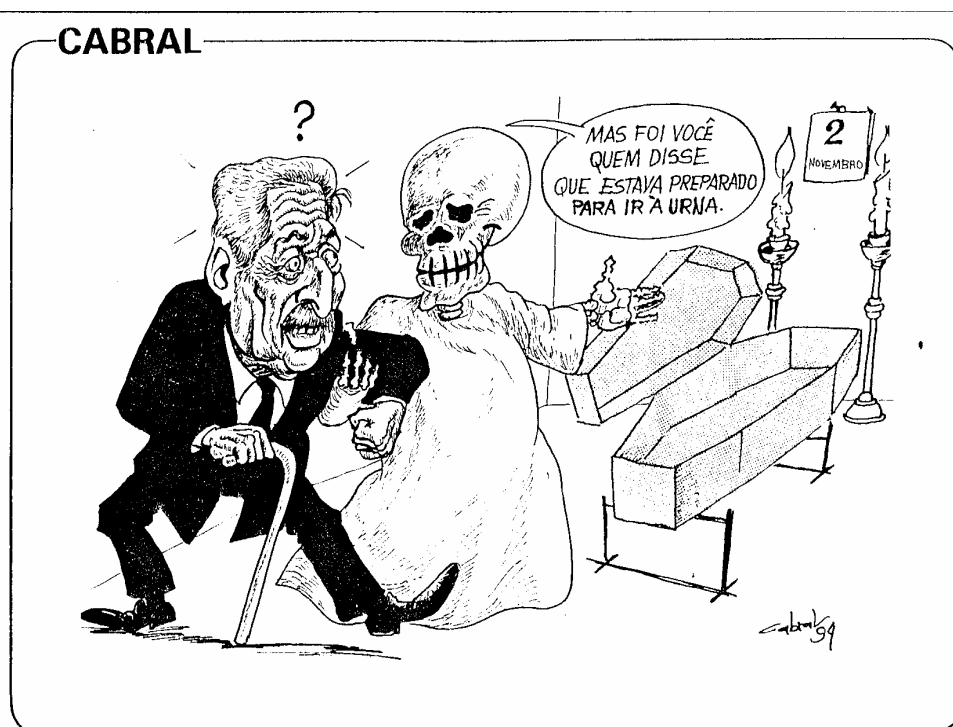
Naquele pleito, Roseana Sarney Murad apresentava seu governo anterior (1994-1998) como o próprio discurso e como uma das estratégias de campanha eleitoral.

¹²¹ Disse Bourdieu (2002, p. 89): “[...] une des problèmes majeurs de toute action politique, à savoir de constituer comme telle et l’opinion individuelle et ce qui peut être présent notamment au travers de la délégation comme une opinion collective”.

¹²² Para exemplificar: “Se a eleição fosse hoje, a candidata da Frente Popular, Roseana Sarney sairia vencedora.” (Jornal O Estado do Maranhão, São Luís, 12 nov. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Trabalho aqui com oito charges editadas no mês de novembro de 1994, pelo jornal já aludido, mês em que o ritual agonístico em *tempo de política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995) ficou mais pungente, mais visível e mais agressivo.

Figura 4 – Charge 1



Fonte: CABRAL. O Estado do Maranhão, São Luís, p. 4, 2 nov. 1994

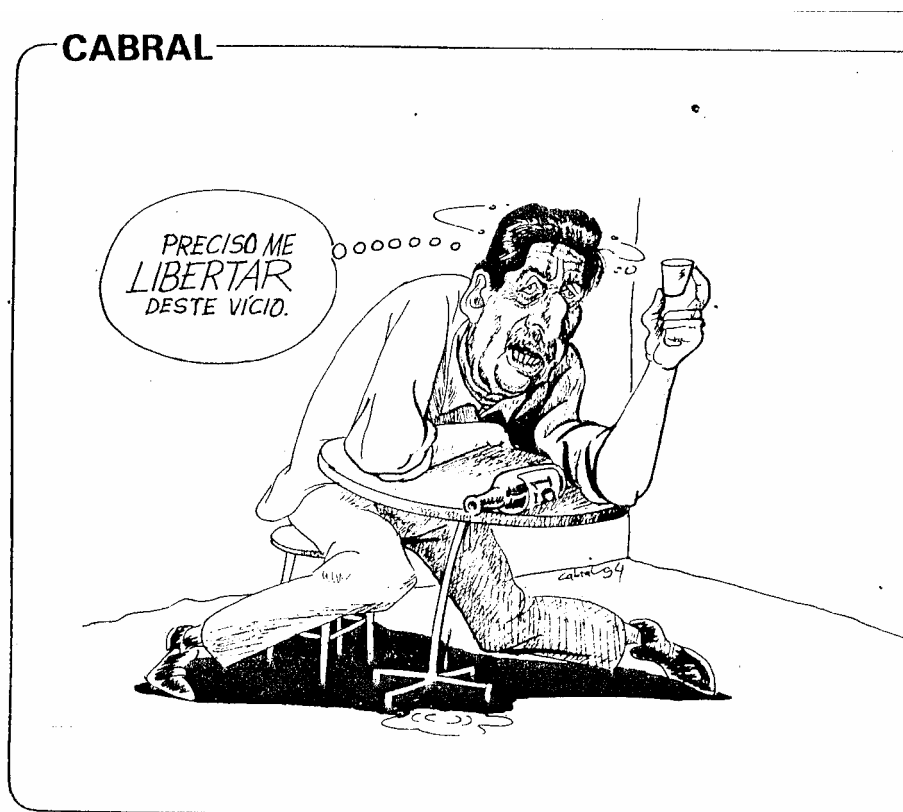
É interessante salientar que a charge que porta um humor negro de grande poder estigmatizador (BOURDIEU, 1998a) e de melindrar pessoalmente o adversário, foi publicada no feriado do dia 2 de novembro de 1994, sendo dotada de intensa dramaticamente e publicada em uma edição de domingo.

Os dias de domingo e feriados são aqueles em que o número de compradores de jornais aumenta em relação aos demais dias da semana. É número maior de (*e*)leitores que podem sofrer a persuasão ou confirmar a crença do que simbolicamente trazem as charges.

A charge nº 1 remete o (*e*)leitor para a idéia de que Eptácio Cafeteira é um “velho” que no dia de finados – 2 de novembro – é “convidado pela morte a entrar na urna”. Além do tom pejorativo dado à idade avançada de Eptácio Cafeteira em relação a candidata considerada “jovem”, Roseana Sarney Murad, a linguagem política, por ser polissêmica e ambígua, “brinca” com a palavra “urna”. Para o adversário, ir à “urna” é ser posto em um caixão, estar morto física e politicamente, enquanto a adversária, embora ausente da charge,

vive e por ser “jovem” é provável que ir às urnas signifique uma atitude completamente política e de “mudança”.

Figura 5 – Charge 2

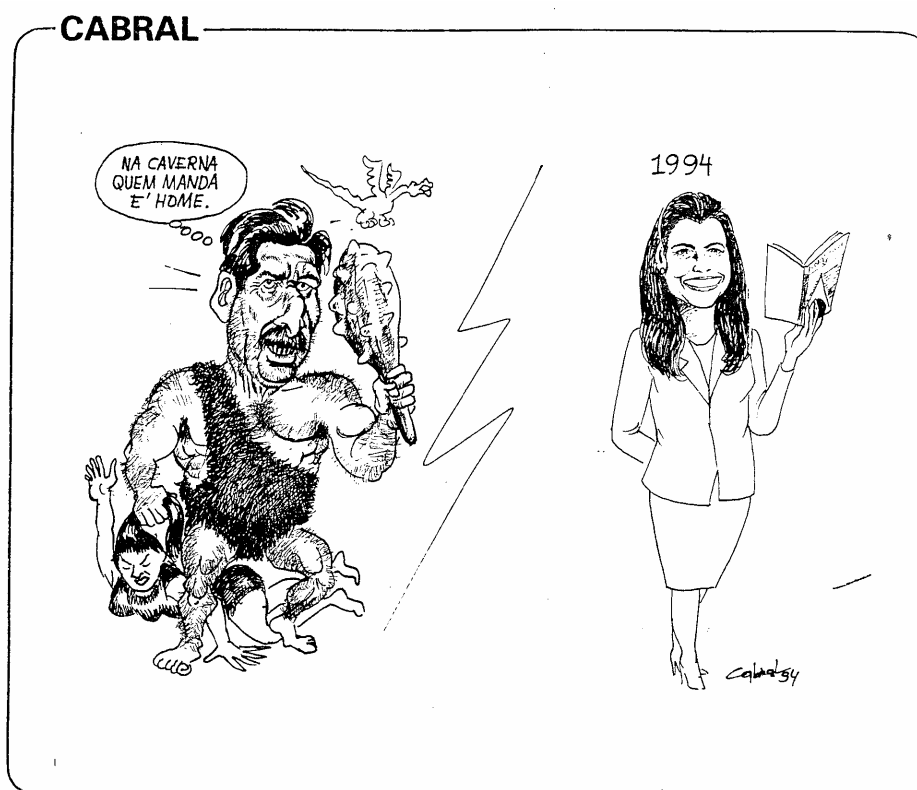


Fonte: CABRAL. O Estado do Maranhão, São Luís, p. 4, 13 nov. 1994

Nesta segunda charge, Epitácio Cafeteira é remetido e legitimado pela charge porta-voz de uma idéia corrente no Maranhão: o alcoolismo a ele atribuído. Entregar pelo voto, o governo a um alcoólatra é uma espécie de “suicídio político coletivo”. Mostra o candidato completamente ébrio, dizendo “preciso me libertar desse vício” numa alusão também à palavra “liberdade” que compõe uma palavra de ordem de sua campanha eleitoral.

Em outras palavras, a charge dá a ambigüidade necessária à linguagem política ao vincular o verbo “livrar-se” a duas conotações aparentemente desassociadas: a primeira, a “liberdade” em relação ao vício do álcool do candidato que alcança o segundo sentido, desqualificado pelo primeiro, ou seja, faz referência ao que tomam como “liberdade política” preconizada por Epitácio Cafeteira, que é apresentado como um “refém” de um vício.

Figura 6 – Charge 3

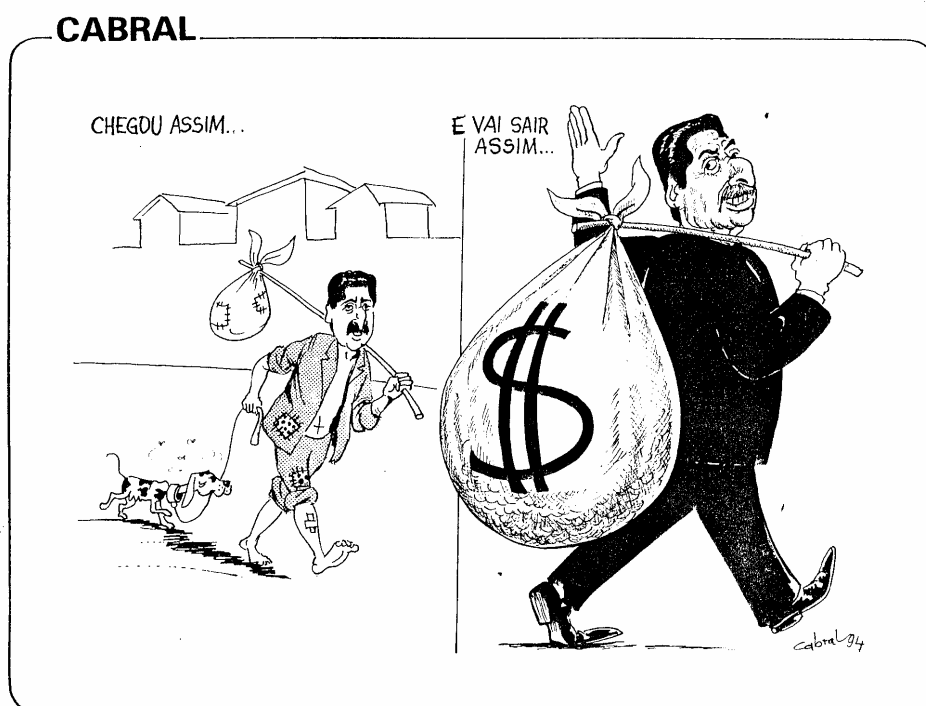


Fonte: CABRAL. O Estado do Maranhão, São Luís, p. 4, 8 nov. 1994

A charge acima traz uma comparação entre não só a beleza física e os traços gráficos bem “delicados” e delineados da candidata Roseana Sarney Murad em relação ao adversário Epitácio Cafeteira, como também induz à idéia de que ele é um homem dotado de vigor físico aliado aos atributos de “grosseiro”, “rude”, “um troglodita” como mostra literalmente o desenho, ficando assim também subtendida a pecha de “machista” ao arrastar uma mulher “pelos cabelos”.

Roseana Sarney Murad, vestida nos padrões dos gostos e modas do seu tempo (e do tempo dele também) aparece em outro plano, como uma mulher que tem uma espécie de “constituição” ou “programa de governo” (não fica bem claro), nas mãos, dirigindo os seus passos. Ele ainda inserido no “tempo das cavernas”. Ela, na “modernidade”. Ela é apresentada como “cult” e “refinada”, “intelectual” em relação à imagem de “troglodita” impressa na figura de Epitácio Cafeteira.

Figura 7 – Charge 4



Fonte: CABRAL. O Estado do Maranhão, São Luís, p. 4, 10 nov. 1994

A charge acima apresenta dois momentos do adversário político Epitácio Cafeteira: primeiramente classificado como “forasteiro”, lembrando um “retirante do Nordeste”, com acessórios simbólicos dessa imagem, “subnutrido” e “maltrapilho”, um cachorro magro e um saco quase vazio o acompanham, indicando a situação dita de “penúria” com que chegou ao Maranhão, proveniente da Paraíba; do outro lado a imagem, um homem robusto, bem trajado, carregando um saco gigantesco de dinheiro indicado pelo símbolo do “\$”. Assim, a charge junta a um só tempo um “estrangeiro” à *dême* (Maranhão) que aqui enriquece na atividade que exerceu a maioria do seu tempo, a política.

Figura 8 – Charge 5



Fonte: CABRAL. O Estado do Maranhão, São Luís, p. 4, 11 nov. 1994

Essa charge outorga pela imagem e poucas palavras, o atributo de “mentiroso” a Epitácio Cafeteira, através do signo comum ao imaginário usual da chamada “conversa para boi dormir”, sinonímia de “engodo”, “enganação”, “falsas promessas”, “conversa monótona” de sempre que induz ao “desinteresse”, ao “sono”.

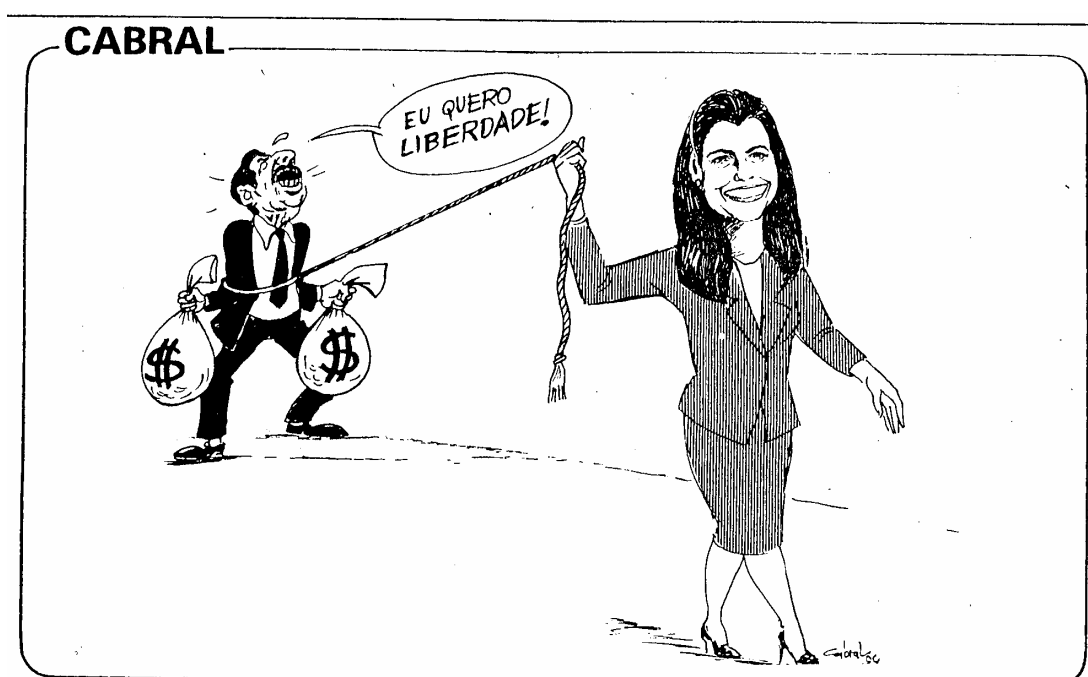
Figura 9 – Charge 6



Fonte: CABRAL. O Estado do Maranhão, São Luís, p. 4, 14 nov. 1994

A charge nº 6 denota que na chamada “opinião pública”, o *adversário mais próximo* de Roseana Sarney Murad é um “traidor”, assim designado por uma família que assiste ao programa eleitoral e tende a induzir o (*e*)*leitor* a “tirar proveito” das benesses concedidas pela adversária política, sem se deixar cooptar por ela. A charge, assim, atribui ao candidato uma *performance* de “desonestidade” que sugere atitudes traiçoeiras ao (*e*)*leitor* e assim, a “traição do eleitor”.

Figura 10 – Charge 7



Fonte: CABRAL. O Estado do Maranhão, São Luís, p. 4, 16 nov. 1994

Roseana Sarney Murad nesta charge aparece como uma espécie de “xerife”, uma “autoridade”, “uma guardiã da moral”, “guardiã do bem público”, capaz de enlaçar o adversário que carrega sacos com dinheiro numa alusão à questão anteriormente abordada, de que Epitácio Cafeteira seria “desonesto”, dado o caso, por exemplo, do seu envolvimento com a chamada “operação Granville”¹²³.

¹²³ Escândalo político-financeiro envolvendo Epitácio Cafeteira e os recursos públicos.

Figura 11 – Charge 8



Fonte: CABRAL. O Estado do Maranhão, São Luís, p. 4, 27 nov. 1994

Por último, a charge 8 publicada no dia 27 de novembro de 1994, um domingo é uma charge pós-eleição. Mesmo assim, continua na linha da desqualificação de Epitácio Cafeteira, como se fechasse esse ciclo com “chave de ouro”.

Várias mensagens a serem decodificadas nessa charge pelo (*e*)leitor: primeiro, reforça a idéia de que Epitácio Cafeteira é um “alcoólatra” sentado num bar tendo consumido várias garrafas de “51” – uma aguardente chamada de “caninha 51”, muito conhecida publicamente; segundo, quando o garçom apresenta a conta, Epitácio Cafeteira diz não “acreditar”, sendo isto uma linguagem ambígua que alude à contagem das garrafas de bebidas e à contagem de votos. O candidato não acredita ter consumido tanta aguardente, como não acredita que os votos tenham sido contados corretamente a favor da candidata Roseana Sarney Murad, que havia ganho no segundo turno. Mas, o que chama a atenção é que o ex-candidato pede a recontagem dos votos num estado de “grande embriaguez”: a fala é de um alcoólatra, logo um pedido sem “propósito” ou “lógica” por assim dizer, já que é fruto de um estado etílico, de um estado mental alterado do candidato.

A palavra recontagem assume um significado ambíguo porque tende, também, a passar a mensagem referente ao processo que Epitácio Cafeteira levou ao TRE/MA, pedindo

que os votos do 2º turno fossem recontados por suspeita de fraude. Publiciza isso o Jornal porquanto, Cafeteira não logrou êxito naquele momento junto ao órgão eleitoral.

Uma outra forma de desqualificação do adversário se dá através da presença, novamente, do *irmão biológico, social e político* da candidata Roseana Sarney Murad, José Sarney Filho, que nesta campanha está, novamente, na condição de *polemicista* (FOUCAULT apud RABINOW, 1999) tal como na campanha eleitoral de 1990, quando Roseana Sarney Murad era candidata à deputada federal pelo PFL-MA: “Sarney Filho mostra erros de Cafeteira”. (Jornal O Estado do Maranhão, São Luís, 10 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus). Ele afirmava:

O parlamentar [Sarney Filho] condenou a ‘política rasteira dos nossos adversários, que se preocupam em denegrir a imagem das pessoas de bem, esquecendo que o povo quer trabalho e seriedade na aplicação de recursos públicos. A eles faltam propostas; faltam [sic] programa de Governo, mas a resposta será dada na eleição de outubro, com a vitória de Roseana Sarney, pois o futuro pertence a vocês, não só votando mas também participando dessa luta’. (O Estado do Maranhão, São Luís, 27 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

José Sarney Filho compara um e outro candidato, ao dizer já nas eleições de 1998 que:

- [...]
- Cafeteira recebeu cinco vezes mais recursos do que Roseana, mas fez muito menos obras – lembrou.
 - E acrescentou: E o custo da obra no governo Roseana é seis vezes menor. (O Estado do Maranhão, São Luís, 25 maio 1998. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

O escândalo político nas eleições de 1994, que adquiriu maior visibilidade porque ultrapassou as fronteiras da política regional, foi a denominada “Operação Granville”, noticiada com detalhes e pormenores na revista de circulação nacional Isto É, de nº 1261, datada de 20 de abril de 1994, através de um artigo escrito pelos jornalistas Augusto Fonseca e Mino Pedrosa. Esse artigo foi intitulado “Carrões & milhões: a fortuna acumulada pelo ex-governador Cafeteira e suas relações com as empreiteiras no Maranhão”.

Em tom narrativo, novelesco, dramático e eivado de detalhes, caracterizando um *período turbulento da campanha eleitoral* (BALANDIER, 1999), dizia o artigo:

Era uma tarde do dia 8 de dezembro de 1990 quando um funcionário da Norsegel Vigilância e Transporte de Valores José Ribamar Silva chegou ao apartamento número 100 do Edifício Granville, um dos endereços mais nobres de São Luís. Ao apresentar suas credenciais, o morador do apartamento reagiu com irritação e

nervosismo. Afinal, combinara-se que o conteúdo dos malotes que estavam na sala do seu apartamento, seria recolhido por outra empresa de transporte de valores, a Minasforte.

O vigilante Silva, um segundo-tenente reformado da polícia Militar do Maranhão, apressou-se em mostrar uma cópia do telex 3.284/90 em que a Minasforte solicitava que a Norsergel fizesse a coleta. Contrariado, o morador do Granville entregou o malote a Silva e declarou que no seu interior havia em espécie Cr\$ 170 milhões – o equivalente a US\$ 1.136.287,68 pelo câmbio oficial do dia.

Silva levou o dinheiro para a sede da Norsergel, onde permaneceu até o início da madrugada do dia 9, um domingo. De lá, dirigiu-se no carro-forte ao Aeroporto do Tirirical. O dinheiro foi embarcado no voo 285 da Vasp, que decolou à 1h45 com destino ao Rio de Janeiro. No próprio domingo, no Aeroporto Internacional do Galeão, os malotes foram recolhidos por uma equipe da Minasforte e transportado em carro-forte até a Avenida Vieira Souto, 680, apartamento 101.

Tudo isso poderia parecer um trecho de um romance policial, mas não há nada de ficção em José Ribamar Silva, na Norsergel, na Minasforte, no morador do apartamento 100 do Edifício Granville, na coleta de valores e muito menos no mais de US\$ 1 milhão transportados de São Luís para o Rio de Janeiro. Silva ainda trabalha na Norsergel, a empresa é uma das principais transportadoras de valores do Nordeste, o morador do Edifício Granville atende pelo nome de Eptácio Cafeteira Afonso Pereira, hoje com 69 anos, governador do Maranhão de 1987 a 1990, período em que plantou as sementes de uma fortuna estimada em US\$ 6 milhões. Eleito senador em 1990, Cafeteira disputa este ano, pelo PPR, o direito de retornar ao Palácio dos Leões. (FONSECA; PEDROSA. Revista Isto É, São Paulo, p. 16, 20 abr. 1994, grifos meus).

Em primeiro lugar, esse escândalo adquiriu visibilidade e credibilidade porque foi um ato que transgrediu e contradisse valores e códigos morais, seguido, por assim dizer, da noção de que algo público havia sido usado com intenção privada e sido ocultado – à forma de um “segredo de Estado” – do público, exatamente reforçando a idéia-chave de transgressão.

Nasceu a questão: Quem votaria num transgressor, precisamente em alguém que se apoderou de verbas não explicadas e que demonstram, de imediato, um “enriquecimento ilícito”? Em segundo lugar, esse escândalo supunha que haveria certo grau de desaprovação pública (THOMPSON, 2002), reverberando possivelmente na escolha final do candidato a ser eleito.

Mais importante, porém como diz Thompson (2002, p. 47, grifo do autor) é que:

Para que surja um escândalo não é suficiente que algumas pessoas desaprovem as ações ou o acontecimento: é também necessário que alguns *expressem* sua desaprovação a outros. [...]. Se não houver não participantes suficientemente interessados em, ou preocupados com a transgressão, para expressarem sua inquietação a outros, então um escândalo não aparecerá.

Ao desqualificar o adversário, após a construção do escândalo cabe aos agentes políticos e ao complexo midiático reforçarem esse escândalo, deixando-o em pauta constante em meio à chamada “opinião pública”, acrescido de dados novos, construindo um canal

pertinente da violência simbólica (BOURDIEU, 1998a), a qual desqualifica e desconstrói a imagem política do adversário, muitas vezes ingressando em assuntos da dimensão pessoal do candidato. Nesse jogo político, a regra é não ter regras, notadamente éticas.

Quanto mais agressivo é o escândalo fabricado, quanto mais tempo permanece circulando na mídia e entre a “opinião pública”, mais acirrada está a disputa e mais perigosa a proposta das “sondagens de opinião” em apontar um favorito no jogo político:

Apesar da repercussão que o caso já teve, o senador Eptácio Cafeteira (PPR) até hoje não se dispôs a explicar a origem dos mais de US\$1 milhão que ele transportou de São Luís para o Rio de Janeiro na madrugada de 8 de dezembro de 1990. Também não deu uma palavra sobre a fortuna que acumulou nos últimos anos, traduzida em imóveis caros no eixo São Luís –Brasília – Rio, vários carros importados e vários nacionais de luxo, além de jóias e outros bens. Não falou também sobre as denúncias de superfaturamento de obras no seu período de governo.

Os documentos revelados pela imprensa, a partir da reportagem publicada pela revista ISTO É, mostram que na madrugada de 8 de dezembro de 1990 o vôo 285 de Vasp transportou para o Rio de Janeiro pacotes contendo a quantia de Cr\$ 170 milhões, o equivalente na época a 1 milhão 136 mil dólares. O dinheiro saiu do apartamento do senador Cafeteira, no Edifício Granville, no São Francisco, e foi transportado pela Norsegel para o Aeroporto do Tirirical.

Este episódio, comprovado por documentos, entre eles da entrega do dinheiro pelo próprio proprietário do apartamento, foi um dos fatos relatados, no mês passado, pela revista ISTO É; em matéria que revelou um dos maiores escândalos dos últimos tempos envolvendo a figura do ex-deputado, ex-governador e atual senador Cafeteira.

[...]

É provável que na sessão de hoje o Deputado Roberto Rocha solicite que sejam indicados os nomes para a composição da CPI do Granvillegate. Rocha é o relator da Comissão. (O Estado do Maranhão, São Luís, 3 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Esse escândalo político rende capital suficiente para qualificação de Roseana Sarney Murad, notadamente porque o episódio construído se mantém na mídia e nos programas eleitorais adquirindo tons cada vez mais novelescos, recheado de suspense à moda da investigação de um detetive, com intensificação da guerra de palavras: “Batizada de Operação Granville, a transferência do dinheiro de São Luís para o Rio, foi cercada de cuidados dignos de um filme policial”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 28 maio 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Construído o escândalo político, o assunto passou a ser acionado constantemente como critério não só de desqualificação de Eptácio Cafeteira, mas como critério distintivo que faz de Roseana Sarney Murad o oposto do que vem sendo construído como referencial para o adversário:

[...] Roseana tem aproveitado o espaço do horário eleitoral no rádio e na TV para divulgar as propostas de sua plataforma de campanha, ao passo que o senador Cafeteira, que não tem propostas, está acuado e consome seu tempo em explicações sobre as transações escusas em que se envolveu. (O Estado do Maranhão, São Luís, 15 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Epitácio Cafeteira é desqualificado pelo atributo da corrupção, da malversação do dinheiro público, do escamoteamento de um dinheiro que não pertenceria a ele, da montagem de uma estratégia para deslocar esse dinheiro para outro Estado e Roseana Sarney Murad é qualificada pelo Jornal O Estado do Maranhão como a candidata que tem plano de governo, propostas, esquiva a comentários em relação ao adversário por consumir seu tempo em divulgar suas “metas de governo”.

Roseana Sarney Murad não precisa partir pessoalmente para o ataque aos adversários – em especial a Epitácio Cafeteira – porque tem quem o faça por ela: o *Complexo Mirante de Comunicação* numa demonstração do que chamaria de hipocrisia dos meios de comunicação.

Enfim, uma candidata que parece “exemplar”, que pode ser o reverso do escândalo político. Aqui a novidade se institui por ser Roseana Sarney Murad uma candidata nova – tinha 40 anos na época –, uma candidata distante das pendengas políticas focais – sempre trabalhou em Brasília e, sobretudo uma candidata dotada de um referencial exatamente contra a corrupção pública ao ter exercido o cargo de Coordenadora da *Comissão Mista Pró-impeachment de Fernando Collor* em 1992, quando era deputada federal (PFL/MA):

Os doze primeiros dias da campanha eleitoral no rádio e na TV revelaram as linhas de atuação dos candidatos ao Governo do Estado. A candidata da Frente Popular, Roseana Sarney, usou todos os seus programas para divulgar seu plano de governo, com a tranqüilidade e a segurança do favoritismo. O candidato do PPR, Epitácio Cafeteira não apresentou qualquer proposta e se limitou a oferecer uma pouco convincente explicação sobre a ‘Operação Granville’. Jackson Lago da Frente Ética, fez até agora um discurso genérico, rompendo laços com Conceição Andrade. (O Estado do Maranhão, São Luís, 20 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Tende a desqualificação do adversário ser composta de tons diferenciados para cada um deles, a partir do que possa representar perigo ao jogo político em que está inserida Roseana Sarney Murad: o senador Epitácio Cafeteira é detentor de capital político que ameaça bem mais o projeto político de Roseana Sarney Murad do que o ex-prefeito de São Luís, Jackson Lago. Assim, os adjetivos e as proposições qualificativas são de diferentes intensidades.

Roseana Sarney Murad busca se autodistingue do adversário Epitácio Cafeteira ao proclamar que:

O que nos distingue dos nossos adversários é o nosso projeto para o Maranhão. E eles o que têm? Eles têm apenas o projeto do ódio, nutrido na inveja sem nenhuma grandeza, distantes do princípio da ética e da moral. Nós temos um projeto seguimos um plano e nos orientamos para a conquista de metas de interesse coletivo A solidariedade social inspira a nossa ação política. (O Estado do Maranhão, São Luís, 20 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Refere-se a Epitácio Cafeteira de maneira comparativa, colocando-se no centro das comparações que faz, distinguindo-se, autoreferenciando-se, através do *adversário mais próximo*, como nos discursos abaixo:

‘Não falo ao povo com piadas nem com brincadeiras porque entendo que os problemas do Maranhão só poderão ser resolvidos com trabalho, competência e seriedade’ declarou ontem em Fortuna, a candidata da Frente Popular, Roseana Sarney, em mais uma etapa de sua maratona de campanha para o segundo turno. Ela disse que não vai mudar sua postura de campanha mas avisou que revidará todo e qualquer ataque dos seus adversários. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 11 out. 1994, grifos meus).

Este discurso, especificadamente, indica o adversário que menos ameaça a *performance* ou a *dramatis personae*¹²⁴ (THOMPSON, 2002) de Roseana Sarney Murad como candidata ao governo, tendo inclusive um tratamento distintivo em relação a Epitácio Cafeteira: chama-o de “Doutor Jackson Lago”, qualificando-o no campo de poder intelectual e essa forma de abordagem mostra que os adjetivos dependem da ameaça ao que chamo projeto dinástico:

Ao ser abordada por jornalistas quanto à possibilidade de ter que enfrentar o senador Epitácio Cafeteira no segundo turno. Roseana disse que está pronta para mais este desafio: ‘O meu adversário, eventualmente no segundo turno, representa o retrocesso o andar para trás. Eu gostaria que quem fosse para o segundo turno fosse o Doutor Jackson Lago porque ele elevaria o nível do debate das nossas propostas. Mas se não for, nós queremos é andar para a frente [...]’. (O Estado do Maranhão, São Luís, 9 out. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

O escárnio é também uma forma de desqualificar o inimigo: “O público que compareceu aos três últimos comícios de Cafeteira no interior do Estado era do tamanho da

¹²⁴ “Cada escândalo possui seu *dramatis personae* que inclui indivíduos que se tornam objeto de escândalo, mas também indivíduos que através de seus atos e falas revelam e divulgam essas ações e expressam sua desaprovação para com elas.” (THOMPSON, 2002, p. 50).

torcida do Boa Vontade. Juntos, cabiam num ônibus”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 7 nov. 1994. Caderno política, p. 3, grifos meus).

Há outros exemplos que aliam a jocosidade aos esteriótipos¹²⁵ construídos para Eptácio Cafeteira e, ainda mais, atributos que desqualificam sua posição de homem público, qual sejam, a transparência e a seriedade. Em contrapartida, Roseana Sarney Murad aparece como o antônimo de tudo que foi dito sobre o adversário: tem um “lastro sólido de consciência” aliado à simplicidade e seriedade com as questões públicas ao buscar soluções para o Estado.

[...] o candidato do PPR está diferente. Contratou produtora sofisticada, enverga jaquetões vistosos e simula uma euforia que não é confirmada nos bastidores de sua coligação. O Ibope lhe deu uma pequena vantagem na primeira pesquisa. Mas ao analisar a frieza dos números, Cafeteira constatou que tudo que havia conseguido foi zerar um jogo, o que é absolutamente natural em se tratando de eleição em dois turnos.

Sua mensagem, porém, continua a mesma. Faz o logo típico do populismo surrado, prometendo o paraíso aos funcionários públicos, apelando às faixas menos favorecidas da população vestido de ‘salvador’. Transformou seu palanque em palco de representação, no qual protagoniza uma opereta às vezes engraçada, mas sem qualquer fundo de consistência.

Roseana, por sua vez, caminha em lastro sólido de consciência de transformação. Não abre mão do seu programa de governo e nem perde tempo em conversa fiada. Seu discurso é simples e direto, sem qualquer curva. Vai direto ao assunto e diz como o seu governo pretende solucionar os problemas que estão a desafiar o poder público. (O Estado do Maranhão, São Luís, 1 nov. 1994. Caderno Política, p. 3, gritos meus).

Nesse discurso último, é notório que a comparação entre os *inimigos mais próximos* é um poderoso recurso estratégico de campanha; analogia que tende, pela manipulação da mídia, consagrar Roseana Sarney Murad e desqualificar Eptácio Cafeteira. Mais abaixo, as palavras tornam-se ainda mais jocosas:

O senador Eptácio Cafeteira surpreendeu várias vezes a platéia de empresários no debate na ACM.

Uma delas foi quando jurou que não cometeu crime ecológico contra o sítio Santa Eulália.

Teve empresário que saiu do auditório para conter a gargalhada. (O Estado do Maranhão, São Luís, 15 set. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

¹²⁵ “Esteriótipo é a palavra repetida, fora de toda magia, de todo entusiasmo, como se fosse natural, como se por um milagre essa palavra que retorna fosse a cada vez adequada por razões diferentes, como se imitar pudesse deixar de ser sentido como uma imitação: palavra sem cerimônia, que pretende a consciência e ignora sua própria existência.” (BARTHES, 2002, p. 52).

Roseana Sarney Murad não conseguiu a vitória no primeiro turno das eleições, fazendo com que houvesse a tendência de que o escândalo político tomasse ares de um ritual agonístico, intensificando-se o drama das campanhas eleitorais.

Como as chamadas “pesquisas de opinião” apontaram para uma vitória de Roseana Sarney Murad no primeiro turno, o que foi contrariado pelas urnas, o “grupo Sarney” atribuiu a ocorrência aos seguintes fatores que passaram a ser responsáveis pelo furo das pesquisas.

Primeiro, os porta-vozes autorizados da candidata Roseana Sarney Murad e ela mesma como responde abaixo, colocaram fora do campo político as razões para a necessidade de um segundo turno: a alegação de que a cédula de votação era “muito complicada” e cabia a candidata “ensinar a votar”:

AGÊNCIA FOLHA – O que a fez perder a vantagem em relação a Eptácio Cafeteira?

ROSEANA – Nós podíamos ter ganho no primeiro turno e aí eu acho que foi uma falha pessoal minha. Faltou ensinar a votar. A intenção de voto era minha mas a cédula era muito complicada.

No segundo turno todos se uniram contra mim e também perdemos alguns aliados, mas acho que será uma eleição tranqüila. (Folha de São Paulo, São Paulo, 15 nov. 1994. Caderno Especial, p. 11, grifos meus).

O segundo fator foram os chamados “votos brancos” que segundo os porta-vozes da candidata, reverberavam o descontentamento com alguns candidatos:

Os votos brancos continuam sendo a grande sensação das eleições no Maranhão, a exemplo do que acontece no Brasil inteiro.

Apurados ontem, mais de 30% das urnas, os branquinhos faziam festa sobre os candidatos a governador, batiam de longe os candidatos a senador e simplesmente trituravam as centenas de candidatos a deputado estadual e deputado federal.

Ao contrário da abstenção, cuja explicação está na falta que fez este ano o tradicional e agora criminoso transporte de eleitores, o voto em branco, este sim, pode ser encarado como mau humor do eleitorado em relação à classe política.

Foi mesmo um recado claro, direto e indiscutível, uma contribuição decisiva para que os eleitores trilhem rumos corretos. (O Estado do Maranhão, São Luís, 7 out. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Como terceiro fator, a “falta de transporte” para o eleitor o que é proibido por legislação eleitoral, levando assim aos altos índices de abstenção: “Quanto à abstenção não há dúvida quanto ao fator que a tornou tão grande: a falta de transporte. Disso ninguém duvida”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 6 out. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Não obstante, a *abstenção* é um dispositivo utilizado pelas pessoas, segundo a perspectiva de Bourdieu (1980, p. 66): “[...] por não reconhecerem competência para fazer política. Aqueles que se eliminam colaboram de alguma maneira com a sua eliminação, tacitamente reconhecida como legítima por aquelas que dela são vítimas”.

Quanto maior o perigo de queda na *taxa de mais-valia política*, maior se torna a possibilidade de um *estado de entropia* (BOURDIEU, 1996a), o que requisita do candidato um maior investimento nas campanhas eleitorais e estratégias cada vez mais intensas, agonísticas mesmo, como foi o caso da necessidade de haver um segundo turno para eleger o governador do Maranhão.

Aqui, especificadamente, este investimento veio sob a forma da violência simbólica com ataques e acusações às atitudes pessoais do *adversário mais próximo* de Roseana Sarney Murad, de intensidade e peso maior que o primeiro escândalo denominado de “operação Granville”.

Por outra via, existe uma particularidade: houve na campanha para o segundo turno a intervenção direta de José Sarney – *pai biológico, social e político* de Roseana Sarney.

Ele foi o avalista de um outro escândalo referido ao candidato Eptácio Cafeteira, chamado de “escândalo Reis Pacheco”¹²⁶ em que colocou o *adversário mais próximo* como provável protagonista do desaparecimento do motorista que colidiu seu carro com o carro do sogro de Eptácio Cafeteira. Foram as palavras de José Sarney num artigo intitulado “Liberdade e Reis Pacheco”:

Cafeteira é ódio. Um homem de vingança. Ele, Conceição Andrade, Castelo, Aderson e Sinclair querem liberdade para mandar no Maranhão. Por que o Dr. Jackson Lago não sobe no palanque? Porque a Frente Ética tem vergonha de aparecer com eles, e os seus adeptos não aceitam essa aliança espúria. Por que Jackson viajou?

¹²⁶ Para esclarecimento, faço a seguinte citação: “No encerramento da campanha eleitoral, no último sábado, o candidato do PPR, Eptácio Cafeteira, utilizou parte do seu programa no horário gratuito na televisão para negar qualquer envolvimento no seqüestro e tortura do mecânico José Raimundo Reis Pacheco, que provocou o acidente que matou, em dezembro de 88, o então conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Hilton Rodrigues, pai de dona Isabel Cafeteira. No seu programa, o senador Eptácio Cafeteira exibiu um vídeo com imagens de um homem que, segundo ele, seria José Raimundo Pacheco. Na semana passada, o irmão do mecânico seqüestrado e torturado Anacleto Reis Pacheco, deu entrada na Procuradoria Geral da República e Ministério da Justiça em denúncia contra o senador. Segundo ele, o irmão está desaparecido há seis anos. Na denúncia, o irmão de Pacheco responsabiliza diretamente o então Governador Eptácio Cafeteira pelo que aconteceu ao mecânico. No seu programa, o candidato do PPR disse que nada tem a ver com os fatos acontecidos em janeiro de 89, semanas depois do acidente que vitimara o conselheiro Hilton Rodrigues. “Além das imagens que o senador diz ser de Pacheco, o programa mostrou o que seriam as declarações do mecânico seqüestrado e torturado por três homens dias após o acidente. Segundo familiares do mecânico, que era funcionário da Companhia da Vale do Rio Doce, Reis Pacheco está desaparecido a seis anos. A voz apresentada no programa não é a dele”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 14 nov. 1994. Caderno Política, p. 3).

Eu tenho as mãos limpas, da corrupção e do sangue.¹²⁷

No dia 10 de janeiro, o Jornal pequeno publicou ‘Seqüestraram o causador da morte de Hilton Rodrigues. Três homens armados que se diziam da Polinter, da Secretaria de segurança, seqüestraram, algemaram, espancaram e tentaram desovar nas matas do Aracagy, José Raimundo Reis Pacheco, que dirigia um veículo ... que resultou na morte de Hilton Rodrigues’.

Cafeteira era Governador, Hilton Rodrigues seu sogro. O que aconteceu com Reis Pacheco?

O que se sabe é o que não se sabe. Reis Pacheco foi expulso do Maranhão. É o método de Cafeteira: a algema ou a desova!

Agora, o Senador Cafeteira fala em Liberdade! É essa a liberdade, sem direitos humanos, que quer o Maranhão.

Quer me expulsar do Maranhão. Ele não pode falar em liberdade sem dizer o que ocorreu com Reis Pacheco.

A mim, quando fui dar pêsame pela morte de Hilton Rodrigues, Cafeteira me disse: ‘Esse homem bateu no carro do Hilton se matando’.

Liberdade? É essa a liberdade pregada pelo Sr. Cafeteira. Que o diga o silêncio do Reis Pacheco. (SARNEY, J. O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 6 nov. 1994, grifos meus).

José Sarney escreveu esses discursos desqualificativos num espaço privilegiado da mídia: a chamada “Coluna do Sarney” que é publicada às sexta-feiras, pelo Jornal A Folha de São Paulo, e aos domingos, reproduzida no jornal de sua propriedade, Jornal O Estado do Maranhão.

Também, José Sarney não produz um discurso direto de acusação, mas insinua pela narrativa o que quer dizer: Epitácio Cafeteira seria responsável pelo “desaparecimento” de Reis Pacheco, atribuindo ao adversário a pecha de homem cheio de “ódio” e “vingança”, ao mesmo tempo em que se compara a ele, enaltecendo-se: “tenho as mão limpas, da corrupção e do sangue”, o que significa um diferencial em relação a Epitácio Cafeteira, de quem fala.

Os escárnios continuam e os tons jocosos cada vez mais intensos, agora pelas palavras de editorialistas anônimos do Jornal O Estado do Maranhão:

Torpeado por sua própria assessoria, à revelia de quem – e talvez empurrado por algum delírio etílico – atacou a honra dos maranhenses, quando prometeu expulsar Sarney do Maranhão, o adversário de Roseana não se encontra, e tentando parecer demasiadamente sério, mais parece um peixe fora d’água. Afinal, querendo fingir uma seriedade que não possui, Cafeteira foge ao seu natural e passa recibo de mistificador. Por mais que se esforce, não consegue sobrepor a cor da seriedade ao seu conhecido virtuosismo humorístico. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 4, 5 nov. 1994, grifos meus).

Uma entrevista feita pelo jornal da família Sarney com Joaquim Campelo Marques, jornalista, assim produtor de um discurso, fabricante da chamada “opinião pública”,

¹²⁷ Note aqui também a estratégia da analogia entre um e outro político.

trouxe não só a hiperbolização do discurso como também uma desqualificação pessoal e desse ponto de vista desonrosa, envolvendo questões da capacidade psíquica do candidato Epitácio Cafeteira. No centro da entrevista, respondendo pela autoridade de porta-voz que lhe é conferida, Campelo Marques¹²⁸, classificado como editor e filólogo, integra o chamado movimento de intelectuais e artistas a favor da candidatura de Roseana Sarney Murad:

O ESTADO - O Sr. acha que se trata de um caso de dupla Personalidade?

Joaquim Campelo - Não sou psiquiatra. Mas esse ângulo da personalidade do candidato Cafeteira - o Cafeteira verdadeiro, o que maltrata, que trai companheiros, e o Cafeteira de ficção que o primeiro está inventando, um sujeito que não existe - tem de ser analisado por psiquiatras urgentemente e não por comentaristas da política ou simples eleitores como eu.

Na televisão, ele fala não dele, mas de um outro Cafeteira que ele quer passar por gente final. O lobo vestido de cordeiro ou da vovozinha de Chapeuzinho Vermelho. Mas esse desempenho audiovisual é só um embuste. Cafeteira me lembrou outro dia o Fernando Collor da televisão que representava vários papéis patológicos de múltipla personalidade. Já Cafeteira tem outro desempenho, é diferente, é alegre, prazenteiro, debochado, amolecado, 'comunicativo', considera-se chegado ao povão. É diferente até no cabelo de gomalina de Collor, que nele, Cafeteira, é repetido na tintura negra de azeviche e asa da graúna. É puro sepulcro caído (de negro). (O Estado do Maranhão, São Luís, 6 nov. 1994. Caderno Alternativo, p. 24, grifos meus).

Não obstante, outras atitudes do adversário de Roseana Sarney Murad são tomadas como desqualificativas das suas atividades políticas. Novamente, a possibilidade de o candidato estar envolvido com ameaças de morte e mortes propriamente ditas:

Cafeteira e seu prefeito (Raimundo Cabeludo), implantaram em João Lisboa um império do terror e opressão, promovendo a coação de pessoas que trabalham pela candidatura de Roseana – denunciava o ex-candidato a deputado estadual Dr. Francisco Holanda, em palanque. Segundo ele, até ameaças de morte e de desovas de trabalhadores que apóiam a candidata da Frente Popular já teriam ocorrido.

O relato dramático de Holanda dava conta de que até mesmo um carro de som utilizado na campanha de Roseana no município, teria sido interceptado e os seus ocupantes retirados do seu interior e ameaçados de morte e desova nas matas da região, caso não abandonassem a campanha em favor da Frente Popular. (O Estado do Maranhão, São Luís, 9 nov. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Na campanha para o Governo do Estado em 1998, Roseana Sarney Murad é candidata à reeleição, mas o embate e as estratégias políticas são diferentes do primeiro momento. Acometida por sérios problemas de saúde, muito pouco participa pessoalmente da campanha, valendo-se de duas estratégias: a dramatização do seu estado pessoal e do capital político conseguido na gestão entre 1994 e 1998.

¹²⁸ Tomou posse como membro da AML em janeiro de 2006, sendo “recepicionado” por José Sarney.

Assim: “Roseana se licencia do cargo: governadora deixa o Incor e anuncia seu afastamento do comando do Estado.” (O Estado do Maranhão, São Luís, 21 jul. 1998. Caderno Política, p. 3).

O tom da desqualificação em relação a Eptácio Cafeteira muda radicalmente: ele não é o centro de um escândalo político-financeiro, nem responsável por seqüestro, mortes e ameaças de morte. A construção da referida desqualificação passa a ter um matiz de intenso personalismo aliado à dramatização que conjuga, a um só tempo, emoções e expressão delas na dimensão pública:

Ao ser indagado ontem sobre o estado de saúde da governadora Roseana Sarney, o senador Eptácio Cafeteira limitou-se a criticar a família dela. Em nenhum momento manifestou-lhe solidariedade. Na entrevista, o senador lançou seu plano de campanha. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 11 jul. 1998, grifos meus).

Os editoriais e as opiniões dos jornalistas aliados de Roseana Sarney Murad inserem o elemento pessoal como critério para desqualificar o adversário, trazendo à tona a questão que a dimensão política é uma dimensão, também, onde fruem sentimentos - fundados na obrigação social, conforme trabalha Mauss (1979):

As declarações do senador Eptácio Cafeteira, sobre a saúde da governadora Roseana Sarney, são desumanas e estarrecedoras. O menos que ele podia dizer, se tivesse um mínimo de sentimento, era desejar o seu restabelecimento. Não o fez. Resolveu tirar proveito político acusando o senador José Sarney, dona Marly e os irmãos da governadora de não zelarem pela sua saúde.

O Maranhão conhece o carinho, o afeto, a dedicação, o amor e o orgulho do senador Sarney e sua família pela sua filha. Nenhum pai deixaria de fazer o melhor por sua filha. Desde o primeiro instante da doença de Roseana, o senador Sarney, dona Marly e toda a família não fizeram outra coisa senão cercá-la de afeto e orações para que Deus a proteja. Jamais utilizaram ou permitiram num assunto tão delicado, qualquer exploração política.

As palavras do senador Cafeteira, ontem, denunciaram uma conduta que contraria os padrões éticos. O que ele quer? Que Roseana renuncie porque está doente? Que Roseana fuja do campo do seu ideal de continuar servindo ao Maranhão?

Todos conhecem Roseana. Ninguém, nada afaria abandonar seu ideal. Ela não quer o poder. Ela quer servir o Maranhão, ela quer continuar o seu trabalho e Deus está ao seu lado, para trazê-la em breve para o bem da nossa terra. Ela é uma guerreira, uma liderança carismática, única grande mulher. Não é com a má fé que ela desertará da sua luta.

Quanto às agressões ao senador Sarney, insinuando ser ele meu pai, estas devem ser repelidas com energia. Sarney é um exemplo de filho, de cidadão, de amigo e de pai. Dona Marly é uma mulher e mãe exemplar. Política não deve ser feita à custa da doença de ninguém. Que Deus preserve a saúde do senador Cafeteira e dos seus. Com Roseana estão os votos de solidariedade, as orações e a bondade de todos os maranhenses, e graças a Deus nem de longe o estado de saúde da governadora tem a dramaticidade que o senador Cafeteira tenta colocar: E ao fazer seus comentários, perdeu ele uma grande oportunidade de mostrar que é humano. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 14 jul. 1998, grifos meus).

Esta conjectura remete para a dimensão social dos sentimentos como formula Mauss (1979, p. 147) ao dizer que eles são “[...] fenômenos sociais, marcados por manifestações não-espontâneas e da mais perfeita obrigação”. O candidato Eptácio Cafeteira é desprovido de sentimentos ditos “nobres”, enquanto a candidata Roseana Sarney Murad tem uma verve de luta, conforme os porta-vozes de sua campanha eleitoral.

E mais, essas emoções como pensamentos incorporados - *embodiment* (ROSALDO, 1980; CSORDAS, 1994) se revelam em símbolos e são negociados publicamente (GEERTZ, 1989; FINE, 1988).

Como expressões sociais, os sentimentos não devem ser descartados das relações com as formas de operacionalizar a dominação política, com as formas de construção simbólica e pública do político. Na campanha eleitoral de 1998, os sentimentos foram as formas mais enfáticas de desqualificar Eptácio Cafeteira.

Não houve necessidade de fabricar escândalos, talvez menos potentes do que caracterizá-lo como insensível e desumano, principalmente partindo dos definidos e autodefinidos artistas e intelectuais que, por iniciativa pessoal, lançaram e assinaram uma espécie de “manifesto” – intitulado “Respeitem Roseana”, publicado no Jornal O Estado do Maranhão e ocupando página inteira, rebatendo de Eptácio Cafeteira, a qual julgaram desrespeitosa em relação ao estado de saúde de Roseana Sarney Murad:

Nós, artistas e intelectuais do Maranhão, profundamente indignados e revoltados com as recentes declarações do candidato do PPB ao Governo do Estado, que sistematicamente vem fazendo comentários indesejáveis e desrespeitosos sobre o estado de saúde da Governadora Roseana Sarney, resolvemos:
Condenar veementemente o comportamento aéptico do candidato do PPB, cujas torpes e levianas declarações sobre Roseana, publicadas também na imprensa do Sul do País, depõem contra a imagem nacional de nossa terra [...].
Repudiar toda e qualquer tentativa de exploração político-eleitoral do estado de saúde de Roseana, por entender que condiz com o espírito humanitário da nossa gente;
Manifestar nossa completa solidariedade a Roseana, a corajosa guerreira que luta bravamente por sua saúde, tendo sobrevivido a três bem sucedidas cirurgias no Instituto do Coração, em São Paulo onde permanece se recuperando;
 Solidarizar-se também com a família de Roseana e por extensão, com todo o povo do Maranhão que está unido munido de fé e confiança no pronto restabelecimento de sua Governadora. (O Estado do Maranhão, São Luís, 18 jul. 1998. Caderno Política, p. 2, grifos meus).

Interessante perceber que nessa “nota de repúdio” à provável “insensibilidade” de Eptácio Cafeteira, há elementos como “região” e “povo” que acabam por legitimar o discurso e servir de arrazoado impessoal, por assim querer parecer, daqueles que falam em nome de Roseana Sarney Murad.

A composição dos mecanismos utilizados na campanha eleitoral de Roseana Sarney Murad estavam em jogo, bem como as relações de poder do campo político, algo que é pertinente ao *tempo de política*. Um dos mecanismos mais utilizados pelos agentes sociais envolvidos nessa campanha foram os critérios dos “valores” e “sentimentos” ligados geralmente à dimensão da vida privada de Roseana Sarney Murad, tais como, a “honra”, a “reputação”, a “dor” e o escárnio¹²⁹ que se intensificam ao menor sinal de crise na estrutura específica da dimensão política.

Aí são trabalhados sentimentos pessoais – como a solidariedade – que encaminha a outros atributos de qualificação de Roseana Sarney Murad: apesar do estado de saúde é “guerreira”, mantém o “amor a terra” e está habilitada a “fazer muito mais”.

Percebe-se novamente o imbróglio entre duas dimensões: pública e privada, corroborando para a continuidade política das práticas dinásticas. Observa-se no *jingle*¹³⁰ de campanha abaixo:

Guerreira, guerreira, guerreira
Roseana é guerreira
Roseana é uma mulher de garra, não foge da luta jamais
 Roseana é uma mulher de jeito pra fazer muito mais.
Roseana é guerreira
Guerreira, guerreira, guerreira.
 Ela só quer fazer muito mais
 Roseana é dedicação
Roseana é Maranhão
Roseana é guerreira
Ela só quer fazer muito mais¹³¹. (PITTE. Roseana Guerreira, 1998).

Não obstante, a dinâmica política não permite que esse dispositivo de desqualificação se estabeleça apenas em relação aos adversários de Roseana Sarney Murad. Ela, como agente político, foi alvo de um complexo escândalo político, que deixou de ser focal para se tornar nacional (TAMBIAH, 1997).

E isto aconteceu com Roseana Sarney Murad quando pleiteou disputar as eleições presidenciais de 2002. Uma questão que remete para a dinâmica das relações de sociabilidade política.

¹²⁹ Não faltam nesse contexto, pronunciamentos oficiais de Roseana Sarney, depoimentos dos chamados “aliados políticos”, de analistas políticos, de Deputados e Senadores da República, incluindo seu pai, José Sarney.

¹³⁰ Intérpretes do *jingle*: Pitte, Gleydson, Tutuca, Mazé, Rachel e Valdete.

¹³¹ Referência ao *slogan* de sua campanha de 1998, “Pra fazer muito mais”.

Na posição de uma provável *herdeira de uma ordem política periférica*, Roseana Sarney Murad, – pretensa candidata a essas eleições, se desloca para o *centro de poder* que concentra as regras e as estratégias de investimento no jogo da sucessão.

Esse deslocamento do *cortejo* (GEERTZ, 1997) visibiliza as relações políticas e de sociabilidade que “particularizam” as práticas políticas no Maranhão (*dême*), proclamadas como “oligárquicas” pelas representações sociais de alguns jornalistas que reafirmam a condição da chamada “oligarquia”, haja vista que outros estão imbuídos de negá-la; pelas representações sociais de analistas políticos e intelectuais, marcando uma diferenciação que precisa ser pensada: as ambigüidades e tensões das relações entre as chamadas “política regional” e “política nacional”.

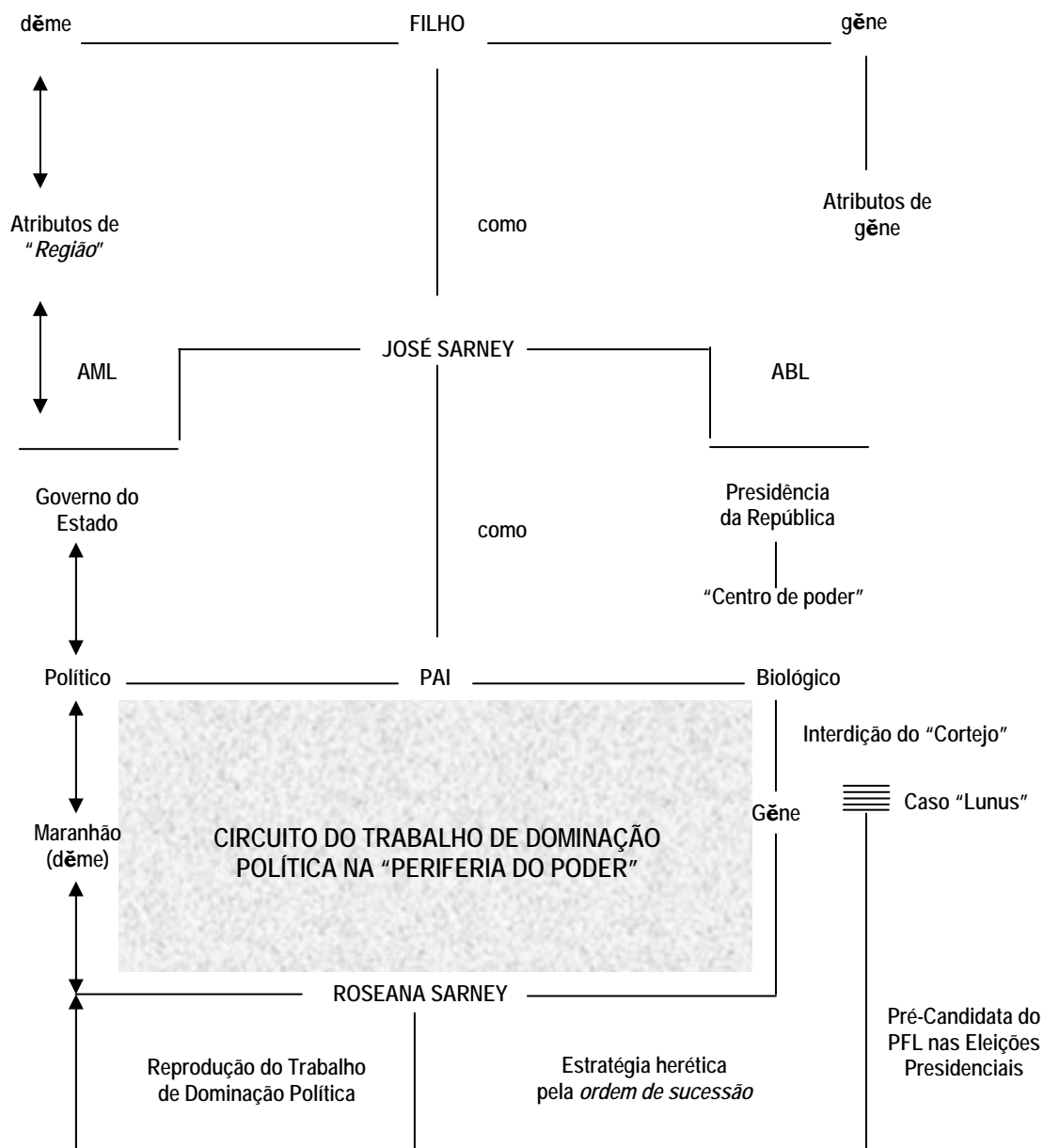
Nesse sentido, Roseana Sarney Murad como pré-candidata do PFL às eleições pode ser a *herdeira de uma ordem política periférica* sob o peso simbólico da herança: a construção da sua imagem pública e a imagem política estão ligadas às posições ocupadas pelo pai, José Sarney, sobretudo quando foi investido na condição de Presidente da República (1985-1990).

No entanto, ao largo do volumoso e extensivo trabalho de construção da figura pública de Roseana Sarney, através especificadamente dos espaços midiáticos, o *cortejo* para o *centro do poder* foi interrompido pela explosão do escândalo político-financeiro denominado de “caso Lunus”.

De um lado, a *ordem de sucessão*, até então restrita a *dême* (Maranhão), expande seus potenciais conflitos e suas latentes relações para um conjunto estrutural mais amplo do que aquele em que relações econômicas e políticas estavam mais circunscritas à *periferia do poder*.

Colocado na escala de acontecimentos nacionais, esse *evento* (TAMBIAH, 1997) concorre para pôr em xeque as estruturas de *poder regional*, ainda que o parâmetro sejam as práticas de poder do *centro de poder*. A questão: a interrupção do *cortejo* sugere uma clivagem no trabalho de dominação política do *Maranhão Dinástico* para fora dos domínios regionais. Um outro abalo na “casa do rei”.

Figura 12 – A interrupção do cortejo como restrição do circuito do trabalho de dominação política



Da tentativa de fabricação do acontecimento pela mídia (CHAMPAGNE, 1993), pelo PFL e pela máquina estatal do governo estadual, por exemplo, até a desistência oficial da pré-candidatura à Presidência da República não faltaram expressões dramáticas de grande intensidade e impacto referidas à *performance* de Roseana Sarney.

Roseana Sarney Murad conjugando os critérios de “honra”, “reputação” e “fragilidade física” capitaliza-os como símbolos do que denomina de “resistência à

perseguição política dos adversários”, intensificando-se o espaço social de dramas pessoais, que é o espaço de maior intensidade na *performance* política de Roseana Sarney Murad.

Assim, utilizando-se da dimensão privada de sentimentos, ela negocia benefícios públicos, confirmando a condição pessoal do *Maranhão Dinástico*. Esse discurso fica anacrônico, pois três anos após a desistência forçada da pré-candidatura à Presidência da República pelo PFL, continua no mesmo tom, como mostra esta passagem de uma entrevista nas “páginas amarelas” da Revista Veja, já em 2005, na posição de senadora da República (PFL/MA).

Veja - Isso se aplica às disputas políticas?

Roseana - Claro. Não existe isso de dizer ‘se perder uma eleição, eu me acabo’. Se eu perder uma eleição, vou ter outra para enfrentar. Não é o fim do mundo. O episódio de 2002, aquela armação eleitoreira em que exibiram 1,3 milhão de reais achados no cofre da empresa do meu marido com o propósito de remover meu nome da lista de presidenciáveis, me machucou de forma intensa, mas passageira. Se eu não tivesse sentido tantas dores físicas muito piores, talvez tivesse me abalado mais. Eu não planejava ser candidata a presidente, mas é claro que gostei de ver o meu nome subindo nas pesquisas. Não deu certo. Fui eleita senadora e o dinheiro nos foi devolvido pela Justiça. Na época, foi trágico. Três anos depois, não acho que tenha sido tão ruim. (BRASIL, S. Veja, São Paulo, n. 37, p. 11-15, 14 set. 2005, grifos meus).

Nesse sentido, que formulações foram construídas pela mídia em relação ao escândalo político-financeiro que Roseana Sarney Murad foi alvo, após ter sido uma das protagonistas da desqualificação, em nível regional, do adversário Eptácio Cafeteira?

3.3.1 O Maranhão não é aqui: representações midiáticas sobre exercício de “poder político” no Maranhão, sobre “Maranhão” e sobre “Roseana Sarney” no *tempo de política* nas eleições presidenciais de 2002

Num breve espaço temporal de três meses – entre novembro de 2001 e abril de 2002 – as palavras já não são mais as mesmas e a tonalidade dos adjetivos fica ainda mais intensa, adquirindo a consistência de *estigma social* (BOURDIEU, 1998a), quando notadamente o discurso dos jornalistas das revistas Veja, Isto É e Época se refere ao Maranhão.

Aqui tomo Maranhão como uma *finis* política, como uma *região (dême)*. Ressalto que é um discurso construído por agentes sociais específicos – jornalistas da região “Sudeste” – sobre um fato social específico.

Adoto como pressuposto basilar que esses jornalistas ao falarem de uma dada realidade social fabricam uma outra tão consistente quanto à primeira, à medida que esta adquire os atributos de “novidade”, de “atualidade”.

A realidade construída pelo acontecimento fabricado é atualizada e atualizável o suficiente para manter uma eficácia simbólica diante da chamada “opinião pública” pela expectativa das próximas notícias.

O problema é que, ao fabricar a realidade pela realidade social, tais jornalistas não tornam públicos os mecanismos de construção, de seleção e de inserção das notícias consideradas “dignas de serem publicadas”. Como formula Champagne (1993, p. 75, grifos meus):

Portanto a mídia doravante faz parte integrante da realidade ou, se preferir, produz efeitos de realidade criando uma visão midiática da realidade que contribui para criar a realidade que ela pretende descrever. [...] A lógica das relações que se instauraram entre os atores políticos, os jornalistas e os especialistas em ‘opinião pública’ chegou a ser tal que, politicamente, é muito difícil agir fora da mídia, ou *a fortiori*, contra ela. É porque a imprensa jamais deixou indiferente o poder político, o qual procura controlar o que chama de ‘atualidade’ quando ele não contribui, com a ajuda de seus adidos de imprensa para ele mesmo fabricá-la.

Entre novembro de 2001 e abril de 2002, período em que examino algumas matérias jornalísticas, numa espécie de amostra, revistas de circulação nacional, “Veja”, “Época” e “Isto É” e os jornais “Folha de São Paulo”, “Estado de São Paulo”, “O Globo” falam do mesmo *evento* (TAMBIAH, 1997) – Roseana Sarney como pré-candidata do PFL às eleições presidenciais de 2002.

No entanto, ao largo dessa linha temporal, as relações no campo político referidas à *ordem de sucessão* tinham mudado na mesma proporção dos fatos atinentes ao “escândalo da Lunus”.

Na *ordem de sucessão do centro de poder*, Roseana Sarney se encontra na posição de *liminaridade* (TURNER, 1967) como pré-candidata do PFL às eleições de 2002, haja vista que de fato não chegou à posição consolidada de concorrente no jogo oficial. Houve, assim, uma condição de pretensa e de ex-pretendente à *ordem de sucessão* referida a esse *centro*.

Da posição de pré-candidata do PFL às eleições presidenciais de 2002 e da posição de ex-candidata desse partido às eleições, alguns jornalistas, analistas políticos, intelectuais que mantêm colunas nos jornais de expressão nacional, e aqueles que são

chamados a opinar¹³² sobre o *evento*, os (*e*)*leitores*, constroem representações sobre “poder político no Maranhão”, ou seja, sobre poder político específico em uma determinada “região”, enquanto espaço de sociabilidades igualmente específicas.

Opinam sobre “Maranhão”, ao que parece uma “região” tomada no sentido oficial da divisão geopolítica do país, utilizando como critério de mediação do discurso a presença de Roseana Sarney na disputa do *centro de poder*.

Roseana Sarney como uma *ficção*, no sentido dado por Geertz (1989), conta com os jornalistas autorizados a opinarem, descreverem dados biográficos da então pré-candidata. Assim, elaboram “trajetórias” como uma sucessão encadeada de fatos que culminam com a posição de Roseana Sarney nesta *ordem de sucessão* específica.

Nesse sentido, as matérias jornalísticas que indicam algumas das prováveis “trajetórias” de Roseana Sarney são cortadas por distintos critérios de encadeamento dos fatos. Noto que, em sendo as trajetórias construções sociais referidas a uma das estratégias de construção da figura pública do político, os percursos sugeridos por elas tentam imprimir uma espécie de *efeito de destino*¹³³, de “acontecimento natural” ao que é resultado de um trabalho complexo de produção da dominação política.

É acionado o critério da consangüinidade/parentesco (*gêne*), como se coubesse uma “herança genética” ou um traço tido como “naturalmente” presente em sucessivas “gerações” da família:

A novidade da campanha eleitoral é a herdeira de uma oligarquia típica do Nordeste. Seu tataravô foi deputado estadual, seus bisavôs deputados federais e o avô desembargador. O pai foi governador, senador e presidente da República. O irmão é Ministro do Meio Ambiente. (MEIRELES; EXPEDITO FILHO; FURTADO. Época. São Paulo, 4 mar. 2002, p. 32, grifos meus).

Ora esse espaço é composto com base em “dados pessoais”, em história das experiências pregressas de Roseana Sarney Murad, que parecem realçar uma predestinação à posição atual de pré-candidata do PFL às eleições presidenciais, bem como realçar um período de pseudo-heresia, diria eu, conforme é observado a seguir:

¹³² Utilizo propositalmente o verbo “opinar” porque embora sejam formulações eivadas de dados sugestivos de uma pretensa análise “científica”, logo ditas “imparciais”, os intelectuais estão referidos aqui ao espaço midiático, portanto, produzindo discursos para circular no espaço da “opinião pública”.

¹³³ Exercício de um julgamento classificatório para produzir os efeitos enunciados e anunciados (BOURDIEU, 1997) que neste caso da pesquisa, me refiro como ao processo de “naturalização” dos atos políticos e trajetória política de Roseana Sarney construídos socialmente para a *ordem de sucessão*.

A filha do ex-presidente pensou em fazer medicina, mas acabou cursando Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UNB). Era uma época em que não se preocupava em pentear o cabelo, usava bata hippie, lia Max Weber, cantava música de protesto e tinha alguma militância política [...]. Nesse período, ela torcia pelo sucesso da Revolução de Cuba e tinha simpatia pelo socialismo soviético. (OLTRAMARI; LIMA; GASPAR. Veja, São Paulo, p. 37, 14 nov. 2001, grifos meus).

Há um pressuposto em evidência, uma representação doutra, de que os acontecimentos, neste caso, os acontecimentos políticos, por si só e em bastando existir, são alvos de matéria jornalística.

Porém, como a lógica prevalente nos demais campos, no campo jornalístico não existe *ato desinteressado*¹³⁴ e, muito menos, acontecimento “natural”, oferecido pelos seus atributos à descrição dos jornalistas.

Os acontecimentos são “naturalizados”, ou seja, a eles é imputado atributo de “natural” pela força de esquemas de apreciação e de percepção compartilhadas pelos agentes sociais em relação nos diversos espaços sociais.

Por se tratar de uma lógica de relações sociais que são compartilhadas por agentes em diferentes posições no espaço social, as construções de uma realidade sobre uma dada realidade social obedecem a regras mais ou menos específicas, que dão a intensidade e o lugar da notícia fabricada no espaço da mídia.

No *tempo de política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995), o *discurso-veredito* dos jornalistas¹³⁵ aciona formas de reelaboração do *acontecimento fabricado* que são as representações sociais.

Por outro lado, alguns jornalistas elaboram discursos porque estão autorizados pela posição que ocupam no campo jornalístico¹³⁶ e pelas agências consagradas, no caso das

¹³⁴ A noção de *interesse* não diz respeito ao interesse individual como aponta a *doxa*, mas ao jogo que se estabelece num determinado campo. Assim, para Bourdieu (1996a, p. 137): “[...] é tentar estender a todas as condutas humanas, aí compreendidas as que se apresentam ou são vividas como desinteressadas [...]”. A noção de *ato interessado* remete à noção de *interesse* que significa o investimento no jogo, que os agentes dispensam no circuito da lógica do jogo político, científico, social, por exemplo.

¹³⁵ Esse discurso é originado nas disposições de percepção e de apreciação do mundo social que conformam classificações e desclassificações sociais a partir dele.

¹³⁶ Ao abordar o campo jornalístico nas suas análises, Pierre Bourdieu conseguiu suscitar um quiproquó (a propósito do título do seu artigo publicado no jornal francês “Le Monde” – “Questions sur un quiproquó” em resposta às críticas dos jornalistas sobre o seu trabalho “Sobre a televisão” (1998c). Incisivo nas questões, expõe que os jornalistas, como os demais agentes sociais, submetidos à lógica interna do campo, exercem uma forma rara de dominação porque são detentores dos meios de se expressarem publicamente, de existirem publicamente e mais, que o campo jornalístico movido pelas lutas e disputas inerentes a ele, o qual “[...] baseia-se em conjunto de pressupostos e crenças partilhadas (para alguém das diferenças de posição e de opinião)”. (BOURDIEU, 1998c, p. 67). Deste modo, os pressupostos partilhados estão inscritos nas categorias de pensamento e esquemas de percepção e apreciação – *habitus* – manifestos como práticas através das representações sociais.

revistas e dos jornais de circulação nacional, que os autorizam a falar sobre Roseana Sarney Murad e sobre o Maranhão.

A eficácia do *discurso-veredito* está, portanto, sedimentada na cumplicidade – mediada pelo *habitus* partilhado – entre quem fala – os jornalistas –, quem lê e quem escuta – os (*e*)leitores –, e, assim, em quem acredita.

Estabelece-se entre os agentes sociais – jornalistas e (*e*)leitores – uma relação de “confiança” na informação e na formação de um conjunto de noções que vão ser compartilhadas por eles doravante.

Quer dizer, a eficácia do discurso está na proporção direta do desconhecimento do poder simbólico como poder arbitrário¹³⁷ e no reconhecimento do que é falado, do que é enunciado e anunciado por pelos porta-vozes legitimados no campo para esse fim.

Deste modo, é estruturada a *crença* no discurso dos jornalistas que têm autoridade de enunciar o *discurso-veredito*, embora este, por vezes, dispense a compreensão, por parte dos (*e*)leitores, dos mecanismos que instituem esse discurso, conforme já acentuei.

O desconhecimento dos critérios é como uma espécie de “fórmula alquímica”, que mantém o “segredo” da produção social do discurso sob a forma de técnicas profissionais específicas. Nisto, o campo jornalístico, numa das suas operações para fabricar um acontecimento, guarda uma proximidade com o “segredo” do aparato administrativo que nos fala Weber (2000) no tipo de dominação burocrática.

É esse desconhecimento que confere o reconhecimento pelo fato de ser proferido por um agente consagrado, estabelecendo-se a autoridade do discurso autorizado. Por isso, a violência simbólica cabe aqui como um atributo da própria função social do acontecimento fabricado.

Para demarcar o que dizem os jornalistas – o *discurso-veredito* – sobre Roseana Sarney como pré-candidata na “ordem de sucessão” do “centro de poder” e de ex-candidata do PFL às eleições – grifo que os jornalistas têm suas posições referidas às posições das agências a que estão vinculados e ao volume de capital simbólico que detêm e que também conseguem mobilizar dos agentes consagrados no campo intelectual, por exemplo.

Agências essas que são amostras primeiras: Revista Veja, Revista Época, Revista Isto É (número especial denominado de “Os brasileiros do ano”), Agência Estado.

¹³⁷ Marcel Mauss (2001) estabelece o arbitrário como atributo de todo o fenômeno social. Em Bourdieu tanto o poder simbólico quanto as relações de dominação são marcadas pelo arbitrário, noção herdada do primeiro. Diz que: “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e de fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) [...] só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário”. (BOURDIEU, 1998a, p. 14).

Tomo como referência as análises dos historiadores¹³⁸ Luiz Felipe Alencastro, José Octávio de Arruda Mello, José Murilo de Carvalho e Wagner Cabral, bem como a análise do filósofo Renato Janine Ribeiro, inseridas nas matérias jornalísticas ou no corpo de colunas específicas das revistas citadas.

A Revista Veja, de 14 de novembro de 2001¹³⁹, insere a análise do historiador Wagner Cabral que tem aqui o atributo específico de ser professor da Universidade Federal do Maranhão e de portar a identidade de “maranhense”.

A reportagem, que informa a dificuldade de penetração eleitoral da chamada “família Sarney” em São Luís, a capital do Estado, aciona a tese¹⁴⁰ do historiador sobre o que denomina de “trajetória dos Sarney” para lhe dar voz. Afirma que: “O interior é um terreno fértil para práticas clientelísticas” (CABRAL apud OLTRAMARI; LIMA; GASPAR. Veja, São Paulo, p. 38, 14 nov. 2001).

Uma única edição da Revista Veja, de 20 de março de 2002, com a chamada de capa “A guerra dos dossiês”, traz a opinião de três historiadores e um filósofo sobre aquilo que denominam de “começo do fim das oligarquias” para enunciarem o discurso sobre a renúncia de Roseana Sarney da candidatura às eleições presidenciais face ao “escândalo Lunus”.

Luiz Felipe Alencastro, historiador e professor universitário, fala sobre a posição do Senador Jorge Bornhausen, presidente do PFL, da renúncia de Roseana Sarney no “Dia Internacional da Mulher” à candidatura costurada para as eleições de 2002, numa relação direta com o critério de “gênero”. Acentua, por outro lado, que é despropositual a comparação de Roseana Sarney com Joana D’Arc, tida como “heroína francesa”. Diz ele em tom coloquial e de fácil entendimento – diferentemente de um trabalho que se destinasse, por exemplo, aos seus pares na academia:

A crise da candidatura de Roseana Sarney estourou quando se comemorava o Dia Internacional da Mulher. Atropelado pelos acontecimentos, o PFL decidiu juntar

¹³⁸ Chamo atenção para o debate entre os saberes específicos – *historia e filosofia* - de peritos (FOUCAULT, 1981) específicos por serem consagrados ou por estarem referidos à “região” que é a fronteira política de uma determinada prática política, o Maranhão, que é o caso do historiador Wagner Cabral da Universidade Federal do Maranhão.

¹³⁹ É o momento em que Roseana Sarney Murad está na posição de pré-candidata do PFL às eleições presidenciais de 2002, com a matéria denominada de “A dama da sucessão: filha de ex-presidente, com saúde frágil e um governo bem avaliado, Roseana Sarney vira a estrela da corrida para o Planalto ao assumir o segundo lugar nas pesquisas eleitorais”.

¹⁴⁰ A matéria fala de “uma tese” sem quaisquer especificações, como se por se só ela se auto-validasse e avalizasse também o discurso de quem o pronuncia. Aqui, a força simbólica da palavra “tese”: um trabalho que se torna “naturalizado” na dimensão de um trabalho acadêmico e assim, tido como “consagrado” e digno de ser crível e referencial para outras análises.

tudo numa coisa só, organizando uma homenagem à data internacional e a Roseana. Num arroubo próprio de campanha eleitoral, o presidente do partido, Jorge Bornhausen, disse num discurso: ‘Nossa candidata não será a Joana D’Arc dos nossos adversários’. E mandou ver: ‘Roseana não vai ser queimada em praça pública e vai reagir como guerreira’. Joana D’Arc (1412-1431), filha de um camponês meio sem-terra, era presumidamente virgem (os historiadores pensam que sim, mas alguns autores de má língua e de grande gênio – Shakespeare, Voltaire, Anatole France – instilam dúvidas). Em todo caso, ela não tinha noivo de nenhuma espécie. Sem pai influente, sem marido empresário, ela saiu de espada na mão comandando muito homens. Talvez, por isso, num mundo machista em que vivia, tenha sido traída, acusada de feitiçaria e queimada, mocinha ainda, numa fogueira em Rouen. Nessas circunstâncias, a comparação entre a santa guerreira francesa e Roseana Sarney parecem fora de propósito. (ALENCASTRO apud HESSEL; EDWARD. Veja, São Paulo, 20 mar. 2002. Ponto de Vista, p. 45, grifos meus).

Através do discurso de Alencastro, a posição de Jorge Bornhausen e de Roseana Sarney é publicizada e publicada, admitindo-se a eficácia do discurso pela posição de quem o enuncia num espaço próprio que é a coluna denominada de “Ponto de Vista” da Revista Veja.

A análise de Renato Janine Ribeiro, filósofo e professor da USP, com publicações consagradas no campo intelectual, é inserida no corpo de uma matéria jornalística intitulada de ‘O começo do fim das oligarquias: as dinastias políticas regionais vêm seu poder ser confinado aos redutos eleitorais’. Ele fala acerca do que denominou ‘isolamento dos coronéis’ como um dos indicativos da derrocada de um sistema de exercício de poder: ‘Essa gente vive de concentrar riqueza e distribuí-la como quer. Esse sistema entrou em pane. Por isso, os coronéis vão ficar cada vez mais isolados’. (HESSEL; EDWARD. Veja, São Paulo, 20 mar. 2002. Ponto de Vista, p. 22, grifos meus).

A mesma matéria insere a análise do historiador José Octávio de Arruda Mello que vincula ao chamado “coronelismo” o atributo de “eletrônico” por força da ligação dos grupos políticos à concessão de canais de rádios e de televisão.

Ele elabora uma análise de cunho generalizante, substantiva, que não está referida à situação específica do Maranhão, porquanto o monopólio dos meios de comunicação pelo grupo político de José Sarney não teve como base uma possível falência financeira.

A matéria jornalística acentua:

A instituição do coronelismo eletrônico foi responsável pela sobrevivência de muitas famílias poderosas que estavam em decadência econômica acentuada. Sem essa arma, eles perdem importante viga de sustentação. (MELLO apud HESSEL; EDWARD. Veja, São Paulo, 20 mar. 2002. Ponto de Vista, p. 45, grifos meus).

Ainda, opina o historiador José Murilo de Carvalho, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, dizendo que: ‘Esses grupos sobrevivem em transações em que o Estado sempre entra com o dinheiro’. (HESSEL; EDWARD. Veja, São Paulo, 20 mar. 2002. Ponto de Vista, p. 45, grifos meus).

A mobilização de agentes consagrados em outros campos que não o jornalístico, ou pelo menos não prioritariamente, é feita a título de reforço do *discurso-veredito* que é enunciado como verdade e é reconhecido assim pelos seus (*e*)leitores.

Em outras palavras, as propriedades de posição dos jornalistas estão referidas ao capital simbólico que os autoriza a falar ou que captam de certos agentes para sustentarem seus próprios discursos.

Sobre as possibilidades de êxito da então pré-candidata do PFL às eleições presidenciais e sobre o “escândalo Lunus”, os *discursos-vereditos* trazem, independente de uma ou outra situação de Roseana Sarney, a referência ao exercício do “poder político no Maranhão” e ao “Maranhão”, bem como as representações sociais em que fica marcado o *espaço estigmatizado*¹⁴¹.

Convém ressaltar que essas referências não são homogêneas e hegemônicas, haja vista que há jornalistas que falam do lugar do Maranhão, enaltecendo Roseana Sarney Murad e, outros, negando a chamada “oligarquia”. Jornalistas, neste caso, que falam de outros lugares, *do centro de poder*. Estes, a exemplo dos jornalistas das revistas Veja, Isto É e Época marcam o Maranhão a partir de estigmas construídos socialmente sobre a região (*finis política*). Há de se registrar, assim, essa luta interna no campo jornalístico que imprime uma marca de dissensão no âmbito das representações que parecem consensuais.

Tomo a noção de *espaço estigmatizado* para ponderar a distância simbólica entre o *centro* e a *periferia*, em lugar da noção de *província*¹⁴².

Certamente, os jornalistas são capazes de acionar mecanismos nas redes de relações (*enjeu*) que estão referidos e autorizados a solicitar – pareceres de peritos, análises de agentes consagrados no campo jornalístico e intelectual, editoriais de primeira página, sondagens de opinião, estatísticas de agências reconhecidas pelos leitores, entrevistas – com as quais se apresentam legitimados pela pretensa “neutralidade” dos discursos acrescidos do que também os autoriza a falar sobre algo, que é a aparência da chamada “imparcialidade” ou da “neutralidade” de quem escreve.

Essa estratégia remete a *doxa* (opinião) para um “sujeito transcendente”, que toma forma num discurso como *veredito*, mas sem autoria assinada e expresso numa matéria

¹⁴¹ Tomando por base a noção de *stigma* para pensar a dominação simbólica dos dominados na lutas pela identidade social, Bourdieu (1998a) configura a noção de *espaço estigmatizado* como sendo uma reivindicação regionalista. Por isso, o *espaço* é aqui a *região*, tratando-se assim de um *espaço estigmatizado*, isto é, “[...] como uma ‘província’ definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao ‘centro’, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra”. (BOURDIEU, 1998a, p. 126).

¹⁴² Acautelome com o uso da noção de *província* porque se trata de uma categoria incorporada de forma muito densa nos esquemas mentais nos domínios históricos, jurídicos, da literatura regional e, sobretudo, as representações nativas de Maranhão enquanto “província de opulência econômica no Império”.

jornalística que diz agregar “pontos de vista diferentes”, sustentado numa base comum e não diferenciada. Como as afirmações, por exemplo: “O Maranhão tem um dos mais baixos índices de desenvolvimento social do Nordeste...”, “Soube-se ali que Jorge Murad voltara a integrar o primeiro escalão...” e assim, sucessivamente.

Girando em torno de um denominador comum – o que os jornalistas e analistas chamam de “atraso social e econômico” do Nordeste e do Maranhão – os “discursos-vereditos” têm a força de falar do que já é falado, sob a forma de novidade, reproduzindo também as formas de dominação política inscritas a partir dos critérios definidos no *centro de poder*.

Construí um quadro que tenta mostrar as representações midiáticas sobre o Maranhão (cortado pelo critério de “região”, de “fronteira”, neste caso, política, econômica e social em relação às regiões denominadas de “Sul” e “Sudeste”), sobre exercício de poder no Maranhão e sobre Roseana Sarney Murad, a partir do *lugar de inserção do discurso e do discurso dos agentes de inserção* (BOURDIEU, 1998a), ou seja, o processo de seleção e construção do acontecimento midiático.

Em outras palavras, nas representações midiáticas que tomo por base – devem ser consideradas as relações estabelecidas entre as propriedades dos discursos, as propriedades dos que os pronunciam e as propriedades das instituições que os autorizam a enunciá-los. Assim:

Quadro 12 – Representações jornalísticas das revistas do *centro de poder*

ATRIBUTOS AUFERIDOS			
“Poder Político”	“Detentores de Poder Político”	“Maranhão”	“Roseana Sarney Murad”
“Oligarquia”, “Oligarquia política”, “Oligarquia eletrônica”, “Dinastia política regional”, “clã político”, “coronelismo nordestino”, “coronelismo do Norte e do Nordeste”.	“Chefes políticos regionais”, “clã dos Sarney”, “oligarcas, coronéis”.	“Feudo”, “Capitania hereditária”, “Estado atrasado e pobre”, “curral eleitoral”.	“Figura nacionalmente inexpressiva”, “filha de uma oligarquia”, “portadora no sobrenome da sina do clã político”, “herdeira de oligarquia típica do Nordeste”, “filha do ex-presidente José Sarney”, “pouca experiência política”, “saúde frágil”.

As referências ao poder político, aos detentores desse poder, ao Maranhão e à pretensa candidata são cortadas pelo *espaço estigmatizado*, que é o critério de “região”, reverberando nos designativos de “feudo”, “capitania hereditária”, “curral eleitoral”.

Esses estigmas sociais se referem a regiões específicas – “Norte” e “Nordeste” – que parecem ter em si atributos imanentes que justifiquem esse estado de coisas.

Tais atributos são classificações reconhecidas de imediato pelos (*e*)leitores que não as questionam, mas estão propensos a associar “feudo” a um estado de ignorância e trevas (por tudo que a “Idade Média” representa para o mundo *savant*).

A chamada “capitania hereditária” é associada à apropriação pessoal do poder político e do direito de sucessão agnática (como indicam os esquemas explicativos consagrados pela historiografia do Brasil). E o que chamam de “curral eleitoral” está ligado ao fenômeno do que foi instituído como prática política dos chamados “coronéis”, em sinonímia como “atraso político e cultural do Brasil”.

Nesse sentido, os jornalistas apoderam-se dos lugares-comuns¹⁴³ tanto para tornar acessível o entendimento do discurso que proferem – banalizar é uma estratégia de reconhecimento do *discurso-veredito* – quanto para estigmatizar aquilo que tomam por aparente defesa.

Aqui, o caso ilustrativo que bem se presta para visibilizar a interlocução entre os jornalistas e os (*e*)leitores, ambos falando das mesmas coisas, através dos mesmos esquemas de pensamento, foi a reportagem de capa da “Revista Veja” sobre o “escândalo da Lunus” que ceifou as chances de participação de Roseana Sarney no processo de sucessão presidencial. Disseram os jornalistas:

Quando Roseana Sarney resolveu candidatar-se a presidente da República, faltou-lhe a percepção de que o comportamento que era assimilado em sua capitânia hereditária, não seria aceitável no resto do Brasil. Na semana passada, sua candidatura se tornou insustentável.

Na semana passada, o primeiro sinal de que o casal Roseana e Murad poderia estar imaginando que o Brasil era igual ao Maranhão veio do Palácio dos Leões, sede do governo maranhense. Soube-se ali que Jorge Murad voltara a integrar o primeiro escalão do governo, apenas um mês depois de sua renúncia.

Com o domínio absoluto dos meios de comunicação no Maranhão, basta ao clã dos Sarney criar uma versão e divulgá-la à exaustão nos limites do Estado para que sua posição fique estabelecida. Basta dar a qualquer história apenas uma aparência de formalidade e legalidade. Habitado a isso, a esse modo de ser, de pensar e de agir, o casal Roseana e Murad julgou que poderia trabalhar no plano nacional nos

¹⁴³ Sobre isso, Bourdieu (2002, p. 394) diz: “Pour me résumer, je dirai que ce qu’il y a de plus terrible dans la communication, c’est l’inconscient, fondement de la communications des inconscients, ce sont en particulier, au sens d’Aristote, ces ‘choses avec lesquelles nous communniquons, mais sur lesquelles nous communiquons jamais’, ces oppositions fondamentales qui rendent possible la discussions et qui ne sont jamais objet de discussion”.

mesmos moldes em que trabalha no Estado. Filhos de uma oligarquia política e eletrônica, eles contaram com esse imenso poder familiar para crescer – e justamente os hábitos de oligarcas, que lidam com a opinião pública como curral, é o que acabou por derrotá-los. (LIMA; OLTRAMARI; POLICARPO JÚNIOR. Veja, São Paulo, p. 15, 17 abr. 2002, grifos meus).

Como o *discurso-veredito* dos jornalistas contribui para publicizar as representações usuais de “Maranhão”, de exercício de “poder político no Maranhão” e de “Roseana Sarney” no domínio da denominada “opinião pública”, as marcas do “espaço estigmatizado” tornam suscetíveis os *discursos-opiniões*.

Na posição de (*e*)leitores na hierarquia dos agentes que dão forma às seções da revista, os argumentos e os protestos são organizados em torno do critério também utilizado pelos jornalistas nos *discursos-vereditos*: a região como fronteira que separa as diferenças instituídas.

No caso aqui em análise, a região é uma fronteira que marca a desclassificação social de um espaço pela classificação instituída por outra região a quem é atribuído o critério de distanciamento de práticas políticas denominadas de “oligárquicas”.

Os jornalistas adensaram seus *discursos-vereditos* sobre Roseana Sarney, a partir do chamado “escândalo Lunus”, num processo metonímico em que o Maranhão como “espaço regional” é tomado como espaço em que a *ordem de sucessão dinástica* não só é permitida como também compartilhada pelos agentes sociais referidos ao Maranhão como realidade empírica – os chamados “maranhenses”.

Os (*e*)leitores se pronunciam sobre o conteúdo da matéria jornalística que toma o Maranhão em oposição às demais formas de exercício político, desta maneira tomo a fala de um (*e*)leitor de Maceió (AL) e outro de São Luís (MA):

Um absurdo! Sou nordestino, assim como meus irmãos maranhenses, e fiquei indignado ao ver a capa da edição 1747. Isso também ocorria nos tempo de Collor, generalizando os alagoanos na ‘república de Alagoas!’. Por que a imprensa ‘sulista’ não trata assim os paulistas e os cariocas? Garanto que em todo o Brasil existem tantos políticos corruptos quanto honestos. (SAMPAIO. Veja, São Paulo, 24 abr. 2002. Cartas, p. 24).

Gostaria de manifestar meu repúdio ao modo desdenhoso e desrespeitoso com que foi tratado o povo maranhense na reportagem ‘A candidata que virou pó’. A capa, por si só, já é uma afronta aos padrões éticos de qualquer sociedade aculturada. O Maranhão não é nenhum ‘curral’. Aqui, ao contrário dos que muito pensam, há pessoas politizadas e um povo trabalhador que merece respeito. (TORRES JÚNIOR. Veja, São Paulo, 24 abr. 2002. Cartas, p.24).

Ao que chamo aqui de *querela dos (e)leitores*, nas edições seguintes a essa que contém os *discursos-vereditos*, os *discursos-opiniões* mostra por um lado que existe um

dissenso presumido – os *(e)leitores* que falam não se vêem inseridos nessa ordem. Por outro lado, mostram um consenso quanto ao critério de construção desses discursos semelhantes àqueles utilizados pelos *discursos-vereditos*.

O embate se movimenta em torno do *espaço estigmatizado*, sem operar clivagens sobre o que de fato está em jogo quando o estigma é parte da construção dos discursos-vereditos.

Os atributos “nordestino”, “povo nordestino”, “povo trabalhador”, “imprensa sulista”, “maranhenses”, “paulistas”, “cariocas” dos *discursos-opiniões* fornecem um *quantum* de força na *querela dos (e)leitores* no espaço apropriado: esses discursos estão à margem – seção “Leitores” – e não como corpo de uma provável matéria jornalística, o que significa dizer, que esses *discursos-opiniões* só podem ser publicados e publicizados na condição de “cartas”. Existem enquanto tais.

Ao contrário dos *discursos-vereditos* que acionam dispositivos de reconhecimento público do discurso “impessoal”, “técnico” e “imparcial”, os *discursos-opiniões* assumem um tom pessoal, embora em nome do *(e)leitor* que produz tal discurso acione a defesa do que vem sobre a forma de “coletivo” e “impessoal”, tais como, “povo maranhense”, “pessoas politizadas”, “povo trabalhador”.

Em contornos ambíguos, os *discursos-vereditos* partem do anonimato dos jornalistas (eles falam da posição conferida pela terceira pessoa do singular, estratégia de dissimulação de autoria) para atingir especificidades – região, governantes e poder político adstritos à conformação política de Roseana Sarney Murad.

Enquanto os *discursos-opiniões* de autoria assumida dos *(e)leitores* tentam generalizar o que os jornalistas tomaram como exceção que foi a chamada “República das Alagoas” (SAMPAIO. Veja, São Paulo, 20 mar. 2002. Cartas, p. 34).

Creio prudente marcar, ainda, que as representações sobre o poder político exercido no Maranhão, os atributos, estão cortados pelas formas de governo de cunho pessoal – chamadas de “oligarquia”, de “dinastia”, de “coronelismo” – sendo interessante notar o uso indistinto delas – e que funcionam como sinônimo de poder pessoal ligado a uma região específica, o “Nordeste”.

Essas representações sociais construídas são aceitas e validadas nos critérios oriundos dos esquemas explicativos da “ciência política”, por exemplo, esquemas esses que sustentam a análise das questões sob a forma de matéria jornalística.

Ainda mais, as representações sociais construídas pelos jornalistas das reportagens analisadas, seguem os mesmos passos que as representações anteriores, isto é, referidas ao

exercício de poder que chamam de “oligárquico”, como sinônimo de processo de exercício político não só pessoal, mas sucessório (*gêne*) que é expresso de maneira incisiva: colocada na condição de *filha biológica* - “filha do ex-presidente José Sarney”, “seu pai deixou o Palácio do Planalto com uma inflação escandalosa” – e na condição de *filha* de um poder ligado ao critério da região (*děme*), ora o Maranhão, ora o Nordeste – “herdeira de uma oligarquia típica do Nordeste”, “filha de uma oligarquia”, “filhos [ela e o marido] de uma oligarquia política e eletrônica”.

A produção do acontecimento midiático é um ato coletivo porque é referido a substrato comum que são as disposições (estruturas estruturantes do inconsciente histórico), todavia é um ato produzido por jornalistas concretos e diferentes conforme “[...] o sexo, a idade, o nível de instrução, o jornal, o meio de informação”, como escreve Bourdieu (1998c, p. 60).

Os jornalistas específicos à discussão do processo eleitoral de 2002, estão destinados no campo jornalístico a nomear (criar, dar existência) os fatos, as palavras que funcionam mais como adjetivos que substantivos. E as palavras têm força, são forças que operam na realidade empírica¹⁴⁴.

Em todo caso, produzindo efeitos de real no real (BOURDIEU, 1998a), esses jornalistas descrevem-prescrevem o mundo social e são produtores do complexo processo de produção do poder simbólico que está na base da violência simbólica.

Para eles é provável que se Roseana Sarney fosse “paulista” não seria “filha de uma oligarquia”, porque esta referência existe onde existe o critério de “região” como sinonímia de “feudo”, “capitania hereditária” e “curral eleitoral”.

O que tais jornalistas não põem em dúvida são os mecanismos que favorecem o trabalho de dominação política pelo exercício de poder dinástico e nem desconfiam que o domínio político supostamente “dinástico” de José Sarney é em parte devido ao poder dos jornalistas e das agências midiáticas para falar algumas coisas e para calar sobre outras, que é a forma como operam os *discursos-vereditos* os quais expressam um acontecimento fabricado (CHAMPAGNE, 1993).

¹⁴⁴ “Porque as palavras fazem coisas, criam fantasias, medos, fobias ou simplesmente representações falsas.” (BOURDIEU, 2001, p. 30).

3.4 *Potlatch* de Estado: um jogo privado na dimensão pública

O Governador Fiquene deixou clara sua posição na campanha eleitoral: ‘Como governador sou magistrado, mas como homem de partido sou Roseana’. E fim de papo. (O Estado do Maranhão, São Luís, 5 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Os adversários do governo Roseana Sarney - que são poucos, diga-se de passagem -, engatilharam recentemente um discurso no qual afirmam que os resultados administrativos só existem na propaganda.

Ontem, na abertura do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Administração, no Hotel Vila Rica, uma declaração da secretária executiva do Ministério da Administração Federal; Cláudia Costin, tornou sem efeito o discurso oposicionista. Disse ela: Não foi só o Maranhão que fez planejamento estratégico. Nós também fizemos, copiando muita coisa do Maranhão.

Descontados o gesto de simpatia, o fato de ser o Maranhão anfitrião do Fórum e o bom relacionamento entre os governos estadual e federal, a declaração da secretária executiva do Ministério da Administração Federal faz sentido.

Queiram ou não os adversários, o fato é que o Governo do Estado vem acumulando bons resultados. Fez uma profunda reforma administrativa, enxugou e deu mais agilidade à máquina estatal, ajustou as finanças públicas à realidade do país e pôs em marcha uma extensa lista de programas e realizações. Vai de vento em popa.

A propaganda do governo, portanto, também faz sentido. Afinal de contas, divulgar realizações é um direito, e até um dever, de qualquer governo, desde que seja uma publicidade honesta.

O Governo do Maranhão tem mostrado o que faz. Numa boa. (O Estado do Maranhão, São Luís, 27 jun. 1997. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Sob os aplausos da multidão, a governadora Roseana Sarney recebeu uma calorosa homenagem dos devotos e romeiros que, domingo à noite, participaram do encerramento do festejo de São José de Ribamar.

[...]

Antes da missa, Roseana Sarney acompanhou a enorme procissão que percorreu a cidade, animada pela banda de Música do Bom Menino. Durante todo o trajeto, a governadora recebeu afagos e cumprimentos de um grande número de devotos e romeiros vindos de diversas localidades do Estado.

Após a missa, Roseana visitou a Igreja de São José de Ribamar, mesmo local em que esteve em agosto, logo após regressar a São Luís. Na ocasião, ela agradeceu a proteção que acredita ter recebido do santo padroeiro durante o período em que se submeteu a tratamento de saúde em São Paulo, onde enfrentou uma série de quatro cirurgias. (O Estado do Maranhão, São Luís, 15 set. 1998. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

As passagens aludidas refletem três momentos aparentemente diferentes. O primeiro momento são as palavras do então governador José Ribamar Fiquene declarando-se portador de duas “faces”: uma como “magistrado” na posição de mandatário do Estado, a outra como “um homem de partido”¹⁴⁵ que se declara adepto à candidatura de Roseana Sarney Murad ao Governo do Maranhão em 1994¹⁴⁶. Como se isso fosse efetivamente possível, mas o que não deixa de ser real porque as palavras criam acontecimentos e provocam aderências.

¹⁴⁵ José Ribamar Fiquene é filiado ao PFL, o mesmo partido político de Roseana Sarney Murad.

¹⁴⁶ Fernando Sarney era Secretário para Assuntos Políticos do Governo José Ribamar Fiquene, irmão consanguíneo da candidata ao Governo do Estado, Roseana Sarney Murad.

O segundo momento é a declaração da então secretária executiva do Ministério da Administração Federal, Cláudia Costin sobre as “realizações” do primeiro mandato de Roseana Sarney Murad no Governo do Estado do Maranhão, enfatizando, sobretudo, “realizações” de “natureza técnica”, como por exemplo, o que designa de “planejamento estratégico”, “profunda reforma de Estado”, “agilidade da máquina estatal” e “saneamento das finanças públicas à realidade do país”.

Tal declaração cria condições de enumerar capitais políticos da então governadora pela fala legitimada de uma porta-voz autorizada do *centro* de poder.

No terceiro momento, uma *performance* dramática de Roseana Sarney Murad num ato que chamo *sacro-político*¹⁴⁷, em que em meio a romeiros na cidade balneária de São José de Ribamar, participa da missa e da procissão do padroeiro da cidade, na condição de Governadora de Estado, candidata a reeleição ao cargo naquele ano.

Unindo essa *performance* dramática, em que não deixa de referir-se às batalhas pela sua saúde – evocação de sentimentos privados que vão sendo negociados na dimensão pública – a um ritual festivo, Roseana Sarney Murad é o principal cabo eleitoral de sua própria reeleição.

Em comum nos três fatos, declarações e atos se constituem em propaganda eleitoral realizadas no âmbito da própria máquina estatal, onde cada agente se vale de sua posição para anunciar o que dizem a respeito da candidata de Roseana Sarney Murad, com a peculiaridade dela mesmo fazer isso também.

Chamo esse comportamento em *tempo de política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995) de *potlatch de Estado* que equivale a um jogo privado nas relações de natureza pública. Nele, o mandatário ou agentes legitimados para falar e fazer crer na eficácia da candidata ao Governo do Estado estão utilizando os dispositivos da gestão estadual como moedas de troca eleitoral, como capital político prontos para serem acrescentados ao conjunto de capitais de Roseana Sarney Murad. Utilizo o termo *potlatch* porque tudo que é feito nesses momentos é feito em profusão, hiperbolicamente, na tripartite relação *dar-receber-retribuir* (MAUSS, 1980).

Há no *potlatch* de Estado aderências e adesões de agentes e grupos sociais que negociam entre si, as parcelas de participação no processo eleitoral.

¹⁴⁷ Chamo essa noção de *sacro-política* por ser uma *performance* referendada por um ato religioso que aqui neste momento acrescenta quantum de *capital* político à candidata Roseana Sarney Murad para a reeleição ao Governo do Estado do Maranhão.

Quando Roseana Sarney Murad se candidatou ao Governo do Estado do Maranhão em 1994, governava o Estado, José Ribamar Fiquene, vice-governador, porque Edison Lobão, governador do Maranhão (1991-1993) havia se ausentado, por força de lei para se candidatar ao Senado da República pelo PFL/MA.

Ambos, Edison Lobão e José Ribamar Fiquene são *filhos políticos* de José Sarney. O então governador Ribamar Fiquene, ao gerir os negócios públicos do Estado, geriu também a campanha política de Roseana Sarney Murad através de ações, dispositivos e estratégias que contavam sempre com a presença ou a marca da então candidata.

Essas estratégias consistiram em inaugurações públicas com a presença da candidata, a participação de Roseana Sarney Murad em solenidades oficiais, visitas a municípios acompanhando o governador José Ribamar Fiquene. Foram estratégias específicas para a continuidade das práticas da cultura do *Maranhão Dinástico* que estão assentadas na construção de uma *relação de patronagem – aliança, proteção, adesão, incorporação*¹⁴⁸ e *intimidação* de adversários. Como coloca Tambiah (1997, p. 17, grifos meus):

Distribuição de suborno na forma de pequenas lembranças, geralmente dinheiro, mas também bebidas alcoólicas, bonés, camisetas, bandeiras e semelhantes, com a finalidade de ‘comprar’ votos e ‘animar’ seguidores e funcionários dos partidos. Embora oficialmente se trate de ‘corrupção’, esta é uma forma usual de facilitação do processo político e de mobilização das multidões. Tudo leva a crer que o exercício da democracia é um empreendimento caro, que produz suas próprias redes de patronagem e suas formas de aliança, proteção, incorporação e mobilização.

Na campanha eleitoral em que o governador José Ribamar Fiquene foi o principal cabo eleitoral de Roseana Sarney Murad, houve medidas que tomou e que consistiram em mais do que a distribuição de pequenas lembranças, como fala Tambiah (1997) acima.

José Ribamar Fiquene toma algumas medidas que em *tempo de política* são bem mais duradouras e assim de maior densidade eleitoral. São medidas que contemplam grupos sociais organizados politicamente em sindicatos de classe, por exemplo – professores, policiais civis, empresários, trabalhadores rurais, como atestam as notícias abaixo e que tendem a se reverter em capital político a favor da candidatura de Roseana Sarney Murad:

[...] concurso público para preencher duas mil vagas na Educação: governo do Estado. (O Estado do Maranhão, São Luís, 9 set. 1994. Caderno política, p. 3, grifos meus).

¹⁴⁸ Literalmente, talvez, “vestir a camisa do candidato”.

[...] atualização do menor salário mínimo do Estado – R\$ 70,00 – a ser pago na folha de setembro, benefício também aos professores da rede estadual. (O Estado do Maranhão, São Luís, 15 set. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Governador Ribamar Fiquene guarda a sete-chaves os índices de reposição salarial a ser dada a Polícia Civil do Maranhão. O percentual já está definido e deverá ser divulgado em breve. Cumpre o acordo firmado com a Adepol. (O Estado do Maranhão, São Luís, 16 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Fiquene foi o primeiro governador a baixar o ICMS incidente nos preços dos alimentos da cesta básica.

Recebeu agora um novo pedido, este para baixar o imposto sobre medicamentos. (O Estado do Maranhão, São Luís, 23 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

O Governo do Estado inaugura dia 14 a Escola de Gestão Pública.

A escola vai especializar servidores em administração pública.

O ministro da Administração, Ronildo Canhim, está sendo aguardado. (O Estado do Maranhão, São Luís, 5 set. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Nada menos que 360 famílias de trabalhadores rurais de Lago da Pedra estão festejando desde ontem.

Foram brindados com títulos de propriedade doados pelo Governo do Estado.

O Governador Fiquene foi representado por João Alberto. (O Estado do Maranhão, São Luís, 5 out. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

É como se fosse ela, por tanto empenho na campanha pelo Governador de Estado, quem tomasse essas medidas que ele toma pela sua presença física nos eventos públicos ao lado do então Governador Ribamar Fiquene e pelo fato dele se colocar como aliado político da sua pretensa sucessora.

Em verdade, o paradoxo deste tipo de *potlatch* de Estado reside no fato de que Roseana Sarney Murad toma as aparências de mandatária do Estado e o Governador de direito, como a figura de um “ajudante de ordens”. Isso provoca uma espécie de ato inaugural antecipado da posse e administração de Roseana Sarney Murad no Governo do Estado, incluindo aí a ausência da “face de magistrado” que o então governador jurava ter.

As práticas que sustentam o trabalho de dominação política numa situação específica que são as campanhas eleitorais estão dispostas num espaço de forças que chamo de *cerimonial de troca*.

Esse *cerimonial* sintetiza formas de negociar com a política pelas estruturas de poder estabelecidas, fazendo desconhecer tanto o caráter arbitrário – porque relações de força¹⁴⁹ – das relações de troca, quanto os interesses que estão em jogo a exemplo desses três momentos.

¹⁴⁹ A dominação simbólica é uma relação de força e que se institui pela percepção recíproca entre dominantes e dominados de um corpo de esquemas de percepção e de apreciação comuns, *habitus*, como princípios práticos de adesão para o conhecimento e reconhecimento da dominação (BOURDIEU, 2001).

Em política, interesses e trocas materiais – *economia do dom* (BOURDIEU, 2001) –, não são explícitas enquanto regras que direcionam o sentido do jogo e dos agentes que apostam no jogo. Um e outro estão implicitamente configurados como regras, mas reconvertidos em princípios de “desinteresse” e de “bem-comum”¹⁵⁰.

Bem se pode observar a estreita e intrínseca relação entre as ações do Governador e a presença em eventos públicos de intensidade eleitoral da candidata Roseana Sarney Murad:

Líderes e professores comunitários participam na próxima 5ª feira, às 16:00 horas, de um encontro no Convento das Mercês [...]
O encontro será presidido pelo Governador Ribamar Fiquene e contará com a presença da Deputada Roseana Sarney, candidata ao governo do Estado; estarão ainda presentes, Alexandre Costa e Edison Lobão, candidatos ao Senado. (O Estado do Maranhão, São Luís, 4 set. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

O grupo social composto por líderes e professores de escolas comunitárias, as quais recebem em *tempo cotidiano*, subvenção do Estado, é em potencial um grande filão na caixa das “moedas” de troca eleitoral. Essa questão se exacerba em *tempo de política*.

O então governador José Ribamar Fiquene não vai só a esse encontro: ao seu lado, a candidata Roseana Sarney Murad a confirmar sua condição de candidata da *ordem de sucessão* e que inclui a participação da candidata na própria gestão governamental.

A lógica da “dádiva” inclui um paradoxo que é parte do seu próprio sentido, enquanto “sistema de troca”: aparentemente “livre” e “gratuita”, fundamenta-se na “retribuição” e não exime o caráter utilitário das relações ali estabelecidas como sintetiza Mauss (1980, p. 147, grifos meus).

De tous ces thèmes très complexes et de cette multiplicité de choses sociales en mouvement, nous voulons ici ne considérer qu'un des traits, profonds mais isolé : le caractère volontaire, pour ainsi dire, apparemment libre et gratuit, et cependant contraint et intéressé de ces prestations. Elles ont revêtu presque toujours la forme du présent, du cadeau offert généreusement même quand, dans ce geste qui accompagne la transaction, il n'y a que fiction, formalisme et mensonge social, et quand il y a, au fond, obligation et intérêt économique.

Nas ações do *Maranhão Dinástico*, esse aparente sistema “livre e desinteressado” aparece sob a forma de tomadas de decisões em que aparece sozinho o mandatário do governo, mas essas decisões não são tomadas em qualquer lugar, mas nas “regiões” de maior

¹⁵⁰ “Diversamente da economia do toma-lá-dá-cá, a economia do dom repousa numa denegação do econômico (em sentido restrito), numa recusa da lógica da maximização do ganho econômico, isto é, do espírito de cálculo e da busca exclusiva de interesse material (em oposição ao interesse simbólico) [...]”. (BOURDIEU, 2001, p. 239, grifos meus).

densidade eleitoral, como a chamada “região tocantina” que inclui o segundo maior colégio eleitoral do Estado, o município de Imperatriz:

A transferência provisória da sede do Governo Estadual para Imperatriz no período de 11 a 15 de julho deixou um saldo positivo para a região tocantina. O governador José Ribamar Fiquene visitou quase todos os municípios, inaugurou e inspecionou obras, reuniu-se com lideranças políticas e anunciou um ousado plano de expansão energética. (O Estado do Maranhão, São Luís, 18 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Como uma relação sedimentada na obrigação, o *potlatch* institui a dominação legítima (BOURDIEU, 2001) por intermédio de um conjunto de obrigações mútuas, concessões e de dívidas que em política não param de crescer. E isso fica explícito nos temas e problemas que Roseana Sarney Murad aborda como elementos de suas “promessas eleitorais”. A quantidade significativa de problemas é proporcional à fartura do que é prometido ao (*e*)eleitorado:

Quadro 13 – Temas e problemas abordados pela candidata Roseana Sarney Murad nas eleições de 1994

Ordem	Tema / Problema	Proposta
01	Educação	Prioridade ao ensino básico pela remuneração através do piso salarial de três salários mínimos; Ampliação do ensino médio e profissional; Consolidação do PROCAD; Criação de centros profissionalizantes nos interiores, destinando os “Caics” para abrigar escolas desse gênero; Intensificar interiorização da universidade.
02	Saúde	Combater e reduzir a mortalidade infantil; Realizações para a criança, o adolescente, o menino de rua.
03	Indústria	Investimento em recursos humanos; Criação de pólos de indústria eletrônica e de tecnologia de ponta; Criar indústrias de segunda geração, a partir do alumínio, das matérias-primas regionais, como cabos de alumínio, laminados, artigos de consumo durável; Fazer a siderurgia do Maranhão; Criar um pólo de indústria açucareira e alcooleira na região do Vale do Baixo Parnaíba e áreas vizinhas.

04	Turismo	Desenvolver uma indústria avançada de turismo a região dos Lençóis Maranhenses e regiões adjacentes, com participação de grandes operadores de turismo internacional; Transformar o Maranhão num grande centro de atração turística, através de recursos do Banco Mundial, Banco Interamericano e na iniciativa privada;
05	Agricultura	Baixada maranhense: adequar manejo de seus recursos hídricos através da construção de barragens; Região situada entre Barra do Corda e Alto Parnaíba e Parnarama e Imperatriz: tecnologia do cultivo de grãos; Vale do Itapecuru: retomar a importância que teve no passado; Rosário a Caxias: incentivo à criação de áreas para implantação de indústrias para o aproveitamento da produção agropecuária da região; Vales dos rios Pindaré e Mearim: estímulo à pecuária de alto padrão e produção de cereais.
06	Ferrovias Norte-Sul	Construção prioritária e imediata da Norte-Sul até Estreito; Tocantins como pólo minero-metalúrgico, guseiro e de outras indústrias; Implantação do projeto de celulose.
07	ZPE	Criação de um novo e grande pólo industrial em Perizes; Criação de uma cidade industrial que irá abrigar a Zona de Processamento de Exportação, já concebida pelo governo do Presidente Sarney; Instalação de um pólo eletrônico, com incentivos para a formação de mão-de-obra, visando a entrada em funcionamento da Base Espacial de Alcântara.

Fonte: O Estado do Maranhão, São Luís, 22 ago. 1994. Caderno Política, p. 3.

A abordagem, a colocação na agenda pública pelos programas eleitorais, comícios e pelos jornais dos *temas* e *problemas* que compõem a pauta de negociações em torno da candidatura política de Roseana Sarney Murad constitui uma prática que é própria das relações de sociabilidade, não obstante, intensificadas em períodos muito propícios a adquirir vantagens nas trocas realizadas no mercado dos bens políticos.

Em *tempo de política*, a abordagem de temas polêmicos como, por exemplo, o tema da “reforma agrária”, da “segurança pública” dão certa consistência aos chamados “planos de governo” e uma aproximação maior com segmentos sociais diferenciados, a exemplo dos trabalhadores rurais, dos policiais e assim por diante.

Períodos que produzem e reproduzem a dominação política e põem em suspenso algumas regras usuais do jogo político. São os períodos de campanhas eleitorais, o *tempo de política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995).

Aqui, relações de sociabilidade se hiperbolizam, intermediadas pela lógica tripartite do *potlatch* (MAUSS, 1980)¹⁵¹, principalmente nos municípios do interior do Estado.

O então governador José Ribamar Fiquene intensifica a campanha de Roseana Sarney Murad em Imperatriz, praticamente às vésperas das eleições:

Otimista quando à vitória de Roseana Sarney para sucedê-lo no Governo do Estado a partir de 1º de janeiro de 95, o Governador José de Ribamar Fiquene vota amanhã [...] em Imperatriz. Ontem, Fiquene inaugurou o primeiro trecho dos 700 metros, setor Beira-Rio, da avenida que leva o seu nome. Para um público de aproximadamente 20 mil pessoas, o Governador Fiquene falou de esperanças quanto ao futuro do Maranhão e da Região Tocantina e de sua certeza de continuidade das obras do seu Governo em Imperatriz, com a eleição de Roseana e José Reinaldo. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 2, 14 nov. 1994, grifos meus).

Por outro lado, o prefeito de Codó, em 1994, conforme informou o jornal O Estado do Maranhão, “trabalha 24 horas/dia” para a eleição de Roseana Sarney Murad, “dando” às pessoas casas através de sorteio, cestas básicas, leite, distribuição que não faz parte, muitas vezes no *tempo cotidiano*, das políticas municipais:

Biné Figueiredo mergulhou na campanha de Roseana Sarney na última segunda-feira e disse que, se preciso, trabalhará 24 horas por dia. Na quarta, a Folha flagrou¹⁵² duas funcionárias da prefeitura em campanha para Roseana no bairro mais pobre da cidade, Codó Novo. Elas agiam sob as ordens da mulher do prefeito, Eliane Figueiredo. Biné promete sortear dez casas antes das eleições. O juiz eleitoral da cidade, José Eulálio Almeida, disse que não admitirá o sorteio. Na véspera do primeiro turno, o juiz mobilizou 60 homens do Exército para impedir o sorteio das mesmas casas e a distribuição de cestas básicas pela prefeitura. Biné nega haver objetivo eleitoral na distribuição de casas e alimentos... O prefeito admite, no entanto, que com os sorteios gera ‘votos de gratidão’ do eleitorado pobre.

¹⁵¹ Marcel Mauss em “Essai sur le don” articula a noção de *potlatch* em todo o corpo do trabalho, mas reservo esta formulação por marcar essa noção à relação de instituição de uma hierarquia e à formação de alianças decorrente das prestações e das contra-prestações : “Il y a pretation totale en ce sens que c’est bien tout le clan qui contracte pour tou, pour tout ce qu’il possède et pour tout ce qu’il fait, par l’intermédiaire de son chef. Mais cette prestation revêt de la part du chef une allure agonistique très marquée. Elle est essentiellement usuraire et somptuaire et l’on assiste avant tout à une lutte des nobles pour assurer entre eux une hiérarchie dont ultérieurement profite leur clan. Nous proposons de réserver le nom de potlatch à ce genre d’institution que l’on pourrait, avec moins de danger et plus de précision, mais aussi longuement, appeler: prestations totales de type agonistique”. (MAUSS, 1980, p. 152-153, grifos meus).

¹⁵² O campo jornalístico conta na sua lógica com uma regra peculiar às ações policiais e policiaescas, a exemplo do que é dito: a Folha [A Folha de São Paulo] flagrou [...].

A prefeitura também distribuiu 2.400 litros de leite e 400 litros de sopa por dia. Biné, o maior empresário da região, diz que suas empresas distribuem 2.000 litros de leite de soja por dia, 2.000 litros de leite de vaca por quinzena e 6 toneladas de arroz por mês. (Folha de São Paulo, São Paulo, p. 19, 30 out. 1994, grifos meus).

Naquele município se deu uma das mais afrontosas intervenções públicas a favor da candidatura de Roseana Sarney Murad quando entraram diretamente os recursos materiais, mobilizados pelo então prefeito, para a população em *tempo de política*.

Conjugar a figura política de José Sarney e o evento da *Copa Mundial de Futebol*, foi o bastante para render uma boa *taxa de mais-valia política* para o segundo turno das eleições de 1994, com a marca *dinástica* das práticas de poder:

As oitenta famílias de Montevideú, povoado com casas de barro e teto de palha na zona rural de Codó (a 225 km de São Luís), viram o ex-presidente José Sarney pedir votos para a sua filha Roseana em discurso de quase 30 minutos na televisão, na última segunda.

O discurso foi divulgado pela Prefeitura de Codó através de uma antena retransmissora do SBT da administração municipal.

Sarney referiu-se a Cafeteira como um velho que ‘dorme até às 11h e precisa fazer sesta depois do almoço’.

Os moradores assistiram ao programa pelo aparelho instalado em praça pública pelo prefeito de Codó, Biné Figueiredo, nas quarta-de-final da Copa do Mundo. (Folha de São Paulo, São Paulo, 30 out. 1994. Caderno Brasil, p. 19).

Em *tempo de política* são observadas as incoerências, as expansões e os exageros próprios ao *cerimonial da dádiva* como fundamento do *potlatch* (MAUSS, 1980) político. Nessa direção, as fronteiras entre o *presente e o veneno – gifts and poison* – (BAILEY, 1971)¹⁵³ são rarefeitas.

No *tempo cotidiano* das práticas políticas, o *cerimonial de troca* é uma prática contínua, geralmente subliminar, mas efetiva, alicerçada pelas parcelas de cargos em jogo naquele momento, pelas concessões fragmentadas e difusas de serviços públicos, pelas medidas de “impacto circunstancial”, como as construções públicas de grande porte, geralmente infra-estruturais e cercadas de um aparato publicitário do mesmo porte, tanto pela mídia, como pelas próprias ações de gerenciamento das coisas públicas.

Nesse sentido, o governo de Roseana Sarney Murad, iniciado em 1995, tem muito a dizer sobre as negociações que envolveram as práticas de poder em que os agentes sociais que as exercitaram queriam permanecer no âmbito dessas práticas.

¹⁵³ Refiro-me ao trabalho “*Gifts and poison: the politics of reputation*” (1971) no qual se analisam relações de *poder* e de *honra* numa cidade dos Alpes franceses.

Falo do segundo momento do *potlatch* de Estado nas eleições de 1998 em que as ações e dispositivos de governo de Roseana Sarney Murad são seus capitais políticos que vão sedimentar a sua reeleição ao mesmo cargo.

Vou usar a noção de *estratégia* (BOURDIEU, 1996b) para etnografar as decisões pessoais e de governo que estiveram a serviço de uma campanha para a reeleição de Roseana Sarney Murad ao Governo do Estado.

Parece provável que a possibilidade da reeleição para os cargos de Presidente da República e Governadores de Estado acabe por conformar o primeiro mandato como um palanque dotado de mobilidade política – os *cortejos* (GEERTZ, 1997) – e de instrumentos administrativos capazes de serem reconhecidos e aceitos como pré-requisitos para a continuação de um primeiro governo que nem começou, em algumas vezes. O primeiro mandato nunca é esquecido: é um *potlatch* de Estado de grande envergadura que se estabelece.

Uma estratégia atípica em circunstâncias eleitorais foi adotada para impedir que o irmão do ex-marido de Roseana Sarney Murad – Ricardo Murad – se candidatasse ao cargo de Governador de Estado, concorrendo com ela: separada judicialmente de Jorge Francisco Murad, irmão do pretense candidato ao Governo de Estado, Ricardo Murad, Roseana Sarney Murad casa-se novamente com o ex-marido, impedindo assim, a candidatura do então, cunhado:

A governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PFL), e seu ex-marido, Jorge Murad, devem se casar de novo amanhã, em São Luís (MA). Jorge é secretário de Planejamento do governo.

O casamento tornará inelegível o ex-deputado Ricardo Murad (PDT) – irmão de Jorge e cunhado de Roseana – que tem feito oposição à família Sarney e hoje pretende ser candidato a vice-governador na chapa do líder do PPB no senado, Epiácio Cafeteira.

[...]

Ricardo Murad disse que a nova união do casal é uma ‘armação’ pra torná-lo inelegível nas próximas eleições do ano.

‘Esse é um casamento de interesse para me prejudicar. Como é que você se separa de uma mulher em 88, em outubro de 97 se divorcia dela e, 20 dias depois, se casa com a mesma mulher? Se não é para me prejudicar, é para quê?’ (Folha de São Paulo, São Paulo, 27 nov. 1997. Caderno Brasil, p. 9, grifos meus).

Numa segunda estratégia, que defino como a construção de uma *região prometida*, as fronteiras do Maranhão foram reinventadas. Essa estratégia de *potlatch de Estado*, cujo caráter foi oficializado e institucionalizado pelas práticas ostentatórias da política, remete para o reconhecimento do (*e*)*eleitor* como atributo do legítimo mandatário.

Estou me referindo, de modo mais genérico, às *formas redistributivas* das políticas públicas que deslocam aparentemente o sentido pessoal das práticas de poder para a esfera das práticas burocráticas de Estado.

Em outras palavras, ainda na dimensão mais conceitual, quando parece haver um deslocamento das concessões pessoais do político para as obrigações do Estado, tido como autoridade impessoal, a força do *potlatch de Estado* se intensificou, intensificando assim, o reconhecimento por parte do (*e*)*leitor* da autoridade do candidato que “redistribui” não mais concessões, porém equivalentes em moeda política: políticas públicas focais e temporárias são exemplos disto, no entanto não só isso. Essas estratégias respondem pela transformação do capital econômico em capital simbólico, base da dominação política.

A análise de Bourdieu em “Violência simbólica e lutas políticas” (2001) é uma referência para isso:

Também conviria analisar o longo processo pelo qual o poder simbólico, cuja acumulação se realiza primeiro em favor de um único, como no potlatch, deixa pouco a pouco de ser o princípio de poder pessoal (mediante a apropriação pessoal de uma clientela, pela distribuição de dons, prebendas, cargos e honrarias...) para se converter no princípio de uma autoridade impessoal, estatal, por meio da redistribuição burocrática a qual, apesar de obedecer em princípio à regra ‘o Estado não concede favores’ (a pessoas privadas), jamais exclui de todo, com a corrupção, formas de apropriação pessoal e de clientelismo. Assim, mediante a redistribuição, o imposto entra num ciclo de produção simbólica na qual o capital econômico se transforma em capital político: como no potlatch, a redistribuição é necessária para assegurar o reconhecimento da distribuição. (BOURDIEU, 2001, p. 245, grifos meus).

Refiro-me a três dispositivos que compõem essa estratégia de reinvenção das fronteiras do Maranhão que ao final e ao cabo, funcionaram como eficazes moedas eleitorais e mais do que isso, como reforço à centralização das práticas de poder nas mãos dos agentes que se loclupetam na esfera do *Maranhão Dinástico*.

O primeiro dispositivo foi a chamada “Reforma Administrativa do Estado” em que Roseana Sarney Murad substituiu 22 (vinte e duas) Secretarias de Estado por 8 (oito) “Gerências de Estado”, dentre elas a *Gerência de Qualidade de Vida* (correlata à antiga Secretária de Saúde), ocupada por seu amigo pessoal, o empresário João Guilherme Abreu; a *Gerência de Desenvolvimento Social*, nomeando o político aliado do chamado “grupo Sarney”, o ex-deputado estadual Jorge Jenkins Pavão, além da *Gerência de Justiça* e da *Gerência de Cidadania*¹⁵⁴.

¹⁵⁴ Grande parte do antigo secretariado da primeira gestão de Roseana Sarney Murad (1994-1998) sofreu alteração nesse período, assim como mudaram alguns titulares das recém-criadas *Gerências de Estado* (1998-2002), indicando as necessidades de negociações e adequações no jogo político em vigor.

A Gerência de Estado da Infra-Estrutura continuou nas mãos do antigo Secretário de Infra-Estrutura, seu amigo pessoal, o arquiteto Ricardo Perez. *A Gerência de Desenvolvimento Humano* – correspondendo à antiga Secretaria de Educação foi ocupada por seu aliado político e amigo, Luiz Fernando Silva.

A Gerência de Segurança Pública continuou sob a coordenação do antigo Secretário de Segurança Pública, Raimundo Nonato Cutrim, assim como a *Gerência de Receita Estadual* continuou com o antigo Secretário de Fazenda, Osvaldo Jacinto que já havia sido Secretário dessa pasta nos governos anteriores de Edison Lobão e José de Ribamar Fiquene. Este foi o caso ainda, da *Gerência de Administração e Modernização* assumida pelo administrador de empresas, Luciano Moreira, que havia sido seu Secretário de Administração, assim como Secretário de Administração nas gestões estaduais de Edison Lobão e José Ribamar Fiquene.

Para a *Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico* foi nomeado o antigo Secretário de Planejamento, Jorge Francisco Murad Júnior que detinha uma agência do quadro burocrático de maior peso e relevância econômica e política. Ele é o marido da então governadora Roseana Sarney Murad, expressando de maneira visível a intensidade das relações pessoais no âmbito da gestão pública do Maranhão. Colaborando com esse quadro burocrático de fortes matizes dinásticas, foram nomeados para titulares de “Gerências de Estado”, amigos pessoais da então governadora do Maranhão.

A chamada “Reforma Administrativa de Estado” também instituiu 18 (dezoito) “Gerências Regionais” nos municípios-sede das chamadas “regiões administrativas” anteriormente desenhadas, dentre elas, a *Gerência Metropolitana de São Luís*, administrada no seu governo pelo engenheiro-perito (FOUCAULT, 1981) e amigo, Max Barros, atual deputado estadual (PFL/MA) na legislatura de 2002-2006.

O documento intitulado “Um Novo Modelo de Gestão para Fazer Muito Mais: Diretrizes da Governadora Roseana Sarney Murad para a concepção de novos modelos organizacionais e de gestão para o serviço público estadual do Maranhão”, de agosto de 1998¹⁵⁵, argumenta na “Apresentação” (MARANHÃO, 1998, p. 4) que:

O reconhecimento da gestão da Governadora Roseana Sarney dentro e fora do Estado tem explicação, dentre outras razões, exatamente pela estrita observância de uma administração planejada e organizada, o que lhe permitiu fazer uma transição equilibrada da era inflacionária que o Brasil viveu até o advento do Plano Real [...].

¹⁵⁵ Cabe ressaltar que consta no documento a expressão “Pra fazer muito mais” que foi o slogan da campanha de Roseana Sarney Murad à reeleição ao cargo de Governadora do Estado do Maranhão. Também ressaltar que o documento se constitui um dispositivo a serviço do *potlatch de Estado*, tendo em vista que foi editado em pleno período eleitoral – agosto de 1998.

No momento de submeter-se novamente ao juízo popular, em disputa pela reeleição para o cargo, não poderia ela dar início a essa jornada sem apresentar à população o que pretende fazer no novo mandato que busca.

Apesar do anonimato da referida “Apresentação” desse documento oficial, a linguagem usada é a linguagem do discurso eleitoral, apontando um dispositivo como instrumento igualmente eleitoral por servir como capital necessário a ser negociado nesse *tempo de política*.

Nesse mesmo documento, há uma fala da então governadora Roseana Sarney Murad, constante do item 1 – “Necessidades de mudanças no atual modelo de gestão” – em que fala de três questões básicas a uma campanha eleitoral: o que foi feito por ela, porque se candidata à reeleição e o que pode ser feito se continuar gerindo o Estado. Para exemplo, cito trechos desse discurso:

Nesses 04 anos de governo, trabalhamos para criar as condições que levarão o Maranhão a cumprir seu destino de Estado próspero e desenvolvido. Reorganizamos e modernizamos a administração estadual, investimos maciçamente em obras de infra-estrutura: estradas, energia elétrica, saneamento básico. Obtivemos importantes conquistas na educação e na saúde. Realizamos o mais consistente programa de reforma agrária do País. E temos uma política de ação social que nos distingue como um governo solidário com os mais humildes. (MARANHÃO, 1998, p. 5, grifos meus).

Se nesse discurso não estivesse indicada a fonte, é provável que se pensasse tratar de um discurso feito em palanque eleitoral. Mas não: é um item de um documento patrocinado pela então “Gerência de Administração e Modernização” do Estado do Maranhão.

Em verdade, um espaço material para que Roseana Sarney Murad se manifeste às expensas do Estado sobre o que de provável “realizou nesses quatro anos de mandato”, enfatizando o discurso corrente do chamado “destino histórico do Maranhão para o desenvolvimento”. Uma atitude *dinástica*, porque pessoal no âmbito da dimensão pública expressa em um documento oficial.

Ela continua, agora tentando justificar-se como candidata à reeleição para “dar continuidade” ao que arrolou na fala acima, acrescentando ainda a “promessa eleitoral” *savant* de “oferecer melhores condições e qualidade de vida aos mais humildes”:

Para todos nós, brasileiros a possibilidade da reeleição é uma nova realidade. Para o Maranhão, em especial, ela é de vital importância, porque assim não se verá interrompido o projeto de construção de um Novo Tempo, que culminará com

melhor qualidade de vida e ascensão econômica e social para todos. (MARANHÃO, 1998, p. 5, grifos meus).

Por fim, como estratégia maior tende a apontar a incompletude de ações de governo nesses quatro anos de mandato, mostrando que o maior entrave para as limitações foi o que chamou de “[...] limitações operacionais na ação cotidiana da gestão governamental [...] decorrentes da estrutura organizacional e dos modelos de gestão em vigor”. (MARANHÃO, 1998, p. 5, grifos meus). Por isso, ela propõe a chamada “Reforma Administrativa do Estado”:

Ocorre que tais modelos não facilitam a integração entre o planejamento e a ação, além de não permitirem que esta ação se dirija prioritariamente para o usuário-cidadão do serviço público. O resultado desta situação é um aparelho de Estado voltado para processos e para si mesmo, onde predomina o formalismo e a auto-suficiência. Tal estado de coisas não pode continuar! (MARANHÃO, 1998, p. 5, grifos meus).

Roseana Sarney Murad encerra sua fala no documento público – na dimensão pública – com uma linguagem de palanque eleitoral, pontuada por uma exclamação de indignação, um ato performático próprio de político em campanha eleitoral.

Através da mensagem nº 53, de 16 de dezembro de 1998, a governadora reeleita, Roseana Sarney Murad encaminha à Assembléia Legislativa o projeto de lei sobre a “Reforma Administrativa do Estado” que uma vez aprovada transformou-se em Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998.

Ao que tudo indica, Roseana Sarney rearticulou por essa “reforma administrativa”, que foi muito mais que isso, uma “reforma política”, as correlações de forças do campo político pelo princípio do “dividir para governar”.

Diluiu pela criação das chamadas “Gerências Regionais”, a concentração de poder dos políticos circunscritos em pequenas regiões ou municípios. Ao mesmo tempo, adensou o poder em torno das decisões centradas em suas mãos, já que as “Gerências de Estado” pareciam ter alcance de manobra mais limitado, através da sua presença direta nas ações de governo:

Hoje tenho oito gerências temáticas que formulam as políticas, e os gerentes regionais que estão na base e executam essas políticas. Todo mês, eu e meus gerentes embarcamos num ônibus e viajamos pelo estado, em governança itinerante¹⁵⁶, conferindo nas listas que levo em pastas correspondente a cada um dos

¹⁵⁶ O chamado “governo itinerante” das gestões de Roseana Sarney Murad será abordado adiante num item específico.

217 municípios, se as providências foram tomadas. (Revista Vital Cidades do Brasil, 20 fev. 2005).

O segundo dispositivo, denomino de *mecenato de Estado* (HAACKE; BOURDIEU, 1995) e refere-se ao patrocínio direto da administração estatal e o reordenamento do calendário oficial das festas chamadas “populares” (DUVIGNAUD, 1999) – carnaval, São João e as manifestações das festas de “reggae” – a participação direta da então Governadora Roseana Sarney Murad nas referidas festas:

Roseana Sarney saiu entusiasmada do Maiobão na noite de 5ªfeira. Esteve ali para acompanhar o show da Tribo de Jah. Foi simplesmente ovacionada por mais de 10 mil pessoas. (O Estado do Maranhão, São Luís, 20 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Por onde passa, Roseana arrasta multidões em festas populares. (O Estado do Maranhão, São Luís, 13 set. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Esse dispositivo de intervenção pela participação pessoal nas festas continua a ser utilizado no decurso do *tempo de política* em 1997:

Palco das mais tradicionais manifestações da cultura popular maranhense, a Madre Deus está sendo totalmente recuperada, para sediar a maior festa junina jamais vista no Maranhão.

Por isso, a governadora não abriu mão de fazer uma visita às obras do projeto Viva Madre Deus, através do qual o governo está investindo na melhoria da infraestrutura urbana do bairro, para torná-lo, ainda mais capaz de produzir a arte que tanto alegra e enche de orgulho o Maranhão.

[...]

Roseana Sarney ainda voltou à Madre Deus, na parte da tarde, desta vez acompanhada de seu pai, o senador José Sarney, a quem detalhou tudo o que foi projetado para o local e o andamento das obras. (O Estado do Maranhão, São Luís, 14 jun. 1997. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

É provável que todo o período de 1994 a 1998, equivalente a primeira gestão estadual de Roseana Sarney Murad como governadora de Estado, seja não um *tempo cotidiano*, porém um *tempo de política* para eleições de 1998. Algumas medidas sugerem isto que acaba por desembocar numa *reinvenção da dême*:

UNESCO declara São Luís Patrimônio da Humanidade. (O Estado do Maranhão, São Luís, 24 jan. 1997, p. 1, grifos meus).

O programa Viva Madre Deus¹⁵⁷ faz escola.

¹⁵⁷ Programa que consiste na construção padronizada de praças nos bairros de São Luís para apresentações artístico-culturais.

Lançado pela governadora Roseana Sarney, o programa está sendo solicitado pelos moradores da Maioba e do distrito do Maracanã. (O Estado do Maranhão, São Luís, 13 out. 1997. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Ou ainda:

Turismo terá R\$ 28,8 milhões: Roseana e o presidente do BNB assinam contrato do PRODETUR para investir em São Luís e Alcântara. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 8 jan. 1998, grifos meus).

Nas sucessivas inserções ostentatórias na dimensão “cultural” do Estado, Roseana Sarney Murad, na prática do *mecenato de Estado*, parece que priorizou investimentos ligados à área de turismo, como atividade comercial, dando ênfase aos investimentos privados na área de hotelaria¹⁵⁸, por exemplo; aos “eventos populares” – carnaval e São João – e “eventos fora de época”¹⁵⁹; à “importação” de pessoas de relativa consagração no campo cultural do *centro de poder*¹⁶⁰ para ocupação de postos-chaves no aparato burocrático, constituindo uma espécie de subcampo administrativo formado por *intelectuais de corte*.

Convém lembrar aqui a escolha para compor o quadro burocrático do governo, na posição de Secretário de Cultura, o artista “maranhense” José Pereira Godão, significando isto a cooptação e a reversão de resistências, neste caso, de grupos culturais (“tribos de reggae”, “bumba-meu-boi”, “escolas de samba”).

Essa política como *mecenato de Estado* (HAACKE; BOURDIEU, 1995) é uma forma sub-reptícia de dominação que, em primeira vista, supõe a privatização das instituições culturais pelas imposições das próprias regras do jogo político e econômico em um cenário mais amplo, digo, no cenário nacional e internacional. Além disso, se presta muito bem ao *potlatch de Estado*, subsídio para a campanha eleitoral de 1998.

Acredito que nesse sentido, o *mecenato de Estado* (HAACKE; BOURDIEU, 1995) é um mecanismo de poder em que o Estado pensa e age pela lógica da rentabilidade, do lucro e do capital.

Ampliando ainda mais o raio de alcance de medidas como esta, o terceiro dispositivo utilizado coloca na ordem do dia, a mesma lógica que funciona no *centro de poder*, organismos internacionais de agenciamento das questões de países como o Brasil e de

¹⁵⁸ A construção de hotéis e chalés na cidade de Barreirinhas no final dos anos 90 e que passou a ser considerada como “pólo turístico”, por exemplo.

¹⁵⁹ O evento chamado de “Marafolia” uma espécie de “carnaval fora de época”, promovido pelo Sistema Mirante de Comunicação de propriedade de José Sarney e patrocinado pelo Governo do Estado.

¹⁶⁰ Refiro-me a Fernando Bicudo que veio do Rio de Janeiro para dirigir o *Teatro Artur Azevedo* e a presença constante da cantora Alcione Nazaré na campanha ao governo de Estado, cantando inclusive o jingle carro-chefe dessa campanha de 1998.

“regiões” como foi o caso do Maranhão e mais especificadamente do município de Alcântara: “Acordo entre o BID e o Ministério da Cultura, Secma recebeu 10 milhões de reais do Programa de Revitalização dos Centros Históricos”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 16 jan. 1997. Caderno A, p. 6).

Desloca a cidade de Alcântara do critério de cidade histórica, signo da chamada “opulência do passado do Maranhão” para um futuro de critérios financeiros e tecnológicos, reinventando as fronteiras simbólicas:

A Base de Alcântara ingressa, este ano, definitivamente, no fechadíssimo e milionário clube espacial.

Em data do segundo semestre ainda a ser definida, dispara seu primeiro Veículo Lançador de Satélite.

Ali já se trabalha em clima de contagem regressiva. (O Estado do Maranhão, São Luís, 14 jun. 1997. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

A cidade de Alcântara (MA) sedia hoje o projeto aeroespacial de lançamento de foguetes¹⁶¹, acenando para constituição novas fronteiras de poder político pela inserção no mercado nacional e internacional de “regiões” consideradas “históricas”.

Desta forma, as fronteiras do Maranhão (*dême*) foram reinventadas, segundo esboço sugere (ver APÊNDICE G).

A *dême* reinventada não representa uma clivagem em relação aos dispositivos que pautaram as políticas de governo estadual de José Sarney no Maranhão, mas oferece continuidade ao *Maranhão Dinástico*, porquanto as práticas de poder continuam a serviço da “casa do rei”.

3.5 Em-Nome-Do-Pai: o *discurso-dinástico* de José Sarney sobre Roseana Sarney Murad

Sou do partido da minha filha (SARNEY apud MIRANDA. Veja, São Paulo, p. 22 14 nov. 2001, grifos meus).

O ex-presidente José Sarney foi alvo de uma grande manifestação de carinho e apoio, ontem em Timon.

Ao participar do ato de reinício da Ponte da Amizade. (O Estado do Maranhão, São Luís, 19 set. 1998. Caderno Política, p. 17).

A relação no espaço de investimento político, pensada na rede de relações (*enjeu*) entre os diversos agentes sociais que estão na disputa pelas posições inventariadas na *ordem*

¹⁶¹ Na condição de Senadora da República (PFL/MA) foi relatora no senado do “Acordo de Salvaguardas Tecnológicas” entre Brasil e Ucrânia, ainda que seja apenas *suplente* da Comissão de Relações Internacionais.

de sucessão no *Maranhão Dinástico*, está eivada de ambigüidades e tensões próprias à constituição das práticas e sociabilidade política.

Essa relação constitui, no âmbito da formação da intrincada *rede de parentesco social ampliado*, uma espécie de *ética do nepotismo* (BARREIRA, 2006)¹⁶² que para os agentes sociais nela envolvidos possui uma lógica própria de relações de familiaridade, lealdade e identificações mútuas.

José Sarney – enquanto *pai biológico, social e político* de Roseana Sarney Murad – tem uma relação tensa no espaço da política regional e nacional de tal forma que as ambigüidades da *ética do nepotismo* (BARREIRA, 2006) são elementos constitutivos de uma *perspectiva de herança pela reprodução do conatus* (BOURDIEU, 1996a).

Essas ambivalências dizem respeito aos processos de instituição, de nomeação e de consagração daquela que *Em-Nome-do-Pai* deveria reproduzir o trabalho de dominação política: Roseana Sarney Murad. Simultaneamente, ela representaria a possibilidade sempre atual de romper o circuito de reprodução desse trabalho.

Esse rompimento poderia se efetivar mediante a transgressão herética em que o herdeiro nega a herança e deixa em aberto o próprio trabalho de dominação política – *transgride para além da linha de transgressão lícita pela ordem* – ou pode se originar na interrupção de uma trajetória política sustentada nas disposições regradas e reguladas do processo de reprodução que se rompe para a surpresa do pai e da própria herdeira.

Neste exercício, pretendo incidir a análise sobre o que o *pai político* diz de uma das suas *filhas políticas* – Roseana Sarney Murad – porque José Sarney tem inúmeros *filhos políticos* submetidos às regras lógicas da *ética do nepotismo* (BARREIRA, 2006), mas com o diferencial de que além de ser sua *filha* política é também sua *filha biológica e social*.

Isto revela um discurso dinástico mais contundente, acrescido de elementos que não apareceriam em outros como a intensa afetividade confirmada/denegada nesse jogo de ambigüidades políticas. Destaco o que diz José Sarney sobre a filha Roseana Sarney Murad, dizendo sobre ele mesmo, nas campanhas eleitorais para o Governo do Estado em 1994 e 1998 e quando ela foi a pré-candidata do PFL à Presidência da República em 2002.

Aqui, no *discurso dinástico* sobre Roseana Sarney Murad, José Sarney potencializa a ação política pela verbalização da opinião política que constrói sobre a filha.

¹⁶² A *ética do nepotismo* é uma noção pensada por Barreira (2006) que supõe um conjunto de regras e lógicas próprias pertinentes a agentes sociais no espaço das disputas políticas, funcionando como um conjunto de regras estruturadas capazes de enfatizar ou estabelecer novas formas de sociabilidade em *tempo de política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995).

Afirmou Bourdieu (2001, p. 225, grifos meus): “[...] a ação do porta-voz, que leva à ordem da representação verbal, ou talvez, se é que se pode dizer, teatral [...]”.

José Sarney torna-se esse porta-voz em *tempo de política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995) para acrescentar capital simbólico às campanhas eleitorais de Roseana Sarney Murad na estrutura de distribuição desigual de capitais presentes no jogo político e nas práticas de poder.

Assim, é possível tomar José Sarney como o porta-voz de sua própria voz, intermediada pela filha política Roseana Sarney Murad.

Roseana Sarney Murad, nas campanhas eleitorais de 1994 e 1998, não efetiva essa transgressão herética de modo a negar as práticas de sociabilidade política do *Maranhão Dinástico*.

Aqui e acolá, aponta para sua própria “vocação”, seu “temperamento” ou sua “escolha” como critério de ingresso no campo político. Mas pela ambivalência do campo político, José Sarney ao falar da filha Roseana Sarney Murad o faz de forma transversal, sem aludir semelhanças muito próximas entre ele e a filha, através do critério da chamada “geração” que mobiliza uma distinção entre ambos.

Aponta ele que a filha fará uma “revolução” na administração do Estado e se coloca como “precursor” dessa intervenção administrativa no Estado, citando-se através do que chamou de “Maranhão Novo” e, por fim, institui uma preferência de Roseana Sarney Murad pelo eleitorado por ser portadora de um “programa de governo” e “visão atual da realidade”.

Em verdade, José Sarney está apontando para o mesmo critério que o sancionou como um “governador revolucionário em termos de administração e planejamento estatal” – a “modernidade administrativa” do Estado – eixo de equivalência entre *pai e filha políticos*.

Não obstante, José Sarney apontar para critérios ditos mais técnicos que aproximam a filha dele, *pai político* de Roseana Sarney e de outros mandatários do Maranhão, ao escrever na chamada “Coluna do Sarney” justifica a sua permanência na política pelos critérios que sempre nortearam as suas posições polissêmicas e ambíguas no campo político: o critério da *dême* (“minha paixão pelo Maranhão”) e o critério da *gêne* (“meu amor de pai”).

Não ficam de fora da tomada de posição de José Sarney as noções de “novo” (“vai iniciar uma nova era”), menos ainda se autodeclarar como responsável pelo início dessa “era de modernidade no Maranhão”, como mostra abaixo:

Continuo na política, para ajudar a defender o Maranhão. Hoje, ao lado de Roseana, porque sei de suas qualidades e sei que vai iniciar uma nova era, como eu iniciei em 1965, com a mentalidade das novas gerações. Ajudei os outros, agora vou ajudá-la com redobrado vigor, juntando minha paixão pelo Maranhão e o meu amor de pai. (O Estado do Maranhão¹⁶³, São Luís, 23 ago. 1994. Coluna do Sarney, p. 1, grifos meus).

Valendo-se ainda da “coluna” que é publicada aos domingos no Jornal O Estado do Maranhão, José Sarney, no auge da campanha eleitoral referente ao primeiro turno de 1994, escreveu “Uma carta de amor a Roseana”, o que explicita o peso do atributo pessoal (*gêne*) em relação ao peso do atributo político. Parece tratar-se de um inventário de qualidades exacerbadas pelos olhos de um pai em relação a uma filha.

Sugere ser um retrato simbólico da relação estreita entre dois agentes do campo político intermediados pelos sentimentos da vida privada.

Por outro lado, nos discursos e intervenções de José Sarney não cabe só a sua filha. O lugar que ele ocupa é aquele que se autoconsagra como gerador de uma prole política “herdeira” dos seus atributos, sobretudo, “herda” o que ele diz sentir em relação à *finis*: “o Maranhão como sua terra, sua paixão”:

Roseana, minha querida filha, esta é uma carta de amor, do mais santo de todos os amores, que é o amor de pai. Eu estou orgulhoso de você, sua campanha brilhante, competente, correta, digna. O apoio que você recebe do povo é o reconhecimento e a confiança [...]. Eu agradeço a Deus ter transmitido aos meus filhos o meu amor ao Maranhão, que é minha terra, minha paixão. Você ama o Maranhão, Roseana. E esse amor é O SEGREDO PARA REALIZAR UM GRANDE GOVERNO. O exemplo que você escolheu na nossa casa, foi de um lugar onde os ouvidos nunca se fecham ao clamor dos pobres e injustiçados. E onde sempre esteve acesa a vela sagrada da louvação a Deus. Seu pai já foi tudo. Político, chegou a presidente da República. Escritor, é da Academia Brasileira de Letras, uma das maiores instituições culturais do mundo. Mas, o Maranhão que me deu de tudo, eu não posso negar nada. A ele entrego você, Roseana, minha filha. Agora, com todas as minhas forças e o meu prestígio vou ajudá-la a ajudar o Maranhão. Conte com seu pai, José Sarney. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 31 ago. 1994, grifos meus).

Este é provavelmente o mais dinástico dos discursos e das disposições de José Sarney: não traz nenhuma novidade em relação ao que já fora dito, mas é o mais enfático em relação a ele mesmo.

Aqui o *Em-Nome-do-Pai* fica bem mais próximo de *Em-Nome-de-Deus*, da “perfeição”, de um homem que se julga como já tendo sido “tudo” em tudo (na política e nas

¹⁶³ José Sarney escreve esse artigo, denominando-o de “Trinta anos de Sarneysismo”. É a primeira vez em seus escritos aparece o termo classificatório “sarneysismo”.

letras), um homem que se autoconsagra quando fala de quem quer que seja, até mesmo da filha.

Uma ambigüidade aparece mais tarde: José Sarney inverte temporariamente a relação pai e filha, atribuindo a ela o papel de levar adiante o “nome do pai”, pelo que denomina de “carisma”¹⁶⁴ da filha. No entanto, ambos são “brilhantes”, sendo que no caso de Roseana Sarney Murad isso se deve a ele, seu *pai político*.

Destarte, sagrando-a sua “herdeira política”. Em seguida, repete o jogo de sempre de retornar ao seu governo estadual, fazendo lembrar que coube a ele o papel de “criar o Maranhão Novo”, lembrando sempre, como indica o título da nota jornalística abaixo, “Roseana preparou-se para governar”:

Sarney lembrou que não tem sido necessário ajudar Roseana ‘porque ela que me ajuda levando o nome do pai, dizendo que é filha de Sarney, com as qualidades que tem’. O senador Sarney disse que a partir de sua eleição ao Governo Roseana irá criar uma nova mentalidade política no Estado. ‘Assim como criei o Maranhão Novo, ela vai comandar esse processo de desenvolvimento do Estado, com o seu carisma, sua inteligência, sua humildade, porque quem não tem humildade não pode fazer muita coisa pelo seu povo’, ensinou o senador. (O Estado do Maranhão, São Luís, 21 set. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

No segundo turno da campanha de 1994, dado o acirramento das tensões e a sua intensificação, a participação de José Sarney na campanha eleitoral de Roseana Sarney se torna presencial, quando ele percorre vários municípios do Maranhão – num claro indicativo de um provável abalo na *casa do rei* – tentando revelar uma vitória antecipada no usual recurso da *onipotência de pensamento* (“dizer é fazer”, como regra do campo político).

Como traz uma reportagem do jornal, José Sarney lança mão da *política móvel* (BARREIRA, 1998):

O segundo turno no Maranhão toma um novo rumo com a efetiva participação do senador José Sarney, que tem percorrido um grande número de municípios, pedindo votos para Roseana. Trata-se de um empenho pessoal do ex-presidente, que deseja ver sua filha vitoriosa. Recebido com grande carinho e respeito pelas lideranças municipais, aplaudido por onde passa, Sarney acredita que o segundo turno representará a vitória da coligação que apóia a deputada Roseana Sarney, que liderou a eleição da maior bancada já eleita no Maranhão, tanto para a Câmara Federal como para a Assembléia Legislativa e para o Senado. [...] o ex-presidente Sarney não encurta caminhos e pretende visitar o maior número possível de redutos eleitorais e para onde não pode ir, pela exigüidade do tempo, tem mandado emissários levando uma mensagem de otimismo e de esperança de que Roseana eleita, fará um grande governo, com a ajuda do pai, das bancadas que a apóiam e do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Sarney diz que Epiácio Cafeteira não tem um programa de governo, mas somente um objetivo revestido de

¹⁶⁴ Um critério notadamente pessoal – *gêne* – como critério prevalente.

ódio: expulsá-lo do Maranhão, caso seja eleito. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 4, 3 nov. 1994, grifos meus).

Também não perde o momento em que se pronuncia nos municípios do Maranhão para enfatizar a relação pessoal que manterá com a filha no governo – “fará um grande governo com a ajuda do pai” – e para defenestrar o *adversário mais próximo*, Epitácio Cafeteira, desqualificando-o tecnicamente – “não tem um programa de governo” e, pessoalmente – “revestido de ódio”.

O principal porta-voz que participa enfaticamente desta campanha é José Sarney, seja através dos seus escritos na designada “Coluna do Sarney”, seja através de contatos pessoais com os aliados políticos que formam o *círculo de confiança* (BAILEY, 1971) sustentando o projeto do *Maranhão Dinástico*.

Já em 1997, falava José Sarney sobre os feitos de Roseana Sarney Murad, sobre a sagração de São Luís como “cidade patrimônio da humanidade”, sobre os “cabelos que Roseana Sarney” havia cortado como promessa que fizera a Deus pela vitória eleitoral.

José Sarney reúne, num só texto, elementos pessoais, chamando para testemunhar seu avô materno, elementos profanos, como as festas de fim-de-ano, elementos políticos como as realizações de governo de Roseana Sarney Murad e elementos sacros como a promessa que havia feito a filha.

Isso sinaliza para a tentativa de José Sarney em conjugar, a um só tempo, elementos das mais diferentes ordens para atestar que o governo de Roseana Sarney Murad colocou o Maranhão “em ordem”. Significa que essa “ordem” é o exercício de uma *ética do nepotismo* (BARREIRA, 2006), a qual garante certa continuidade das práticas do *Maranhão Dinástico*:

[...] Meu avô Assuéro Ferreira, nordestino rijo e forte, dizia que bom fazer aniversário e ver ano chegar. Ruim é não ver. E concluía com bom humor: ‘quero festa’.

Vamos festejar o ano velho e o ano novo. 1997 foi para nós um ano de afirmação e de confirmação. Roseana consolidou todas as esperanças que despertou com sua eleição. O Maranhão é hoje, um estado exemplar. Basta dizer dois fatos marcantes: um estado que paga em dia seus funcionários e seus fornecedores. Pela primeira vez em nossa história, os funcionários não só têm seus vencimentos com data marcada, como a tabela do ano vindouro. Todos os fornecedores, de serviços e de bens estão pagos. Não existe mais aquela fila de espera no Tesouro, no mês de dezembro em busca de pistolão. As concorrências são feitas com a maior transparência. Os custos dos serviços públicos baixaram pela metade. Houve tempo em que um quilômetro de estrada custava R\$ 300 mil! Hoje, estão pela metade e algumas, abaixo deste teto. Por isso construíram-se mais de 400 quilômetros, três mil obras em todo o Maranhão; investimentos privados na razão de R\$ 2 bilhões. Quando em todo o país se desemprega aqui se faz concursos e emprega. Os impostos das pequenas

empresas baixaram com o programa ‘Simples’. Implantou-se um governo de seriedade, probidade, autoridade e trabalho.

São Luís é um canteiro de obras: novo aeroporto, novas vias de acesso, duplicação da estrada da Estiva até o Tirirical, S. José de Ribamar está mais perto com a nova via até S. José dos Índios, o nosso santo padroeiro vai ter a estrada velha duplicada até o Maiobão, já terminada, isto sem falar nas obras da Basílica. E a da praça da Igreja. Os Faróis do Saber se multiplicam para levar cultura ao povo. A Madre Deus ganha roupagem e alma nova, agora vai continuar com a recuperação do bairro do Desterro e obras na Liberdade. Vêm aí os novos viadutos da Cohama e Cohab.

Este ano de 1997 foi, também, um ano marcante na história do Maranhão. São Luís foi considerada Patrimônio da Humanidade. A Unesco reconheceu que nesta ilha encantada, passou um pedaço marcante da história do homem na face da terra. São Luís, também, patrimônio cultural, onde o povo tem o sentimento da transcendência dos valores espirituais manifestados na sua arquitetura, no seu jeito de viver, na hospitalidade, na poesia, no romance, na pintura e na música e no folclore. São Luís dos seus encantos e dos encantos do seu povo¹⁶⁵.

Tudo está em ordem. Parabéns Roseana. Só uma coisa o Maranhão perdeu em 1997. Foram seus cabelos. Mas você prometeu a Deus que se o seu governo fosse bem, desse certo, você entregaria a ele, o que você tinha de mais bonito, mais pessoal, num gesto de sacrifício e coragem. Feliz Ano Novo a todo o Maranhão. (SARNEY, J. O Estado do Maranhão, São Luís, 1 jan. 1998. A Coluna de Sarney, p. 1, grifos meus).

Quando a filha Roseana Sarney Murad adocece, o pai aciona o critério da *religiosidade* e da provável “missão” que tem a filha para ter se recuperado da doença:

O pai da governadora ressaltou também a importância da oração. ‘É através da oração que nós recebemos força e temos a certeza de que não estamos desamparados’, ensina.

[...]

Sarney disse também que tem certeza que Roseana ainda tem muito a fazer na terra. ‘Ele naturalmente tem uma missão para ela, se não a teria chamado para Ele, observou. (O Estado do Maranhão, São Luís, 16 ago. 1998. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Em 2002, como pré-candidata à Presidência da República pelo PFL interrompe essa carreira sustentada nas disposições regradas e reguladas no campo político, não conseguindo chegar à posição já ocupada pelo *pai político*, José Sarney: a Presidência da República.

À maneira da lógica de mercado, o excesso de mão-de-obra – no caso do trabalho político, agregados, prebostes, esposos, filhos, agentes burocráticos, correligionários, “inimigos do pai”, “amigos do fisco”, etc – a hipertrofia dos *círculos de confiança* (BAILEY, 1971) pode ocasionar dispersão de certo *quantum* de força simbólica investido na produção do trabalho de dominação política e gerar uma crise na ampliação dos ganhos simbólicos no processo global da manutenção da ordem dinástica.

¹⁶⁵ Lança mão nesse discurso do elemento mítico que conjuga a idéia comum da ilha de São Luís como uma “ilha encantada” e de “povo” como elemento que constrói e destina a São Luís elementos espirituais pelas práticas de sociabilidade que ele cita.

Como foi o caso de interrupção do *cortejo* (GEERTZ, 1997) de Roseana Sarney Murad da *periferia* para o *centro* de poder ao desistir da sua candidatura à Presidência da República em 2002.

A partir dessa injunção, à maneira que procedi nos *discursos-vereditos* (dos jornalistas), nos *discursos-opiniões* (dos eleitores) e nos *discursos-performáticos* (dos políticos), para marcar a posição de *liminaridade* (TURNER, 1967) de Roseana Sarney Murad na *ordem de sucessão* no *centro* do poder, tomo como referência o *discurso-dinástico* de José Sarney sobre a *filha biológica, social e política*, o que marca as relações na ordem de uma sociabilidade dinástica.

Tento, neste item, sublinhar algumas representações de José Sarney sobre Roseana Sarney Murad e, assim, sobre ele mesmo, através do que poderia ser compreendido como um processo regrado de manutenção do que chamo de *Maranhão Dinástico*.

Posicionado na *ordem de sucessão* do *centro de poder* com um *quantum* de capital simbólico, notadamente político, que lhe é outorgado pela posição no campo político de “ex-presidente do Brasil”, José Sarney, em relação à candidatura da filha, declarou, pelo corte do poder androcêntrico (BOURDIEU, 1998b) de manutenção da *ordem da casa*¹⁶⁶, que: “Ela teve que vencer primeiro dentro de casa, com os irmãos, para depois marchar independente do pai, do nome, sendo apenas ela mesma.” (SARNEY, J. apud MIRANDA. Isto É, São Paulo, p. 34, 2 jan. 2002, grifos meus).

Nesse sentido, não só reafirma as tensões – com os irmãos, com o pai, com o nome “Sarney” – na disputa do lugar em *casa do pai*, como prefiro denominar, como também pretende enfatizar o que Roseana Sarney Murad operacionaliza como critério de construção de sua imagem pública: ruptura com o *nome coletivo*, com o *pai* que é o detentor do capital a ser transmitido, em parte, para filha.

Sublinhar a “independência” de Roseana Sarney Murad em relação a ele mesmo, José Sarney, é também uma forma denegada de ligá-la às condições implícitas da herança, isto é, herdar é deixar-se em cumplicidade com as disposições estruturais da *ordem de sucessão*, ainda que, pareça ser necessário, imprimir como condição, o trabalho pessoal de construção da pretensa “herdeira da ordem”.

Por outro lado, quando José Sarney fala da filha na condição de candidata à *ordem de sucessão* no *centro* de poder, no uso insistente das “denegativas” – de “não” – como marca

¹⁶⁶ Confirmada essa ordem na declaração da mãe de Roseana Sarney, Marly Macieira Sarney com o corte incidido no papel reservado à mulher na *ordem dinástica*: “Estou só rezando” (SARNEY, M. apud MIRANDA. Isto É, São Paulo, p. 34, 2 jan. 2002, grifos meus).

de seus discursos, garante o pleno conhecimento e domínio da carreira política de Roseana Sarney, saindo da condição de “pai real” para o “pai onipotente” que legitima o ato, pelo fato de “dizer”, garantia da representação política, e não pelo fato de torná-lo efetivo: “Ela não vai decepcionar o povo brasileiro”. (SARNEY, J. apud MIRANDA. Isto É, São Paulo, p. 34, 2 jan. 2002, grifos meus).

O critério da *gêne*, do pessoal, atributo indispensável na autorepresentação de José Sarney, quanto na construção da representação social de Roseana Sarney Murad subsiste em outros espaços de sociabilidade específicos em detrimento do critério político propriamente dito, como a “filiação partidária” ou “identidade regional”, quando afirma que: “Sou do partido da minha filha” (SARNEY, J. apud OLTRAMARI; LIMA; GASPAR. Veja, São Paulo, p. 34, 14 nov. 2001, grifos meus).

Quando se trata do conjunto de relações que são construídas no espaço de sociabilidade que comporta o “escândalo da Lunus”, culminando com a retirada da candidatura de Roseana Sarney Murad, pelo PFL, às eleições presidenciais de 2002, José Sarney em pronunciamento no plenário do Senado Federal, no dia 20 de março desse mesmo ano, apresenta algumas diferenciações dos critérios até então estruturantes do *discurso dinástico*:

[...] foram muitas as versões divulgadas sobre o que vou dizer. Uma, que venho defender a minha filha; outra, que venho destilar o sentimento de ira e de vingança contra o Presidente da República; outra, que venho entrar na vida privada das pessoas. Não sou responsável por nenhuma dessas versões. Não tenho mais idade para mudar. O Brasil conhece o meu temperamento. Venho cumprir, isso sim, o meu dever de homem de Estado responsável pela transição para a democracia. Falo, então, como ex-Presidente perante esta Casa. (SARNEY, J., 2003, grifos meus).

No contexto deste discurso, que é marcado pelas denegações comuns nas falas de José Sarney, ele se descola do critério da *gêne* (laços consangüíneos), negando estar ali por ser pai de Roseana Sarney Murad, para uma espécie de *Realpolitik*, uma forma de dizer que a sua condição pública é maior que sua condição de político ligado a uma estrutura regional (*dême*) e mais abrangente que sua condição parental, quando explicita que fala da posição de responsável por uma transição política e pela posição de ex-presidente da República.

Não obstante, negando tudo isso se refere à *filha política* como unicamente *filha biológica* e *social*, “filha única”, introduzindo no discurso as emoções – amor e afeto – na dimensão do trato de uma questão pública. Prevalece o discurso dinástico, o discurso denegativo por mais que pareça dele se afastar: “Não estou aqui como Senador do PMDB

nem como pai. Não preciso demonstrar que tenho pela minha única filha um amor e um afeto que não encontram limites.” (SARNEY, J., 2003, grifos meus).

Uma das estratégias acionadas por José Sarney é utilizar a fala de agentes consagrados para respaldar a sua própria. Neste discurso específico, se vale da fala de agentes detentores de posições consagradas no campo jurídico e político – Reginaldo de Castro, ex-presidente da OAB, Saulo Ramos, ex-ministro do governo de José Sarney, Jefferson Peres, Senador da República.

Mas, José Sarney incide o respaldo do seu discurso nas pregações canônicas de Padre Antônio Vieira¹⁶⁷ sobre a chamada “calúnia” e o seu discurso perante o Tribunal do Santo Ofício em 1663, provocando uma analogia entre ele e Roseana Sarney Murad, no que diz respeito a uma “calúnia” levada contra ambos:

Isso se deu em 1663. Estamos em 2002 – 340 depois – e o método não mudou, ainda se usa num País do Estado de direito. Há de se perguntar ao acusado e é ele quem tem que responder do que está sendo acusado! Vieira chamou seus julgadores de ‘equíssimos doutores’ e, em seguida, esclareceu que para que eles não pensassem que fosse equínos, que não falava de equus, mas de equidade. (SARNEY, J., 2003, grifos meus).

Além do mais, o discurso que faz no Senado e diz não ter um tom pessoal, é dinástico pela ambivalência do próprio discurso quando diz que:

Não há como esconder que tudo isso foi planejado para afastá-la da sucessão. Aí vem o mais ignominioso. Se não há nada contra ela, busca-se seu esposo, no preconceituoso machismo de mulher dependente do marido! Como envolvê-lo? Em 1994 – portanto, oito anos atrás -, ainda não casado, ele vendeu à empresa Nova Holanda, que fica a mil quilômetros de São Luís, uma gleba de terra, o que não tem nada demais. Tiram, então, nesse processo inquisitorial, a ilação sem nenhum indício de que era o marido da Governadora ligado à empresa Nova Holanda. Há alguma coisa contra ela? Não. (SARNEY, J., 2003, grifos meus).

Nesse trecho do discurso que revela a natureza dinástica, ou seja, pessoal, da relação com as práticas do poder e de seus agentes, José Sarney alcança três critérios que julga serem responsáveis pelo chamado “escândalo Lunus”: primeiro, o fato de “quererem” afastar Roseana Sarney Murad do processo eleitoral; segundo, José Sarney valeu-se do critério obtido no senso comum do chamado “machismo” da sociedade brasileira e, em terceiro lugar, apontou a averiguação de fatos denunciados contra a sua filha, de “processo inquisitorial” para acentuar a diferença entre isso e o designado “Estado de direito” do país.

¹⁶⁷ Ele foi preso por ordem do *Tribunal do Santo Ofício* e aqui Sarney tenta fazer uma analogia entre o clérigo e a sua filha, ambos na posição de acusados.

Todos esses critérios se encaminham para uma defesa de *pai para filha*, por assim dizer, de forma que, mesmo no *centro do poder*, as raias do *Maranhão Dinástico* comparecem e conformam o campo político naquele momento.

No final do discurso remete a discussão para a dimensão privada dos sentimentos que é a dramatização acompanhada pela sua vitimização do mesmo modo que intervém a filha quando se trata da sua saúde:

Não estou aqui para defender a candidatura da minha filha¹⁶⁸. Por ela, não estaria na tribuna, tão veementes foram os apelos que me fez para não me meter nesses assuntos depois dos graves problemas de saúde que enfrentei neste ano e no ano passado. Mas, movido pelo meu dever, com sacrifício, falo neste plenário. (SARNEY, J., 2003, grifos meus).

Já num outro momento, penso na riqueza dos detalhes deste artigo¹⁶⁹ escrito por José Sarney a respeito dos 50 anos de nascimento de Roseana Sarney Murad:

Começava a vida. Esperava o prazer do primeiro filho, a descendência assegurada, aquele sentimento que tanto falou Unamuno: o sentimento de imortalidade. Ser eterno através dos filhos, netos, bisnetos, que por sua vez terão filhos, netos e bisnetos. E assim participar do sangue da humanidade na continuidade das gerações. (O Estado do Maranhão, São Luís, 1 jun. 2003. Coluna do Sarney, p. 1, grifos meus).

Tomo por base os critérios de “descendência”, de “imortalidade”, de “sangue” e de “gerações”, a expressão do discurso – aquilo que José Sarney diz por que é permitido a ele dizer e dizer o que não está dito; por que o *discurso dinástico* enuncia, de forma irreconhecível, a violência simbólica do trabalho de dominação política.

É provável que as relações entre a posição parental e a posição de Roseana Sarney Murad fiquem em suspenso, pela tensão que emana do desejo do “pai” em ser o lugar de origem de um projeto – *conatus da filha* – como do temor de José Sarney de que projeto da filha possa se descolar do seu *conatus*. É uma relação, por assim, dizer, estreita demais para caber dois projetos distintos.

Ao falar da sua “continuidade”, da sua “descendência”, da garantia do seu espaço dinástico pelo *gêne*, José Sarney vê em Roseana Sarney Murad essa possibilidade de perpetuação da *linha(gem)*, confusamente imbricada no discurso do mesmo agente que diz ser Roseana Sarney uma espécie de “projeto original” ou como diz: “depois marchar

¹⁶⁸ Novamente o dispositivo da denegação no discurso.

¹⁶⁹ É um artigo que pertence ao espaço semanal reservado a José Sarney – *Coluna do Sarney* – no jornal *A Folha de São Paulo* – e reproduzido pelo jornal de sua propriedade em São Luís (MA), Jornal O Estado do Maranhão, transcrito em 1 jun. 2003.

independente do pai, do nome, sendo apenas ela mesma". (SARNEY apud MIRANDA. Isto É, p. 46, jan. 2002, grifos meus).

De qualquer maneira subsiste a ambigüidade que é própria da dúvida da reprodução do poder, mesmo que o *poder dinástico* possa, em primeiro lance, parecer afirmar a disposição construída historicamente no interior do grupo familiar: o processo de auto-seleção ou de seleção pelos critérios pessoais da herança que deve herdar aquele que pode deixá-la intacta.

Isto é, herdar a herança, neste caso, para José Sarney estaria condicionado ao papel reprodutivo do trabalho de dominação política, permanecendo fechado o circuito de reprodução na *periferia* de poder.

Se mais adiante for necessário, creio que o *inconsciente histórico* das disposições da herança política de José Sarney pode dar conta do trabalho de manutenção do papel reprodutor de Roseana Sarney: a ela caberia a *ordem de sucessão* pela possibilidade de manter o *circuito de reprodução do capital político* e do poder denegado da androgenia (BOURDIEU, 1996a).

Eu diria, assim, que num *arranjo bacântico*¹⁷⁰, à maneira de Gluckman (1974), a *ordem de sucessão* foi incorporada – *embodiment* (ROSALDO, 1980; CZORDAS, 1994) – na figura de Roseana Sarney Murad.

Ao pai é permitido falar da filha. Falar bem da filha. Mostrar-se surpreso com o desempenho da filha. Manter-se em plena ufanía. Idéias-forças de uma sociedade. Lugares-comuns que não permitem questões.

Essa é uma das prováveis funções das representações sociais que comportam a fabricação de realidades sociais. Ao serem adicionadas aos esquemas de percepção e de apreciação do mundo social, as representações sociais se tornam familiarizadas o suficiente para serem incorporadas.

Não obstante, a partir das construções abaixo, creio viável colocar em suspenso – *arqueologizar* – as noções operadas por José Sarney e que aqui estão condensadas:

Cresceu mostrando qualidades: afirmativa, corajosa, forte caráter, determinação e espírito de liderança [...] ‘Simpatia, a mulher forte, a guerreira, a lutadora, seu caráter, sua correção, sua franqueza e sua honestidade são marcas de Roseana. Esse carisma atravessou as fronteiras do nosso estado, para ter também o carinho do povo brasileiro, junto ao qual desfruta uma parcela de liderança’. (O Estado do Maranhão, São Luís, 1 jun. 2003. Coluna do Sarney, p. 1, grifos meus).

¹⁷⁰ Refiro-me a um *arranjo bacântico* como o papel dominante da mulher numa cerimônia, neste caso, num “evento” político que é a campanha para Presidente da República, conforme Gluckman (1974).

O atributo “carisma”, arvorado por José Sarney para fazer parte da imagem pública e política de Roseana Sarney Murad, é sinônimo de “liderança”, uma liderança pelo chamado “dom da graça”, lugar-comum nos cânones do catolicismo (SENNETT, 1988).

Porém, Roseana Sarney Murad, ênfase novamente, é fabricada pública e politicamente através da construção também do “carisma”. Carisma esse que se trivializa na figura do político eivado de “atos heróicos”, “atos corajosos”. Reforço isto utilizando o arrazoado de Sennett (1988, p. 350, grifos meus):

Falar do carisma secular como uma força trivializadora na sociedade moderna, em suma, não significa que o desejo de se ter um líder carismático seja um desejo menor ou negligenciável. De uma maneira perversa, trata-se da procura de um herói acreditável, dados os termos modernos da personalidade. [...] O declínio da vida pública, impessoal, na sociedade moderna, é uma razão pela qual essa procura não tem recompensa: uma vez que os motivos do herói se tornaram a fonte de sua atração, o conteúdo do heroísmo se tornou trivial.

Uso como procedimento de análise uma correlação dos atributos que José Sarney imprime à *filha política*, para ressaltar elementos que parecem em conformidade com um projeto de poder político *dinástico*, ao mesmo tempo, sub-repticiamente androgênico. Essa correlação entre atributos acionados pelo pai, José Sarney e os atributos a eles correlatos, estão no quadro abaixo:

Quadro 14 – E José criou Roseana à sua imagem e semelhança

ATRIBUTOS ACIONADOS¹⁷¹	ATRIBUTOS ACIONADOS CORRELATOS
Afirmativa	Franqueza
Corajosa	Guerreira
Mulher forte	Forte caráter
Determinação	Lutadora
Caráter	Honestidade
Carisma	Espírito de liderança

Quem profere o discurso – José Sarney, ex-governador do Maranhão, ex-presidente da República, senador pelo PMDB-AP e ex-presidente do Senado da República. De quem fala: Roseana Sarney Murad, ex-deputada federal, ex-governadora do Maranhão, pré-candidata do PFL à *ordem de sucessão* presidencial, senadora da República pelo PFL-

¹⁷¹ Existe um tributo que aparece isolado, sem correlato imediato: *simpatia*

MA. Porque ele fala: acentuar um acontecimento da ordem privada patrocinando a lógica da dimensão pública. Mais uma vez é reinventado o *Maranhão Dinástico*.

Elementos públicos e privados num mesmo espaço cuja manutenção é exatamente a ausência da *finis* entre a *casa* e a *praça*. E a presença de um projeto dinástico reatualizado de diversas formas, mais ainda, quando existem possibilidades de questioná-lo ou dele se confrontar com sua imagem especular.

3.6 Pesquisas de Opinião, Onipotência de Pensamento: dispositivo de construção da crença política

O Ibope divulgou ontem nova rodada de pesquisa sobre a disputa pelo Governo do Maranhão. Os números dão vantagem ao candidato do PPR, Epiácio Cafeteira, sobre a candidata da Frente Popular, Roseana Sarney. Políticos experientes observaram que o Ibope caminha para o mesmo erro que cometeu na disputa Castelo - Lobão em 1990. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 11 nov. 1994, grifos meus).

Se a eleição fosse hoje, a candidata da Frente Popular, Roseana Sarney sairia vencedora. (Econométrica dá vitória a Roseana: pesquisa realizada em 40 municípios indica a vitória com 44,4%. (O Estado do Maranhão, São Luís, 12 nov. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Embalada pelas lideranças nas pesquisas, a deputada Roseana Sarney, que deve liquidar a fatura para o governo no primeiro turno, realizou ontem uma gigantesca carreatá. No encerramento da campanha. (O Estado do Maranhão, São Luís, 1 out. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Um problema: de um dia para o outro, literalmente, as informações acerca das “preferências” dos (*e*)*leitores* no Maranhão são completamente desencontradas. Uma das informações, aponta a vitória no segundo turno das eleições de 1994 para o candidato Epiácio Cafeteira sobre a candidata Roseana Sarney Murad, com a ressalva da reportagem de que poderia ser um erro do instituto de pesquisa responsável pela pesquisa: o Ibope.

A notícia do dia seguinte, outro instituto de pesquisa, desta vez uma agência local – Econométrica – dizia que a candidata Roseana Sarney Murad seria vencedora das eleições nesse segundo turno.

Nas campanhas eleitorais, um dos recursos mais utilizados são as chamadas “pesquisas de opinião pública” por institutos de sondagem, de preferência portadores de uma legitimidade no campo político e perante os (*e*)*leitores*, pela quantidade de vezes que “acerta” nos seus prognósticos.

Cabe discutir duas questões: primeiro: o que é “opinião pública”, uma noção que aparece no singular, dando idéia de certa universalidade e homogeneidade em opiniões que

devem ser plurais. A esse respeito, Bourdieu diz que “[...] a opinião pública não existe” (BOURDIEU, 1983, p. 180); segundo: a chamada “pesquisa de opinião” é um dos mais eficientes instrumentos da ação política em que: “[...] sua função mais importante, talvez, consiste em impor a ilusão de que existe uma opinião pública que é a soma puramente aditiva de opiniões individuais [...]”.(BOURDIEU, 1983, p. 180). Impor essa ilusão é um dispositivo de construção da crença política.

Ao tentar conferir a idéia da existência de algo comum como uma espécie de *média de opiniões* ou *opinião média* (BOURDIEU, 1983), as pesquisas em *tempo de política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995) constroem a idéia em que existe uma “opinião pública” unânime, um dispositivo de intervenção da realidade social que acaba por legitimar as relações de força no campo político naquilo que Bourdieu (1983) chama de *efeito de consenso*. Assim nas eleições de 1994, o jornal trata a questão como uma condensação de todas as chamadas “opiniões públicas”, remetendo a questão para a ordem do consensual:

Hoje, a deputada maranhense é candidata ao Governo do Maranhão, e, de acordo com as pesquisas de opinião, detém grandes índices de aceitação popular, devendo ser a primeira mulher eleita governadora pelo voto direto, no Brasil. (O Estado do Maranhão, São Luís, 15 jun. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Ao lado dessas questões, a chamada “opinião pública”¹⁷² é uma espécie de artefato para simular um estado de opinião em um sistema de correlação de forças, cuja representação se dá pelos percentuais estampados geralmente nas primeiras páginas dos jornais.

Um dos dispositivos de intervenção no campo político, no decurso das campanhas eleitorais de Roseana Sarney Murad, é aquilo que estou denominando de *onipotência da vitória*, – à maneira freudiana de pensar a *onipotência de pensamento* como sinônimo de *enunciar é já fazer* – comportando uma espécie de antecipação do resultado da competição e uma espécie de palavra de ordem dotada de uma eficácia simbólica que compõe as regras do jogo político: “A liderança da deputada Roseana Sarney entre os candidatos ao Governo do Estado é reafirmada até nas pesquisas encomendadas por adversários. Indicando que vencerá

¹⁷² Diz Bourdieu (2002, p. 87): “Ce que l’on commence á nommer ‘opinion publique’ dans le France du XVIII^e siècle est l’expression publique des opinions personnelles d’une fraction limitée mais importante de la population qui, forte de son capital économique et surtout culturel, pretend á exercice du pouvoir et etend peser sur les autorités politiques par des libelles et surtout par une dite ‘d’opinion’. Mais ce n’est que très recemment, en liaison avec l’apparition des nouvelles techniques qui ont été inventées par les sciences sociales, sondages, questionnaires fermés, traitement automatique et rapide des réponses par ordinateur, que la notion d’opinion publique a trouvé en quelque sorte sa pleine realization bien que l’existence de son referent objectif soit toujours aussi incertaine.”

no 1º turno”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 13 set. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Até mesmo na sua participação em festas de São João no decurso da campanha de 1994, Roseana Sarney Murad obtém, de uma agremiação cultural, a certeza de que seria eleita em primeiro turno:

A deputada Roseana Sarney, candidata ao governo do Estado, foi homenageada ontem pelo Boi de Morros, um dos mais tradicionais do Maranhão. Numa toada improvisada, os brincantes cantaram a vitória da candidata no 1º turno. (O Estado do Maranhão, São Luís, 2 set. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Os porta-vozes autorizados a anunciar um veredicto, dentre eles, neste caso, Edison Lobão, *filho político* de José Sarney, a construir um consenso pela magia performática das palavras contidas numa reportagem jornalística; também dão acesso a esse dispositivo de intervenção que é chamado comumente de “clima do já - ganhou” como mostra abaixo, dando por certa a eleição de Roseana Sarney Murad no primeiro turno – basta ver a data da reportagem – para eleição ao Governo do Estado:

A eleição da deputada Roseana Sarney já representa um fato consumado, pois o PFL, ao lado dos partidos que integram a Frente Popular, mantém o compromisso de trabalhar pela coletividade. Vamos colher uma grande vitória nas urnas. (O Estado do Maranhão, São Luís, 11 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Interessante observar que, ao garantir a vitória de Roseana Sarney Murad no primeiro turno das eleições de 1994, o instituto de pesquisa Ibope com o recorte nos critérios de “sexo” e de “faixa etária”, aparece em destaque na página de “política” do jornal O Estado do Maranhão:

O Ibope revelou que Roseana tem esmagadora maioria dos votos masculinos e femininos. Lidera com 52% entre os homens e 50% entre as mulheres. Estes percentuais se mantêm em todas as faixas de idade, com pouquíssimas variações. (O Estado do Maranhão, São Luís, 9 set. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Ou:

Se a eleição para Governador fosse realizada hoje, a candidata da Frente Popular, Roseana Sarney, venceria a disputa já no 1º turno, segundo a pesquisa do Ibope feita no período de 5 a 9 de julho em todo Estado. Roseana sairia das urnas com 45% dos votos contra 32% de Cafeteira e 8% de Jackson Lago. A pesquisa revela que a candidata da Frente Popular venceria em São Luís (30%) e no interior (47%). Outra revelação feita pelo Ibope é que é muito pequeno o número de indecisos (11%).

Roseana é o candidato com o menor percentual de rejeição de todas as amostragens. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 16 jul. 1994, grifos meus).

E o dispositivo de manter os percentuais de vitória da candidata Roseana Sarney Murad continuam sendo divulgados na medida em que funcionam como um critério fundador ou ratificador da legitimidade política da candidata, inclusive comparando os dois institutos de pesquisa de opinião envolvidos:

O Ibope revelou ontem que o candidato da União pelo Maranhão, Epitácio Cafeteira, caiu seis pontos percentuais em relação à última pesquisa, e que a candidata da Frente Popular, Roseana Sarney, subiu cinco pontos percentuais na reta final da campanha. Os números do Ibope anunciaram uma das maiores viradas registradas nos últimos dias da campanha para o segundo turno em todo o país.

[...]

A pesquisa do Ibope ratifica em parte os números da pesquisa da econométrica, divulgados no último sábado, em que Roseana apareceu com dois pontos à frente de Cafeteira. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 15 nov. 1994, grifos meus).

Praticamente todas as “pesquisas de opinião” publicadas no Jornal O Estado do Maranhão, na campanha eleitoral de 1994, primeiro e segundo turnos, tendiam apontar a vitória de Roseana Sarney Murad sobre o *adversário mais próximo*, Epitácio Cafeteira. Como uma das vezes, na epígrafe do item, o Ibope apontava a vitória de Epitácio Cafeteira sobre Roseana Sarney Murad, o jornal de propriedade da família Sarney, encontrou na desqualificação do instituto Ibope, algo que é muito usual nas suas notícias:

Respalhada por critérios técnicos rigorosos, a Econométrica tem uma tradição de contrariar, por exemplo, os resultados do Ibope. O caso mais conhecido da história recente de eleições no Maranhão foi a disputa de 1990 para o Governo do Estado. (O Estado do Maranhão, São Luís, 12 nov. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Essa desqualificação se deu através de duas noções: a primeira que a “Econométrica”, responsável por apontar a vitória de Roseana Sarney Murad, trabalha com “critérios técnicos rigorosos”; segundo, apontando a “falha” do Ibope nas eleições para o Governo do Estado em 1990, na disputa entre Edison Lobão e João Castelo.

No entanto, as designadas “pesquisas de opinião” que favoreciam a vitória da candidata Roseana Sarney Murad foram surpreendidas pelo acontecimento social, que fala mais alto que esses artefatos. Roseana Sarney Murad não conseguiu a maioria no primeiro turno e houve, assim, necessidade do segundo turno.

Há de se ponderar, também, que as chamadas “pesquisas de opinião”, ao lidarem com percentuais e perguntas direcionadas, trazem no seu bojo a falácia da colocação de

perguntas que as pessoas não se perguntaram (BOURDIEU, 1983), como o exemplo abaixo, referido às eleições de 1998:

Aprova – 74%

Não Aprova – 23%

Não sabe – não respondeu – 8% (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 16 jan. 1998, grifos meus).

Respostas como “não sabe”, “não respondeu” indicam um estado de forças em concorrência como respostas tidas como “legítimas”, o fato das pesquisas transformarem *respostas éticas* em *respostas políticas* pelo “[...] simples efeito de imposição da problemática”. (BOURDIEU, 1983, p. 174).

As “não-respostas” transmitem uma mensagem importante no âmbito do campo de correlações de forças políticas: ali não constam alternativas que gostariam de responder e, por outro lado, elas no final desaparecem por serem incorporadas no cálculo geral dos percentuais, quando então são excluídas (BOURDIEU, 1983).

Por transmitir uma idéia de “objetividade”, associada ao fato se serem feitas perguntas em termos mais “neutros” possíveis, a situação em que as “pesquisas de opinião” apreendem opiniões é inteiramente artificial, embora dotada de eficácia simbólica suficiente para tentar impor uma visão de mundo, um estado do campo, que pelas “pesquisas de opinião” parecem definidas *ex-antes*.

Ao produzirem meras agregações estatísticas, produzem também “opiniões” que são artefatos à medida que não refletem necessariamente o estado de campo naquele momento e negam às pessoas o direito de variar respostas e perguntas.

A diretividade das perguntas, a prontidão das opções para responder são dispositivos aptos a camuflar as clivagens e, da parte dos candidatos, ganharem votos dos indecisos.

3.7 Evoé! Performances Bacânticas e Rituais nas Campanhas Eleitorais de Roseana Sarney Murad de 1994 e 1998: a busca da consagração e da legitimidade política

Toda vez que eu vou votar
Nunca vou esquecer você
Roseana é minha lei
Na urna é quem vai vencer
Roseana é pra valer.
Na urna é quem vai vencer.
Vamos fazer um “governo” novo
O povo já sabe o que quer
A voz do povo se levanta
É Roseana mulher
Ô rapaziada! Ô rapaziada do Sertão, da Baixada Maranhense, da Ilha, de Ribamar,
de Paço do Lumiar, da Madreus,
Ô rapaziada de Imperatriz, de Açailândia, de Carolina, de Caxias, de Humberto de
Campos, de Tutóia,
Boi de Pindoba [....]. (GOMES, E. CARVALHO, T. (Interp.). O boi., 1998, grifos
meus).

É a guerreira Roseana
Valeu!
São Benedito te dê muita força e muita luz
Ganhou, ganhou, ganhou e o povo vai ganhar
Sou guerreira
Sou filha do Norte
Trabalhadeira
A vida é luta, suor e sorrir
A primeira batalha a guerreira vencia
Ganhou com a ajuda do povo
Trabalhou.
O povo ajudando a trabalhar de novo
Com certeza
Vamos votar pra confirmar
O Maranhão não vai parar.
São Benedito contigo sempre te ajudando.
Que Deus e Nossa Senhora te cubra com o seu manto
Axé!
O povo vai ganhar muito
O povo do Maranhão,
Minha guerreira.
Ganhou, ganhou, ganhou e o povo vai ganhar
Ganhou Roseana ganhou.
O povo do Maranhão vai ganhar. (VALENTE, PIPIU, ASSUNÇÃO. Roseana
ganhou. Intérprete: Alcione Nazaré, 1998, grifos meus)

A política do espetáculo, as performances, os rituais modernos, os signos corporais (*hexis política*, por assim dizer) substituíram no *grande écran* (BALANDIER, 1999)¹⁷³ o uso intensivo das palavras. Estas, cada vez menos requisitadas, face ao espetáculo visual.

¹⁷³ São artificios formados que produzem imagens duma surrealidade que não coincidem com a realidade do mundo social (BALANDIER, 1999).

A candidata ao Governo do Estado do Maranhão em 1994 e 1998, Roseana Sarney Murad produz, possivelmente, muito mais impacto e *adesões* junto ao (*e*)leitor quando faz um “V” de vitória com as mãos (Jornal O Estado do Maranhão, São Luís, 23 maio 1994. Caderno Política, p. 2) ou quando posa com crianças numa festa do “Marafolia” (O Estado do Maranhão, São Luís, 16 out. 1997. Caderno A. Coluna PH, p. 5) do que num pronunciamento de horário eleitoral.

Mas as palavras subsistem para narrar o espetáculo que substantiva o governante, que enfatiza e confirma a sua imagem pública.

E o *espaço midiático* (BALANDIER, 1999) é o grande cenário da vida coletiva, onde se formam e se relacionam as imagens especulares do trabalho de produção da dominação política.

Esse trabalho de produção da dominação política sedimenta a legitimidade através construção da autoridade *de quem fala e de quem faz* a política.

As campanhas eleitorais para o Governo de Estado de 1994, quando Roseana Sarney Murad foi candidata da coligação “Frente Popular” e de 1998 pela coligação “Pra fazer muito mais” são ricas em imagens e em fatos que reverberam na *eficácia simbólica*, na autoridade de quem diz algo sobre alguma coisa.

Nesse contexto, se constroem redes de relações sociais e políticas, as quais dizem ou, principalmente mostram o estado de campo no *tempo da política*.

Do papel de “líder” de uma coligação que poderá engajar o Maranhão no “século XXI”, ao *jingle* da campanha em que se misturam elementos da identidade pessoal (*gêne*), identidade regional – Maranhão (*děme*) - com elementos sagrados (DURKHEIM, 1996), a exemplo da evocação de amparo de um Santo – São Benedito, cantado por uma artista consagrada, Alcione Nazareth, Roseana Sarney Murad, já no jogo das relações do campo político, intercambia relações diversificadas entre uma campanha e outra para se fazer governadora do Maranhão por duas gestões consecutivas.

O princípio do “dizer é fazer” (BOURDIEU, 1998) – promessas¹⁷⁴, predições políticas – enunciam uma pretensa verdade cuja validade está na autoridade¹⁷⁵ de quem enuncia o discurso autorizado.

¹⁷⁴ Segundo Austin (1975, p. 110, grifos meus): “‘Jurar’, ‘garantir’, ‘dar a palavra’, ‘prometer’, todas essas palavras e outras similares cobrem casos tanto de ‘conhecimento’ como de ‘promessa’, sugerindo que os dois sejam análogos. E claro que eles diferem sutilmente um do outro [...]”

¹⁷⁵ A autoridade (*sképtron*) depende da posição ocupada pelo agente social num campo de concorrência que configura essa posição, inclusive (BOURDIEU, 1992b).

Roseana Sarney Murad fez isso quanto candidata ao Governo do Estado, principalmente através do que anunciava como um conjunto de proposições que, segundo ela, formariam um programa de governo.

Utiliza *temas* que se constituem problemas sociais reconhecidos como o “desemprego”, a “necessidade de estimular atividades de pequeno porte empresarial”, a “luta contra as desigualdades sociais” e o que denomina de “resgate à cidadania”, como a criação de uma Secretaria da Solidariedade (O Estado do Maranhão, São Luís, 5 ago. 1994. Caderno de Política, p. 3).

Na campanha eleitoral de 1994, Roseana Sarney Murad valeu-se de outros problemas socialmente legitimados para constituir um discurso performativo composto de temas em visibilidade como as políticas compensatórias (Programa do Leite, distribuição de pães), assistência médica educacional e jurídica subsidiadas pelo Estado.

Esses temas fazem parte de um programa que denominou de “solidariedade”. A solidariedade é um sentimento que faz parte do conjunto de agentes e não de um só, trazendo assim o código de que seu governo teria como pedra angular esse sentimento, sinônimo aí de “motivação básica do programa social”, não apenas uma diretriz técnica, transformada por ela em plataforma de campanha:

Também enuncia que pleiteia uma ligação estreita com o *centro* do poder através de problemas que podem ser bem decodificados pelos (*e*)*leitores*: “reforma agrária”, um tema polêmico, nos esquemas explicativos usuais e, outro que diz respeito ao corte regional que dá às suas abordagens: o que denomina de “aproveitamento turístico do Estado”.

Complementando, Roseana Sarney Murad requisita ao *centro*, a implantação de uma siderurgia, o que não deixa de ser um símbolo contundente de “modernização do Estado”, como mostra a notícia abaixo: “O documento entregue a Fernando Henrique Cardoso, contém outros projetos estratégicos, que contemplam a reforma agrária, o aproveitamento turístico do Estado, a implantação da siderurgia maranhense [...]”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 30 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Tomando como eixo a questão do “desenvolvimento do Estado”, Roseana Sarney Murad, em 1994, propõe como algo inovador o “planejamento”, ou seja, atividade que segundo ela terá como principal viés a chamada “regionalização” a fim de atentar para a

chamada “vocação de cada região”. Um senão, ela recobra um discurso já dito, inclusive por seu pai José Sarney quando foi governador do Estado do Maranh o¹⁷⁶:

Planejamento. Esta será a palavra chave que norteará as a es do governo Roseana Sarney, visando a transforma o do Maranhão numa nova fronteira de desenvolvimento, a partir de investimentos em áreas estratégicas do setor produtivo, levando em considera o a voca o de cada região. É o que adianta o deputado José Reinaldo Tavares, vice-governador na chapa da Frente Popular, ao informal que o plano de metas da virtual governadora do Maranhão, já está traçado, em suas linhas gerais. Mas, segundo ele, importantes subsídios serão retirados de seminários regionais, que serão realizados em municípios p los, numa próxima etapa da campanha, para o estabelecimento de prioridades.

Principal coordenador do processo, a convite de Roseana, José Reinaldo disse que todos os estudos e atividades de planejamento estão voltados ao desenvolvimento regional. ‘Vamos dividir o Estado em regiões homogêneas e identificar o potencial natural e a voca o produtiva de cada uma delas, para criar uma alavanca de desenvolvimento’ – afirma, lembrando que a t nica será a gera o de empregos. (O Estado do Maranhão, São Luís, 12 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Nenhum dos temas abordados é novo. Nova, no campo político é a figura política de Roseana Sarney Murad na posi o de candidata a governadora do Estado que enuncia velhas abordagens de palanque, conferindo aos “velhos temas” o ar da novidade, pelo ritual performático que ela os anuncia.

Alguns prefeitos aliados de municípios maranhenses, pertencente ao *círculo de confiança* (BAILEY, 1971) do *Maranhão Dinástico*, traduziram nas suas falas, a certeza de um acontecimento que ainda não havia se concretizado (a elei o de Roseana Sarney Murad para Governadora de Estado). Deste modo, esses agentes políticos transformaram o *provisório em permanente* (BARREIRA, 1998), realçando o capital político que Roseana Sarney Murad já dispõe ou mostrando a certeza da vitória pelo “merecimento” da candidata.

Na campanha eleitoral de 1994, houve pronunciamento desses agentes, como mostra abaixo:

Para o prefeito de Alcântara, Airton Viégas, Roseana   uma liderança política de alta confiança, por isso ele está certo de que, com a sua ida para o comando da administra o estadual, as reivindica es dos municípios vão ser melhor atendidas.

Já o prefeito de Graça Aranha, Lourival Nunes, lembrou que Roseana tem prestado bons serviços ao Maranhão, há muito tempo, o que faz com que todos trabalhem cada vez mais para que ela seja eleita com a grande maioria dos votos, ainda no primeiro turno.

O prefeito de Brejo, Carlos Muniz, afirmou que, assim como todo o Maranhão, tem certeza de que Roseana vai fazer uma excelente administra o. ‘Será um governo que vai marcar época no Estado’, ressaltou. Da mesma forma se expressou o prefeito de Timbiras, Chico do Foto: ‘O povo vai votar nela porque ela merece’, destacou,

¹⁷⁶ “A tarefa é de todos, co-responsáveis neste vento novo que sopra no Maranhão. Vento de planejamento, de administra o e das decisões governamentais, alicerçadas em critérios  ticos”. (SARNEY, J., 1970, p. 40, grifos da autora).

garantindo que, na sua região, Roseana terá cerca de 80% dos votos. (O Estado do Maranhão, São Luís, 7 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Fala aqui mais alto, a presença do prefeito de uma cidade chamada de “histórica” – *Alcântara* – versada na historiografia oficial como uma das regiões economicamente mais “opulentas” do Maranhão no século XIX.

Essa região responde por assim dizer, em equivalência, a uma deputada que têm não o passado, mas o futuro – como Governadora de Estado – para gerir. Na ambivalência do campo político se estabelecem sutis relações nessa política.

Fala também um prefeito de uma outra região – *Graça Aranha* – que aponta um “passado de experiências profissionais” da candidata, predizendo sua vitória ainda no primeiro turno.

Fala, em terceiro lugar, um amigo e denominado “correligionário”, futuro parente por *afinidade* de Roseana Sarney Murad, o então prefeito da cidade de *Brejo* já adjetivando de “excelente”, através de uma certeza que ainda não veio – a gestão do Estado do Maranhão pela ainda candidata.

O prefeito do município de *Timbiras* é o único dos quatro prefeitos que trouxe à tona um atributo pessoal para que Roseana Sarney Murad seja governadora de Estado: “ela merece”. O “merecimento” é um critério subjetivo.

Em comum, os quatro administradores municipais falam dela “como se já fosse a governadora do Maranhão”, acionando sempre válidos capitais políticos tão necessários naquele momento. Validam a candidatura porque transformam o futuro em um dado presente.

Resgato a noção de *eficácia simbólica* do artigo de Lévi-Strauss (1996, p. 229) que estabelece uma analogia entre a prática do xamã e do psicanalista porque ambos têm, segundo o autor, o papel de “encantação propriamente dita”¹⁷⁷ para indicar a força persuasiva que têm os discursos, as posturas, os dispositivos e as estratégias em *tempo de política*.

Para usar a noção de Austin (1975, p. 118, grifos meus), a legitimidade do poder está sedimentada no que chama de *illocutionary force*. Segundo ele: “Acreditar em outra pessoa, em autoridade e testemunho, parece ser uma parte essencial do ato de comunicação, que constantemente todos realizamos”.

Em diversas ocasiões, em *tempo de política*, Roseana Sarney Murad valida sua *performance* pelo que diz como força explícita do que vai fazer se eleita, realizando um ato

¹⁷⁷ Antes de Lévi-Strauss (1996), contudo, Marcel Mauss tem o mérito de conformar essa noção. Para este caso específico da prática política, a eficácia simbólica permite *fazer crer* no que é dito pela autoridade (reconhecida como tal) de quem profere o discurso político.

performático, ou de outra forma, a *illocutionary force* (AUSTIN, 1970): “Roseana assumiu compromisso definitivo com a população de Primeira Cruz. Seu governo vai tirar o município do isolamento. Lombo de animal e trator pula-pula ficarão para os turistas¹⁷⁸”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 9 set. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

A crença no discurso proferido remete a questão para os elementos figurativos do discurso – *utilização não-canônica das palavras*: hipérboles, metáforas, como postula Ryle (1975) – e para a condição de que o poder das palavras não está nelas mesmo, todavia decorre de um poder delegado por quem as profere: “Multidão recebe candidatos: Roseana e FHC fazem comícios gigantes no interior do Estado”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 31 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Ou como se encontra nesta alocução: “Por onde passa, Roseana arrasta multidões em festas populares”. (O Estado do Maranhão, 13 set. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Tomo os fatos descritos abaixo para referendar as posições acima, porém acrescentando a importância da posição dos agentes no campo político que “em autoridade e testemunho” se referem à candidata Roseana Sarney Murad:

As principais lideranças políticas de Buriti Bravo e Colinas estão preparando uma grande festa popular para receber a candidata da Frente Popular ao Governo do Estado, deputada Federal Roseana Sarney, que visitará os dois municípios na terça e na quarta-feira. Em Buriti Bravo, a convite do prefeito Wellington Coelho, Roseana participará das comemorações pelos 63 anos de emancipação política.

[...] O prefeito de Buriti Bravo informou que a programação de aniversário do município vai começar com uma alvorada às 5 horas da manhã de terça-feira, e prosseguirá durante todo o dia, com diversas cerimônias cívicas e esportivas e inaugurações de diversas obras de infra-estrutura urbana realizadas por Wellington Coelho. São monumentos, praças e ruas calçadas que o prefeito entregará para a população, em companhia de Roseana Sarney. A candidata da Frente Popular participará de um almoço com lideranças políticas do Médio Itapecuru e de suas manifestações populares, que serão realizadas à noite, nas praças Coronel Raimundo Moreira e Central.

[...] em Colinas, Roseana vai ter a oportunidade de falar sobre o seu plano de governo para 4.600 mães carentes das zonas urbana e rural. Elas são associadas aos 44 clubes de mães que funcionam no município e, assim como ocorreu no ano passado, vão se encontrar para debater os problemas que enfrentam e participar de atividades culturais, em praça pública. (O Estado do Maranhão, São Luís, 3 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Assim quando são anunciadas presenças diversas para “recepção” a candidata Roseana Sarney Murad nos municípios de Buriti Bravo e Colinas, os prefeitos como *políticos*

¹⁷⁸ Aqui percebo que os signos do “atraso” – “lombo de burro e trator pula-pula” se deslocam para a dimensão do exótico, aquilo que é para “turista ver”.

professionais (BOURDIEU, 2002) falam da candidata com a legitimidade de suas posições no campo político naquela circunstância e com o respaldo de atitudes consideradas “populares”.

Atitudes essas, como a “festa cívica” que momentaneamente apaga diferenças sociais, abole discursos em proveito do encantamento, associa em forma de comunhão, levando a despossessão pessoal, conforme marca Balandier (1999) ao se referir às festas de cunho “cívico”. Ali, na festa, o poder está em toda sua extensão revestido da teatralidade.

É uma prática usual, intrínseca a *performance* da candidata Roseana Sarney Murad “visitar” os municípios do Maranhão, aliando a sua presença física à representação mais importante do lugar: atividades comemorativas, de preferência aquelas que comemoram o “aniversário” da região. Aqui *dême* (região em celebração) e *gêne* (presença pessoal da candidata) compõem o cenário dessa *performance*.

Esses relatos das estadas da candidata Roseana Sarney Murad em diversos municípios maranhenses, narrado por um jornal – O Estado do Maranhão – consagrado em meio à chamada “opinião pública” são, também, uma forma de relacionar as palavras ao trabalho de dominação política e sublinhar que elas não só comunicam uma mensagem, como também criam produtos sociais através da condição de *eficácia simbólica* que detêm, como a intensa mobilidade da candidata pelos municípios do Maranhão, pela presença de uma visibilidade em lugares que são consagrados ou vão ser à medida da presença da política em campanha ali no local.

No decurso desta análise, surgiram diversos *lugares simbólicos* ou *espaços de sociabilidade* que vão construir a *topografia dos lugares de poder*¹⁷⁹ nas campanhas eleitorais de Roseana Sarney Murad. E mister mapear esses lugares que se transformam em sinonímia simbólica do *cortejo* (GEERTZ, 1997) da candidata (ver APÊNDICE H).

Tanto Roseana Sarney Murad legitima o trabalho político dos prefeitos, quanto essa legitimação dada se reverbera a favor da candidata para se juntar ao conjunto dos seus capitais simbólicos.

O poder político, assim, não está no discurso nem encarnado no agente como indivíduo *per si*, mas imiscui-se na rede de conformação da *eficácia* (MAUSS, 1980) do discurso tornado legítimo e oficial e nas posições que ocupam os agentes ligados ao poder¹⁸⁰.

¹⁷⁹ Inspiro-me nas formulações de Balandier (1999) sobre as políticas dos lugares, onde cada governo, aqui no caso, cada evento em *tempo de política*, marca um novo território, um espaço público, sendo que as práticas de poder acabam por regular a expressão espacial. Assim, a topografia simbólica da cidade é social e política, onde certos lugares exprimem poderes e a liturgia torna-se, segundo o autor, participação e espetáculo.

¹⁸⁰ Essa perspectiva remete a análise de Leach sobre mudança estrutural e estrutura específica de poder, quando define o *poder* como um “atributo de detentores de cargos” (LEACH, 1996, p: 73).

A força das aparências, os gestos teatrais são os instrumentos hodiernos para que políticos, em *tempo de política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995), e mesmo em *tempo cotidiano* encenem a vida pública, transformando-a num grande palco onde as ilusões fazem parte de todo esse processo.

Ilusões que admitem aderências por parte dos governados, constrangimentos pelas regras do jogo político, mas, sobretudo comportam a lógica do *xamã*: a eficácia simbólica de atos simbólicos ou performáticos.

Roseana Sarney Murad é uma exímia *performer*, o que nos esquemas explicativos usuais aparece como uma política que tem “carisma”¹⁸¹. Em verdade, faz parte de um *sistema de estrelato*¹⁸² (SENNETT, 1998) que tomou conta da política.

O chamado “carisma” de Roseana Sarney Murad é a efervescência desse *dispositivo ritual ampliado* (AUGÉ, 1997), resultado do conjunto das estratégias dispostas nas suas campanhas eleitorais.

Na posição de candidata ao Governo do Estado do Maranhão, em 1994 e 1998, suas campanhas políticas passaram em termos dessa *performance*, por alguns eixos básicos: como uma candidata que pretendia “percorrer todos os municípios do Maranhão” – reinventa uma *política móvel* (BARREIRA, 1998) capaz de acrescentar capitais simbólicos à sua figura de “mulher atuante e combatente”. Essa *política móvel*, essa caminhada que parece não ter fronteiras, adquire um tom social:

Caminhar é mais do que seguir um trajeto. DE CERTEAU (1994), analisando as caminhadas pela cidade, lembra que o ato de caminhar funciona como um espaço de enunciação. Cada caminhante faz escolhas, cria atalhos e desvios, imprimindo sua marca e transformando em outra coisa cada significante espacial. Desse modo, a caminhada é uma maneira peculiar de se apropriar de lugares, ora fragmentando-os, ora integrando pontos ou totalizando espaços. (BARREIRA, 1998, p. 83, grifos meus).

As notícias sobre a campanha, ao Governo do Estado aliam, a um só tempo, essa itinerância – o *cortejo* pelos municípios maranhenses e bairros da capital – ao maior número possível de festas ou manifestações consideradas “populares”: “A deputada Roseana Sarney passou o fim de semana em plena atividade. Fez reunião com assessores sobre plano de

¹⁸¹ Segundo Geertz (1997), o chamado “carisma” exige renovação constante.

¹⁸² Diz Sennett (1998, p. 356, grifos meus) com propriedade: “Em primeiro lugar, o poder político ‘por detrás dos panos’ será mais forte se agentes do poder se concentrarem muito pouco em políticos a promover, ao invés de construir uma organização ou uma máquina política. O patrocinador político (corporação, indivíduo, grupos de interesse) colhe os mesmos benefícios que um empresário moderno de sucesso. [...] Quando o sistema político funciona como um sistema de estrelato, o seu segundo atributo está em que o máximo de poder é obtido ao se limitar a exibição pública dos próprios candidatos: isto é, quanto menos aparecerem para um grande público, mais serão atrativos.”

governo. E recebeu líderes do interior e definiu sua agenda de visita a municípios”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 4 jul 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Para a candidata, todos os dias são dias de campanha, feriados ou não, fins de semana, dias úteis, mas quanto mais exercitar sua campanha fora dos dias úteis da semana, mais capital adquire, por somar aos seus atributos, o de “maratonista”, o qual remete a outros, tais como: “empreendedorismo”, “iniciativa”, “fortaleza” e assim por diante.

Não são poucas as notícias e os pronunciamentos que dão conta dessa idéia de que a *performance* de “maratonista” de Roseana Sarney Murad é sinonímia de ter uma mobilidade “pessoal”, de “candidata próxima ao (*e*)leitor”, além da condição propriamente dita de “maratonista” que se impõe e que é imposta a ela no espaço midiático:

Roseana não pára para descansar.

Durante as maratonas pelo interior, o tempo reservado ao descanso é por ela esquecido.

Prefere ficar andando, conversando, se informando sobre tudo. (O Estado do Maranhão, São Luís, 17 set. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Algumas formulações desse tipo podem ser transcritas aqui, atentando para o fato de que a palavra “maratona” sempre vem acrescida de outra, ou de outras, que fornecem um substrato ainda maior a seu capital político: “Tem sido animada e exaustiva a maratona de Roseana Sarney na região Tocantina”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 16 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Ela assume um papel em que se transforma numa candidata “ágil”, “destemida”, cujo “cansaço físico” provavelmente não lhe bateria teatralmente às portas (utilizam-se, ela e os jornalistas, de um termo trazido da Grécia antiga – *maratona*, uma das categorias das Olimpíadas): “Roseana visita 19 municípios em 5 dias” (O Estado do Maranhão, São Luís, 30 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Aqui, o corpo da candidata é o lugar da representação (BALANDIER, 1999) do poder, que não deve parar, tal como uma complexa engrenagem. As duas dimensões – corpo e representação – se confundem diante das práticas de sociabilidade em *tempo de política*. O corpo da candidata Roseana Sarney é a expressão do *embodiment*¹⁸³ (CSORDAS, 1994) de quem adquiriu uma forma de expressão política que é reconhecida e decodificada nas práticas de sociabilidade política.

¹⁸³ “[...] and I place a considerable premium on bodily experience or embodiment.” (CSORDAS, 1997, p. 1, grifos meus).

Ou, ainda, como nesta passagem que retoma o termo “maratona” para caracterizar que foi mais uma etapa de sua campanha no primeiro turno, fazendo valer a idéia que ao visitar “todos” os municípios maranhenses, é a candidata com maior probabilidade de conhecer o Maranhão por “inteiro”, tratando-se de uma *hiperbolização do cotidiano* (BARREIRA, 1998), uma tentativa quase literal de “abarcar o mundo com os pés”:

Roseana Sarney encerrou ontem sua maratona pelo interior do Maranhão. Esteve em todos os municípios do Estado nos últimos doze meses. Nos últimos 45 dias foram mais de 100. (O Estado do Maranhão, São Luís, 30 set. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Essa *performance* remete para a preferência exclusiva da candidata em fazer campanha, deixando de lado “horas de repouso ou lazer”, ou seja, sua entrega ao jogo da política é total, integral “Viciada em política’, Roseana é do tipo ‘workaholic’. Suas jornadas de trabalho, mesmo fora das campanhas eleitorais, nunca têm menos de 12 horas”. (Folha de São Paulo, São Paulo, p. 14, 20 nov. 1994, grifos meus).

A *performance* de Roseana Sarney Murad conforma as práticas políticas a uma *rede de cerimonial*, cujo ápice são as festas (DUVIGNAUD, 1999; BALANDIER, 1999).

As festas são a tônica dessa *campanha teatrocática* da candidata, que participa de rituais profanos, na perspectiva da dimensão pessoal e emocional, bem como aquela política capaz de se equiparar ao “povo”, porque os rituais, custem o que custarem, têm como um dos seus papéis pôr em suspenso as hierarquias, produzindo um espetáculo enganador (BALANDIER, 1999). Aqui a *periferia* se transformou em *centro*, com bem diz Barreira (1998, p. 87): “Lugares estratégicos, normalmente situados na periferia, são cenários onde ocorrem os comícios nos quais cada candidato marca sua forte presença”.

Mais que isso, a candidata participa das festas eleitorais, utilizando ainda o fato de o Brasil, naquele ano, estar vencendo a Copa do Mundo de Futebol em 1994 e “comemorando” os resultados da chamada “pesquisa de opinião”. Isto porque uma campanha não fala só de política (BARREIRA, 1998), mas tende a congrega diferentes atividades da vida social, portanto à medida maussiana, é a política, como dito anteriormente, um *fato social total* (MAUSS, 1980):

Feliz com a vitória do Brasil e otimista com os resultados da pesquisa do Ibope recentemente divulgada e que lhe dá um folgado primeiro lugar na corrida sucessória do [sic] Governador do Estado, a deputada Roseana Sarney foi comemorar na Avenida Litorânea. E no meio de mais de cinquenta mil pessoas, ela cantou, dançou, cumprimentou centenas de admiradores e terminou subindo no Trio Ilha, de onde acenou para a multidão. Depois, caminhando, atravessou a multidão

que lhe acolheu com o maior carinho. (O Estado do Maranhão, São Luís, 18 jul. 1994. Caderno Alternativo. Coluna PH, p. 19, grifos meus).

Esse desempenho se intensificou no final do primeiro turno da campanha de 1994, quando veio à superfície toda a teatralidade, a transformação das palavras dos candidatos em shows de artistas regionais e nacionais, a substituição dos comícios em que os políticos ficavam face a face com os *(e)leitores* pelas chamadas “carreatas” que conduzem milhares de pessoas cujos rostos ficam perdidos entre números e rodas.

No caso de Roseana Sarney Murad, a chamada “carreata” que aconteceu em São Luís pode ser tida como um “grande comício” transversal, ou seja, não é realizado de forma direta.

Desta forma se deram os últimos momentos da campanha política de Roseana Sarney, no primeiro turno de 1994, escolhendo a capital do Estado, São Luís para encerrar a sua campanha eleitoral (O Estado do Maranhão, São Luís, 22 set. 1994. Caderno Política, p. 3).

A cidade e o bairro se transformam em *espaço de poder*, com uma pedagogia coletiva a transmitir, uma mensagem que é crível porque quem enuncia tem autoridade para torná-la eficaz: Em Imperatriz, onde fez ontem um gigantesco comício de encerramento de sua campanha no interior, Roseana Sarney disse que ‘eles estão desesperados, sabem que vão perder a eleição e tentam um golpe baixo de última hora’. (O Estado do Maranhão, São Luís, 30 set. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Ela referia-se ao fato de que em horário eleitoral gratuito, a Coligação “Frente Ética pela Liberdade do Maranhão” liderada por Eptácio Cafeteira teria afirmado que as candidaturas de Roseana Sarney Murad, Alexandre Costa e Edison Lobão seriam impugnadas pela justiça eleitoral. A esse fato, no comício que fez em Imperatriz, a então candidata ao Governo de Estado, Roseana Sarney Murad denominou de “terrorismo eleitoral”, numa provável tentativa de aproximar o *(e)leitor* de uma linguagem usual e ao mesmo tempo de efeito considerado eficaz, porquanto é imediatamente decodificada por aqueles que a ouvem.

Para encerrar a campanha, a então candidata do PFL, Roseana Sarney Murad utiliza como estratégia, o chamado “showmício”, um espetáculo a mais, com mais “pompa” e “circunstância”, com vigor pirotécnico e com a presença de artistas – cantores -, de preferência, consagrados regional e nacionalmente.

Afirma Barreira (1998, p. 95, grifos meus) que o showmício:

[...] distingue-se dos demais não somente pela extensão, mas sobretudo pelo uso de recursos sofisticados de comunicação, que vão desde a montagem de aparato técnico até a encenação das apresentações que inclui *shows* de artistas dotados de popularidade. Os grandes comícios são uma festa popular capaz de reunir participantes de várias localidades que se deslocam para ‘ver o show’.

[...]

Os grandes comícios não dispensam, portanto, o concurso de um apresentador, alguém que ordene o conjunto de exibições e organize o fluxo de emoções misturando momentos apoteóticos com decursos de silêncio.

É no grande *écran* (BALANDIER, 1999) que se dá o espetáculo, onde a candidata munida de uma retórica exuberante, enfática, pontuada pelas emoções, pausas, falas quase sussurradas, outras retumbantes, capaz de tentar conformar seu discurso ao que o (*e*)leitor quer ouvir.

E a respeito dos recursos da ordem do simbólico, de uma surrealidade criada pela *teatrocracia*, diz Balandier (1999, p. 95, grifos meus):

[...] a relação política permanece duma outra natureza, que ela se estabelece sobre outra coisa: os dispositivos simbólicos, as práticas fortemente codificadas, conduzidas segundo as regras do ritual, o imaginário e suas projecções dramatizadas. É por estes artificios que se realiza a supremacia da sociedade enquanto que a da natureza se realiza segundo as convenções e procedimentos diferentes; eles constituem *écran* e produzem imagens duma surrealidade que não coincidem com o que a única realidade social poderia impor – se lhe fosse possível.

Roseana Sarney Murad, como produto e produtora de relações políticas que centram as realidades na a ordem simbólica, imaginária, teatral, como pano de fundo para o estabelecimento definitivo do *Estado-Teatro* (GEERTZ, 1991) começa esse processo na própria campanha, no seu auge, quando chama para o lugar dela – enquanto político – os artistas para darem o “show”; para garantirem um “público consistente” que será transformado mais tarde na chamada “opinião pública” massiva a favor de sua candidatura: “A deputada Roseana Sarney, líder absoluta nas pesquisas de intenção de votos, visita hoje os municípios de Graça Aranha, Fortaleza dos Nogueiras e São Domingos, em campanha”. (Jornal O Estado do Maranhão, Caderno Política. São Luís, 11 de setembro de 1994, p. 3, grifos meus).

Porquanto, os (*e*)leitores assistiram a um espetáculo que provavelmente não deve continuar quando se efetivarem as políticas públicas de um *Estado-Teatro*. As ilusões são criadas para fundar aderências e talvez, literalmente, “dançar conforme a música”. Depois das eleições é provável que respondam as reticências que ficaram nos discursos e nas posturas. E não tenha “música” para dançar.

Deste modo, aparecem em *outdoors* e em diversas edições do Jornal O Estado do Maranhão, as seguintes informações que funcionam como uma espécie de intimação ao público para participarem de um “showmício” no dia 23 de setembro de 1994, estando em destaque ali, figuras como Elba Ramalho e Alcione (cantoras de reconhecimento nacional), o candidato do PSDB à Presidência da República – Fernando Henrique Cardoso.

Esse *evento* (TAMBIAH, 1997) se deu num espaço social (transformado num *espaço móvel político*) que é ao mesmo tempo palco de manifestações políticas e culturais – a Praça Maria Aragão, localizada no centro da cidade de São Luís, nas eleições de 1994.

Num outro momento, a propaganda gira em torno do encerramento oficial do período eleitoral do primeiro turno, convidando para uma “carreata” com a presença de “Roseana” (à maneira de se anunciar um artista) e, novamente, de Alcione¹⁸⁴ (reconhecida nacionalmente, mas sob o signo da *dēme* – é “maranhense”), saindo de um bairro considerado de periferia – Bairro do Anjo da Guarda – e chegando a uma área titulada de “nobre” que é a Avenida Litorânea. Aqui ao contrário de outro *cortejo*, tanto a *periferia* se transforma em *centro* quanto o *centro*¹⁸⁵ se mantém como tal.

O alcance desse ato teatral abrange um grande *espaço de sociabilidade* diferenciado e ela, Roseana Sarney Murad, mais uma vez chama para si o papel de aglutinadora, agora de espaços antagônicos, num ritual que visibiliza a diferença, mas tenta apagá-la pela igualdade dos atos do ritual, que no caso é essa “carreata”. Seguir a candidata é um *cortejo* de adesão, de aceitação, de confirmação da *ordem de sucessão* que se aproxima.

Esse é mais um *cortejo* sinônimo de um ritual que aqui é uma expressão simbólica, conferindo às práticas de poder significados que podem ser apropriados por grupos aparentemente díspares, no dizer de Kertzer (1988).

Roseana Sarney Murad foi também uma candidata que tentou se distinguir dos “adversários políticos” pelas *faltas* que caracterizariam os demais candidatos, a partir de atributos os quais instituiu como exclusividade sua, como distinção, classificação ou o que Barreira (1998) chama de *princípio do duelo*.

São exemplos disso, os chamados atributos da “modernidade” (reporta-se sempre ao “século XXI” que no imaginário popular é um outro tempo, um tempo de mudanças, por

¹⁸⁴ Juntamente com ela, Alcione, são anunciados artistas de reconhecimento regional: Papete, Tutuca, Mano Borges, Sérgio Habibe, Beto Pereira, Tribo de Jah, Ronald Pinheiro, Gerude, Alê Muniz, Chico Viola, Pitt de Alcântara, Augusto Bastos, Djalma Chaves, Nosly, César Nascimento, J. Nogueira, Gleidson e Trio Ilha.

¹⁸⁵ “A idéia de centro de cidade como lugar ativo e aglutinador de atividades perpassa as diferentes formas de aglomeração urbana. São formas que, ao longo do tempo, vêm se alternando em processos sucessivos de reordenamento espacial, conservando, no entanto, a idéia de um pólo convergente, não obstante, a existência de outros pequenos ‘centros’.” (BARREIRA, 1998, p. 97, grifos meus).

assim falar), “juventude”, “agilidade”, aliando a todo esse arsenal, o papel desempenhado por uma “mulher que luta na política” e “luta” pela “própria saúde fragilizada”, como costuma se reportar, como foi o caso da declaração que deu na campanha eleitoral de 1998:

O anúncio foi feito ontem pela própria governadora, que brincou: ‘Quero dizer logo que não é câncer, é um nódulo benigno’. [...] ‘Eu não poderia deixar de cuidar do casamento da minha filha’, justificou. Poderia também adiar para depois a eleição. ‘Mas achei melhor fazê-lo agora’, disse. Bem-humorada, Roseana avisou: ‘eu não vou morrer, vou viver. Sou uma guerreira’. (Roseana se licencia do cargo para se submeter a cirurgia: tranqüila e bem-humorada, a governadora anuncia que vai tirar um nódulo benigno no pulmão. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 4 jun. 1998, grifos meus).

Roseana Sarney Murad se autoconsagra “guerreira” e sua *performance* converge para isso, como no discurso que a aponta como “bem-humorada” e “mais interessada no casamento da filha que na sua própria saúde”.

Com estes elementos, ela representa bem o papel que tomou para si como capital simbólico – “mulher guerreira” – que inclusive é o mote de sua campanha à reeleição, como apontam alguns *jingles* da campanha, como por exemplo:

Guerreira, guerreira, guerreira
Roseana é guerreira
Roseana é uma mulher de garra, não foge da luta jamais
Roseana é uma mulher de jeito pra fazer muito mais.
Roseana é guerreira
Guerreira, guerreira, guerreira.
Ela só quer fazer muito mais
Roseana é dedicação
Roseana é Maranhão
Roseana é guerreira
Ela só quer fazer muito mais. (PITTE. Roseana guerreira. Intérpretes: Pitte, Gleydson, Tutuca, Mazé, Rachel e Valdete, grifos meus).

Como candidata consegue reunir os mais diferentes segmentos políticos e tornar centrífuga a força em torno de sua candidatura, conforme mostram as narrativas abaixo, nos momentos cruciais de sua campanha eleitoral em 1994.

Com ela, as denominadas “diversas correntes políticas” chegam a um provável pseudoconsenso, tudo para “garantir a eleição de Roseana Sarney Murad”:

A candidata da Frente Popular ao Governo do Estado, deputada federal Roseana Sarney, passou o dia de ontem reunida com deputados, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores de 35 municípios maranhenses. Durante o encontro, no Hotel La Ravardière, Roseana fez um balanço da campanha, destacando as viagens realizadas pelo interior, que conta com o apoio das mais diversas correntes políticas, que esqueceram as divergências em torno da sua candidatura. Roseana aproveitou para

confirmar que, até o final da eleição, vai percorrer todos os municípios maranhenses. (O Estado do Maranhão, São Luís, 2 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Nos municípios que visita é tida como sinônimo de “unanimidade entre os mais diferentes políticos”: “Durante a visita ao município, a candidata aproveitou para rever amigos. Em Brejo, como ocorre em mais de 100 municípios, ela é apoiada por todas as alas políticas”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 11 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Em outros municípios, um porta-voz do campo político, o deputado Nan Souza (PP/MA), traz como viés explicativo dessa imanência da candidata ao governo do Estado a capacidade de “reunir forças opostas”, um elemento pessoal de Roseana Sarney Murad – “sensibilidade” – e elemento público – “densevolutura política”:

A exemplo de outros municípios do Estado, em Penalva Roseana conseguiu aglutinar lideranças e grupos adversários em torno de sua candidatura, ‘como um ponto de convergência para a realização de ideais comuns de desenvolvimento’, como classificou o deputado Nan Souza (PP). Segundo ele, graças a sua sensibilidade e desenvolutura política, Roseana tem conseguido conciliar correntes opostas nos municípios e regiões, em prol desse objetivo maior que ela propõe, que é o de fazer do Maranhão, um dos estados mais fortes e competitivos do Brasil. (O Estado do Maranhão, São Luís, 11 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Como uma candidata faz mostrar expressões corporais, formas de vestir, gostos que se retraduzem na representação social de uma “mulher bonita”, “mulher que encanta” (atributos estritamente pessoais ressignificados para o campo político).

Como uma mulher que gesticula “esperanças”, “promessas”, num vai-e-vem de gestos performáticos:

Formando o ‘V’ de vitória, repetindo o gesto do candidato à Presidência da República, ao mostrar a mão direita, está animada para anunciar os cinco pontos básicos de sua plataforma política: saúde, emprego, educação, segurança e agricultura. (O Estado do Maranhão, São Luís, 23 maio 1994. Caderno Política, p. 2, grifos meus).

Ou que se aproxima fisicamente das pessoas tidas como “comuns”, num *embodiment* (ROSALDO, 1980; CSORDAS, 1994) estudado, que cabe na política e a política nele.

As suas passagens por Imperatriz e Brejo, fornecem exemplos:

Roseana Sarney percorreu várias ruas de Imperatriz ao lado de Edison Lobão, Alexandre Costa e Zenira Fiquene. Na feira-livre conversou com os feirantes, conhecendo seus problemas e procurando inteirar-se das questões relacionadas com

o funcionamento da feira e da produção agrícola. (O Estado do Maranhão, São Luís, 10 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Desta forma, no lugar do “político de gabinete”, existe a “mulher dinâmica” que através do *cortejo* escreve no espaço social zonas de identificação próprias, com o objetivo de conseguir adesões dos (*e*)leitores:

A candidata da Frente Popular ao governo do Estado, deputada federal, Roseana Sarney, passa domingo em Brejo, onde participa como convidada especial, da festa de comemoração dos 124 anos de fundação da cidade. Roseana vai chegar no município por volta das 10:00 horas da manhã e a expectativa é de que uma grande multidão irá recebê-la, para em seguida, deslocar-se com a candidata até o centro da cidade, numa carreata com mais de duzentos carros.

[...]

Acompanhada do prefeito Antônio Carlos Muniz, Roseana vai percorrer, a pé, as ruas da cidade, e ouvir a população sobre as suas necessidades mais urgentes. (O Estado do Maranhão, São Luís, 10 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Num outro ato performático, insere-se na questão de *gênero*, destacando-o como um atributo distintivo dos demais candidatos não só regionais, mas de todo Brasil, numa transposição da eleição por plataforma de governo para o gênero a que pertence. E são várias alocações tanto da candidata quanto de outros agentes que disto falam.

Uma inserção no Jornal O Estado do Maranhão disse: “[...] Roseana disse que está convicta que será a primeira mulher eleita para dirigir um Estado brasileiro.” (O Estado do Maranhão, São Luís, 16 maio 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Um agente político como um porta-voz de vários prefeitos municipais da posição androcêntrica (BOURDIEU, 1998b) fala da candidata Roseana Sarney Murad sob o corte do *gênero*:

O prefeito Tati, de Governador Eugênio Barros, foi enfático: ‘Todos os prefeitos da Região dos Cocais apóiam Roseana e ela será a primeira mulher a ser eleita pelo voto direto para o cargo de governadora no Brasil.’ (O Estado do Maranhão, São Luís, 2 jul. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Essa inserção de Roseana Sarney Murad nos espaços escritos de sociabilidade se faz acompanhar do esforço político necessário para legitimá-la através da comprovação de atributos pessoais: “[...] as mulheres precisam comprovar que, não obstante sua condição de gênero, têm competência para o desempenho das atividades políticas.” (BARREIRA, 1998, p. 45). Roseana Sarney Murad diversas vezes se reporta a esse fato, outorgando a idéia de que foi “preciso lutar muito em casa para fazer valer seus direitos”.

Ela também, performaticamente, numa tentativa de englobar num só conjunto, *gênero, identidade regional e religiosidade* para marcar a diferença, se autodestinguindo dos demais candidatos: “Serei a primeira mulher eleita para governar um estado brasileiro. Nasci no Maranhão, sou filha de São Luís, cuja padroeira, Nossa Senhora da Vitória é madrinha da minha candidatura.” (O Estado do Maranhão, São Luís, 23 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus). Conjugou a um só tempo, três diferentes dimensões, acabando por juntar a *dimensão sagrada* (DURKHEIM, 1996) num *rito profano*¹⁸⁶ (BARREIRA, 1998).

Roseana Sarney Murad, aqui e alhures, traz para o palco da sua representação teatral, a união entre dois poderes aparentemente díspares, num momento de efervescência de sua campanha eleitoral: o poder espiritual e o poder temporal, sendo este último de maior intensidade e o primeiro de maior densidade eleitoral, por se tratar das “coisas da ordem espiritual”.

O fato de escolher “Nossa Senhora da Vitória” como madrinha de sua campanha remete a um fato cívico (DUVIGNAUD, 1999), presente no inconsciente histórico coletivo: foi por meio do aparecimento e comprometimento dessa santa na batalha contra os franceses no Maranhão – “Batalha de Guaxemduba” – que lhe foi atribuído o milagre da vitória dos portugueses. Portanto, é um símbolo religioso referido igualmente à *dême*.

Partindo das relações entre política e religião, Tambiah¹⁸⁷ entende que os conceitos religiosos são parte do processo social de fabricação da realidade como prática social: o budismo enquanto religião tem aspectos políticos e rituais, assim como algumas dimensões do budismo ligam sociedade e política.

Essas relações entre religião e organização política, por assim dizer, não estão para ele, circunscritas ao domínio interno dos discursos, porém se realizam nas práticas políticas e nas estruturas correlatas de poder.

Essa discussão, eu creio que remete para o ponto fulcral dos rituais que é o seu sentido prático¹⁸⁸ e a sua eficácia social¹⁸⁹. E essa eficácia da ação ritual advém do caráter performativo do rito nos sentidos sugeridos por ele:

¹⁸⁶ “Não por acaso, os rituais da política têm tradicionalmente evocado, de modo direto ou indireto, a presença do sagrado, a partir de símbolos deslocados e readaptados a cada situação particular” (BARREIRA, 1998, p. 66).

¹⁸⁷ Conforme “Budism and the Spirit Cults in Northeast Thailand” (1970), “World Conqueror and World Renouncer; a study of religion and polity in Thailand against a historical background” (1976).

¹⁸⁸ Uso esta expressão para denotar a constituição simbólica do *ritual* correlata à dimensão da sua prática.

¹⁸⁹ A análise de Peirano (2001, p. 27, grifos meus) destaca em relação à percepção analítica dos rituais em Tambiah, que: “Como sistemas culturalmente construídos de comunicação simbólica, os ritos deixam de ser apenas a ação que corresponde a (ou deriva de) um sistema de idéias, resultando que eles também se tornam bons para pensar e bons para agir – além de serem socialmente eficazes”.

Ritual action in its constitutive features is performative in these three senses: in the Austinian sense of performative, wherein saying something is also doing something as a conventional act; in the quite different sense of a staged performance that the uses multiple media by which the participants experience the event intensively; and in the sense of indexical values – I derive this concept from Peirce – being attached to and inferred by actors during the performance. (TAMBIAH, 1996, p. 128, grifos meus)¹⁹⁰.

Com isso, pensar os rituais¹⁹¹ na perspectiva de Tambiah (1996) é remetê-los para o princípio de que são construções sociais – “Ritual is culturally constructed system of symbolic communication” (TAMBIAH, 1996, p. 128) – expressas formal e modelarmente, guardando, não obstante, as proporções que as construções ideológicas de uma dada realidade social podem apontar como esta que conforma as práticas de poder do *Maranhão Dinástico*.

É a imbricação entre *idéia* e *ação* na construção analítica dos rituais em Tambiah, sobremodo no trabalho “*Leveling crowds: ethnonationalist conflicts and collective violence in South Ásia*” (1996) que pontuo como referência para pensar as práticas rituais a que me refiro.

Um outro viés da *performance* de Roseana Sarney Murad seria uma espécie de organizadora de um estado de *entropia* no campo político regional, que a candidata adotou no segundo turno da campanha, porque naquele momento o aparente consenso e a pretensa homogeneidade de opiniões e posições funcionariam como *eficácia simbólica* que daria força à continuidade do *Maranhão Dinástico*: “Com um encontro político que reuniu líderes dos dois grupos adversários na política de Açailândia, a candidata da Frente Popular encerrou ontem a primeira etapa de sua maratona para o segundo turno. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 25 out. 1994, grifos meus).”

A presença da candidata Roseana Sarney Murad no município de Codó também garante a *performance*: “A candidata da Frente Popular reuniu no mesmo palanque diversas correntes políticas de Codó, das quais recebeu apoio declarado em meio a uma grande festa popular”. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 1 nov. 1994, grifos meus).

¹⁹⁰ Tomo estas formulações em princípio como uma possibilidade, ainda que seja preciso relativizar o uso como noções operacionais uma vez que Tambiah está referido, por mais abstraídos que tenham sido os princípios, ao contexto das irrupções de violência coletiva no Sul da Ásia para discutir então os conflitos etnonacionalistas.

¹⁹¹ Textualmente afirma em relação aos rituais: “If is constituted of patterned and ordered sequences of words and acts, often expressed in multiple media, whose content and arrangement are characterized in varying degree y formality (conventionality), stereotypy (rigidity), condensation (fusion), and redundancy (repetition)” (TAMBIAH, 1996, p. 128). Atentar para os grifos que marcam o caráter dos rituais – palavras e atos - para o autor e os diversos graus que podem assumir essa ordem mais ou menos padronizada de atos e palavras, não obstante a suposição de um modelo e de uma ordem. Estas pontuações se prestam para conformar a análise dos rituais políticos como atos performáticos *austinianos* e portadores de valores indexicais, de clara inspiração de Charles Peirce.

Desta forma, os gestos rituais a que chamo aqui de *performance*, têm o poder de representar grupos políticos, dar legitimidade aos participantes, construir redes de solidariedade e também de ambigüidades¹⁹² e de conferir uma visão de mundo que modela a percepção das pessoas sobre uma dada realidade política. Como foi o caso da sua *performance* no programa eleitoral gratuito em 1998¹⁹³.

Sob a forma de *clip*, na campanha eleitoral de 1998, Roseana Sarney Murad assumiu diversas *performances*: desbravando caminhos, dirigindo tratores, fiscalizando obras, abraçando pessoas nas ruas e, sobretudo, vestida de “brincante de boi”. Apresentou-se em atividades diversificadas, dando a idéia de diversidade, pluralidade, logo tentando abarcar um universo maior de (*e*)leitores.

O programa tinha como fundo recortes de azulejos e paisagens de São Luís, com o poema em *off*:

Eu amo a minha São Luís
São suas ruas, suas ladeiras, suas histórias.
Meu coração bate como uma matraca, uma zabumba, como os sinos das igrejas.
São todos que moram aqui
São pessoas que acreditam no trabalho
Porque você, São Luís, é patrimônio da humanidade,
Porque esse poema de amor, a você, São Luís
Não foi feito por um poeta, foi uma guerreira que se chama Roseana
Roseana governadora para fazer muito mais.

Logo depois, uma pergunta é feita a Roseana Sarney Murad: Por que Roseana é diferente? E ela, já vestida em “estilo executivo” de blazer vermelho, respondeu: “É a maneira diferente de governar dos demais políticos tradicionais. Nós acabamos no Maranhão com o clientelismo, com o paternalismo e colocamos uma maneira de governar diferente, moderna, sendo que o que nos move é o desafio para fazer o melhor pelo nosso Estado”.

Outra pergunta: Como Roseana escolhe que obras fazer? Respondeu: “É muito difícil. Só se consegue escolher estando ao lado do povo”.

Por outro lado, os *cortejos* pelos inúmeros municípios maranhenses¹⁹⁴ guardam a particularidade de serem realizados preferencialmente em datas comemorativas dos municípios, aliando política e festa, duas dimensões que se dão muito bem nas campanhas políticas de Roseana Sarney Murad. Assim, utilizo como exemplos:

¹⁹² Em se tratando, por exemplo, de expressões polissêmicas, utilizadas tanto por membros de uma facção ou partido quanto por outra adversária daquela.

¹⁹³ Informações que são fruto dos programas eleitorais que gravei em fita VHS em 1998.

¹⁹⁴ São expressivos os números da campanha de Roseana Sarney. Hoje com três visitas que fará terá percorrido milhares de quilômetros. Serão 117 municípios mobilizados na campanha. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 3, 20 set. 1994).

Quadro 15 – Algumas participações bacântico-política de Roseana Sarney Murad na campanha eleitoral de 1994

Município visitado	Comemoração realizada
Penalva	77 anos de fundação da cidade
Pindaré-Mirim	Procissão fluvial em homenagem ao padroeiro da cidade, São Pedro
Brejo	124 anos de fundação da cidade
Paraibano	Encerramento da IX Vaquejada do Município
Axixá	77 anos de emancipação da cidade
Grajaú	Encerramento da exposição agropecuária na cidade. Encontro com o bispo Serafim Espreafic.
Presidente Dutra	50 anos de emancipação política
Buriti-Bravo	69 anos de emancipação política
Barreirinhas ¹⁹⁵	XI Vaquejada do município

Fontes: O Estado do Maranhão, São Luís, 1 jun.-28 out. 1994.

Nesse sentido, antecipando o que viriam a ser na sua gestão os chamados “governos itinerantes” - coordenados pelo seu tio paterno, Ernane Sarney – os *cortejos* performáticos de Roseana Sarney Murad são rituais, ou seja, aqui, expressões simbólicas capazes de proporcionar adesões e aderências pelas *performances* exercidas na movimentação do centro do poder para a periferia. Movimentação do *óikos* para a *ágora*.

Esses *cortejos* colam-se geralmente a festas municipais e fazem da presença da candidata o foco central de atenção.

Kertzer no trabalho “Ritual, politics and power” (1988), atribui aos símbolos expressos nos rituais, a tentativa de convergir as divergências para um ponto mais consensual produzindo uma espécie de sentimento de pertença do indivíduo ao grupo, exaltando a ação coletiva, como uma forma de expressão da solidariedade que se produz ritualmente.

¹⁹⁵ O prefeito do município na época era seu primo paterno em 2º grau, Anselmo Ferreira. Aproveito o momento para esclarecer que nesse pleito de 1994 vários parentes seus foram candidatos: José Sarney Filho (irmão consanguíneo), candidato a deputado federal pelo PFL; Deco Costa Soares (primo paterno), candidato a deputado estadual pelo PMDB; Albérico Ferreira Filho (primo paterno de 2º grau), candidato a deputado federal pelo PMDB; Ivan Sarney (tio paterno), candidato a deputado estadual pelo PP.

A ênfase que dou nas expressões simbólicas dos rituais¹⁹⁶ se constitui numa tentativa de romper com as representações usuais que tendem imprimir ao fenômeno político uma homogeneidade e continuidade intrínsecas, dotando-os de um aparente consenso. Tendem, também, pôr em suspenso a tais representações que dão aos fenômenos políticos esse caráter homogêneo e uma unidade “natural”.

O consenso, a continuidade, a naturalidade e a pretensa homogeneidade são fabricados socialmente.

Dito de outra forma, as práticas políticas se inscrevem numa teia complexa de tensões, ambigüidades, compromissos, dissensões e incoerências. Rearticuladas pelos trabalhos simbólicos, que conferem uma aparente “congruência” à realidade social, essas dissensões e tensões ficam submersas. Porém, ao contrário, a realidade social não tem como atributo natural a coerência, como é o caso da postura política da candidata Roseana Sarney Murad, em 1994, quando seu desempenho virou sinônimo de “maratona”, que trás as idéias de “dinamismo”, “coragem”, “inovação”, “competência”, como atestam as passagens: “Roseana visita 19 municípios em 5 dias.” (O Estado do Maranhão, São Luís, 30 ago. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus). Ainda: “Roseana inicia amanhã mais uma maratona no interior do Estado. Desta vez visitará 18 municípios em apenas 4 dias. Do Agreste à Baixada Ocidental”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 14 set. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Nesse caminho, uma das formas de conferir à realidade social uma pretensa unidade é a eficácia simbólica dos rituais. Eles guardam a força de compactar num repertório de símbolos uma espécie de reorganização fabricada das ambigüidades sociais.

Por serem as estruturas de poder, em princípio, ambivalentes e incoerentes, o trabalho de produção e de reprodução da dominação política requer condições específicas para que sejam construídos instrumentos os quais dissimulem o caráter disciplinador, normatizador e excludente do poder (FOUCAULT apud RABINOW, 1999).

Os rituais são um desses instrumentos que pela dimensão performática dos políticos e da política – o *Estado-Teatro* (GEERTZ, 1997) – podem fabricar consensos e serem simultaneamente fontes de legitimação e de disputa de poder (HEREDIA; BARREIRA; TEIXEIRA, 2002), porque na vida social não há consensos imanescentes.

¹⁹⁶ Os rituais políticos ao ordenarem/reordenarem um “estado de coisas”, reabilitam um padrão de dominação ou promovem a recomposição social, são um campo de forças. Turner (1967, p. 44-45) afirmou que: “If the ritual symbol is conceptualized as a force in a field of social action, its critical properties of condensation, polarization, and unification of disparities become intelligible and explicable” e mais adiante: “In a field situation, the unity of a symbol or a symbolic configuration appears as the resultant of many tendencies converging towards one another from different areas of biophysical and social existence”.

Em particular, a dimensão simbólica dos rituais políticos estão referidos ao que Geertz (1991) denomina de *poética* (de *poiesis* como equivalente ao verbo “fazer”) do poder, isto é, a possibilidade de apreender, pelos símbolos dos rituais, os significados (*meaning*) que lhes são conferidos. Por isso, diz Geertz (1991, p. 223), a força simbólica do *Estado Teatro* era capaz de fazer (*poiesis*) que a “desigualdade encantasse”.

Na campanha eleitoral para o Governo de Estado, de 1994, composta de dois turnos, tendo em vista que não houve candidatos com votos suficientes para encerrar a eleição no primeiro turno, Roseana Sarney Murad manteve como ponto fulcral da sua *performance* política, a estratégia do *cortejo*, ou como diz Barreira (1998), a *política móvel* que iniciou nos interiores do Estado: “Roseana avança com sua campanha no interior do Estado. Por onde passa é alvo de manifestações carinhosas e entusiasmadas. Está segura de que vence a parada”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 31 out. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

De fato, abriu-se um leque das mais variadas adesões, passando por artistas, intelectuais, deputados e senadores eleitos e o próprio presidente do Brasil, eleito no primeiro turno em 1994, Fernando Henrique Cardoso.

A idéia do “medo” de que a cultura fosse “alijada das políticas públicas pelo adversário” parece ter sido o mote do apoio dos artistas regionais:

Causou grande impacto no meio cultural o manifesto de apoio à candidatura de Roseana Sarney.

Nomes de peso disseram o que é de fato melhor para a cultura maranhense.

Temem que ela caia em mãos erradas. (O Estado do Maranhão, São Luís, 31 out. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

A necessidade de apoiar a candidata que estaria “comprometida” com a cultura seria então estratégica no campo cultural e no campo intelectual:

Intelectuais, artistas e produtores culturais assinaram um manifesto de apoio à candidatura de Roseana Sarney ao Governo do Estado. O documento reúne mais de duas centenas de assinaturas. Os signatários do documento afirmam estarem irmanados na luta pela vitória de uma candidata comprometida com a cultura. (O Estado do Maranhão, São Luís, 20 out. 1994. Caderno A, p. 7, grifos meus).

Imperiosa, assim, a participação direta na campanha eleitoral de 1994, da artista nacionalmente consagrada, mas também portando uma identidade regional definida – “maranhense” – e comprometida com a “cultura maranhense”, Alcione, que se reporta à Roseana Sarney Murad:

Mas, tu podes ficar certa de uma coisa: de que assim como existe um Deus no céu que é pai de todos e uma Mãe santíssima, que é mãe de todos nós aqui na terra, eu estou segura de que eles dizem Amém ao que eu penso, porque é verdadeiro, vai além do coração que é um órgão apenas, porque essa verdade vem da alma. Minha amiga e irmã espiritual, peço que não te abales com os insultos e palavras de desrespeito dirigidas a ti e a tua família, pois nós sabemos que uma palavra mal dita dói, principalmente a quem não tem o costume de conviver com esse tipo de indelicadeza, e tu não fazes esse tipo de comentário de ninguém porque nós te conhecemos.

[...]

A nossa Ilha de São Luís é rebelde sim, porém não é burra e nem desinformada, por isso me orgulho de aí haver nascido. A Ilha de São Luís possui uma essência, e guarda uma cultura e uma sensibilidade muito forte que não pode ser exposta ao ridículo, não pode ser subestimada e nem manchada por este senhor candidato a governador que te chama de ‘A MOÇA’.

Essa MOÇA, da qual ele fala em tom de desrespeito, tem um nome: é ROSEANA SARNEY, mulher guerreira, mãe, amiga e a maior, repito, MAIOR representante da mulher maranhense, hoje na política nacional.

Minha querida amiga Roseana, é com indignação que eu como mulher maranhense te falo em nome de outras mulheres maranhenses, moças, meninas, senhoras, pobres, ricas, do campo, da cidade que se sentem insultadas quando te insultam, possam se manifestar através desta carta para dizer-te o quanto nos orgulhamos de termos esta ‘MOÇA’ para nos representar no Governo do Estado do Maranhão e, queremos pedir a este senhor que te respeite em nosso nome como mulher maranhense que és Roseana Sarney, de corpo e alma. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 2, 14 nov. 1994, grifos meus).

Num tom coloquial, escrevendo uma carta familiar e colocando-se na posição de “irmã” e “amiga” da candidata Roseana Sarney Murad, Alcione Nazareth, aqui na posição de *política profana* (BOURDIEU, 2002), faz valer o princípio da autoridade de quem enuncia um veredicto: ela, “maranhense”, cantora que extrapola as fronteiras da *dême* e é reconhecida nacionalmente, fala de Roseana Sarney Murad numa espécie de procuração para defendê-la dos ataques proferidos pelo *adversário mais próximo*, Epitácio Cafeteira¹⁹⁷, o qual pejorativamente se refere a candidata como “essa moça”, polissemia que agrava as tensões entre os adversários.

Ao mesmo tempo em que Alcione Nazareth elogia e enumera as qualidades de Roseana Sarney Murad, usa do espaço que lhe é dado no Jornal O Estado do Maranhão para atacar o *adversário mais próximo* da candidata: Epitácio Cafeteira. Essa manifestação é dotada de grande eficácia simbólica necessária ao volume de capital político de Roseana Sarney Murad, que no âmbito do *Maranhão Dinástico* vive um momento peculiar, porque momento de ameaça ao projeto, com a desenvoltura e aceitação de Epitácio Cafeteira junto ao *(e)leitorado*.

¹⁹⁷ Hoje novamente aliado de José Sarney, uma espécie de “filho político pródigo” (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 5, 20 dez. 2005).

Deputados detentores de grande expressão de votos dos *(e)leitores*, como foi o caso de João Alberto de Souza, que foi nomeado Secretário de Governo de José Ribamar Fiquene após as eleições e de João Evangelista¹⁹⁸, foram antes convocados a doar parte de seu capital político conseguido nas urnas à candidata Roseana Sarney Murad:

O deputado federal eleito pelo PMDB com 59.156 votos, João Alberto de Sousa, enfrenta mais um desafio na sua carreira política. Enquanto aguarda a data para assumir o mandato, o terceiro de sua carreira, exerce a função de secretário de Assuntos Políticos do Governo Ribamar Fiquene.

[...]

João Alberto é de opinião que o Maranhão tem tudo para crescer e tem essa possibilidade agora com quatro anos de trabalho ‘sob o comando de uma pessoa dinâmica, séria e trabalhadora, como a deputada Roseana Sarney. O Maranhão vai dar um salto tão grande nos próximos quatro anos que se transformará num verdadeiro Paraná’, diz o secretário. (O Estado do Maranhão, São Luís, 22 out. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

E:

A campanha da deputada Roseana Sarney ao Governo do Estado ganhou um grande reforço em São Luís, com o apoio do deputado eleito João Evangelista. A campanha parte agora para a consolidação da vitória de Roseana, ratificando a maioria obtida no primeiro turno sobre o seu principal adversário, Eptácio Cafeteira.

Mais de mil militantes que seguem a orientação política de Evangelista e que atuam em seis bairros de São Luís, deram ontem uma demonstração do poder de força que a campanha da candidata da Frente Popular detém na capital. Os militantes se reuniram no Casino Maranhense, ontem pela manhã, numa grande manifestação popular de apoio a Roseana, que foi saudada como a futura governadora do Maranhão. (O Estado do Maranhão, São Luís, 2 nov. 1994. Caderno Política, p. 2, grifos meus).

No entanto, o ponto alto da transferência de certo *quantum* de capital político é uma carta escrita em tom pessoal por Fernando Henrique Cardoso, presidente eleito do Brasil, a Roseana Sarney Murad. Ele afirmava ali que a julgava a melhor candidata ao cargo pleiteado. Esse dispositivo é dotado de uma intensa força política, tendo em vista que se trata de uma comunicação expressa de apoio do Presidente da República eleito a uma candidata ao Governo do Estado e, mais, uma comunicação que toma ares de relações pessoais e de fidelidade política entre ambos. Relações dinásticas em evidência.

O tom da carta é coloquial, a começar pela forma de tratamento – “Roseana”, “você” – indicando a pessoalidade na dimensão do público (aqui representado pela *dême* – “Maranhão como Estado viável”):

¹⁹⁸ Hoje Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão e, “inimigo” político de Roseana Sarney Murad. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 3, 5 set. 2005).

Brasília, 10 de novembro de 1994

Roseana,

Concordo com você quando [sic] ao fato de que o Maranhão é, hoje, um dos mais viáveis Estados do País.

Desejo ajudar o Maranhão e, por isso, peço ao povo maranhense que me ajude a ajudar o Estado, votando em você para governadora.

Sua eleição significa que teremos um excelente clima de trabalho. Conheço você, sei de sua competência, do seu trabalho, da sua experiência, da sua determinação. O povo maranhense saberá reconhecer essas qualidades com a sua eleição.

Receba o abraço amigo e solidário do Fernando Henrique Cardoso (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 11 nov. 1994, grifos meus).

A *performance* de Roseana Sarney Murad no segundo turno das eleições de 1994 não mudou, apenas se exacerbou, hiperbolizando ainda mais o cotidiano (BARREIRA, 1998), aumentando a dimensão do *écran* (BALANDIER, 1999), cooptando apoios políticos múltiplos:

A partir desta semana, Roseana começará definir com as lideranças da Frente Popular a política de alianças que adotará para o segundo turno. Ela assinalou que espera contar, nesta nova etapa da campanha, com o apoio das forças progressistas de todo o Estado. ‘Eu tenho certeza’, afirmou ela, ‘de que os políticos sérios sabem que eu sou a melhor opção para o Maranhão. Eu represento o progresso, a nova geração, novas idéias e, na nova campanha, daremos prosseguimento a esta pregação’. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 2, 9 out. 1994, grifos meus).

Como uma estratégia bastante eficaz simbolicamente, a chamada “coerência pessoal” foi a marca escolhida por Roseana Sarney Murad para fazer a ponte entre o primeiro e o segundo turno. Ela tende a passar a certeza de que está no caminho certo e o discurso jornalístico ratifica isso ao dizer que:

A campanha da candidata da Frente Popular, Roseana Sarney, para a decisiva eleição em segundo turno, tem sido de reafirmação. Nos seus programas de rádio e TV e nos palanques Maranhão a fora, Roseana tem reafirmado todos os seus compromissos anunciados na campanha do primeiro turno, sem mudar sequer uma palavra. (O Estado do Maranhão, São Luís, 1 nov. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Dessa maneira, Roseana Sarney Murad utiliza-se dos *cortejos*, da fala das *faltas* que, para ela, caracterizam os adversários, mais precisamente Eptácio Cafeteira, o qual “conta com alguns amigos no poder e piadas que gosta de contar”.

Diferencia-se a partir dele, por se auto-atribuir a qualidade de “trabalhadora pelo Maranhão”, transforma o profano (a política) em sagrado (a política que executa conta com o apoio de “Deus”) e do que é chamado de “povo”, como diz indiretamente abaixo:

A candidata da Frente Popular, ao final de uma peregrinação que a levou a visitar o Maranhão de ponta a ponta, saiu da campanha com a certeza de que será a grande vitoriosa na eleição de amanhã. ‘O povo, por onde passei, me deu essa garantia. Eu tenho, ao meu lado, Deus, o povo e os líderes sérios deste Estado. O meu adversário conta somente com alguns amigos do poder e as piadas que gosta de contar’. (O Estado do Maranhão, São Luís, 14 nov. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Repete gestos corporais da primeira etapa da campanha de 1994, querendo transformar o repetido em “coerência”:

No gesto mais aplaudido de seu discurso em Carutapera, a candidata da Frente Popular, com os dedos levantados em sinal de ‘V’ da vitória, ressaltou que seu governo, a partir de 1º de janeiro de 1995, será um instrumento para acabar com o isolamento e o abandono da região. (O Estado do Maranhão, São Luís, 31 out. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

A *performance* de “maratonista”, de “mulher dinâmica” também se repete, como o exemplo abaixo:

Com uma gigantesca carreata no município de Grajaú, a 608 quilômetros de São Luís, marcou na manhã de ontem, o início da maratona de visitas da deputada Roseana Sarney ao interior do Estado para fortalecer a base à sua candidatura no segundo turno. (O Estado do Maranhão, São Luís, 22 out. 1994. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Quando se candidata à reeleição em 1998, a ambigüidade do campo político aponta para certas práticas que se repetem. Diz Balandier (1999, p. 133, grifos meus): “O político depende ainda mais da arte do parecer, o acontecimento situa-o, o cerimonial ritualiza-o, a comemoração mantém-o através da repetição”.

O grande divisor de águas entre uma campanha e outra é o deslocamento do atributo que compõe sua *performance* de “mulher dinâmica” que corre nas “maratonas políticas” para uma “mulher forte e guerreira” que sabe gerenciar seu estado de saúde precário, em 1998.

Apesar desse deslocamento, algo continua como permanente – apresenta-se como uma “mulher corajosa” que não abandona a dinâmica embutida nas práticas políticas:

‘Sou guerreira. Ao contrário do que muita gente pensa, minha vida foi sempre de luta. Eu luto pelo que realmente acredito, pelo Maranhão, luto contra o preconceito, luto por ser mulher e na política, luto, enfim, para ser feliz que é o mais importante.
[...]

A declaração, feita pela governadora Roseana Sarney, deixa passar que ela não se dobra diante os problemas de saúde [...] Não se dobrar. Para ela, é enfrentar uma maratona e pelo menos 14 horas de trabalho em ritmo acelerado, para cumprir uma agenda que inclui despachos, reuniões administrativas, conversas políticas e inspeção de obras em São Luís e no interior. (Roseana se licencia do cargo:

governadora se afasta temporariamente para se submeter a cirurgia. (O Estado do Maranhão, São Luís, 4 jun. 1998. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Creio que a principal forma de exercer essa *performance* política é a forma de Roseana Sarney Murad lidar com as emoções, algo que o senso comum *douto* remete sempre para a dimensão individual das condutas pessoais.

O drama em cena: “Acho que estou indo embora”. Temor da morte enfrentado no hospital e fé na recuperação devem ser contados em livro.” (O Estado do Maranhão, São Luís, 7 ago. 1998. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Roseana Sarney Murad na campanha de 1998 exacerba a negociação das emoções da ordem do privado na dimensão pública, enfatizando sempre essa espécie de “caráter firme que sabe administrar bem o Estado e a saúde”.

Nesse sentido, Roseana Sarney Murad se vale da pretensa aproximação entre o seu corpo e a estrutura do campo burocrático, como se fossem inseparáveis:

Tranquila¹⁹⁹, mergulhada no trabalho e nas articulações políticas, a governadora Roseana Sarney não dá sinais que administra também problemas de saúde. A convalescença da primeira cirurgia transcorre normalmente e a desenvoltura com que ela se movimenta jogam por terra qualquer suspeita de que enfrente problema mais grave.

‘Minha saúde é boa. Sou muito forte. Esses problemas são problemas isolados, que não me impedem de trabalhar e viver normalmente’, diz a governadora, que lembra as várias cirurgias a que se submeteu, o que contribui para que ela não alimente maiores preocupações com a próxima. (O Estado do Maranhão, São Luís, 25 jun. 1998. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

As expressões emocionais tendem a “[...] influenciar poderosamente o modo como as emoções se manifestam” (KLINEBERG apud MENEZES, 2002, p. 8) e isto certamente na dimensão pública é mais um fator de adesões a uma *performance* apresentada, como foi o caso de Roseana Sarney Murad.

Aqui, utilizando-se de questões pessoais – doenças, cirurgias, recuperação, dor, alegria, promessas, agradecimentos – a aproxima de (*e*)leitores que sabem ler esses códigos e neles se identificar. Uma *adesão emocional* que se impõe pela lógica da dramatização (BALANDIER, 1999), conforme exemplo: “Ao lado do marido Jorge Murad, da filha Rafaela e do pai José Sarney, Roseana se emociona durante missa em ação de graças”. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 16 ago. 1998).

¹⁹⁹ Aqui a ambivalência do discurso e das posturas políticas: ora pensa que vai embora, ora está tranqüila como se ela fosse a superação da sua própria enfermidade.

E consegue obter um maior volume de *adesão emocional* ao problema que enfrenta ao “torná-lo público”, isto é, exteriorizar o que via de regra fica em sigilo:

A decisão da governadora Roseana Sarney de tornar público um problema de saúde tocou fundo a sensibilidade do maranhense. A assessoria do Palácio Henrique de La Rocque, especialmente a Secretaria de Comunicação Social, estão recebendo centenas de manifestações através de telegramas e telefonemas.

São, via de regra, pessoas do povo, profissionais liberais, funcionários públicos, grandes e pequenos comerciantes, empresários de todas as faixas. Todos, sem exceção, exaltam a coragem da governadora de tornar público um assunto que só diz respeito à sua intimidade. E, mais que isso, revelam-se solidários e desejosos de que a chefe do Executivo se recupere o mais rápido possível, a partir de uma cirurgia bem sucedida. (O Estado do Maranhão, São Luís, 1988. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Além disso, sua *performance* de candidata à reeleição inclui o cortejo, a itinerância, *a política móvel* com um diferencial da posição que em 1998 detém: é governadora de Estado e possui uma quantidade apreciável de “feitos políticos” para mostrar no grande *écran*, de forma que ao caminhar do *centro* para a *periferia*, leva nesse cortejo uma inauguração, uma reinauguração, um pedido atendido levado até alguma comunidade.

A “maratona” continua desta vez levando no percurso moedas políticas preciosas: “Governo itinerante: Roseana começa itinerância anunciando obras em Arari”. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 3, 15 out. 1997, grifos meus).

Ou: “Roseana homenageia professores ao inaugurar escolas em Zé Doca”. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 3, 16 out. 1997, grifos meus).

Roseana Sarney Murad não define o *cortejo* – a itinerância como é chamado – pela idéia de *deslocamento da política para fazer política* -, mas a partir da idéia de que gosta do “contato com o povo”, como atesta abaixo, a partir da noção desse deslocamento ser um dispositivo de gestão estadual: “É uma prática que quero manter até o fim do meu mandato, porque gosto de estar perto do povo, principalmente das pessoas mais simples e humildes do interior”, disse a governadora”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 14 out. 1997. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

A itinerância do seu governo/campanha não se dá apenas nos municípios das regiões mais longínquas do Maranhão, mas também na região de São Luís e municípios vizinhos, sempre em atitudes performáticas: “Depois de levar o governo itinerante a todo o Estado, Roseana Sarney deve percorrer todos os bairros de São Luís”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 9 jan. 1998. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Quando é noticiado que a candidata à reeleição “sacrifica” fins-de-semana em “benefício” desse tipo de prática: “Governo vai ao interior da Ilha: Roseana passa o fim-de-

semana nos povoados de São Luís”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 29 mar. 1998. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

Quando chama para junto de si um agente consagrado do campo político nacional: “Governadora²⁰⁰ e Ministro fazem matrícula em Tauá-Mirim²⁰¹”. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 14 fev. 1998, grifos meus).

Continua manter a *performance* de “maratonista”, percorrendo em campanha política as regiões do Maranhão, trégua que não se “permite” sequer na data do seu aniversário, porque, a meu ver, a política não espera, se espraia e segue dinamicamente: “Muda de idade hoje a governadora Roseana Sarney: passa a data em viagem de trabalho pelo interior do Estado”. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 1 jun. 1997, grifos meus).

Combina atos políticos com a apresentação de um visual diferente daquele até então usado – cabelos longos – como a identificar a mudança que opera no corpo com as estratégias que opera na política:

Com novo visual – cabelos curtíssimos – a governadora Roseana Sarney retorna a São Luís na próxima terça-feira.

Logo em seguida iniciará uma maratona de inaugurações entre elas a Maternidade Marly Sarney e o Elevado do Trabalhador.

Também quer entregar a Guajajara novinha em folha. (O Estado do Maranhão, São Luís, 7 dez. 1997. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

O visual físico é valorizado a ponto de estar sempre em pauta no espaço midiático, como parte integrante da sua própria gestão estadual: o vestuário caracterizado como “esportivo”, o uso do “chapéu de palha” ou um “capacete” conforme o lugar da visita, tende a incorporar o governo na pessoa física da governante/candidata. Uma espécie de modelagem entre o corpo da política e o corpo político, onde se imbricam de tal forma que fica impossível separar as duas dimensões:

A governadora Roseana Sarney inova em matéria de vestuário.

Ao invés de roupas fechadas e sapato salto alto, ela adota etilo descontraído, como calças folgadas e blusas esportivas.

Quando inspeciona obras, não dispensa um chapéu de palha ou um capacete de proteção. (O Estado do Maranhão, São Luís, 14 jun. 1997. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

²⁰⁰ Assumiu interinamente como Secretário de Educação do Estado, Jorge Francisco Murad Júnior, Secretário Titular do Planejamento e Orçamento do Estado, marido de Roseana Sarney Murad, governadora do Estado do Maranhão à época.

²⁰¹ O ministro referido nessa citação é Paulo Renato de Sousa e a localidade referida se situa no lugar chamado “Estreito de Mosquitos”.

Explora teatralmente, o que toma em si como “dom da graça”, “carisma” e se apresenta assim ao *(e)leitor* seja ele quem for, onde estiver. Demonstra que frequenta os mesmos lugares que “pessoas comuns” e são essas pessoas que a tomam como especial. Esse exemplo abaixo dá um certo tom a esta afirmativa do colunista social Pergentino Holanda: “Os garçons do restaurante Kitaro fizeram a festa com a presença da governadora Roseana Sarney. Ela posou para várias câmeras fotográficas”. (O Estado do Maranhão, São Luís, 7 jan. 1998. Caderno A. PH., p. 5, grifos meus).

Ou ainda como atesta a seguinte passagem em que esse “carisma” é estendido às crianças, dando uma idéia de que por ela se interessam inclusive os não-*(e)leitores* ainda: “Depois de calorosos aplausos recebidos na passarela do Marafolia 97, a governadora Roseana Sarney viu-se cercada de crianças que querem posar ao seu lado”, anunciada pelo colunista acima. (O Estado do Maranhão, São Luís, 16 out. 1997. Caderno A. Coluna PH., p. 5, grifos meus).

No decorrer do seu governo/ campanha política está a marca do ritual festivo (DUVIGNAUD, 1999; BALANDIER, 1999), da aproximação dos eventos em praça pública com a apresentação/representação da governadora/candidata que se identifica com as festas das chamadas “manifestações populares”. Está sempre ao lado de um artista, de um carnavalesco, de um cantador de toadas de bumba-boi, manifestando o real em narração ilustrada (BALANDIER, 1999) e vivida. Nesse sentido, “[...] o cenário, a imagem têm prioridade e remetem o comentário para o segundo plano” (BALANDIER, 1999, p. 134), como nas passagens abaixo: “Sábado à noite Roseana visitou o Maracanã, em companhia do carnavalesco Joãozinho Trinta”. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 1, 24 ago. 1998, grifos meus).

Também é referida por uma identidade de um grupo específico, “boeira” que parece resumir a chamada “cultura popular do Maranhão”:

Em São José de Ribamar, a governadora foi homenageada com toadas que levam o seu nome, com uma miniatura do bumba-boi e um par de matraca – instrumento utilizado em um dos sotaques mais tradicionais do bumba-meu-boi do Maranhão. ‘A governadora Roseana é uma boeira e tem ajudado muito a cultura popular do Maranhão’, justificou Garrafinha, um dos diretores do boi de Ribamar. (O Estado do Maranhão, São Luís, 25 jun. 1998. Caderno Cidade, p. 3, grifos meus).

Comemorando seus próprios feitos, permanece no terreno dos rituais:

O primeiro aniversário do Viva Maioba foi comemorado pelos moradores com muita alegria e um grande bolo que foi partido pela governadora Roseana Sarney e pelas crianças do boi mirim da Maioba.

‘É uma grande satisfação estarmos aqui neste terreiro e contarmos com a assistência da governadora Roseana Sarney’, disse Ribamar Serejo, emocionado. (O Estado do Maranhão, São Luís, 25 jun. 1998. Caderno Cidade, p. 3, grifos meus).

Realiza “batismos de bois”²⁰² em época da festa de São João, complementando, reforçando o *dispositivo ritual ampliado* (AUGÉ, 1997) que fornece a Roseana Sarney Murad capital simbólico suficiente para promover o que já foi citado como *adesão emocional* dos *(e)leitores*:

O primeiro batismo a ser realizado na ilha foi o de São José de Ribamar, por volta das 21 h. No terreiro, a governadora Roseana Sarney, acompanhada de seu esposo Jorge Murad e de alguns assessores, foi madrinha de três bois que compõem a brincadeira: o ‘boi Disciplinador’ [...]

O último compromisso da governadora foi no boi de Maracanã. Recebida com carinho pela comunidade, ela participou das orações na capela de São João local onde foram feitas as preces de dona Uberanice e o batizado do ‘Boi Beleza de São João’. (O Estado do Maranhão, São Luís, 25 jun. 1998. Caderno Cidade, p. 3, grifos meus).

Promove festas para personalidades executivas – presidente do BID – mostrando eventos culturais ditos “populares”:

A governadora Roseana Sarney recepcionou anteontem, com jantar no Calhau, aberto com um show do Boizinho Barrica, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias [...]. (O Estado do Maranhão, São Luís, 8 abr. 1999. Caderno A. PH., p. 5).

Roseana Sarney Murad, como governadora/candidata, utiliza-se de dispositivos oficiais para estender o raio de alcance da sua *performance*, preferencialmente junto às atividades lúdicas e culturais que dão identidade à região, como por exemplo, outorgar a Medalha do Mérito Timbira, maior condecoração oficial do Estado a “[...] a 51 representantes da cultura e das atividades populares no Maranhão. Entre os homenageados estavam cantadores, organizadores e proprietários de boi, artistas plásticos, entre outros”. (O Estado do Maranhão, São Luís, p. 3, 25 jun. 1999, grifos meus).

Encerrando a campanha eleitoral de 1998, Roseana Sarney Murad mantém a *performance* de se aproximar cada vez mais das liturgias populares, de se aproximar cada vez mais de um grande público, como diz Balandier (1999): aquele que a percebe como política em campanha e, o outro, envolvido na magia performática dos rituais que ela promove, celebra-a como espetáculo:

²⁰² Rituais que fazem parte da brincadeira completa do Bumba-meu-Boi.

Diversos artistas da terra, grupos de bumba-boi, tambor de crioula, blocos tradicionais participam, amanhã, em São Luís, do showmício que terá a presença da governadora Roseana Sarney num dos principais atos da coligação 'Maranhão Muito Mais'.

[...]

O showmício, sob o comando de Alcione, reunirá no palco um grande número de artistas da música maranhense [...]. (O Estado do Maranhão, São Luís, 28 set. 1998. Caderno Política, p. 3, grifos meus).

O uso exagerado dos rituais remetidos a performances medievais do carnaval (DUVIGNAUD, 1999) é o grande palco de Roseana Sarney Murad onde projeta uma imagem que cria adesões, mas sobretudo, ilusões.

4 BURLANDO UMA CONCLUSÃO OU QUAL A COR DO CAMALEÃO?

CORO – A vontade de um deus tem muitas formas
e muitas vezes ele surpreende-nos
na realização de seus desígnios.
não acontece o que era de esperar
e vemos no momento culminante
o inesperado. Assim termina o drama. (EURÍPEDES, *As Bacantes*, 1993, p. 279).

As práticas políticas potencializadas pelos rituais da política e pelas formas partilhadas de compartilhar do mundo social como se fosse um campo de ternos consensos, têm muito a dizer sobre as relações porosas, tensas, incongruentes, díspares e historicamente construídas sob o terreno comum dos esquemas de percepção e de apreciação que orientam o nosso sentido prático e o nosso olhar sobre as coisas que estão conosco no mundo.

As práticas políticas desafiam o pesquisador porque em tempo algum haverão de fechar-se em conclusões. Ao contrário, como jogo, requerem estratégias audaciosas, mesmo as mais banais, e por isso mesmo, as menos percebidas.

Este exercício que realizei, deixou-me em “hiância” – um vago desejo de refazê-lo, no entanto por ser o registro dos meus dilemas (*double bind*) mais primitivos acerca da construção do meu objeto de estudo, sei que precisa continuar existindo.

Ao largo dessas considerações, foi um jogo também instigante, incidir sobre a realidade empírica que tomo por base – o *Maranhão Dinástico* e suas reatualizações simbólicas – um tratamento metodológico de maneira que arrisque propostas de estudo, até que, no exercício artesanal de pesquisa, leia as nuances e as performances dos agentes que trabalham para a produção e reprodução da dominação política.

Como de praxe, os trabalhos têm conclusões. Prefiro, ainda, uma burla do espaço, e considerar os senões. E o primeiro deles, é entender as formas operadas pelos rituais da política para manter a dominação mágica porque desconhecida.

Disposições que deixam em latência o substrato da censura – que cala o que não sabe –, pano de fundo das práticas partilhadas – *Eu sei que tu sabes que não devemos saber o que deve ser sabido*. Fórmula interiorizada de censura disparada pelo nosso *inconsciente histórico*, fruto das nossas aderências, mas também móvel dos nossos sonhos do dia de improvisar estrategicamente saídas, esperançosas saídas do mundo caduco de velhas práticas, incluindo a que me constrange – as práticas dinásticas, pessoais, seletivas, excludentes.

São práticas que não revelam, ocultam o sentido do jogo, notadamente o de manipulação do espaço público. Práticas em que os políticos se assemelham aos camaleões:

mudam de cor sem sequer terem uma que lhe é própria, porque mais urgente é a necessidade de dissimular. Assim, os camaleões e os políticos têm em comum a submissão ao seu dom peculiar de iludir e de camuflar a imagem que precisam ter. Nenhum dos dois saberá sua cor. Assim se manterão na *liminaridade* (TURNER, 1967).

Tomei esta questão – *qual a cor do camaleão* – emprestada de Austin em “La language de la perception” (1971)²⁰³ quando questionava sobre um único sentido para as palavras ou se perguntar isto não seria querer investigar a cor verdadeira do camaleão.

Tergiversei e usei a imagem para acentuar de falsas estratégias de ruptura como estratégias acionadas no jogo político e que parecem destituir as antigas práticas, mas em verdade, como os camaleões, os políticos mudam de cor para estrategicamente continuarem no jogo, cujo investimento não os permite abrir mãos da sua condição de produtores e reprodutores da violência simbólica pelo trabalho de dominação política.

Essas divagações sobre o poder político me permitem dar um tom mais geral ao meu próprio trabalho de pesquisa. Não obstante, em torno do meu espaço empírico de pesquisa – o Maranhão como *finis* política – me consente mapear alguns pontos mais agudos deste trabalho.

A minha intenção foi cartografar as formas e as dinâmicas pelas quais o poder político de um grupo político específico reinventado por José Sarney em 1966 – o *Maranhão Dinástico* – tem se comportado no âmbito das relações do campo político.

Busquei enfatizar, sobretudo, as formas de reatualizações e embaraços na dinâmica desse projeto dinástico de poder. Para tanto, incidi a minha preocupação nas estratégias de fabricação pública e política de Roseana Sarney Murad, *filha biológica, social e política* de José Sarney, fato que dá uma clara matiz de distinção em referência aos demais *filhos políticos* desse agente.

A partir da elaboração de uma espécie de *cartografia do parentesco ampliado*, com respaldo nas fontes constantes no trabalho de Milson Coutinho (2001) sobre o pai de José Sarney, Desembargador Sarney Costa, tentei perscrutar as relações de parentesco consangüíneas e por aliança que sustentam as práticas dinásticas de poder.

Ao lado disso e para além das formas de *ficção* (GEERTZ, 1997) de Roseana Sarney Murad em 1990, como deputada federal eleita pelo PFL/MA, tentei construir uma análise sobre os aspectos semióticos do *Maranhão Dinástico* em dois momentos distintos e

²⁰³ Aventada por Bourdieu em “A ontologia Política de Martins Heidegger” (1989).

complementares: as campanhas eleitorais de Roseana Sarney Murad ao Governo do Estado do Maranhão em 1994 e 1998.

Foi no *tempo de política* (PALMEIRA; HEREDIA, 1995) que tentei estudar as estratégias usadas no jogo político sucessório no Maranhão, procurando principalmente entender as aproximações, as relativas clivagens e continuidades nas formas de conduzir o projeto político do *Maranhão Dinástico* por Roseana Sarney Murad.

De um lado, os esquemas explicativos usuais enfatizando a condição de “herdeira política” à Roseana Sarney Murad; de outro lado, as imagens, os discursos, as notícias incidindo sobre um provável “carisma” da candidata, sobre uma “vocação peculiar para o exercício da política” e, por fim, um maciço conjunto de argumentos apontado para o que foi chamado de “preparo da candidata para a atividade política”. Nos três casos, a questão política reverberava para a dimensão pessoal dos fatos.

Cabia a mim, enquanto pesquisadora, pôr em suspenso esses apontamentos e buscar nas fontes, neste caso específico, nas fontes jornalísticas e numa provável entrevista com Roseana Sarney Murad (o que foi negado por ela), partindo para a construção de dados e análises que me permitissem vislumbrar a dinâmica das relações de poder. E tentei fazer isto através da composição de uma análise respaldada nas práticas rituais utilizadas pela candidata, a exemplo de sua *performance* em três momentos distintos – 1990, 1994 e 1998 – pelos quais foi inventada a figura da política Roseana Sarney Murad.

Algumas estratégias e atributos foram distintos daqueles utilizados pelo seu pai e por outros candidatos ao Governo do Estado do Maranhão, notadamente no que se refere aos rituais e às *performances* que deram o tom de que o jogo político não é uma atividade mecânica, menos ainda meramente um trabalho de reprodução. Requer a cada eleição, a cada jogada nesse campo magnético, nunca conformado *ex antes*, a produção de novos dispositivos e novas estratégias de conhecimento e re-conhecimento de Roseana Sarney Murad pelos (*e*)leitores, geradas pela *eficácia simbólica* produzidas no campo político.

E um dos distintivos mais incisivos é a participação insistente da candidata nas *festas* chamadas “populares” concomitante à sua participação nos rituais sagrados (DURKHEIM, 1996), como é o caso das *romarias*. Os *cortejos* para a *periferia* do poder no Maranhão, ou seja, suas idas e vindas pelos municípios maranhenses, também, colaboraram para esse tom diferenciado.

Ao estudar as posições assumidas por Roseana Sarney Murad no decurso de sua vida acadêmica e política, as disposições dos agentes políticos no espaço de poder e as intenções de intervenção estatal sugeridas pela candidata nas campanhas eleitorais, percebi

que as formas de conduzir o movimento do jogo político – a dinâmica de poder político – contribuíram para a manutenção da ordem simbólica do *Maranhão Dinástico*, muito embora isto não seja sinônimo nem de reprodução pura e simples e nem de infinitude desse projeto, mas naqueles momentos em *tempo de política*. Nesse processo estiveram presentes os capitais simbólicos herdados e mais, os capitais simbólicos construídos por Roseana Sarney Murad.

Porém uma vez o Maranhão foi reinventado dinasticamente, quando as práticas pessoais e personalísticas de um Estado-Teatro (GEERTZ, 1991) predominaram sobre as práticas da *res publica*.

Tomo como exemplo as formas de distribuição de cargos e postos do Estado entre parentes sociais, consangüíneos e amigos pessoais por Roseana Sarney Murad. Mais uma vez, como fizera seu pai, José Sarney, como governador do Maranhão (1966-1970), a composição do quadro burocrático de Estado foi formado às expensas da reinvenção de critérios dinásticos de concessão e distribuição de privilégios.

Aproximando-se do *pai biológico, social e político*, José Sarney que aciona simultaneamente critérios consangüíneos e regionais, Roseana Sarney Murad descola-se alternada e momentaneamente da *dēme* para a *gēne*. Isto lhe confere uma posição de *liminaridade* (TURNER, 1967) na vida pública: oscila entre os critérios da *dēme* e da *gēne*, com a prevalência desta última e insere a dimensão dramática dos seus atos pessoais na negociação de compromissos e fidelidades no campo político. Essa posição de *liminaridade* no campo político, permite a Roseana Sarney Murad acionar o critério da ambigüidade e das polissemias que dão o tom ao jogo político eleitoral.

Em outros termos, subsistiu o *Maranhão Dinástico* graças à prevalência dos atos pessoais de Roseana Sarney Murad na dimensão pública do poder político regional através de dispositivos, atributos e estratégias que provocam uma pseudoclivagem nos procedimentos de gestão anteriores à sua administração. Partindo de uma pretensa organização técnica, burocrática e planejada do Estado, Roseana Sarney Murad, como na “casa do Pai”, ratifica os caminhos dinásticos de desempenho do poder político regional.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997.

AUSTIN, J. L. **Outras mentes**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. Coleção “Os Pensadores”.

_____. **Quand dire, c’est faire**. Paris: Editions du Seuil, 1970.

ALMEIDA, A. W. B. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão. São Luís: FIPES, 1983.

_____. Prefácio de “A reinvenção do Maranhão dinástico”. In: GONÇALVES, M. F. C. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: UFMA/PROIN, 2000.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. Conhecimento comum e conhecimento científico. In: BACHELARD, G. et al. **Epistemologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

BAILEY, F. G. **Gifts and poison**: the politics of reputation. Oxford: Basil Blackwell, 1971.

BALANDIER, G. **O poder em cena**. Coimbra: Minerva, 1999. Coleção Comunicação.

BARNES, B. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

BARREIRA, I. **Chuva de papéis**: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

_____. Discussão metodológica sobre projetos de mestrado em ciências sociais. In: JORNADA DE SOCIOLOGIA DO MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS. Sala de Multimídia do Centro de Ciências Humanas, II, 2006. São Luís (MA), 9 de janeiro de 2006.

_____. Imagens e sombras: jogos de representação e influência em campanha eleitoral. In: CARVALHO, R. V. C. (Org.). **A produção da política em campanhas eleitorais**: eleições municipais de 2000. Campinas/SP: Pontes; Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2003.

BARTHES, R. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2004.

_____. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

_____. Campo intelectual e projeto criador. In: POULLION, J. C. (Org.). **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **Coisas ditas**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990.

_____. De Maison du roi à la raison d'État: um modèle de la gènese du champ bureaucratique. In: BOURDIEU, P. (Dir). Actes de la recherche en sciences sociales. **Gènese de l'État moderne**. Paris: Minuit, 118, juin, 1997.

_____. **Economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Perspectiva: 1992b.

_____. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992a.

_____. **Escritos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1998d.

_____. **La domination masculine**. Paris: Éditions du Seuil, 1998b. Collection Liber.

_____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

_____. Méthode scientifique & hiérarchie sociale des objets. In: BOURDIEU, P. **Interventions, 1961-2001**: science sociale & action politique. Textes choisis et présentés par Franck Poupeau et Thierry Discepolo. Marseille: Agone, 2002. p. 25-27.

_____. **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas: Papyrus, 2000.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998a.

_____. **Ontologia política de Martin Heidegger**. Campinas: Papyrus, 1989.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996b.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998c.

BURKE, P. **A fabricação do rei**: a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

BUZAR, B. **O “vitorinismo”**: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965. São Luís: Lithograf, 1998.

CHAMPAGNE, P. A visão mediática. In: BOURDIEU, P. (Dir.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1993.

COUTINHO, M. **Desembargador Sarney**: memória do primeiro centenário. Brasília: Charbel, 2001.

CSORDA, T. **Embodiment como um paradigma para a antropologia**. Conferência proferida no Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

DA MATTA, R. O ofício do etnólogo ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, E. O. (Org.). **Aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DURKHEIM, E. **Formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Ícone, 1994.

DUMONT, L. **Homo hierarchicus**: o sistema de castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DUVIGNAUD, J. **A solidariedade**: laços de sangue, laços de razão. Lisboa: Instituto Piaget, 1986.

_____. **Sociologie du théâtre**: sociologie des ombres collectives. Paris: Quadrige/Presses Universitaires de France, 1999.

EURÍPEDES. **As Bacantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FERNANDES, H. C. **Administrações maranhenses**: 1822-1929. São Luís: Instituto GEIA, 2003.

FINE, G. A. Symbolic interactionism in the posblumerian age. In: _____. **Frontiers of social theory: the new synthesis**. New York: University of Columbia Press, 1988.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. Política da verdade: Paul Rabinow entrevista Michel Foucault. In: RABINOW, P. **Antropologia da razão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

_____. Resposta a uma questão. In: BACHELARD, G. et al. **Epistemologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

_____. **Negara: o Estado teatro no século XIX**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991.

_____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOFFMAN, E. **Representação social do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GONÇALVES, M. F. C. Abalando os alicerces da casa do rei. **Rev. Série Políticas Públicas em Debate** [da] UFMA, São Luís, v. 3, n. 3, nov. 2003.

_____. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: UFMA /PROIN, 2000.

_____. Caderno de campo. São Luís (MA), 2004-2005. Manuscrito.

GLUCKMAN, M. **Rituais de rebelião no sudeste da África**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1974.

HAACKE, H.; BOURDIEU, P. **Livre troca: diálogo entre ciência e arte**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

HEREDIA, B. M. A. Região, regiões: visões e classificações do espaço social. In: ESTERCI, N.; FRY, P.; GOLDENBERG, M. (Org.). **Fazendo antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HEREDIA, B.; TEIXEIRA, C.; BARREIRA, I. (Org.). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

KANTOROWICZ, E. H. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KERTZER, D. **Ritual, politics and power**. New Haven and London: Yale University Press, 1988.

LACAN, J. M. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. **Le Seminaire**. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

LEACH, E. R. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: EDUSP, 1996.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. 2 v.

MAUSS, M. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: OLIVEIRA, R. C.; FERNANDES, F. **Mauss**. São Paulo: Ática, 1979.

_____. **Ensaio de sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. **Sociologie et anthropologie**. Procède d'une Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss par Claude Lévi-Strauss. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 1980. Sociologie D'aujourd'hui (Collection dirigée par Georges Balandier).

MELATTI, J. C.; FERNANDES, F. **Radcliffe-Brown**. São Paulo: Ática, 1995.

MENDES, D. **Fazenda Sarney**: a campanha de Roseana no Maranhão. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/midl10920022.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2004.

MENEZES, E. D. B. A modelagem sócio-cultural na expressão das emoções. **Revista Brasileira de Sociologia das Emoções**, João Pessoa, n. 1, p. 4-25, 2002.

PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. M. A. Os comícios e a política das facções. **Anuário Antropológico de 1994**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, p. 31-94.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

_____. **O dito e o feito**: ensaio de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. Onde está a antropologia? **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, out. 1997.

POE, E. A. **Ficção completa, poesia e ensaios**. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2003.

ROSALDO, M. **Knowledge and passion**: ilongot notions of self and social life. Cambridge: University Press, 1980.

RUBIM, A. A. C. **Espetáculo, política e mídia**. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pág/rubim-antonio-espetáculo-política.html>>. Acesso em: 24 nov. 2002.

RYLE, G. **Expressões sistematicamente enganadoras e outros ensaios**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. Coleção “Os Pensadores”.

SARNEY, J. **Falas do bem querer**. Brasília: Artenova, 1980.

_____. **Governo e povo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SFEZ, L. **Crítica da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

SHAKESPEARE, W. **O rei Lear**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

SHILLS, E. **Centro e periferia**. Lisboa: DIFEL, 1992.

SÓFOCLES. **Antígona**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

TAMBIAH, S. J. **Buddhism and the spirit cult in the Northeast Thailand**. Cambridge University Press, 1970.

_____. Conflito etnonacionalista e violência coletiva no Sul da Ásia. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 34, jun. 1997.

_____. **Leveling crowds**: ethnonationalist conflicts and collective violence in South Asia. Berkeley: University of California Press, 1996.

_____. **World conqueror and world renouncer**: a study of religion and polity in Thailand against a historical background. Cambridge University Press, 1976.

TEIXEIRA, C. C. **A honra da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

TELES DE MACEDO, E. **O Maranhão e suas riquezas**. São Paulo: Siciliano, 2001.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social sobre a mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2002.

TURNER, V. W. **The forest of symbols**. Ithaca & London: Cornell University Press, 1967.

VELHO, G. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2000. 2 v.

WOLF, E. R. **Antropologia e poder**. Organização e seleção de Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro. Brasília, DF: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial; Campinas: Editora Unicamp, 2003. Coleção Antropologia.

CD:

ROSEANA: pra fazer muito mais. Direção musical: Sérgio Habibe. São Luís, 1998. 1 CD.

Entrevista:

RODRIGUES, W. Realizada em de 2004 pela doutoranda em 06 de dezembro de 2004.

Jornais:

ALMEIDA, B. P. Significação histórica. **O Estado do Maranhão**, p. 4, 18 nov. 1994.

BUZAR, B. Eleição histórica. **O Estado do Maranhão**, 2 de out. 2005. Caderno Especial, p. 1-2.

CABRAL. **O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 4, 2 a 27 nov. 1994.

CAMPELO MARQUES, J. Cafeteira: um equívoco de definição. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 6 nov. 1994. Caderno Alternativo, p. 24.

DINO, S. A primeira mulher governadora. **O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 12 maio 1994.

FERREIRA, D. Dinastias. **Diário de Notícias**, Lisboa, Portugal, p. 1, 25 jan. 2004.

_____. Quatro figuras da ‘dinastia’ Soares. **Diário de Notícias**, Lisboa, Portugal, p. 3, 25 jan. 2004.

GUTKOSKI, C. Roseana diz que pai a ajudará. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 nov. 1994. Caderno Especial, p. 11.

JORNAL Pequeno, São Luís, 15 mar. 2005. Editorial, p. 2.

LOBATO, E. Segundo turno vira plebiscito no Maranhão: Cafeteira (PPR), adversário de Roseana (PFL), quer que eleição seja um julgamento da atuação dos Sarney. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 19, 30 out. 1994.

LOBATO, E.; NOGUEIRA, M. Murad é o Pedro Collor dos Sarney: cunhado de Roseana acusa o presidente do TRE do Maranhão de estar engajado na campanha da candidata. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 out. 1994. Caderno especial, p. 6.

MOREIRA, P. L. José Sarney: riscos de profissão. **Veja**, n. 7, ano 31, p. 11, 18 fev. 1998.

NAZARETH, A. Cara amiga e irmã Roseana Sarney. **O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 2, 14 nov. 1994.

O ESTADO do Maranhão, São Luís, 10 e 22 maio/ 12, 16, 18-20 e 22 jun./ 2 e 10-11 jul. / 8, 10-11, 15 e 20 ago./ 8 out. 1990; 28 ago./ 15 set. 1992; 10 jan./ 1, 8-9, 12, 14, 16, 20, 23 e 28-29 maio/ 15 jun./ 1-3, 7-11, 13, 16, 21, 23 e 30-31 jul./ 1-5, 10-12, 14, 16, 18, 20, 22-23, 26-27 e 30 ago./ 2, 9, 11, 13-15, 17, 20, 22 e 30 set./ 1, 6-7, 9, 17, 19, 22, 27-28 e 31 out./ 1-2, 7, 9, 14, 12 e 27 nov. 1994; 30 jan./ 14 jun./ 14 ago./ 15-16 out./ 7 dez. 1997; 9 jan./ 29 mar./ 25 maio/ 25 jun./ 1, 14, 21 e 23 jul./ 7, 13 e 16 ago./ 15 e 28 set./ 6 out. 1998; 24 abr. 2002; 28 dez. 2004. Caderno Política.

_____. São Luís, 3 nov. 1994. Editorial, p. 4.

_____. São Luís, 6 jul./12 ago. 1990; 9 e 18 jul./ 20 out. 1994; 16 out. 1997; 7 jan. 1998; 8 abr. 1999. Caderno PH, p. 15.

_____. São Luís, 19 ago. 1990. Caderno Especial, p. 1-5.

_____. São Luís, p. 2, 15 set. 1992.

_____. São Luís, 5 nov. 1994. Editorial, p. 4.

_____. São Luís, p. 1-3, 16 jul./ 6 ago./13 e 20 set./ 9, 11, 25 e 28 out./ 1, 10-11, 15 e 17 nov. 1994.

_____. São Luís, 1 jan. 1995. Suplemento especial, p. 3.

_____. São Luís, p. 1, 10 e 24 jan./1 jun. 1997.

_____. São Luís, 25 jun. 1998. Caderno Cidade, p. 3.

_____. São Luís, p. 1, 1, 8 e 16 jan./ 14 fev./ 13 maio/ 4 jun./ 11 e 14 jul./ 24 ago. 1998.

_____. São Luís, p. 3, 25 jun. 1999.

_____. São Luís, p. 3 e 5, 5 set./ 20 dez. 2005.

RANCIÈRE, J. Os ossuários da purificação étnica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 mar. 1996. Caderno Mais, p. 3-6.

ROSEANA anuncia vitória no Maranhão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 1, 17 nov. 1994.

ROSEANA Sarney e Ulisses Guimarães respondem a Collor. **Agência Estado**, São Paulo, p. 2, 18 set. 1992.

SÁ, D. Roseana se casa e torna o cunhado inelegível. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 nov. 1997. Caderno Brasil, p. 9.

SÁ, X. Eleita venceu disputa na própria família. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 14, 20 nov. 1994.

SARNEY, J. 1998 e os cabelos de Roseana. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 1 jan. 1998. Coluna de Sarney, p. 1.

_____. Carta de amor a Roseana. **O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 1, 31 ago. 1994.

_____. Gratidão eterna. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 20 set. 1994. Coluna do Sarney, p. 1.

_____. Liberdade e Reis Pacheco. **Estado do Maranhão**, São Luís, 6 nov. 1994.

_____. Ora vivas Roseana, senhora Maranhão! **O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 1, 1 set. 1996.

_____. **Pronunciamento no Senado Federal**. Brasília, DF, 20 de março de 2002. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/pls/prodasen>>. Acessado em: 24 nov. 2003.

_____. Roseana preparou-se para governar. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 21 set. 1994. Caderno Política, p. 3.

_____. Roseana, Parabéns. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 1 jun. 2003. Coluna do Sarney, p. 1.

_____. Trinta anos de Sarneysismo. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 23 ago. 1994. Coluna do Sarney, p. 1.

SARNEY, R. Discurso de posse ao governo do Estado do Maranhão: vou exercer a missão que o povo me confiou. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 1 jan. 1995. Caderno Política, p. 3.

TAMER, S. A última do velho demagogo. **O Estado do Maranhão**, São Luís, p. 4, 14 nov. 1994.

VILLA, M. A. A crise política e o coronelismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 out. 2005. Tendências/Debates, p. A3.

Revistas:

CARTA ao leitor. **Veja**, São Paulo, 24 abr. 2002.

BRASIL, S. Roseana Sarney: “Eu não me entrego”. **Veja**, São Paulo, n. 37, ed. 1.922, ano 38, p. 11-15, 14 set. 2005. Páginas Amarelas.

HESSEL, D.; EDWARD, J. O começo do fim das oligarquias: as dinastias políticas vêm seu poder ser confinado aos redutos eleitorais. **Veja**, São Paulo, p. 1-6, 20 mar. 2002. Disponível em: <http://vej.abril.com.br/200302/p_054.html>. Acesso em: 15 maio 2003.

LIMA, M.; OLTRAMARI, A.; POLICARPO JÚNIOR. A candidata que virou pó: depois de todas as explicações que não convenceram, Roseana diz ao PFL que está fora do jogo da sucessão. **Veja**, São Paulo, p. 1-13, 17 abr. 2002. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/1700402;p_034.html>. Acesso em: 23 maio 2003.

LÍRIO, S. Reinado sob ameaça: Frente de Oposição desafia 40 anos de poder da família Sarney. Há até um alvo simbólico: o mausoléu do ex-presidente. **Carta Capital**: política, economia e cultura, São Paulo, n. 369, ano XII, p. 30-41, 23 nov. 2005.

MEIRELES, A.; EXPEDITO FILHO. A devassa contra os Murad: após um ano de investigação, a polícia fecha o cerco sobre os negócios do marido de Roseana Sarney. **Veja**. São Paulo, 4 mar. 2002.

MEIRELES, A.; EXPEDITO FILHO, FURTADO, B. A devassa contra Murad. **Época**, São Paulo, n. 1998, ano IV, p. 28-33, 4 mar. 2002.

MEIRELES, A.; FREITAS, R. Operação grampo n'água: PM do Maranhão cerca sobrado usado pela Polícia Federal para escuta telefônica e nada encontra. **Época**, São Paulo, n. 202, ano IV, p. 28-29, 1 abr. 2002.

MIRANDA, R. Roseana Sarney. **Isto É**, São Paulo, edição “Os brasileiros do ano”, p. 28-35, 2 jan. 2002.

NUNES, L. L. “O candidato não é o Maranhão, é a Roseana”, diz a própria. **Agência Estado**, São Paulo, p. 1, 18 nov. 2002. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2002;fev;18/163.htm>>. Acesso em: 23 maio 2003.

OLTRAMARI, A.; LIMA, M.; GASPAR, M. A dama da sucessão. **Veja**, São Paulo, n. 45, ano 34, ed. 1726, p. 36-46, 14 nov. 2001.

Revista Virtual Cidades do Brasil. **Fenômeno político**. Disponível em: <[http://www.cidadesdobrasil.com.br/cgicnlnews.cgi?c1=09910510009710010109\\$114&areco d=25&](http://www.cidadesdobrasil.com.br/cgicnlnews.cgi?c1=09910510009710010109$114&areco d=25&)>. Acesso em: 20 fev. 2005.

Documentos Oficiais:

BRASIL. Dados da Senadora Roseana Sarney. Disponível em: <<http://www.senado.org.br>>. Acesso em: 10 nov. 2004.

_____. Lei n 9596/95. Disponível em: <<http://www.tse.org.br>>. Acesso em: 28 nov. 2004.

MARANHÃO. Decreto n. 16.095, de 5 de março de 1998. Cria estabelecimento de ensino. **Diário Oficial do Estado**, São Luís, Ano XCII, n. 054, 19 mar. 1998, 6 p.

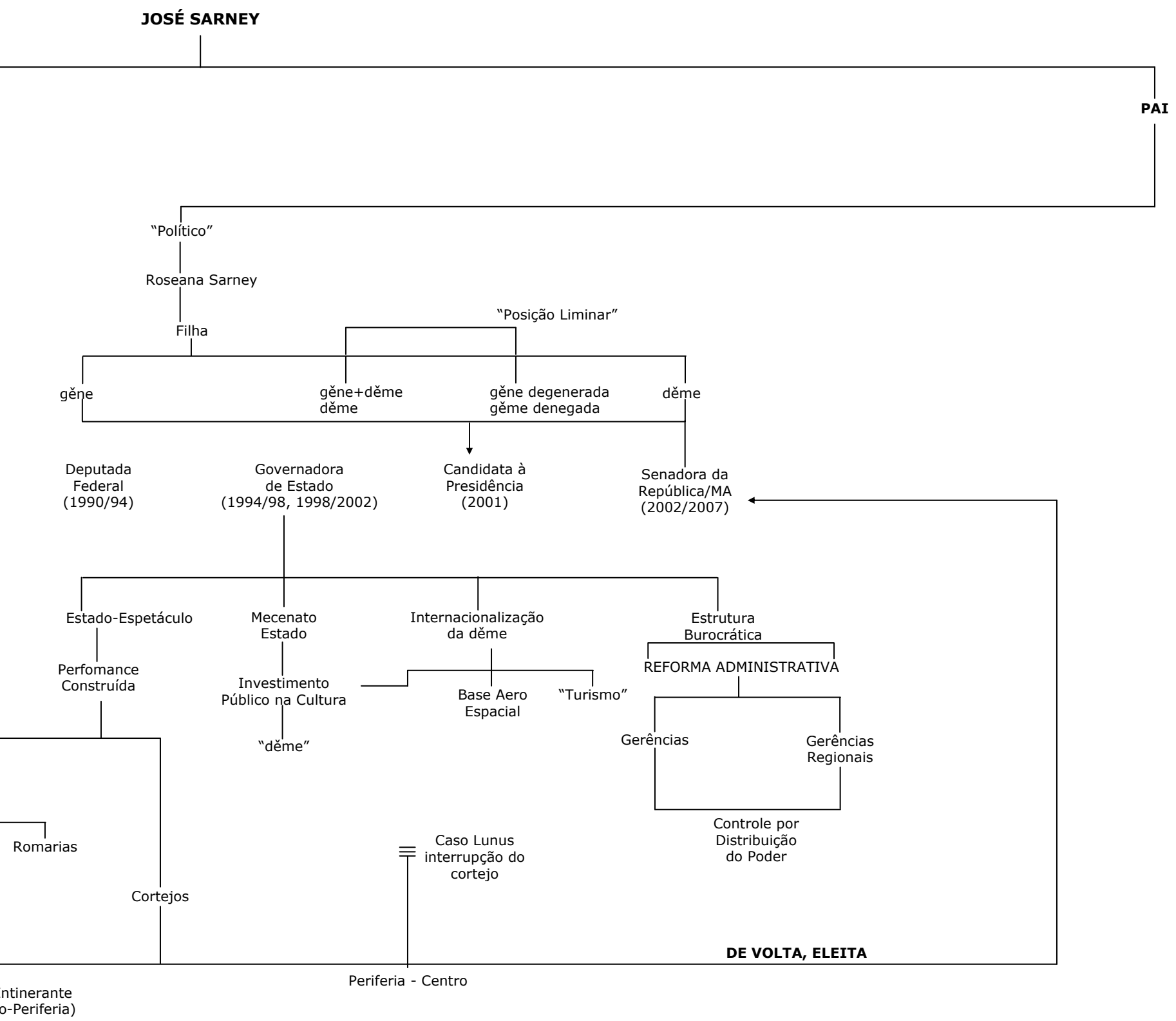
_____. Gerência de Administração e Modernização. **Concepção operacional da reforma do Estado**. São Luís, jun. 1996. Mimeo.

_____. Gerência de Administração e Modernização. **Um novo modelo de gestão para fazer muito mais:** diretrizes da Governadora Roseana Sarney para a concepção de novos modelos organizacionais e de gestão para o serviço público estadual do Maranhão. São Luís, ago. 1996. mimeo.

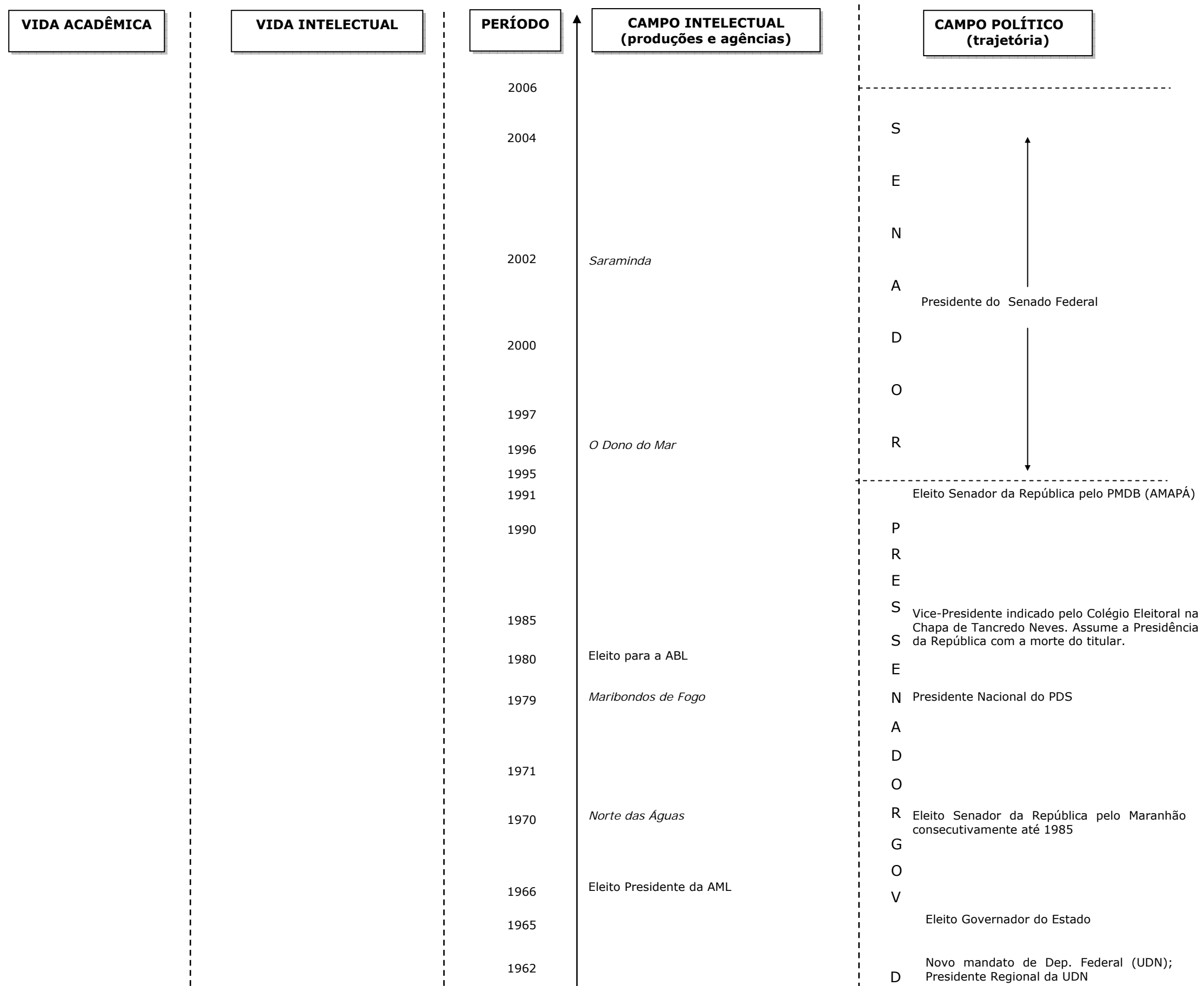
_____. Gerência de Administração e Modernização. **Bases legais e configuração estrutural de um novo modelo de gestão para o Maranhão**. São Luís, mar. 1999. Mimeo.

_____. Mensagem n. 53 que encaminha ao Legislativo o Projeto de Lei que trata da reforma e reorganização administrativa do Estado. São Luís, jan. 1999.

APÊNDICES



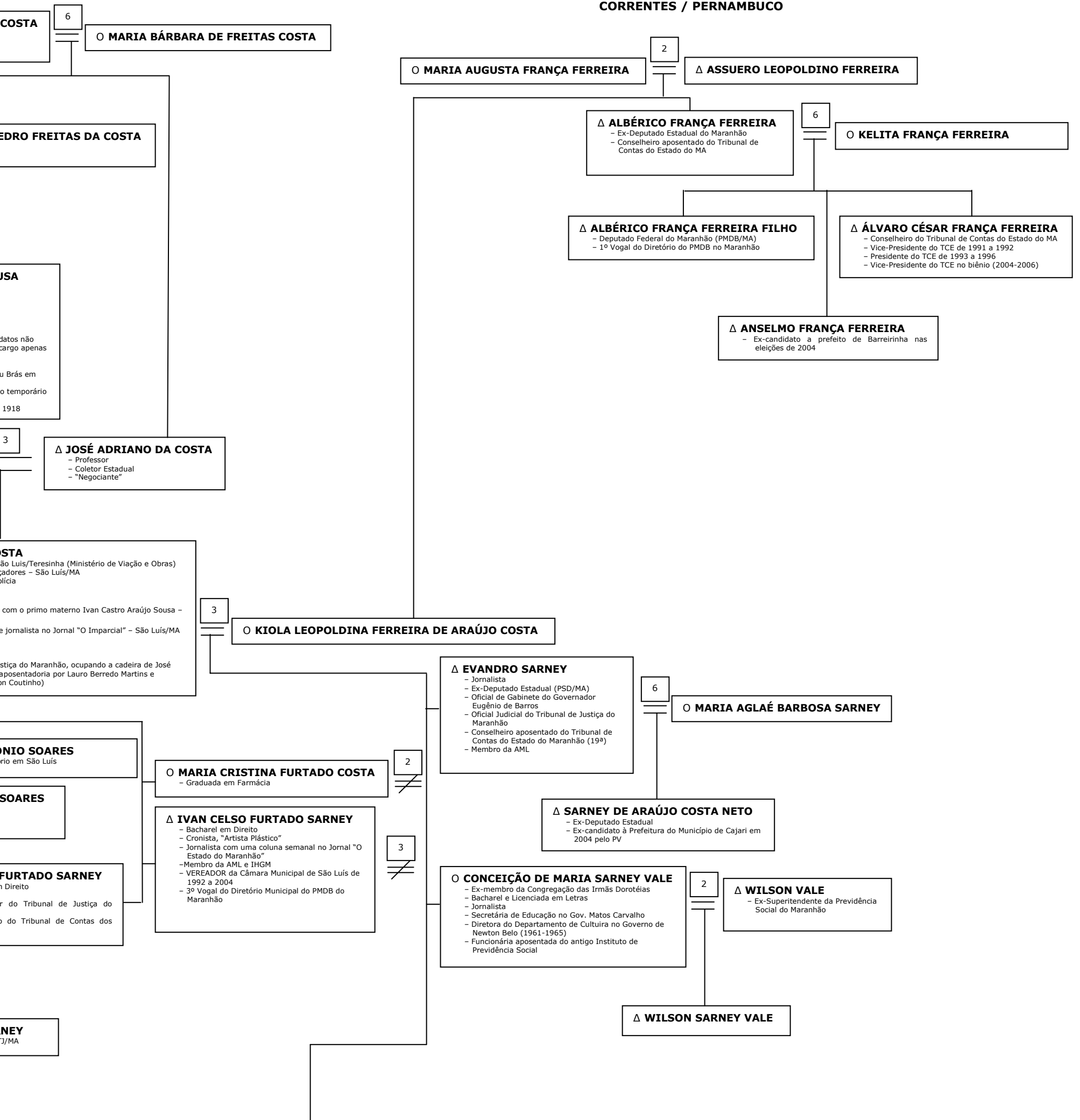
APÊNDICE B – Elementos para análise das posições de José Sarney

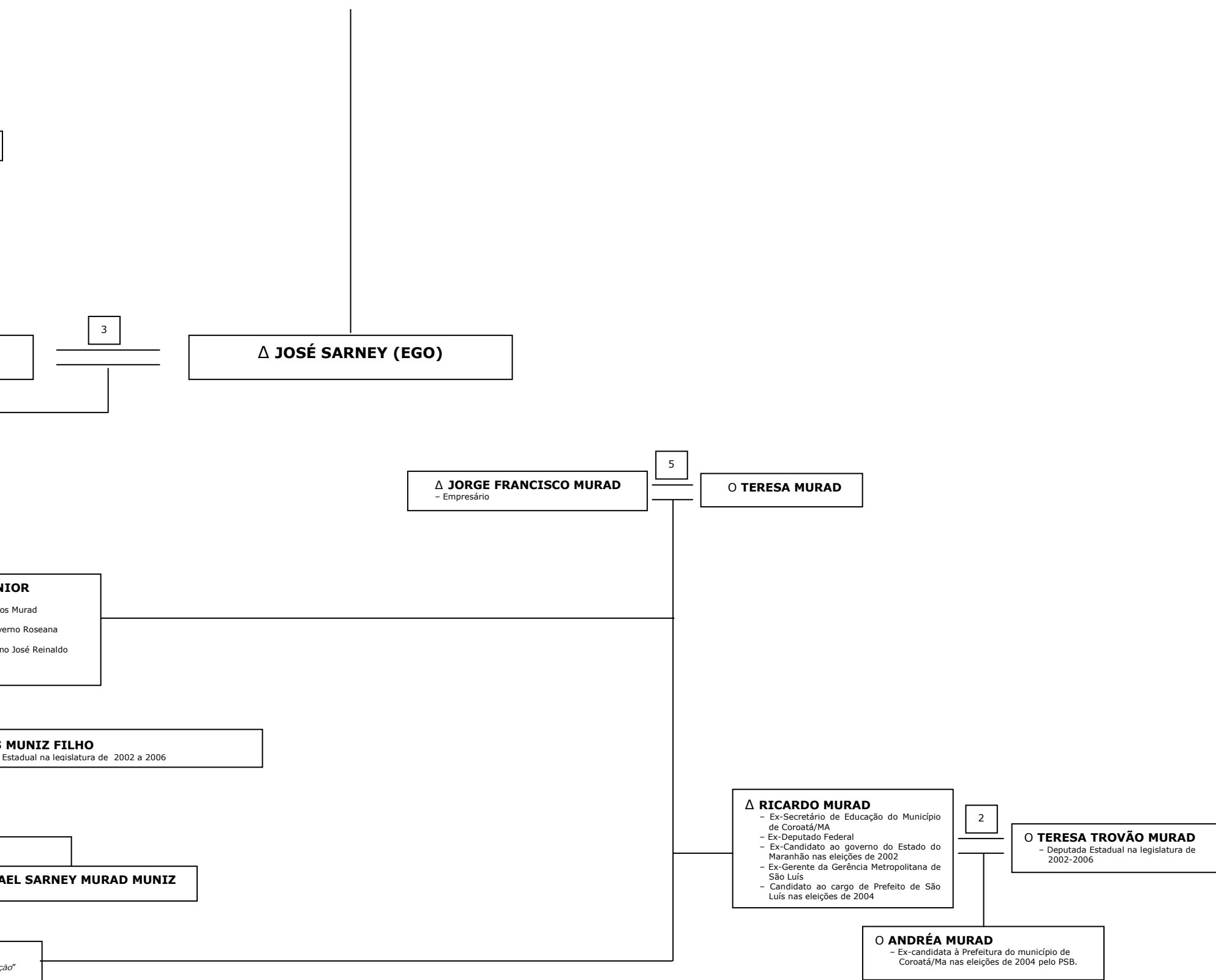


APÊNDICE C – Posições de um construtor de biografia: a ilusão biográfica, a alusão autobiográfica

PERÍODO	CAMPO JURÍDICO	CAMPO INTELECTUAL	CAMPO JORNALÍSTICO	CAMPO POLÍTICO	CAMPO BUROCRÁTICO
s/d		Membro do IHGM, cadeira nº 6 Membro do AML, nº 15 Membro da ALDF na categoria de "correspondente" Membro da Academia Caxiense de Letras Membro da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, Poltrona Visconde de Alcântara Professor universitário do CEUMA nas disciplinas "Direito Penal" e "Direito Civil"	Colaborador do Jornal "O Estado do Maranhão" e do Jornal "O Debate" ¹		
2006	Desembargador do TJ-MA				
2004	Presidente do TJ-MA	Lança a produção denominada <i>A Revolta de Bequimão</i>			
2001		Lança a produção denominada de <i>Desembargador Sarney: memória do primeiro centenário</i>			
2000/01	Vice-Presidente do TJ/MA				
1998/99	Membro do Colégio Permanente dos TRE do Brasil				
1997/99	Vice-Presidente e Presidente do TRE-MA				
1994	Membro do TJ/MA				
1993	Subprocurador-Geral do Estado e Procurador-Geral do Estado, em substituição. Procurador-Geral da Câmara de São Luís/MA				
1990	Consultor Jurídico das Câmaras Municipais Constituintes de São Luís e de Caxias				
1989	Assessor Jurídico da Assembléia Constituinte Estadual do Maranhão				
1986/92	Procurador efetivo do Estado do Maranhão				
s/d		Membro da OAB, Secção/MA			
s/d		Conselheiro da OAB/Ma em 3 mandatos			
1986		Lança a produção intitulada de <i>Sarney: apontamentos para a vida e obra de um chefe liberal</i>			
1985					
1984					
1983					
1982		Lança a produção intitulada de <i>História do Tribunal de Justiça do Maranhão</i>			
1982/88				Suplente de Vereador pelo PDS no município de Pedreiras-MA	
1982/86					Diretor do Arquivo Público do Estado no Governo de Luís Rocha
1981					

**DÊME REFERIDA DA ASCENDÊNCIA MATERNA:
CORRENTES / PERNAMBUCO**

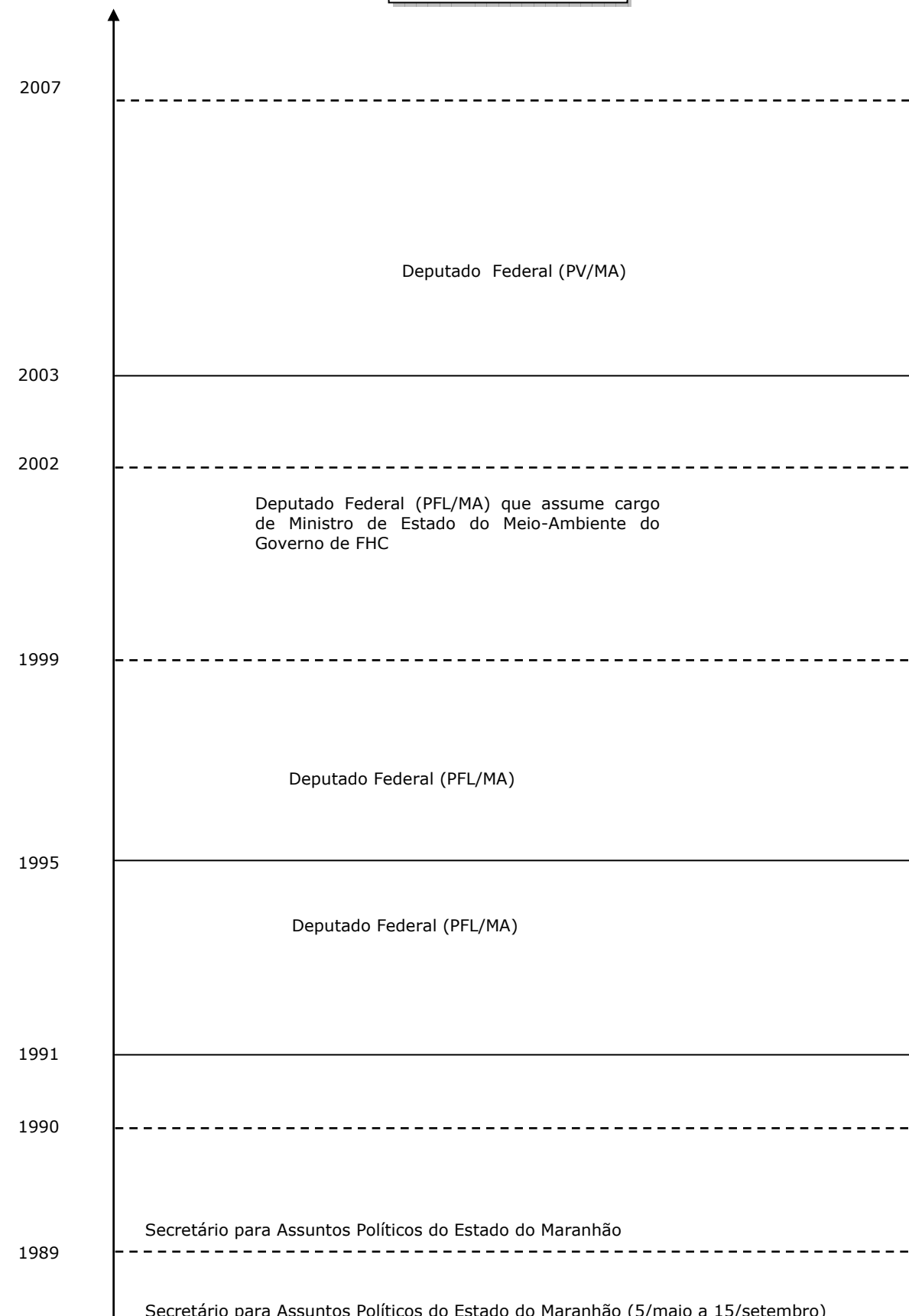




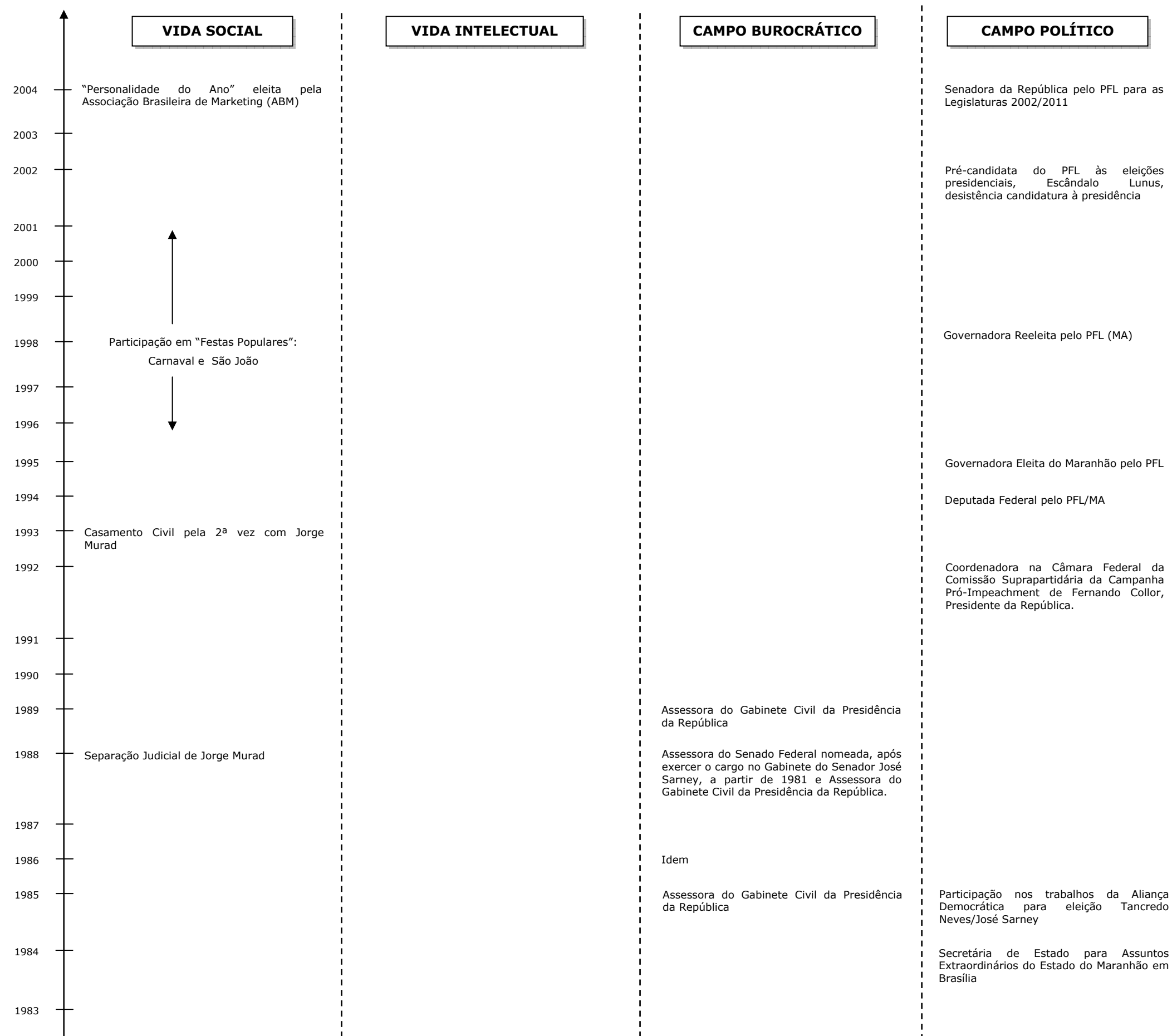
LEGENDA:

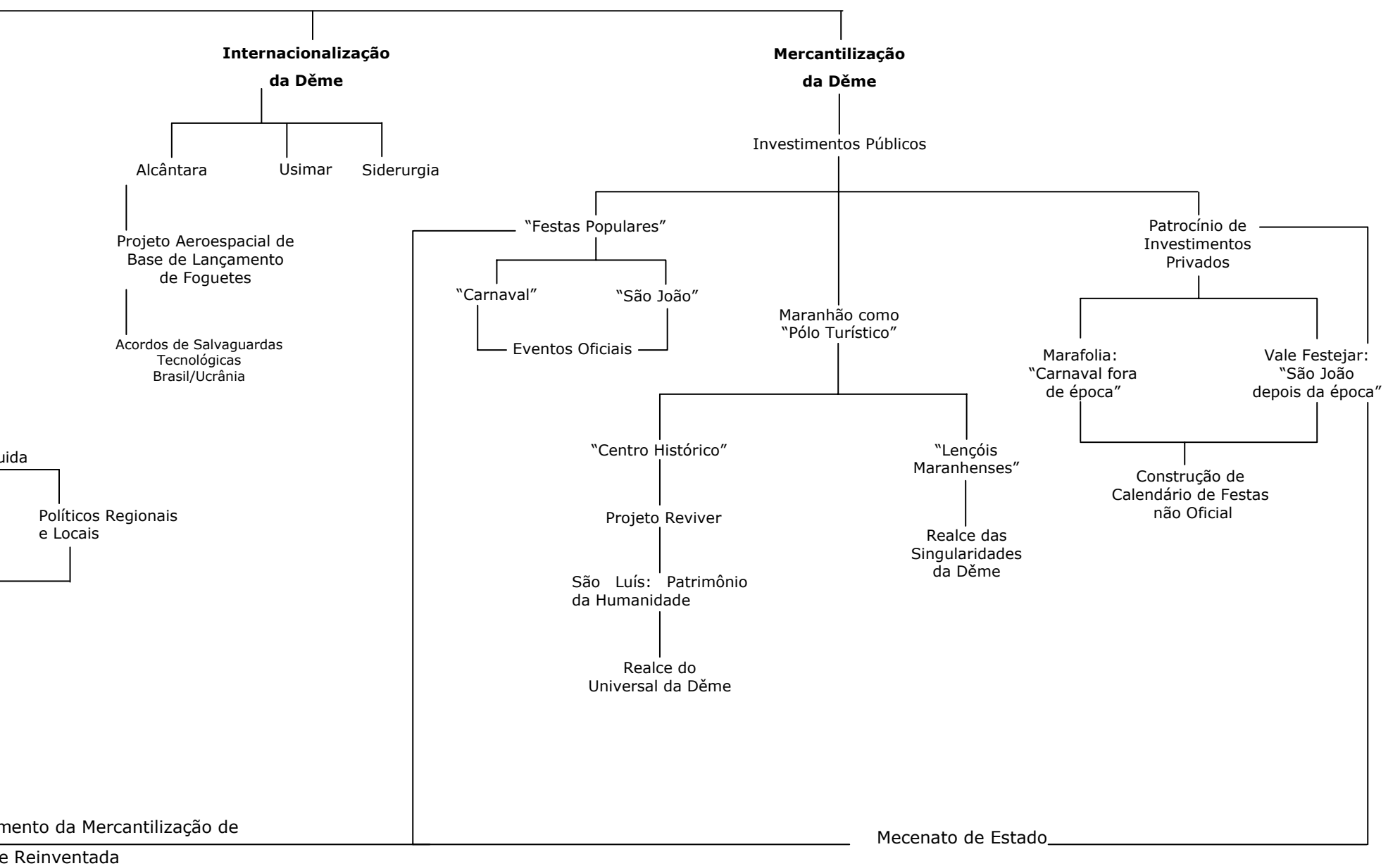
- └ Filhos
- △ Homem
- Mulher
- ═ Casamento
- Número total de filhos
- - - - Sem vínculo legal
- ≠ Divorciado (a)

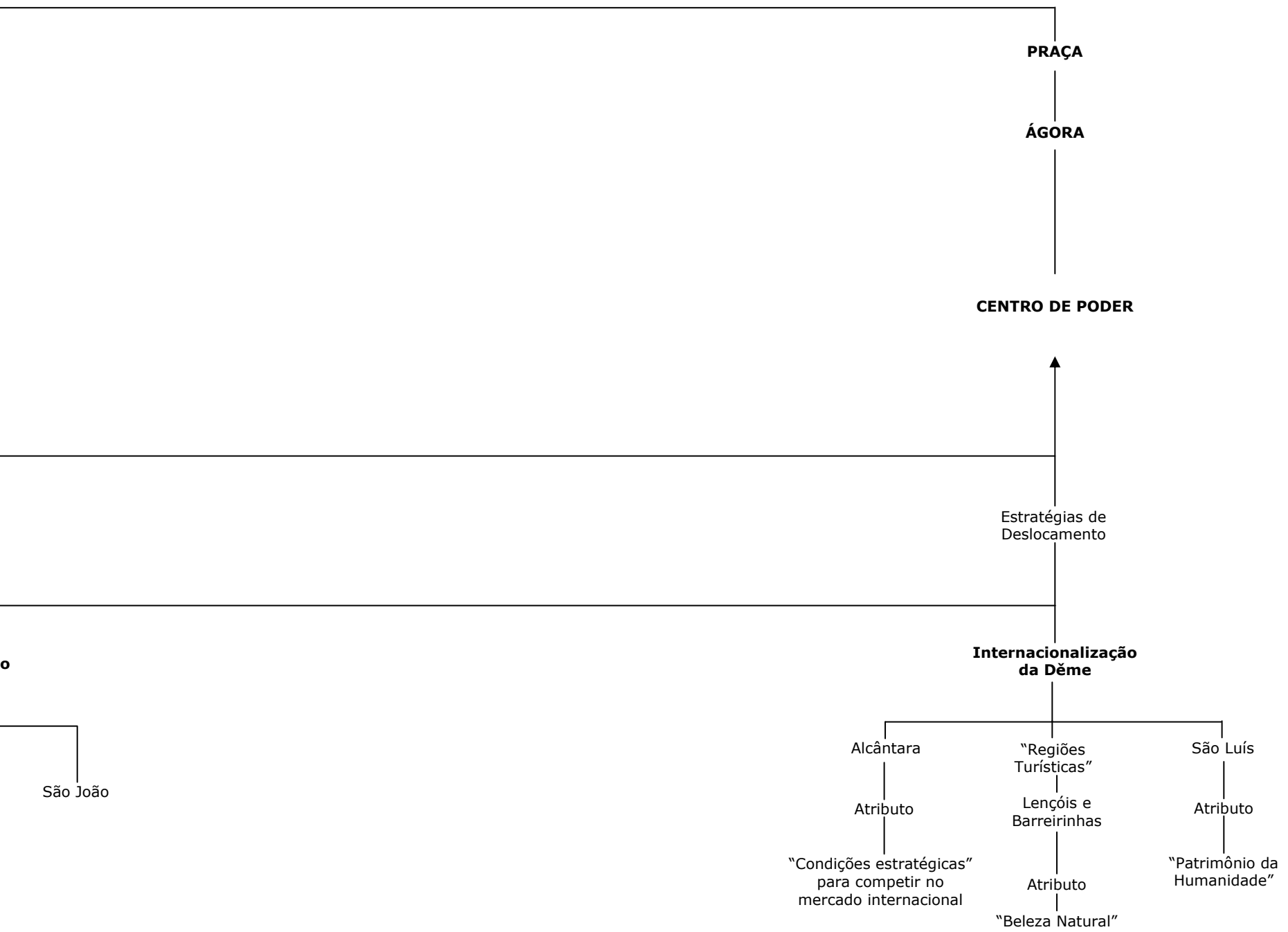
APÊNDICE E – Elementos para as posições de José Sarney Filho

VIDA INTELECTUAL**CAMPO POLÍTICO**

APÊNDICE F – Roseana Sarney: trajetória construída







Gonçalves, Maria de Fátima da Costa

A invenção de uma rainha de espada: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico / Maria de Fátima da Costa. _ São Luis, 2006.

285 f.

Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, 2006.

1. Poder político – Maranhão 2. Antropologia política 3. Maranhão Dinástico 4. Campanha política – Maranhão I. Título

CDU 39: 32 (812.1)